

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 105.º



COIMBRA
1945

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presid. da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA	» » 3. ^a »

COMISSÃO DE REDACÇÃO

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO (E. I. C. B.) — ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (U. C. D. I. G.), *Presidente* — ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA (U. P.) — ANTÓNIO BAIÃO (D. A. N. T. T.), ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL (A. U. C.), *Secretário Geral* — Coronel BELISÁRIO PIMENTA — Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO — DIOGO PACHECO DE AMORIM (U. C.) — DOMINGOS FÉZAS VITAL (U. L.) — ELÍSIO DE MOURA (U. C.) — JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA (U. C.) — JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS (U. C.) — JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO (U. L.) — JOSÉ PINTO LOUREIRO (E. I. C. B., D. B. M. C.) — MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA (I. S. A.).

DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento) — Coimbra

O INSTITUTO

VOLUME 105.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 105.º



COIMBRA

1945

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, da U. C., D. I. G.

Secretário Geral

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, do A. U. C.

Vogais

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, da E. I. C. B.
Prof. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, da U. P.
ANTÓNIO BAIÃO, D. A. N. T. T.
Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO.
Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM, da U. C.
Prof. DOMINGOS FÉZÁS VITAL, da U. L.
Prof. ELÍSIO DE MOURA, da U. C.
Prof. JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA, da U. C.
Prof. JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS, da U. C.
Prof. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, da U. L.
JOSÉ PINTO LOUREIRO, da E. I. C. B., D. B. M. C.
Prof. MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA, do I. S. A.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

DOUTOR F. M. DA COSTA LÔBO
1864-1945

Com 81 anos, faleceu em 29 de Abril o Doutor Francisco Miranda da Costa Lôbo, professor aposentado da Faculdade de Ciências da Universidade, Presidente do Instituto de Coimbra.

Serviu a Universidade com inextinguível dedicação, ansioso sempre por vê-la engrandecida no seu prestígio dentro do país e nunca esquecida, mas lembrada e considerada, fora d'êle.

Dignamente a representou em muitos congressos científicos; por sua iniciativa reuniu em Portugal e teve brilhante recepção em Coimbra o Congresso, de elevada e larga repercussão mundial, da União Geodésica e Geofísica. Mas foi dentro da Faculdade que naturalmente exerceu mais perdurável acção, como professor e sobretudo como director do Observatório Astronómico.

Deve-se-lhe a criação da secção de Astrofísica, para a qual conseguiu adquirir um conjunto de aparelhos que a colocam em situação de poder colaborar com os grandes observatórios, que, em número tão limitado, trabalham especialmente na heliofísica.

Venceu grandes dificuldades para obter os meios necessários para a aquisição daquela aparelhagem caríssima, e, valendo-se das suas relações de amizade, conseguiu a cooperação dedicada do director e observadores do célebre Observatório de Meudon.

Despreocupado de bens de fortuna, partiu amiudadas vezes para o estrangeiro no intuito de acompanhar a exe-

cução e aferimento dos instrumentos mais delicados. Para que, instalado o observatório, os trabalhos se iniciassem e prosseguissem como desejava, promoveu um demorado estágio de seu filho, nosso prestantíssimo consócio, naquele Observatório francês.



Prof. Doutor Francisco Miranda da Costa Lôbo

Presidente do Instituto de Coimbra de 1913 a 1945

Em 1930 publicou o primeiro volume das observações dos fenómenos solares e o observatório astronómico de Coimbra entrou na colaboração internacional que tanto o honra.

Muito lhe ficou devendo a Faculdade de Ciências e a Universidade de Coimbra.

*

É meu dever colocar bem alto o seu nome entre o de tantos sócios ilustres que mais se esforçaram para dar vida desafogada, útil e brilhante ao velho Instituto de Coimbra.

Assumiu a presidência numa fase de acentuado abatimento, quando de todo parecia extinto o impulso recebido da presidência do Doutor Bernardino Machado, que, por mais de doze anos, fôra seu prestigioso animador.

Um grupo de sócios dedicados, tendo à frente o Doutor Júlio Henriques, promoveu, em 1913, a eleição do Doutor Costa Lôbo. Conheciam o seu valor, apreciavam as suas qualidades de organizador: tenacidade inquebrantável, trato afabilíssimo, sociabilidade rara, em virtude da qual era largo o círculo das suas amizades, dentro e fora do país.

Por todos êsses dons preciosos, conseguiu romper o isolamento a que o Instituto ia sendo arrastado, trazendo para o seu grémio nomes consagrados de Portugal e do estrangeiro, dominou obstáculos financeiros que pareciam irremovíveis e promoveu, com o maior êxito, numerosas conferências, vindo pela sua mão a Coimbra notabilidades indiscutíveis, — o cardial Baudrillart, o astrónomo Real, Sir F. Dyson, Gustavo Barroso, Afrânio Peixoto, entre tantos...

Também se lhe deve a comemoração do centenário de Fernão de Magalhães e, só por ela, deveríamos ser gratos à sua memória.

O Instituto viu avolumar-se a sua revista, que, com rica e variada colaboração, atingiu o centéssimo quarto volume.

Merecem referência especial as lutas que travou e venceu para conseguir instalação regular, depois de expulso o Instituto da sua casa, por um acto de justificável revolta dos estudantes da Universidade, êles também esbulhados da que lhes fôra dada.

Se nos seus últimos momentos em tal lhe fôsse permitido pensar, morreria com a satisfação de saber coroados de êxito os seus esforços para que à associação a que desveladamente presidiu fôsse de novo concedida instalação própria e digna, reconhecimento dos serviços que o Instituto de Coimbra largamente tem prestado à cultura nacional.

*

Antes que o Instituto promova a homenagem que lhe é devida, ficam esboçadas algumas notas sôbre a passagem do Doutor Costa Lôbo pela Universidade e pelo Instituto de Coimbra. Mas na sua longa vida há muitos aspectos dignos de referência: além do professor, do homem de ciência, foi político e homem da sociedade. Trabalhador incansável, para todos acolhedor e simples, a sua bonomia, o seu optimismo, cativavam quem tivesse a satisfação de com êle trabalhar.

E não podemos deixar sem menção a delicadeza e elevação dos seus sentimentos, revelada nos primôres de trato com os amigos, nos desvelos da sua vida de família.

Sentimos profundamente a sua falta e com pungente saüdade o recordamos no Instituto.

O Vice-presidente,

ANSELMO F. DE CARVALHO

A BATALHA DE MONTIJO

NOTAS PARA COMEMORAR
O SEU 3.º CENTENÁRIO (1)

«Tanti esse exercitum, quanti imperatorem» vere proditum est.»

L. Annaeus Florus: *Epitome rerum romanorum*, liv. II, cap. XVIII.

SR. PRESIDENTE;
MINHAS SENHORAS
e MEUS SENHORES:

A batalha de Montijo, em 26 de Maio de 1644, foi o primeiro encontro sério que houve entre Portugueses e Espanhóis depois do acto revolucionário do dia 1.º de Dezembro.

Até então, tudo se passara em pequenos recontros, incursões a terras do inimigo, mais para captura de gados do que, pròpriamente, para combater ou ligeiros ataques a fortificações—sem planos muito definidos oficialmente, quer de um lado quer do outro, apenas com a intenção de ganhar tempo que, a um dos adversários era favorável e ao outro dura consequência das circunstâncias. De cá, era preciso organizar e adestrar, sempre com a esperança do auxílio estrangeiro, a braços com a insuficiência de gente e de material e, até, de principais cabeças dirigentes segundo

(1) Conferência realizada na sede de *O Instituto*, em 2 de Maio de 1944, sôbre a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

certos testemunhos contemporâneos nem sempre de todo justos; para além da fronteira, as exigências das campanhas que ainda duravam em vários pontos, não deixavam atacar a sério este grupo rebelde.

Depois, a mudança constante, ou por suspeita ou por intrigas, dos Governadores das Armas, especialmente na fronteira alentejana, que era, sem dúvida, a mais importante, tirava aos comandos, em ocasião tão crítica, toda a unidade necessária e influía conseqüentemente no moral dos subordinados e na própria opinião pública — sem contar com o efeito que faria no adversário, sempre atento ao que por cá se passava e que via como a nossa fraqueza, aliada às hesitações e altos e baixos do mando supremo, não lhe poderiam fazer grande mal por muito tempo.

Assim, aquêles primeiros anos se passaram no afan da organização, no trabalho considerável, sem dúvida, que procurava homens para instruir, fundições para as armas, sempre com o escopo de criar, tanto quanto possível, um exército capaz, pelo menos, de resistência e construindo, para as terras fronteiriças, as muralhas necessárias e urgentes para a defesa das populações e comunicações essenciais.

Mas, ao mesmo tempo, a escolha dos comandos não correspondia a esta complexa tarefa que melhor ou pior se ia cumprindo; as hierarquias da nobreza impunham, por preconceitos para este caso prejudiciais, certas normas de escolha que raramente correspondiam às imposições sérias do momento; as invejas e emulações formavam ambiente à volta do rei que nem sempre poderia, por circunstâncias políticas, tomar as decisões mais convenientes e contrabalançar, se a visão fôsse verdadeira, as más correntes que se encontravam à sua volta — como se a guerra não estivesse à porta e o inimigo não fôsse ainda poderoso.

Quere-me parecer, porém, que estas dificuldades que seriam graves e as desinteligências, tanto ou mais graves ainda, de que os próprios contemporâneos se fizeram eco, teriam dado ensejo ao juízo nem sempre justo e verdadeiro a respeito da nossa capacidade dirigente em assuntos mili-

tares. É certo que os homens que poderiam ter o papel de chefes não tiveram a prática, nas guerras europeias, do comando superior pois cautelosamente a côrte de Madride os afastaria de tão perigoso tirocínio; mas também é certo que, em regra, todos êles conheciam praticamente a guerra, quer no centro europeu, quer em África, quer no Ultramar e alguns tinham, até, cultura superior que os elevava. E se a «ignorância» a que se refere o Conde da Ericeira (1) e a «indestreza» de que fala mais cruamente o ilustre D. Francisco Manuel (2) fôssem facto real, quero crer que não seria possível o extraordinário trabalho, surdo e constante, que houve desde as primeiras horas da Restauração, no sentido positivo e inteligente das necessidades imediatas, fruto, evidentemente, de conjunto de energias e conselhos saídos do saber e da experiência (3).

Um dos homens logo do comêço indicados e que tomaram posição directora, foi Matias de Albuquerque, sôlto das prisões pelos revolucionários do 1.º de Dezembro. Tinha sôbre os ombros, a fazer carga, a campanha de Pernambuco contra Holandeses — excelente pretexto para os inimigos o perseguirem como, mais tarde, o perseguiram; parece, porém, que, logo de entrada os seus serviços foram solicitados, reconhecido como era por chefe competente, cheio de experiência, daquela experiência que vinha dos trabalhos e de vida quási sempre entregue ao serviço da Pátria.

Logo em Janeiro de 1641 começa a intervenção do ilustre General nos negócios de guerra (4); os registos ofi-

(1) *História do Portugal Restaurado*, part. I, liv. IV, pág. 208 da ed. de 1679.

(2) *Tacito Português*, liv. VI. Citação da cópia incompleta do Ms. n.º 524 da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

(3) Tratei ligeiramente dêste assunto no meu artigo *O Problema dos Comandos na Guerra da Restauração*, publicado na «Revista de Guimarães», número comemorativo dos centenários (1940).

(4) *Livro II de registo do Conselho de Guerra*, fls. 23-23 v.º, no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

ciais dão notícia constante dela até que, no meio de tanta dificuldade, foi, a 9 de Julho seguinte, nomeado Governador das Armas do Alentejo ⁽¹⁾ com o que o Rei procurou acudir ao «dano» que as embrulhadas iam causando no desenrolar dos sucessos ⁽²⁾.

Realmente, Matias de Albuquerque devia corresponder à confiança que nêle se depositou. Era ainda novo; combatera, noutros tempos, nas fortalezas e nos campos do norte de África; nos cruzeiros do Estreito e do Mediterrâneo; e no Brasil dirigira a campanha contra os Holandeses de 1630 a 1636 ⁽³⁾; vinha, pois, com largo passado de chefe que nesta última luta se evidenciou com merecimento — embora sem o brilho especial dos vencedores. Era homem com notáveis qualidades de equilíbrio, quer as intelectuais (necessárias sempre a quem tem responsabilidade de mando) quer aquelas que implicam com a noção ou conceito do carácter não menos necessárias ou, até, imperiosas. A sua firmeza aliava-se à resolução; e possuía a têmpera exigida àquêles que tõem de suportar revêzes sem deixar transparecer inquietação de qualquer espécie. Tinha, apar do espírito de justiça, a larga indulgência que se impõe a quem não considera os homens simples máquinas e conhece o valor psicológico nos combates.

Era, enfim, chefe possuidor de conjunto notável de qualidades, às quais o ambiente onde se revelaram, por pequeno e restrito, não deu o valor a que elas tinham jús — mas conjunto de qualidades que lhe criara prestígio de facto, tanto mais para notar quanto é certo êsse prestígio se consolidar com uma série de desastres, de acções desagradáveis, com alguma mistura de intrigas e malquerenças.

(1) Livro I de registo do mesmo Conselho, a fls. 85.

(2) D. Luís de Meneses, *Hist. do Portugal Restaurado*, part. I, liv. IV, pág. 220 (ed. de 1751).

(3) Deixei esboçado o seu papel de chefe nesta campanha em artigo *Matias de Albuquerque (Notas para a sua biografia)* no vol. III da revista «Brasília».

E a verdade é que os contemporâneos o elevam com simpatia embora sem alardes e lhe celebram affectuosamente as qualidades simbolizadas no coração, no «valoroso coração» que nunca o abandonou e que êle, Matias de Albuquerque, sempre «tinha achado bom companheiro» ao longo da acidentada vida (1) sem quebras de fraqueza ou assomos de orgulho.

E realmente, entre tantos pretendentes ao mando, uns bons, outros maus; uns sabedores e capazes; outros apenas conhecidos pela mira nos rendimentos dos cargos e nas honras inerentes, Matias de Albuquerque, seria, com certeza, dos poucos que se impunham. A sua vida dáva-lhe direito ao respeito dos que mandavam e dos seus iguais; e as situações de injustiça que as cabalas políticas lhe criaram quer na côrte e nos dirigentes de Madride antes de 1640, quer na côrte e nos dirigentes do Portugal restaurado, deviam ter provocado nos espíritos serenos e justos dos contemporâneos, considerações àcerca da variabilidade da Fortuna assim como da inutilidade do esforço e da proibidade das acções.

Mas, enfim, depois de incidentes conhecidos e que não se relacionam directamente com o meu intento, Joane Mendes de Vasconcelos e o Conde de Óbidos, a seguir ao mau resultado do cêrco de Badajoz, foram destituídos dos cargos que exerciam na fronteira alentejana; e Matias de Albuquerque, ao tempo nomeado mestre de campo general junto da pessoa do Rei (2), foi encarregado do comando do exército, não direi que só como reparação às injustiças, mas como imposição das necessidades políticas e militares. E a nomeação, como diz o historiador da guerra, foi recebida

(1) Respectivamente: *Portugal Restaurado*, part. I, livro v pág. 320 (ed. de 1751); e Dr. João Salgado de Araújo: *Sucessos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da Real Aclamação contra Castela . . .*, livro IV, cap. XXI, fls. 223 v.º

(2) *Livro IV de Registo do Cons. de Guerra*: carta régia de 21 de Abril de 1643, a fls. 70.

«com grande satisfação» pelos «soldados de quem era sumamente amado, assim pelas virtudes que reconheciam no seu ânimo como pelo grande cuidado que tinha de lhes procurar tôdas as comodidades» (1) — o que lhe dava ainda a certeza de poder contar com os subordinados quando exigisse dêles esforço e perseverança (2).

A direcção da campanha começou a exercer-se em sentido mais realista, com mais prudência embora sem fraqueza, com maior noção do valor dos meios e do objectivo que se queria atingir; e quando entrou o ano de 1644 e chegou o tempo de se abrirem as hostilidades, havia já certos planos que não iam além das possibilidades (como adiante direi) e que se procuraram executar sem grande custo. A acção de Matias de Albuquerque fez-se sentir pela ponderação e pela firmeza — o que alguns contemporâneos notaram com louvor (3).

A meio do mês de Maio, Matias de Albuquerque saíu com o seu exército, transpôs a fronteira, e tomou attitude ofensiva (4).

Os efectivos não eram grandes; cêrca de 7:000 homens apenas, quantidade insufficiente para operações de alguma amplitude — quando se sabia que do outro lado o general Torrecusa comandava fôrças de muito maior vulto e

(1) *Portugal Restaurado*, part. 1, liv. v, pág. 428 (ed. de 1751).

(2) Era, aliás, doutrina official da época e reflectia doutrinas que já vinham da antiguidade grega. Ver as *Ordenanças de 1643* de Joane Mendes, publicadas em Cristóvão Aires, na *História do Exército Português*, a pág. 112 a 116 do vol. III das «Provas».

(3) Por ex.: Luís Marinho de Azevedo: *Apologia militar ou defesa de la vitoria de Montijo...* (Lisboa, 1644). Apesar de apolegética, a obra é digna de leitura.

(4) «... marchou da vila de Campo-maior em 19 de Maio de 1644 com rosto a Badajoz por divertir os castelhanos do seu intento...» (Documento do arquivo do Comando Geral de Engenharia publicado com o título *Batalha do Montijo*, na «Revista do Exército e da Armada», vol II, 1894, a págs. 103 e segs.).

era bem evidente a impossibilidade de invasão em certa escala.

A atitude de Albuquerque, neste passo da campanha, deu azo a várias opiniões: umas favoráveis à ofensiva, outras inclinadas a simples expectativa e à acumulação de meios de defesa⁽¹⁾—de modo que a resolução de um homem considerado justamente por prudente e cheio de experiência, deu ensejo a considerações de vária espécie e a certas acusações de historiadores.

Os arquivos, porém, ainda por desvendar devidamente, dão a explicação, tanto quanto possível, dos planos do General. Albuquerque sabia bem o estado em que estava a nossa defesa, no sentido geral e, em especial, na fronteira alentejana; conhecia o pouco valor das fortificações fronteiriças que não resistiriam a um assédio em regra pôsto por fôrças de vulto; considerava justamente grande perigo para nós a poderosa base de Badajoz, com a rêde de praças de menor valor à sua roda; e via claramente o pouco adestramento dos nossos soldados para a guerra, ainda não adaptados às necessidades do momento e mais ou menos prontos para a deserção.

Do conhecimento de tudo isto e da experiência bem dura do Brasil, Matias de Albuquerque pensou que a melhor campanha não seria a que intentasse grandes acções ofensivas, mas a que conseguisse coordenar a intenção da ofensiva, sempre necessária para manter moral no exército e dar ao inimigo a impressão de fôrça, com a defensiva pura, dando maior valor às fortificações da fronteira e procurando

(1) Os historiadores modernos falam muito da célebre carta do P.^o António Vieira ao Secretário de Estado sôbre assuntos de guerra escrita neste ano de 1644 (*Cartas*, 2.^o vol. da edição de 1854). As observações feitas pelo ilustre prègador são judiciosas e cheias de interêsse; porém, nada acrescentam de novo ao problema que então se debatia entre os responsáveis como se vê pela documentação contemporânea, em especial a do Conselho de Guerra. Conto, um dia, tocar neste ponto.

ter sempre pronto e vigilante um «pé de exército» capaz de se mover com rapidez e manobrar de modo a frustrar qualquer intenção de ataque ou incursão do lado contrário. Era, talvez, plano de certa complexidade, e não seria dos menos dispendiosos; mas era, segundo a sua opinião, o que melhor se adaptava às circunstâncias e como tal assim o expôs várias vezes.

Mas juntamente com êste plano, teòricamente cheio de razões, Albuquerque entendia também que a fronteira se deveria arredar para mais longe, pela conquista de várias praças espanholas de menor importância não só porque punha mais ao abrigo as nossas, como porque tirava os apoios e centros de abastecimento a Badajoz, grande base de operações do exército espanhol que assim se diminuiria extraordinariamente da importância que tinha. No ano anterior começara a expugnação das praças do lado sul; e, neste ano de 44 iriam caindo sucessivamente as do norte de modo a isolar a grande praça fronteira (1).

Várias vezes Albuquerque expôs a sua maneira de ver: «...sempre experimentei (disse êle) que a melhor defesa e muralha de Guerra era estar em continuo acto de ofender e cometendo por vários modos aos inimigos que ordinariamente de nossas acções fazem o motivo para suas surpresas...» (2) — passagem que é verdadeiramente um sistema de guerra e afirmação de princípios. Mais tarde, repetiria: «...nenhuma destas praças tem fortificação para resistir a um sitio nem as mais para se livrarem de uma empresa, e que somente o exercito em campanha oprimindo o inimigo na sua, as podia segurar...» (3).

Era a defesa activa que Albuquerque preconizava,

(1) Ver a êste respeito o meu artigo *O memorial de Matias de Albuquerque*, no vol. XVI do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra».

(2) *Consultas do Conselho de Guerra*, cons. de 28 de Agôsto de 1644 no massô 4-b, doc. 336.

(3) *Consultas cit.*, cons. de 12 de Setembro, massô 4-b, doc. 361.

uma defensiva-ofensiva como dois séculos depois Clausevitz aconselharia perante as desgraças da sua pátria — doutrina que o general português concebeu, decerto, levado pelos ensinamentos do norte de África e muito especialmente pelos das lutas do Brasil, durante os quais das fraquezas tirou todos os recursos e manteve sempre a iniciativa apesar da inferioridade de meios com que combatia; pois, como um dia escreveu, «... haver de obrar sempre compelidos da necessidade tem grandíssimos inconvenientes...» (1).

Estas palavras que significam princípios bem definidos e um sistema de guerra bem claro, são, creio eu, desconhecidos da nossa historiografia militar; quero crer que ainda se não atentaria no significado destas passagens da vasta documentação existente da autoria de Matias de Albuquerque — passagens que são de grande interêsse e se podem levar, se quisermos ir mais longe no desvendar das suas intenções, até à compreensão (como querem alguns críticos modernos) de que, qualquer resultado definitivo na guerra nem sempre se consegue sem recorrer a actos de carácter indirecto.

E é possível, também que sejam estas idéias que expliquem tanta divergência e tanta questiúncula com diferentes chefes da época (2).

Ora Albuquerque, ao iniciar a campanha, obedecia aos seus princípios com a compreensão exacta das necessidades militares e dos meios de que dispunha; não ia oferecer batalha porque (como também escreveu) «é acto que devemos obviar quanto podermos» (3) seguindo conselhos que

(1) *Consultas*, cit., cons. de 22 de Setembro de 1644, masso 4-b, doc. 368.

(2) Oxalá que esta simples conferência sirva para se ver melhor o valor dêstes homens ainda mal estudados e geralmente apoucados como chefes.

(3) Carta de 27 de Maio de 1644 para D. João IV, a pág. 38 das *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, vol. II, ed. da Academia Portuguesa de História.

vinham de séculos atrás e lhe seriam conhecidos; mas ia procurar reduzir ao mínimo os apoios da grande praça de Badajoz e ia adestrando os seus soldados, tentando a coesão das armas tanto mais que não teria muitos soldados velhos que enquadrassem suficientemente os de fresca data e, ainda com a agravante de não possuir Cavalaria (na quantidade e na qualidade necessárias) para opor à que os adversários poderiam apresentar em campo ⁽¹⁾. E assim foi que, talando campos, arrasando povoações ou queimando-as, chegaram a Montijo que, em dois dias, conquistaram e onde, depois do saque que «foi grande» e da tomada da próxima Vila de la Puebla (que igualmente ficou arrasada) o pequeno exército português no dia 26 de Maio começou a sua marcha de regresso para Campo Maior sem entraves de importância.

Os intuitos ofensivos não excederam a destruição das fortificações que eram pequenos pontos de apoio para o inimigo — e seriam igualmente prova de vitalidade, de certo poder militar e, até, de afirmação de segurança perante o grande poder contrário.

A pressa com que os Espanhóis procuraram, pela propaganda, tirar o efeito moral, sobre as populações, destas incursões devastadoras, poderá, talvez, explicar algum tanto esta atitude portuguesa em época de fraqueza relativa quer em homens, quer em material e gado. E tanto que, mal Matias de Albuquerque suspeitou da saída das tropas de Torre-

(1) Em 19 de Abril anterior, M. de Albuquerque instou pelo aumento de Cavalaria pois sabia que em Espanha havia grandes e bons efectivos dessa arma. Este pedido foi considerado em Conselho de Guerra a 26 e aprovado (*Consultas cit.*, mês de Abril de 1644, masso 4, doc. 147). Em 6 de Maio seguinte instava novamente: «... quanto poderão, mediante Deus, obrar as armas de V. Mag.^o se se não perder tempo... mas falta-nos Cavalaria respeito de que o inimigo tem crescido e vai multiplicando...» (*Carta para D. João IV*, nas *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde de Vidigueira...* vol. I, págs. 146-147, publicadas pela Academia Portuguesa de História).

cusa, tomou as suas disposições mas continuando sempre a marcha contra a fronteira portuguesa.

Ora foi assim que, pela manhã daquele dia 26 de Maio, do lugar de Lobon, na margem esquerda do Guadiana, saíram as tropas que Torrecusa ali concentrara para vigiar a marcha dos portugueses e, passando o rio, se dirigiram na direcção de Montijo com intentos evidentes de se «atravesarem» no caminho dos incursores (1). Essas tropas confiadas ao general barão de Mollingen «soldado valoroso e práctico» (2) eram algum tanto superiores em número às de Matias de Albuquerque, especialmente na Cavalaria adestrada e resoluta; constavam, segundo se diz, de 8:500 homens divididos em nove regimentos de Infantaria e 34 esquadrões de cavalos, além de alguns canhões cujo emprêgo, nesta campanha, deixava a desejar, já pela sua pouca eficácia, já pelo seu difícil manejamento.

A aproximação indicava desejo de combate; pelo menos a formação do exército assim o fazia crer. Não era simplesmente para observação que Mollingen transpôs o Guadiana e se dispôs para atacar na raza e extensa planície de Montijo, um pouco convencido da inferioridade do adversário, não só em número mas, naquele momento, algum tanto cansado de vários dias de marcha, assaltos e combates. E foi isso o que Albuquerque compreendeu; porque, com a distribuição das suas tropas, embora continuando a marcha, procurou manter formatura que, rapidamente, se pudesse tornar apta para combater.

É certo que a planura se prestava à marcha em dispositivo de combate; mas isso não impedia a difícil transformação rápida se o ataque fôsse, como veio a ser, de certa violência. Matias de Albuquerque obviou com inteligência aos inconvenientes da precária mobilidade das formações

(1) «...se nos foi atravessando o inimigo...» (*Carta* cit. de Matias de Albuquerque, datada de 27 de Maio).

(2) *Portugal Restaurado*, part. I, liv. VII, pág. 55 (ed. de 1751).

da época, formando a infantaria de modo a poder mover-se em qualquer sentido, distanciando convenientemente os esquadrões para não estarem apertados no caso de ser necessário qualquer modificação de alinhamento, mas, ao mesmo tempo, perto para se poder constituir com êles um corpo só (1). Esta disposição hoje um pouco difícil de esmiuçar com rigor, não estava muito nos hábitos do tempo, em que a maior preocupação seria a da solidez das formações; mas a experiência anterior, em especial, como disse, a das lutas do Brasil, daria ao general a noção das necessidades de rápida movimentação e até algum propósito de fugir, possivelmente, aos canons um pouco desusados que estavam ainda em prática nos exércitos espanhóis. Além disso a formatura inimiga, embora aparatosa e de larga frente em curva ameaçadora, vinha com a maneira clássica usada, bem conhecida, e para maior gravidade sua, sem qualquer força de reserva, como então parece costumavam, talvez para darem a impressão da sua segurança e da certeza na vitória (Fig. 1).

Realmente, quero crer que Mollingen, sabedor das imperfeições da nossa organização, não acreditou na possibilidade das forças portuguesas resistirem; como depois disse o Conde de Ericeira, supôs Albuquerque «desbaratado, tanto que o visse confundido» (2) e com esta muito possível persuasão se lançou ao combate com a confiança, até certo ponto justificada, da superioridade que possuía em quantidade e em qualidade (3).

(1) Êstes pormenores são dados por Luís Marinho de Azevedo na *Apologia* cit. que, como panegirista, acrescenta logo exemplos clássicos: «como Lucano ló alabó de Cesar quando vencio Pompeyo en la de Pharsalia...», pág. 8.

(2) *Portugal Restaurado*, liv. VII, Parte I, págs. 55-56 (ed. de 1751).

(3) O barão de Mollingen não atendeu o princípio de Vegécio: «Melius est post aciem plura servare praesidia, quam latius militem expargere» ou seja que vale mais ter reserva do que a frente muito

E o combate começou, também, do modo costumado, com as primeiras hesitações em que se faziam disparar as poucas peças de artilharia para depois se lançar a cavalaria.

Ora Matias de Albuquerque procurou dar às suas tropas certa impressão de segurança, com reserva forte, à formação pròpriamente de combate e cobrindo as alas e a

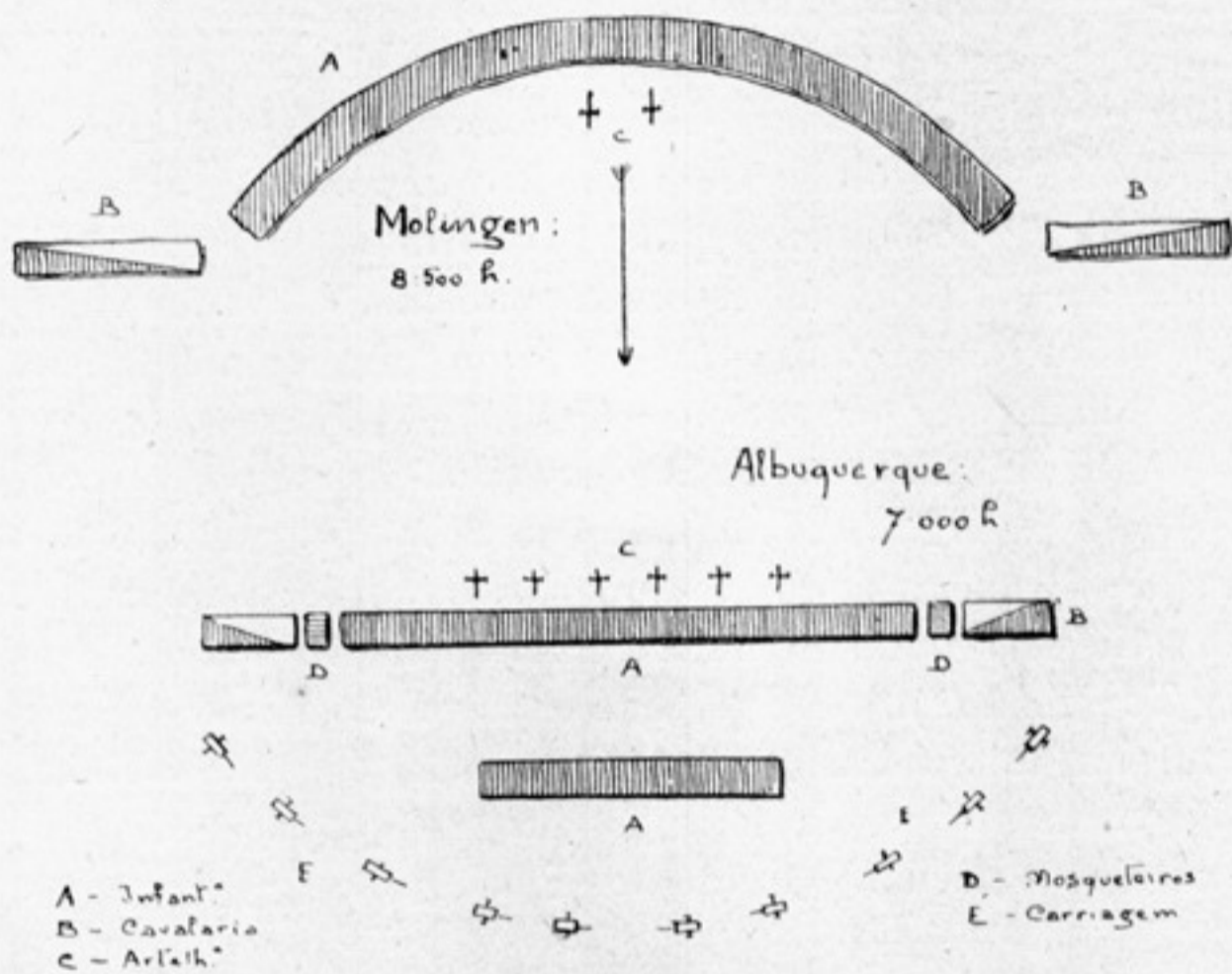


Fig. 1

rectaguada com a carriagem que era abundante ⁽¹⁾. Assim se julgou apto a defrontar o adversário embora conhecesse quanto é duvidoso aventurar-se ao combate com

extensa (*Institutorum Rei militaris*, liv. III, cap. XXVI) preceito que recentemente Maurício de Nassau aperfeiçoara pela intercalação de Infantaria com Cavalaria.

(1) «...e assi dispuz segurar á retaguada e os dous lados com tres ordens de carretos como fiz ...» (*Carta cit.* de 27 de Maio, a págs. 38).

tropas pouco experimentadas e outras (as mercenarias) de lealdade ainda não provada.

A acção é conhecida nas suas linhas gerais apesar de os historiadores modernos não concordarem muito uns com os outros. Sabe-se, porém, que perante a investida da cavalaria espanhola sobre a portuguesa da ala esquerda (onde havia Holandeses) esta, recebendo a carga no local da formatura e não «en tan proporcionada distancia» (1) que não viesse bater na infantaria, fêz com que, não podendo resistir, veio produzir a desordem nos terços contíguos e largou à rédea solta para fora do campo. Na direita, a cavalaria vendo o ataque que a cavalaria da esquerda espanhola lançava sobre ela, resolveu também a «salvar as vidas, atropelando os cavalos primeiro a própria opinião que a terra alheia que pizavam...» (2)

Assim, as alas ficaram logo de comêço sem a protecção devida e já algum tanto desorganizados pelo ímpeto dos cavaleiros, quer os próprios quer os inimigos; a infantaria «se avia de reputar desnuda» diz o apologista louvando-se em Tucídides (3); e na verdade a protecção faltou e como naturalmente se deu grande perturbação em tôda a linha, foi o momento para a série dos nove terços espanhóis caírem sobre a vacilante frente dos Portugueses (4).

(1) L. Marinho de Azevedo, *ob. cit.*, pág. 10.

(2) *Portugal Restaurado*, liv. VII, pág. 60. Nesta parte Matias de Albuquerque não se lembrou da advertência de um velho tratadista clássico: «Scire debet dux contra cuneos, hoc est, globos hostium, quod equites oporteat poni.» (*Modesti libellus de vocabulis militaris*, § 18.º, da ed. de 1855, de Mr. Nizard, Paris).

(3) Luís Marinho de Azevedo, *op. cit.*, pág. 10.

(4) D. João IV, na participação para o Conde da Vidigueira, prevenia cautelosamente, por causa do efeito que isso causaria no estrangeiro: «...advertindo que se fale com toda a decencia no successo da minha cavalaria que fôra bem diferente se o regimento holandês se não desmanchára tão desordenadamente...» (Carta de 31 de Maio de 1644, a págs. 149 do vol. I das «Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira», já cit.).

É possível que assim se passasse esta primeira fase da batalha, fase de difícil reconstituição pela maneira confusa das descrições testemunhais, a começar pelo próprio vencedor (1).

O certo é que se estabeleceu confusão e a sorte começou a mostrar-se desfavorável às forças portuguesas. Os terços das alas, devido ao embate da própria cavalaria iam desorganizando-se sucessivamente; na ala esquerda, onde êsse embate foi mais violento, parece que a desordem se estabeleceu com grave ameaça para a reserva possivelmente ainda intacta; a cavalaria espanhola, libertada da nossa pela fuga rápida, parece que «por costa dos lados» procurou envolver as nossas formações para atingir especialmente a ala direita; e na linha de batalha onde os terços de infantaria iam recuando, a artilharia que há pouco «jogava furiosamente» segundo testemunha presencial (2) foi tomada pelo inimigo que a voltou para o campo contrário (Fig. 2).

Chegara aquêlo momento crítico, decisivo, em que se medem as qualidades dos chefes e não só a qualidade das tropas. Matias de Albuquerque confessou que viu a batalha perdida perante a barafunda que se ia dando; teria a noção clara do perigo a que, aliás, se habituara através da vida acidentada (3); e é então que as suas qualidades de

(1) Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Holanda, notou essa discordância em carta para o Rei: «...quando foi a batalha de Montijo que com tão varias formas a pintaram muitos daqueles mesmos que se acháram nela...» (Carta de 2 de Março de 1645, a pág. 256 do vol. I da *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, publicada por Edgard Prestage e Pedro de Azevedo, Coimbra, 1920).

(2) Doc cit. do Comando de Engenharia, pág. 106.

(3) «...vendo o ultimo aperto e que o inimigo ganhava a batalha...» (Carta cit. de 27 de Maio, in loc. cit.); ou «...vendo que já o ultimo lanço de guerra...» (Carta de 29 de Maio, no cit. vol. das «Cartas dos Governadores da Província do Alentejo...», a págs. 40,.

comando encontraram o ensejo de desenvolvimento normal que levaram à decisão inteligente que o adversário não soube evitar a tempo. Não deixou claramente expostas nas participações quais foram as suas idéias naquele solene

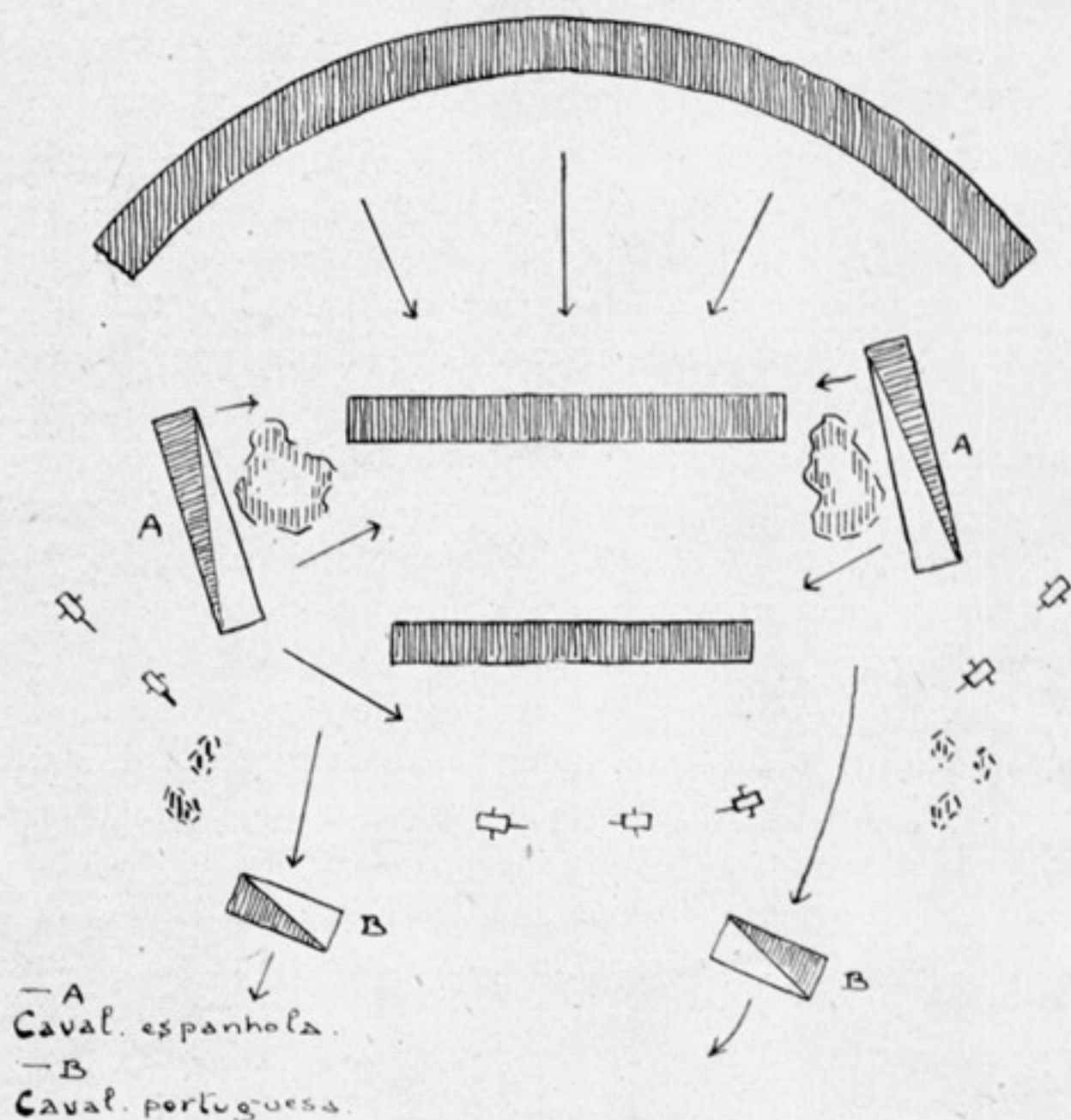


Fig. 2

momento — que adiante procurarei desvendar; mas foi possuído da verdade, já de séculos, de que só é vencido aquêlo que assim se considera, que, com os seus imediatos subalternos, a seguir a ligeiro conciliábulo, se lançou «cõ as espadas nas mãos» resolutamente, contra as fôrças espanholas (1).

(1) Carta de 27 de Maio cit., pág. 39.

Deu-se, então, grande reacção nas formações portuguesas; do estado de desordem e confusão passou-se a movimento ofensivo violento que implicava, evidentemente, coordenação ou, pelo menos, certo impulso geral ordenado (1). Dêsse impulso resultou a recuperação das peças de artilharia que, novamente, foram voltadas para o verdadeiro adversário (2); e a seguir a surpresa nas tropas espanholas que foram recuando, até que, não agüentando o ímpeto do ataque, retiraram as que puderam manter coesão e fugiram em desordem ou foram dizimadas as que, por mais dispersas ou absorvidas pelo saque das bagagens, não conseguiram resistir.

E tôda esta reviravolta admirável e estranha, obrigou o exército de Molingen a atravessar apressadamente o Guadiana, desorganizado e reduzido, e a acolher-se às praças de onde saíra de manhã, sem talvez compreender como se dera sucesso tão extraordinário, tão fora das previsões e, até, diga-se, tão raro nas histórias.

O panegirista não se cança de repetir com ênfase: «...lean-se todas las historias antiguas y modernas, y las que se hicieron de quantas batallas se an dado en Europa de pocos años a esta parte, y no se hallará que infanteria desamparada de la cavalleria, rota e desbaratada por la contraria en cãpaña raza: aya resistido, peleado, ni vëncido a cavalleria e infanteria tan gallarda.» (3) E o próprio vencedor enaltece o êxito afirmando que a batalha foi «a maior

(1) Luís Marinho de Azevedo conta enfaticamente que os esquadrões portugueses «se formaron con la misma facilidad, que fueron desordenados por la impetuosidad de sus caballos —.» (*Apologia* cit., pág. 11).

(2) «É... particularmente notável a acção da nossa artilharia na batalha de Montijo...» (A. de Passos e Sousa, *Artilharia e Artilheiros de Elvas*, pág. 16).

(3) *Apologia* cit., pág. 19. Não virá fora de propósito lembrar que Montécuculli nas suas *Memórias* afirmou não ser possível à infanteria aguentar-se desde que lhe faltassem as duas alas de cavalaria, citando até, a tal respeito, a batalha de Nordlinghen, dez anos antes da de Montijo (Liv. 1, cap. IV, art. 2.º).

que jamais se ha visto» (1) o que D. João IV dias depois corroborou escrevendo que «pelas circunstancias se tem pela maior que se deu em Espanha depois da de Aljubarrota» e foi «sucesso tão prodigioso» que alguns soldados «se assinalaram com maior esforço do que parece cabe em homens mortais.» (2)

E é assim, mais ou menos, que os contemporâneos contam a acção e assim também a História manteve até agora a narração, sem pensar no que poderia haver por de-trás de tôdas as hiperboles de linguagem, aliás ao gôsto da época, assim como sem se preocupar com as origens dessa muito justa admiração que tem atravessado três séculos sem qualquer objecção crítica.

Penso eu que não será justo deixar passar o 3.º centenario dêste notável successo sem procurar ver se, no seu êxito, houve apenas «liberalidades da fortuna e não merecimentos do valor» como, na época, o grande Vieira afirmava acontecer muitas vezes com «os successos felizes da guerra.» (3). Desejaria, até, poder mostrar como na acção dos campos de Montijo tudo seguiu as imposições dos Principios que um dos chefes soube compreender e manejar e o outro não.

*

Lendo com atenção os documentos da época e pensando na maneira como o combate se desenvolveria, sente-se certa dúvida acêrca da aceitação moderna em histórias sérias, do modo como as cousas correram.

(1) *Carta* cit. de 29 de Maio.

(2) Carta de D. João IV para o Conde da Vidigueira, em 31 de Maio (*Cartas de El-Rei D. João IV* cit., vol. I, pág. 149).

(3) No 3.º sermão de S. Francisco Xavier [*Sermões*, vol. 13.º, ed. de 1857]. É curioso lembrar que Montaigne escreveu estar convencido de que as deliberações e conselhos antes dos combates eram apenas descargos de consciência («par acquit») e a maior parte dos successos eram entregues, simplesmente, à Fortuna que tudo resolvia [*Essais*, Liv. I, ensaio XXIV, a pág. 141 da edição Flammarion].

Houve tendência para simplificar o sucesso, possivelmente pelas dificuldades da interpretação dos testemunhos coevos; e não se tem reparado que essa simplificação dá aos relatos da batalha uma forma pouco compreensível principalmente para aquêles que têm alguma noção da técnica militar.

A primeira fase da acção já atrás ficou esboçada com possibilidade: a fuga da nossa cavalaria deixou a descoberto os terços das alas e arrastou parte dêles no impulso de entrada; o ataque da cavalaria adversa aumentou a confusão e começou a desorganizar a formatura de combate, com surpresa, parece, de um lado e do outro. Mas quando Matias de Albuquerque, reunindo alguns chefes subalternos, se lançou «cõ as espadas nas mãos» contra o inimigo, é ocasião de perguntar que fôrças havia intactas — ou se o campo de batalha era uma mistura de homens que se batiam sem qualquer espécie de ligações e apenas baralhados como em desordem de arraial.

Ora não são admissíveis a confusão e desordem completas; o tempo de duração do combate que andou por seis horas, mostra que houve fortes e talvez sólidos pontos de resistência quer de um lado quer do outro. Caso contrário, em muito menos tempo se desorganizaria tudo.

Lembremos Aljubarrota, por exemplo, que tão rapidamente se resolveu pela dissolução da hoste castelhana onde os núcleos de resistência foram poucos e fracos. Em Montijo, quando se deu a reacção por impulso dos chefes, se êstes não vissem no campo formações já não direi intactas mas em condições de maior ou menor equilíbrio em efectivo e em firmeza, quero crer que o impulso, por falta de verdadeira e segura base, e perdido no meio do tumulto, não iria além da boa vontade dos impulsores.

É preciso notar que o pânico da cavalaria que se afastou para longe e que poderia produzir pânico geral, não contaminou as massas de infantaria que se mantiveram, de comêço, mais ou menos firmes; não houve o terror que leva à completa desordem e à fuga sem apelação; os terços

recuariam, confundir-se-iam um pouco; a linha de combate teria sido «rota» segundo a expressão da época; mas não houve a dissolução de toda a espécie de ordem, de disciplina, de coesão que lança na mais terrível confusão e arrasta ao medo irresistível o melhor organismo militar. O próprio Albuquerque diz que chegou o «inimigo a rompernos pela parte que os nossos cavalos fizeram em nossos esquadrões o dano» (1), isto é, a abrir brecha nas formações das alas, a separar um ou outro tço, mas não a dissolver, em gente à solta toda a massa de Infantaria (2).

Por tudo isto, não me parece fácil admitir a espontaneidade da soldadesca, pouco experiente e envolvida já pelo inimigo, na recuperação da atitude enérgica e ofensiva sem que houvesse ainda, além disto, mais alguma coordenação, alguma ligação do chefe aos subordinados que, em dado momento, trabalhou devidamente.

E essa ligação não deveria ser outra senão o prestígio do comando, o verdadeiro prestígio do chefe que sempre se impõe no momento próprio quer pelo seu valor moral quer pelo exemplo. Matias de Albuquerque mediu bem o que se poderia passar «dentro de hū 4.º de ora» (3), o tal quarto de hora que pode decidir dos destinos de uma campanha; e com o conhecimento do que valia o factor moral perante as circunstâncias que se patenteavam tão claramente, tomou a decisão citada de se lançar «cõ as espadas nas mãos», arrastando pelo exemplo e pela impressão de bravura pessoal aquêles que, ainda procurando resistir ao ataque e aos desfalecimentos, poderiam, de um momento para o outro, entregar-se ou fugir.

E dado o impulso, a tempo e horas, com a energia e precisão necessárias, o combate modificou-se gradualmente,

(1) *Carta*, cit. de 29 de Maio, pág. 40.

(2) Julgo exageradas as expressões de certos historiadores modernos (v. g. P. Chagas: *Hist. de Portugal*, v, pág. 342, ed. de 1900) que atribuem o pânico a todo o exército.

(3) *Carta* cit. de 27 de Maio, a pág. 39.

de comêço decerto com hesitações e dificuldades, mas depois decididamente, com ascendente forte sôbre os Espanhóis a quem a surprêsa não deu tempo de organizar resistência.

Não creio possível, repito, a reconstituição das formações pelo simples sinal de vara mágica como quasi dizem as histórias modernas; deveria haver base forte para apoio, pois só assim Matias de Albuquerque poderia levar os homens à vitória.

Não me parece inútil repetir esta minha dúvida que (como tôdas as dúvidas) pode levar à aproximação da verdade. E daqui vamos cair em outra interrogação que acode naturalmente desde que nos metemos por tal caminho: ¿onde estaria o núcleo maior ou mais forte de tropas em que Albuquerque se firmou para reagir? ¿Não seria no centro da linha de combate mais ao abrigo do destrôço ocasionado pela cavalaria; e na reserva que também deveria estar um pouco a-coberto do rompimento, pela natural distância da frente e que não chegaria, no seu recuo, a encontrá-la e ainda pelas filas da carriagem que a envolvia?

A participação da batalha, feita no dia seguinte, embora com certos pormenores, deixa êste ponto sem explicação; diz apenas que, à volta do comando, não haveria mais de 100 soldados unidos, possivelmente a sua guarda e que, com êsses, se lançou Albuquerque «a chocar com o inimigo.» (1). E êste pormenor não invalida o que ficou dito, pois seria essa centena de homens o núcleo central da reacção, como era natural por lá estar o comandante; mas noutras formações encontraria o apoio necessário para seguir o impulso dado tão valorosamente.

Cem homens isolados, nada fariam, com certeza, contra

(1) Esta guarda era constituída por uma «tropa» de cavalaria comandada pelo francês Henrique de Lamorlaye que «obrou grandes finezas com muito valor.» (*Carta* cit. de 28 de Maio, págs. 39-40).

milhares dêles se andassem dispersos e já com o moral perdido.

Outro problema que se levanta desde que se mantenha a hipótese apresentada é o da direcção do ataque ou melhor, qual seria o primeiro objectivo que Albuquerque estabeleceria ao dar o sinal de reagir e ao lançar-se contra o inimigo? (1). E êste problema começa por outro: qual seria o lugar em que o General estaria no tal «4.º de ora» crítico em que desembainhou a espada?

Não se conclui dos testemunhos coevos a solução desejada. Matias de Albuquerque logo de início acudiu a vários pontos; corria de um a outro lado, procurando ordenar o que se começava a desorganizar, animando aqui e além, verificando tudo, sem perder o ânimo nem deixar «de hacer officio de constante General» como afirma o apologista (2). Teve recontros em que se defendeu à pranchada; e sempre seguido pela sua guarda, correu o campo e teria visto bem, não só a situação dos seus como a dos contrários, quando tomou a resolução heróica da reacção a que, para simplificar e por qualquer modo classificar aproximadamente, poderemos chamar «retorno ofensivo.» (3).

Ora de certo essa direcção de ataque não seria a das formações espanholas mais firmes; do lado do adversário (contam as histórias) a desorganização também se deu em virtude do encontro violento e da convicção em que ficaram, com a fuga da nossa cavalaria, da fácil e completa vitória. Diz-se mesmo que começou o saque às bagagens

(1) Advirta-se que a expressão «direcção de ataque» e o termo «objectivo» não são aqui empregados no sentido moderno mas simplesmente como locuções vulgares que melhor traduzem a idéia.

(2) Luís Marinho: *Apologia* cit., pág. 10.

(3) Assim lhe chamou Pinheiro Chagas, na *História de Portugal*, vol. v, pág. 342 (ed. de 1900) e modernamente o Sr. General Ferreira Martins que o classificou de *hábil* (*A Guerra da Restauração, 1641-1668*, conferência publicada na revista *O Instituto*, vol. 96, pág. 422).

e despojos portugueses. E quando um exército se entrega ao saque é porque se julga senhor do campo; e esta certeza sujeita-o a desastre certo se o inimigo sabe aproveitar esse erro grave, pois a coesão deslaça-se e a cobiça e egoísmo pessoal imperam com força.

Além disso, como já referi, o barão de Molingen não deixou reserva, tôdas as suas forças estavam lançadas na batalha; e assim o comando espanhol ficou sem meio de atalhar qualquer contratempo pois tôdas as formações estavam empenhadas na luta:

Este ponto não passaria sem nota aos olhos de Albuquerque, afeitos de há muito aos altos e baixos da luta armada. E certamente que, mantendo as forças centrais em frente dos terços espanhóis que ainda estariam mais ou menos unidos, o General arrastaria a reserva, ou parte dela, atrás desse pequeno núcleo dos «100 soldados» animados pelos chefes que não perderam a serenidade e caíria sobre uma das alas, ameaçando a retaguarda e, por consequência, a retirada dos inimigos. Deveria ser dura a luta porque os espanhóis consideravam-se vencedores e tinham já superioridade moral; mas a acção surtiu efeito e dentro de pouco começou a sentir-se a iniciativa mudar de direcção: os Portugueses excederam os adversários e estes começaram a recuar, parte ordenadamente, parte em multidão sem nexos que foi aos poucos dizimada.

Por qual das alas Matias de Albuquerque atacou, é outro problema que me parece sem solução fundamentada; mas é mais natural que fôsse pela ala direita dos Espanhóis porque foi a nossa ala esquerda a que mais se aguentou a seguir ao encontro da cavalaria ao largar o campo; e onde, segundo uma testemunha presencial, o equilíbrio foi maior, onde quasi se mantiveram «por natural esforço.» (1) Dêste lado teria mais pontos de apoio, isto é, formações mais capa-

(1) *Batalha de Montijo*, ms. cit., a pág. 106 do vol. II da *Rev. do Exército e da Armada*.

zes de se movimentarem em sentido ofensivo, ao passo que, na direita, a confusão era maior, a brecha ou brechas abertas eram mais fundas e o arranco, com certeza, mais difícil.

E seria assim que, dado o impulso, e aproveitado o enorme valor moral que dêle derivou, os chefes puderam reconstituir, tanto quanto possível, as unidades e com elas auxiliar o esforço que o General estava fazendo; e a verdade é que daí por diante já a luta se tornaria mais fácil e as probabilidades aumentariam sempre. E o barão de Molingen, embora «soldado valeroso e pratico» como insuspeitamente lhe chamou o conde de Ericeira (1), teve de retirar, parece que com dificuldade até ao Guadiana, reunindo as forças que pôde reunir e abandonando as outras à sua sorte o que corresponde a dizer que foram destruídas.

Assim se venceria a batalha de Montijo que tanto efeito político veio a produzir, «singularidade jamais vista» como o vencedor proclamou (2) e que, na verdade foi combate de admirável delineamento e de estranha evolução.

*

Esta interpretação que aí fica, melhor ou pior explicada, é natural que leve o auditório à justa dúvida de tudo ser mais ou menos fantasia ou, quando muito, tentativa de adaptação romanceada como está em moda.

Realmente, o sucesso é difícil de contar com minúcia, por falta de documentação clara e segura; mas é verdade também que a História nem sempre se escreve só com documentos coevos guardados nos arquivos; alguma coisa

(1) *Portugal Restaurado*, parte I, liv. VII, pág. 55 (ed. 1751).

(2) *Memorial de Matias de Albuquerque*, a fls. 94 v.º do Ms. n.º 155 da Biblioteca da Universidade. É interessante notar que os historiadores espanhóis em geral não ligam grande importância à batalha e, como Lafuente, dizem que «uno y otro se atribuyeron la victoria» evitando falar no retôrno que lhes causou a derrota (*Hist. Generale de España*, t. XII, cap. I, pág. 14).

mais é necessário juntar ao testemunho mesmo que seja fiel e procurar deslindar o que não foi contado, entrando pelo estudo dos homens que intervieram, e pensando como o Poeta que «chacun a quelque chose en l'esprit.» (1).

Ora creio que o general Matias de Albuquerque teria qualquer coisa no seu espírito que o guiaria em tôda a tremenda passagem daquele dia de combate. Desde a manhã em que viu o inimigo a «atravessar-se» no caminho, não deixou, ao acaso, que no seu cérebro surgisse qualquer plano; êsse plano surgiria com base própria, não foi consequência de súbitas explosões de inspiração como ainda muito boa gente julga; e da longa experiência e das leituras e estudo meditado que desenvolveriam o carácter, é que êle (plano) viria, naturalmente adequado ao momento que passava: quer consequência da inteligência, da vontade e do método, como querem uns, quer do saber, do raciocínio e do cálculo como afirmam outros.

Assim, a concepção da formatura na marcha evolucio-
nou para a da disposição para o combate; e evolucionaria gradualmente, com conhecimento de causa, não esperando que surgisse do alto a decisão; depois, perante o desenrolar do combate, viriam as reflexões naturais de quem conhecia, por larga e árdua prática, quanto era falível a confiança em plano rígido e de quem sabia, pela mesma dura prática, a dificuldade de manter o moral elevado em tropas que encontram, pela frente, sem contar muito, vigor e superioridade no ataque.

Na sua vida de comando nas lutas contra Holandeses nó Brasil, muita vez os seus planos bem pensados foram abaixo; algumas ocasiões se viu quási só nas refregas; noutras conseguiu elevar o moral da sua gente, abatida e destroçada, a ponto de reagir e retomar o impulso; e em tôdas o seu carácter se manteve rigidamente à altura do momento; dominando sempre o espírito que, em certos períodos pode-

(1) Vitor Hugo: *Les Contemplations*, I. *Autrefois*, I, liv. I, VI.

ria ter hesitações (1); constantemente em equilíbrio com a sua capacidade intelectual, como entendia Napoleão; sem desesperar da solução boa, procurando com o melhor ânimo e tenazmente, tirar das dificuldades tôdas as maneiras de mudar o caminho aos sucessos; e resolvido a executar as suas idéias ou a concretizá-las não ao sabor das circunstâncias como os médiocres, mas, pelo contrário, apesar das circunstâncias, conforme o que, dois séculos depois, deveria ser uma das máximas de Mestre (2).

Tinha, por isso, o General mentalidade formada já para suportar a reviravolta que se dava no campo de batalha depois de se convencer, como confessou, que o ataque inimigo se não daria, pois «a nossa vantagem era tão grande» que, acrescenta, «parecia mais temeridade que razão o empenhar-se o inimigo...» (3). Tinha a sua inteligência desperta bastante para abranger rapidamente o conjunto grave de incidentes que logo de entrada se deram e que poderiam aumentar depois e perder tudo. Os contratempos passados ter-lhe-iam dado um calo especial que produziria a serenidade em tais ocasiões, sem o qual os raciocínios e os cálculos se não fariam com proveito nem a avaliação do momento se poderia fixar com mais ou menos verdade.

E ainda a vontade, essa qualidade essencial nos chefes, não deixaria passar os quartos de hora sem os marcar com

(1) Cfr. M.^{al} Marmont: *De l'Esprit des Institutions Militaires* onde o autor insiste na necessidade do *carácter* (essencial nos chefes) dominar o *espírito* que, naqueles que possuem vasta inteligência, pode considerar os problemas, a cada momento, debaixo de novo aspecto (Pág. 264-65).

(2) Do Marechal Bugeaud, apud Sebastião Teles: *Introdução ao estudo dos conhecimentos militares*, pág. 282.

(3) *Carta* cit. de 27 de Maio, pág. 38. António Pais Viegas disse o mesmo depois: «...parecia temeridade querer o inimigo empenhar-se...» [*Relação dos gloriosos sucessos, que as armas de Sua Magestade El-Rey D. Joam IV. N. S. tiveram nas terras de Castella neste anno de 1644, até á memoravel victoria de Montijo* (Lisboa, 1644), a pág. 15].

decisões seguras, decisões que se tornariam sucessivamente mais fortes, no sentido sempre de levar ao fim, embora por outros meios, a primitiva intenção.

Mas essa mentalidade não se formára só à custa das qualidades pessoais a que a experiência dura do Brasil dera têmpera excelente.

Nesse homem de inteligência maleável e atenta, havia ainda a cultura — não direi já a cultura tal como ela hoje se entende e se exige para chefes, mas a que seria necessária, na época, aos que tinham a grave missão de comando. Será difícil saber a qualidade de estudos que Albuquerque teria feito; ao tempo, os trabalhos de instrução eram reduzidos tanto mais que ainda se vivia na rotina de que nas «pessoas ilustres... se deve prosopôr maior capacidade e mais antecipadas noticias» conforme os canons oficiais (1). Se, porém, são verdadeiras certas notas biográficas (2) vê-se que teve mestres, em criança, durante o tempo em que viveu em casa de seu tio, o velho Matias de Albuquerque, antigo vice-rei da Índia; e de certo seriam bons mestres e êstes ensinariam o que ao tempo se ensinava em casas que podiam pagar e que mantinham certo nível de vida.

Deveria haver, nessa instrução, uma base de Humanidades em que a História teria grande lugar; e, como havia a tradição militar na família, muito natural será concluir que através dessa História surgiriam não só a avaliação das campanhas anteriores, os processos e sistemas dos grandes chefes (aliás ainda mal definidos), os exemplos flagrantes de heroísmo, lealdade e abnegação — tudo em conjunto que, para espírito avisado e de atenta curiosidade, teria efeito

(1) Ver as *Ordenanças militares de 1611-1633*, no § 17, publicadas na *História do Exército Português*, de Cristóvão Aires, a págs. 207 e seg. do vol. III das *Provas*.

(2) *Apontamentos biográficos de Matias de Albuquerque*, a fls. 326-326 v.º do Ms. n.º 1555 (fundo geral) da Biblioteca Nacional de Lisboa. Parece rascunho ou resumo para maior notícia da vida do General.

de certa profundezza como hoje tratadistas e críticos de valor afirmam acontecer aquêles que, além das qualidades próprias vindas do temperamento, adquirem pelo que aprendem e pelo ambiente em que vivem, as outras que são essenciaes.

Conheceria, pois, a História mais naturalmente debaixo do aspecto «plutarqueano», mais próprio para estimular os brios da mocidade nobre — desde o caso de Cipião em Numância para não passar da história romana, aos exemplos caseiros como o de Aljubarrota, ou ainda outros mais recentes da Guerra dos 30 Anos em que foram notáveis os dados por Bernardo de Saxe-Weimar cuja influênciã, no seu espírito, parece (como adiante direi) ter sido grande.

E com êsse estudo que abrangeria, além das Humanidades, outras províncias de conhecimentos, vieram, depois, as relações que a estirpe lhe proporcionaria, as viagens, e as primeiras lutas no norte de África que lhe dariam bastante desembaraço intelectual, algum arejamento em relação ao ambiente em que se criou; e de tudo isto, o conjunto utilíssimo de noções que desenvolveriam outras que surgiriam com a experiência de modo a dar-lhes o direito de dizer mais tarde, com ligeiro envaidecimento (natural em quem se vê acusado com injustiça) que se sentia com competência para a chefia do exército quer «na teórica» quer na «prática» (1).

Tudo isto pode parecer campo de hipóteses; a falta de documentação demonstrativa que não deixa precisar a educação recebida e a formação militar, dá azo, realmente, a fantasias. Mas eu creio que a reunião de tanto ensinamento colhido de uma maneira ou de outra, e a inteligência comprensiva de que era dotado, faria com que Albuquerque, por trabalho intelectual evolutivo, acompanhado por vontade resoluta, conseguisse abranger o que, na prática se via obrigado a executar.

(1) *Memorial cit.*, fls. 97 v.º

Foi êsse conjunto complexo de ensinamentos que levou o marechal de Belle-Isle a dizer, já no século XVIII, que a êle devia tudo o que sabia (1); e sem querer arrastar aqui longa fiada de citações fastidiosas, direi que modernamente alguns críticos afirmam que dêsse conjunto de conhecimentos históricos e do seu exame, nasceu «a teoria da guerra» na sua amplitude total (2) e que da experiência e temperamento pessoais, veio com a maior naturalidade o «sistema particular.» (3). E foi ainda tôda essa sólida orientação de espirito de Matias de Albuquerque que teria vencido a crise tremenda que se lhe apresentou com a inesperada volta que se deu na batalha tão bem planeada.

Esperar por inspiração ou por facilidade de improvisar para resolver problemas com acuidade tão grande como se tem querido atribuir a Albuquerque no lance, é prova de que se não conhecem tais assuntos e de que se pode julgar possível a entrega ao Acaso e à benignidade da Fortuna o bom êxito dos combates — como se um comando que se prese deva fiar-se em mais alguma coisa do que no seu próprio merecimento.

Lembrando certa passagem de Fr. Luís de Sousa, a respeito de um fronteiro no norte de África, «podemos dizer que só êle venceu» (4).

Um tratadista ainda muito em voga e entre nós muito citado e, em certos pontos, quási oficial, na época, ensinar-lhe-ia que o êxito depende do Saber e não do Acaso (5); e que nunca um comando se deve considerar vencido, nunca deve desesperar do momento mais crítico, afirmando

(1) *Instructions du Marechal de Belle-Isle à son fils...* na *Revue de Infanterie*, vol. 84, pág. 1031.

(2) Marselli *A guerra e a sua história* (1875), liv. I, pág. 35.

(3) Guilherme Rustow: *A arte militar do século XIX*, vol. I, pág. 12.

(4) *Anais de D. João III*, liv. IV, cap. XII.

(5) «Qui secundos optat eventus, dimicet arte, non casu» (Vegecio: *Institutorum Rei militaris*, liv. III, Prólogo).

até que aquêles que assim procedem são em regra considerados homens superiores e que, por muito mal que se veja o combate, há sempre maneira de lhe dar nova feição (1).

E a longa experiência de Albuquerque em reveses que não provocou, fortaleceria nesta dolorosa passagem do combate (que a outros levaria a largar a emprêsa e a entregar à sorte as suas fôrças) a superioridade intelectual formada em estudos de certa amplitude e o firme carácter de homem de vontade decidida.

*

Mas é possível que, além de tôdas estas razões que apresentei para julgamento do valor do comando de Matias de Albuquerque, haja mais algumas que pesariam no seu espírito de modo concreto — e que venho aqui lembrar para estimular o estudo no sentido comparativo desta acção tão importante de Montijo, apenas descrita na época com exuberante retórica, depois atribuída a fôrça sobrenatural e últimamente mencionada, já sem gongorismos, conforme o relato das obras contemporâneas que nem sempre concordam com certos pormenores.

Uma dessas razões será dada por um successo militar de alta importância que um ano e semana antes, dia por dia, fizera espanto na Europa pela maneira quási inédita de vencer uma batalha que se chegou a considerar perdida.

Quero-me referir a Rocroi (2), prélio em que o vencedor com 22 anos de idade e com um exército pouco antes desor-

(1) «...et pro superioribus sunt habiti. qui minime desperarunt. Nam in simili conditione fortior creditur, quem adversa non frangunt» (Vegécio: *ob. cit.*, livro III, cap. 25).

(2) A 19 de Maio de 1643.

ganizado, derrotou velhos soldados que mantinham tradições de solidez e valor há muito na Europa, e mudou quasi por completo a feição da guerra que se arrastava. É, creio, bastante conhecida a batalha nas suas linhas gerais, mais consequência de melhor adaptação ao progresso dos conhecimentos militares por parte do duque de Enghien e de mais larga visão do momento, do que por parte dos vencidos talvez ainda preocupados com as velhas fórmulas.

O que importa ao intento é fixar os pontos de contacto com a nossa Montijo e lembrar que Rocroi pelas formas de que se revestiu deu brado enorme e foi celebrada e discutida geralmente em todos os países porque a vivacidade do comando francês (que compreendia o valor decisivo da batalha e mantinha nos lances perigosos a mesma atitude decidida e elevada e sabia tirar dos sucessos qualquer consequência favorável) deu a impressão a quem sabia ver de que alguma coisa de novo, contrariamente aos processos em uso, aparecia na concepção e no desenvolvimento de um combate⁽¹⁾.

A Portugal, o ruído dessa batalha capital chegou logo como às outras nações; apareceram folhetos de propaganda e apologia⁽²⁾; e como o trabalho de organização e as preocupações da luta absorviam muitos dos nossos homens com responsabilidades, ela seria naturalmente estudada com aten-

(1) Não deixa de ser curioso lembrar a seguinte passagem de P. L. Courier: «Quelq' un aurait gagné la bataille de Rocroi quand même Monseigneur ne s'y fut trouvé; mais le *Misanthrope*, qui l'eut fait sans Molière?...» (*Conversation chez la comtesse a' Albany*, publicada também com o título de *L'art de la guerre, conversation . . . etc.*; a pág. 308 do vol. I das *Oeuvres*, ed. Garnier, 1925).

(2) Logo em Julho dêsse ano de 1643 saíu em Lisboa o opúsculo in-8.º *A grande batalha de Rocry em aqual Dom Francisco de Mello General do exercito Castelhana em Flandres, perdeu mais de desaseis mil homens . . . ficanda o resto do exercito desbaratado: Pello Duque de Enguien Filho do Principe de Condé. . .* (Lisboa, 1643, Na officina de Lourenço de Anvers). É tradução do francês

ção e como exemplo; (1) e Matias de Albuquerque, então principalmente empenhado na fronteira, teria dela conhecimento e a sua curiosidade não seria indiferente à evolução e conseqüências do sucesso.

Ora os pontos de contacto a que aludi são vários.

O exército francês andava desorganizado e bastante desmoralizado antes da chegada de Enghien; foi êste que lhe deu firmeza e lhe elevou o moral.

O exército imperial apresentou-se na batalha sem reservas; o seu corpo de combate, embora em quatro linhas paralelas não tinha o apoio de qualquer fôrça à retaguarda.

Quando o combate começou a cavalaria da ala direita dos Imperiais lançou-se sobre a esquerda dos Franceses que não suportaram o encontro, se desorganizaram, assim como as fôrças de infantaria dêsse mesmo lado. O dest:ôço foi tão grande e o pêso do ataque tão violento que do lado francês se chegou a supor a batalha perdida e a ordenar a retirada antes da desorganização ser completa.

Enghien, vendo o descalabro, não sucumbiu; fêz com que se mantivessem na esquerda e centro; e unindo a cavalaria de reserva à parte que pôde reunir da ala direita, largou a galope, rodeando, e caiu sobre a retaguarda inimiga, na parte composta por infantaria alemã. Esta não aguentou o ataque, vacilou, desuniu-se; a cavalaria francesa dispersou-a com facilidade fazendo com que levasse a todo o campo a desorganização e a derrota.

Durou a batalha também 6 horas.

Enghien mostrou a boa têmpera de que era dotado, superior ao desânimo como mais tarde em Nordlingen, resolvido a não se deixar vencer sem empregar todos os

(1) Luis Marinho de Azevedo, na sua *Apologia Militar* cit. refere-se a Rocroi, na pág. 19, louvando o valor da Infantaria imperial parte da qual era portuguesa; o autor parece ter certa vaidade em haver compatriotas entre os vencidos pelo futuro Grande Condé.

recursos de que dispunha. O seu temperamento obstinado e de certa audácia, dava-lhe ensejo à prática de acções que qualquer outro chefe, mais cauteloso e agarrado a regras, se negaria a fazer.

O resultado da sua atitude, na altura perigosa da batalha era, na verdade, digno de ponderação e de louvor. Quero crer, pois, sem forçar muito a minha interpretação, que na mente de Matias de Albuquerque se reproduziria o caso de Rocroi quando viu a ala esquerda desfeita, o seu centro abalado e a direita abafada pela violenta luta com quasi tóda a cavalaria espanhola; o quadro tinha semelhança flagrante e o vulto do futuro Grand Condé appareceria como incentivo e exemplo.

Serenidade, perseverança e valor pessoal; possibilidade de reunião de elementos; intenção ofensiva e despreocupação da morte — tudo se reunia nesse rapaz de 22 anos que afrontou não só tropas de grandes tradições e hábitos de firmeza, mas também os preconceitos que, muitas vezes, custam mais a vencer (1).

E em Montijo há que notar a falta da cavalaria que tornava a reacção muito mais difícil e que obrigava a infantaria, desajudada, «desnuda» como disse um panegirista, a esforço superior ao que, na época, era obrigada normalmente a fazer.

Mas há ainda outra razão para apresentar a respeito das possíveis influências no espírito de Matias de Albuquerque.

Essa razão surge naturalmente de uma passagem da carta de 27 de Maio em que conta a D. João IV os sucessos da véspera. Essa carta foi escrita certamente ao correr da pena, ainda debaixo da comoção que lhe daria a vitória conseguida tão notavelmente; foi redigida com naturalidade,

(1) Muito elucidativa, a este respeito, a carta de Napoleão a Lauriston, datada aos 12 de Dezembro de 1804. (Apud Colin: *Les transformations de la guerre*, pág. 160, ed. de 1912).

sem preocupações de forma e muito menos de erudição. Nela, o vencedor deixa correr um pouco do seu entusiasmo e, diga-se, um pouco de vaidade, aliás justificada — se bem que a vaidade não era peculiar ao seu carácter. E assim, saiu-lhe espontaneamente uma comparação vinda do conhecimento que tinha do sucesso comparado, como a cousa mais natural e simples.

Ao terminar a exposição da batalha, depois de referir o número de baixas, diz: «Siruase V. Mag.^{de} considerar o que procedeo, e sem gente, e com a caualaria perdida se ganhou dentro de hũ 4.º, de ora e quando o Duque Bernardo de Boimar roto se junctou no dia seguinte ágente escapada e tornou a dar batalha q vençeo se teue pella maior couza destes tempos.» (1).

Esta evocação, em tal momento, do Duque Bernardo de Saxe-Weimar, um dos grandes discípulos e companheiros de Gustavo Adolfo, quero crer que corresponde a de uma figura familiar a Matias de Albuquerque e que a fama dos processos táticos dêste notável «heroi alemão» como lhe chamou Schiller (2) seriam tão conhecidos que a citação do seu nome não implicava preocupação de mostrar saber. A carta de 27 de Maio é de prosa correntia e, se a cópia não atraiçoou o original, até um tanto desleixada quer na forma quer na maneira da exposição dos factos. Julgo, pois, ver nesta simples citação prova decisiva da influência no espírito de Albuquerque, do prestígio, que foi grande na Europa, deixado pelo Duque Bernardo.

Realmente, êste chefe alemão, de verdadeiras qualidades militares, impôs-se na época ao lado de outros chefes de grandes méritos como Gustavo Adolfo (de quem parece ter sido o discípulo querido) ou Wallenstein; e foi considerado como mestre por outros mais novos como Montecuculli e,

(1) Carta a pág. 39 do vol. II das *Cartas dos Governadores* já cit.

(2) *Histoire de la Guerre de Trente Ans*. Trad. par M.^{me} la baronne de Carlowitz, Liv. troisième, pág. 311.

sobretudo pelo grande Turenne cujo valor nas idéias e nos métodos ficou dando ao seu nome o direito de ser considerado como um dos maiores chefes da História.

Bernardo aparece, muito novo ainda, com 23 anos, ao serviço de Cristiano IV da Dinamarca quando êste intentava a campanha de 1627, sem grandes elementos de comando. As suas qualidades revelaram-se; mas onde elas se ampliaram e tomaram o verdadeiro sentido, foi no período seguinte da Guerra dos 30 Anos, quando entra em cena o rei Gustavo Adolfo com o seu bem organizado e disciplinado exército. É então que, debaixo das ordens dêste, o Duque desenvolveu as suas aptidões, com percepção clara das intenções do grande chefe e com a não menos clara e enérgica maneira de as executar.

Mas, ao mesmo tempo que recebia enorme influência das idéias e processos do rei sueco, não deixava de ter, devida a temperamento e, possivelmente, à educação recebida, certa maneira especial nas suas idéias e nos processos de que usava. Possuía grande vivacidade de inteligência que lhe dava a fácil apreensão dos sucessos e das suas conseqüências; tinha a grande qualidade de não se intimidar com qualquer contrariedade ou mesmo com a falta de êxito dos seus planos e procurava sempre reaver o perdido quer material quer moralmente; não se preocupava com a publicidade das suas vitórias e procurava a amizade e o sentimento de confiança por parte dos seus subordinados. E, como claramente disse Turenne, mais tarde, era notável por conseguir fazer do nada alguma coisa (1).

(1) Apud Weigand: *Turenne*, pág. 26. Acêrca dêste Duque Bernardo podem consultar-se: J. A. C. Hellfeld, *Geschichte Bernhards der Grossen, Herzog v. Saxe-Weimar* (Iena, 1747); B. Röse, *Herzog Bernhard d. Grosse von Saxe-Weimar* (Weimar, 1828-29); Droysen, *Bernhard v. Wsimar* (Leipzig, 1885); E. Charveriat, *Histoire de la Guerre de Trente Ans. 1618-1648* (Paris, 1878); *The Cambridge Modern History planned by the late Lord Acton LL. D.* vol. IV — *The Thirty year's war* (Cambridge, 1907); etc., etc.

Note-se: fazer do nada alguma cousa.

Ora tôdas estas qualidades assentam muito bem em Matias de Albuquerque; e para o caso especial de que trato, é notável a preocupação do General português em tirar dos desastres ensinamentos para melhorar os seus planos; em não se deixar abater por êles; e, acima de tudo, procurar conseguir fazer do nada alguma cousa...

Em Montijo se pode dizer que, como o Duque Bernardo, do nada fêz alguma cousa; da perspectiva da derrota conseguiu alcançar uma vitória que, no seu modo de vêr, superior à do príncipe alemão, aliás no consenso geral, a «maior cousa dêstes tempos» (1).

O prestígio do Duque Bernardo impressionara Albuquerque; e essa impressão seria tanto maior quanto era certa a paridade de temperamentos e de intenções.

*

Emfim, em resumo, e para terminar, direi que a batalha que se feriu há três séculos na planície estremenha de Montijo, foi caso raro na história militar.

Essa raridade foi devida ao chefe que comandava o exército vitorioso ser personalidade de carácter definido, de saber largo do ofício de comandar, de têmpera rija para

(1) Deve tratar-se, segundo entendo, das duas batalhas de Rheinfelden, feridas a 28 de Fevereiro e a 3 de Março de 1638 entre o exército do Duque Bernardo que cercava aquela praça junto ao Reno e outro comandado por João de Werth. No primeiro dia o Duque foi derrotado, em parte, porque os inimigos, convencidos da vitória se lançaram sôbre as bagagens, saqueando-as; mas dois dias depois, reorganizadas as suas tropas, atacou o adversário que foi surpreendido e vencido apesar de se defender com energia. Há realmente grandes pontos de contacto entre estas duas batalhas e a de Montijo — e daqui a impressão que levou Albuquerque a comparar a sua acção com essa outra que foi a «maior cousa dêstes tempos».

se não submeter aos desastres e de prestígio suficiente para ser obedecido quando a Fortuna começasse a voltar a cara e a animalidade a apoderar-se do combatente para lhe aniquilar tôdas as qualidades de resistência e deixá-lo entregue ao instinto de conservação e ao medo. Era, na verdade, necessário ter grandes qualidades pessoais de atracção e influência sôbre os seus homens, para conseguir arrastar ao ataque tropas quási destroçadas; a êle, Albuquerque, se podia aplicar, pois, o passo do crítico Folard ao dizer que os chefes verdadeiros nada devem ao Acaso e pouco às suas tropas, mas tudo à sua capacidade (1) — conceito que, aliás, vem da Antiguidade e se tem reproduzido de várias formas pelos tempos adiante.

Mas, ao mesmo tempo que essas qualidades se reüniam no futuro Conde de Alegrete, deveria ter havido também a influência da batalha de Rocroi como successo que impressionou muito a Europa da época e constituiu padrão para quem sabia vêr; e a larga influência anterior dessa estranha figura do Príncipe Bernardo de Saxe-Weimar, cuja movimentada vida deu azo às atenções daqueles que sentiam a guerra debaixo do aspecto moral e não como simples arte de movimentar tropas como cousas.

Eu não sei se esta minha interpretação do successo de Montijo é razoável e se, dentro dos processos da boa crítica, tem qualidades para se aceitar. Mas aí fica entregue à apreciação dos que tiveram a atenção de me ouvir, sem outro valor que não seja o de provocar para êste processo de estudo um pouco da atenção que me parece merecer.

É, pois, um caso de opinião ou critério pessoal êste de interpretar a batalha de há 3 séculos — critério por que me bato há muito sem, afinal, ninguém dar por isso...

O supra citado Sr. de Folard escreveu um dia que, em

(1) *Nouvelles Découvertes sur la Guerre, dans une dissertation sur Polybe.* Par le Sr. de Folard, a pag. 265 da 2.^a ed. (Bruxelas, 1753).

regra se perdoam as opiniões, mas não a quem as propõe (1); ora eu não levarei a mal que não perdoem a exposição dêste meu critério — mas o que desejaria é que êle fôsse discutido como deve ser e se possa provar que está errado.

Ficarei satisfeito com o prazer de levantar o problema.

Coimbra, Novembro-Dezembro de 1943.

BELISÁRIO PIMENTA.

(1) *Ob. cit.*, Preface, pág. XIV.

A TERRA DE BESTEIROS E O ACTUAL CONCELHO DE TONDELA

(ESBÔÇO HISTÓRICO E TOPONÍMICO)

(Continuado do vol. 104.º, pág. 128)

V

No comêço do século VIII deu-se a invasão muçulmana e em breve espaço ficou a Península quási inteiramente subjugada. Mas não foi a mesma a sorte das regiões invadidas.

As populações que ofereceram resistênciã, como as do sul, e passaram ao domínio sarraceno pela fôrça das armas, tiveram de se entregar à mercê do vencedor.

No distrito de Coimbra e possivelmente até ao Douro, isto é, na zona que nos interessa, os seus habitantes, vendo que era inútil a resistênciã e dominados pelo pavor ante a violênciã e impetuosidade dos primeiros embates, submeteram-se com relativa facilidade por meio de capitulaçã. Nas regiões onde isto sucedia, os invasores limitavam-se a ocupar as cidades e os pontos estratégicos com guarnições em que predominavam os elementos berberes e usaram para os vencidos de relativa magnanimidade e tolerância, pois nas convenções com êles celebradas, consignava-se a liberdade do culto, o respeito pelas suas leis e costumes e os isentavam da repartição de terras, mediante o imposto pessoal de capitaçã (*qízia*) e o imposto predial sôbre o rendimento das terras (*carage*).

Dos primeiros tempos da ocupaçã, período obscuro de que pouco poderemos dizer, à reconquista definitiva por Fernando Magno até ao norte do Mondego e ao estabelecimento do condado de Coimbra, sob o govêrno de moçárabe Sisnando, vão mais de trezentos anos; mas durante êsse

longo lapso de tempo nem sempre foi efectivo nem ininterrupto o domínio árabe nesta região.

É que se tratava de uma conquista feita à mão armada, de um domínio exclusivamente imposto pela força e por isso, apesar do que ficou dito sobre a tolerância e concessões feitas aos vencidos, estes não se sujeitaram de boa mente a tal domínio que nunca devia ter sido para eles nem doce nem suave; no fundo o antagonismo de raças e de crenças opôs sempre invencível obstáculo, já não digo à fusão, mas a um pacífico entendimento entre vencidos e vencedores e criou o estado de guerra quasi permanente entre as duas raças até à reconquista definitiva.

As lutas para este fim foram iniciadas, volvidas poucas dezenas de anos, pelo núcleo cristão que conseguiu manter a sua independência ao norte, nas Astúrias.

As campanhas de Afonso I, genro de Pelaio (737-757) e de Afonso II (791-841), embora vitoriosas, não lograram realizar conquistas definitivas e o seu efeito nesta região pouco se faria sentir.

Na zona central, ao sul do Douro, o abandono pela população cristã das povoações mais importantes, em consequência da acção militar de Afonso I, não se teria dado na sua totalidade ou pelo menos em grande maioria; mas esse abandono então seria quasi nulo na região de que tratamos, onde não havia nenhum aglomerado urbano, e a população vivia ou em pequenos núcleos, ou dispersa pelos campos a amanhar suas terras e a pastorear seus gados.

Pelo mesmo motivo, embora sujeita mais de um século ao domínio dos mouros, estes não teriam alterado fundamentalmente as condições da sua vida e insignificante seria o seu grau de islamização. Esta influência viria a ser exercida muito mais tarde, nos últimos períodos da dominação agarena, mais pela migração voluntária ou forçada dos moçárabes que doutros pontos para aqui vieram estabelecer-se, do que propriamente pela acção directa dos muçulmanos. É sobretudo no aspecto toponímico, numa zona bem delimitada da nossa região, que ainda hoje se manifesta tal influência.

Foi preciso chegar-se ao reinado de Afonso III (866-910) para que o domínio cristão viesse a restabelecer-se entre o Douro e o Mondego e desta vez durante um período relativamente longo, pois só de 967 em diante tornou esta região, tãda ou na maior parte, a ser dominada pelos sarracenos.

Por duas ordens de factos foi importantíssima a reconquista, embora transitória, de Afonso III.

Na sua marcha vitoriosa para o sul, de conquista em conquista, tanto o próprio rei como os condes Vimara Peres, Odoário e Hermenegildo Mendes usaram na mais larga escala do direito de *presúria* e assim, ao mesmo tempo que tomavam e repovoavam os castelos e outras povoações, iam-se apoderando de tãdas as vilas, lugarejos, prédios rústicos e habitações nêles contidas. Tãda a propriedade territorial, por onde passavam, era incorporada na coroa e a sua exploração confiada aos antigos ocupantes, ou às turbas que com êles tinham vindo do norte, homens ingênuos seguidos por servos e libertos. Operou-se uma verdadeira revolução no regime da propriedade: os *presores* tornaram-se os novos donos e mudando os donos, era natural que mudassem os nomes dos prédios.

É de crer portanto que foi dessa época e dessa apreensão por asturo-leoneses que derivaram os topónimos de origem germânica tão numerosos na região — Sangemil, Teomil, Nandufe, Alvarim, Adiça, Tourigo, etc.

A segunda consequência da reconquista foi a fundação do mosteiro de Lorvão que, além da sua acção religiosa e cultural, foi durante largo período o mais poderoso factor de repovoação e de desenvolvimento agrícola não só da zona que lhe ficava contígua, mas de extensas e numerosas terras distantes da sua sede, ao norte e ao sul do Mondego.

Devem-se também a Lorvão os mais antigos monumentos diplomáticos em que vamos encontrar referências a sítios e nomes de lugares habitados dos territórios até onde estendia a sua influência.

Segundo o Dr. Ruy de Azevedo, a fundação do mosteiro teria sido um pouco posterior à tomada de Coimbra em 878 (1), mas já pouco depois numerosos documentos atestam o seu gradual crescimento e expansão no território reconquistado ao sul do Douro.

Os documentos respeitantes à nossa região incluem-se em dois períodos diferentes — os anteriores e os posteriores à tomada de Coimbra em 1064

Dos primeiros encontram-se no Livro dos Testamentos de Lorvão os seguintes, dos quais apenas reproduzo as cláusulas essenciais e as referências a bens situados dentro dos limites do actual concelho de Tondela:

- 1) 939 — Testamentum de foze de Pavia de illas varzenas integras. (*Dipl. et Chartæ*, p. 29).

... Ego Ariulfo et uxor mea Cenusenda placuit nobis... facerimus vobis domno primus abba... cartula testamenti de hereditate nostra que abemus ad foze de pavia. Id sunt illas varzenas integras de ambas partes in ripa de pavia quomodo illas obtinuit pater noster.

- 2) 961 — Testamentum de Rido de Asinus et de Speraindeo (*Dipl. et Chartæ*, p. 53).

... Inderquina atque Palla... pro remedio anime mee necnon et de viro meo Suarius Sennini filius... placuit mihi ut facerem... in primis villa speraindeo... et adicio etiam alia mea villa *sauugosa* per suis locis et terminis antiquis et laurosa ferronio et vineas quod sunt in ripa pauie et villa de sancta eolalalie cum omnibus prestationibus suis et suniloni, omnes as villas in urbis visco sunt constructas... Oveco muneonis conf. Gun-

(1) *O Mosteiro de Lorvão, na reconquista cristã*, pág. 23.

desindas conf. Didagus conf. ... Rudesindus episcopus conf., Gundisalvus ep. legionis sedis conf., Viliulfus, ep. tudense sedis conf., Ariani, ep. dumienne sedis conf. Sisnando d. g. ep. iriense sedis conf., Dominicus ep. zamorense sedis conf., Ermegildus ep. visiense sedis conf. Ranemirus rex unum factum quam fecerunt avios et parentes nostros ego conf. Santius serenissimus princeps conf. Veremudus rex simili modo conf.

- 3) 976 — Testamentum de villa de Ferrariolos (*Dipl. et Chartae*, pg. 74).

... Nos omnes de ferrariolos que subter roboraturi vel signo facturi sumus. Id sumus marcus et uxor mea antulina abdonna et filiis meis mohel et menendo montuken et uxor mea palma justo et uxor mea eolalia nausti julia arias et uxor mea maiorina elias et uxor mea maiorina item iulia leocadia item menendo et uxor mea faregia totos de villa ferreiros vobis domino primus abba vel fratribus vestris... venderemus nostra villa integra que vocitant ferrariolos pro precio nominato id est octuaginta modios inter milio et tritico. Facta karta venditionis kalendas novembris Era millesima XIII.^a

- 4) 981 — Testamentum de villa Traxede cum suo monasterio. (*Dipl. et Chartae*, p. 80).

Gundisaluus muniz et uxor mea mamodona... placuit nobis... ut faceremus textum scripture testamenti de omni nostra hereditate quam habemus in villa nostra propria que vocitant Traxede cum suo monasterio discurrente ribulo adon prope ipsius ripa proprio monasterio cum omni ornato suo... cum villa genestosa et de alia parte villa negosela que dividet per arcas cum monte mauraz et travanca...

Ego Gundisalvus muneonis et uxor mea cum propriis manibus nostris confirmamus ✠ ✠ . . . Viliulfus ep. colimbriensis sedis conf., Iquilonii ep. visensis sedis conf., Iacobus, ep. lamecensis.

À data dos dois primeiros documentos, 939 e 961, as cidades de Viseu e de Coimbra continuavam sob o domínio cristão que tinha sido restabelecido por Afonso III. Ordonho, filho segundo dêste rei e por êle nomeado rei de Galiza (1), escolhera Viseu para sua residência habitual e no tempo de Ramiro II continuou esta cidade a ser a sua capital como já havia sido de seu pai.

Lorvão já então possuía vastos domínios ao norte do Mondego; com a doação de Ariulfo e de sua mulher Cenusenda, em 939, ano da célebre vitória de Simancas, via a sua fortuna imobiliária grandemente aumentada pelos valiosos bens assim adquiridos na foz do Pavia, aos quais viriam juntar-se em breve novas e mais importantes aquisições a montante, na parte superior da bacia dêste afluente do Dão. A doação de Ariulfo, que marca o comêço destas aquisições, abrange, entre outras, extensas e muito boas terras na parte sul do actual concelho de Tondela; mas incomparavelmente muito mais valiosa foi a larguíssima doação feita em 961 por Inderquina Pallas, a rica senhora à qual Viterbo se refere a propósito das sagradas relíquias depositadas no mosteiro de monjas de *Speraindeo*.

Todos os que conhecem a região sabem quanto são ricas e férteis as terras de Sabugosa, no concelho de Tondela, e muito mais ainda as do Mosteirinho, Coutos (Couto de Baixo e Couto de Cima), Lourosa, S.^{ta} Eulália e outros lugares mencionados na doação, que no seu conjunto cons-

(1) Por Galiza entendia-se tôda a zona ocidental até à fronteira sul, como se vê de um documento de 933, pelo qual Ramiro II fez uma doação a Lorvão, «*situm est cenobium . . . in finibus gallicie*» (Damião Peres, *H. de Portugal*, Barcelos, vol. I, pág. 449).

tituem uma das zonas mais favorecidas por dons naturais de tôda a sorte do concelho de Viseu. E para se ajuizar do apreço em que o mosteiro tinha esta doação, basta lembrar que nas *subscriptiones* figuram nada menos que sete bispos e a confirmá-la três pessoas reais.

Quando a vila de Ferreirós foi comprada por Lorvão em 976, a monarquia de Leão debatia-se numa grave crise.

Desde 959 até 966 D. Sancho, o Gordo, não veio a Galiza nem a Portugal, onde os grandes senhores, um dos quais Gonçalo Moniz, levavam vida quási independente e procediam como se dispusessem do poder real. Em 966, feitas as pazes com os sarracenos, viu-se em condições de intervir nos negócios internos e, achando-se no mosteiro de Lorvão, ao qual fêz valiosas doações, tributou as terras de que era senhor Gonçalo Moniz. Êste, para se vingar, deu-lhe a comer um pomo envenenado que o matou. A esta morte seguiu-se um período de graves perturbações e uma série ininterrupta de alterações de domínio, entre as quais apenas cumpre assinalar, antes da grande investida de Almançor, o período fugaz em que Coimbra foi libertada por S. Rosendo em 968 e a campanha em que o rei D. Bermudo, com os condes Gonçalo Mendes e Gonçalo Moniz, atacando os muçulmanos ao sul do Douro e levando-os de vencida, reconquistou Coimbra em 981.

Foi nesta época calamitosa para a monarquia leonesa que Lorvão comprou a vila de Ferreirós no ano de 976.

Apesar de os muçulmanos percorrerem sem obstáculo e despovoarem todo o território desde Coimbra até às vizinhanças do Douro, «...iterumque fuit herema in era MXIII.»⁽¹⁾ (975), nem por isso o mosteiro foi impedido nem teve receio de fazer logo no ano seguinte essa aquisição, o que atesta com segurança que a repercussão destas alternativas de domínio e as vicissitudes políticas não atingem gravemente

(1) *Dipl. et Chartae*, p. 445, V. Gonzaga de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pág. 113.

a vida desta instituição. Talvez o receio de um esbulho facilitasse a transacção, mas o que é certo é que se não trata de uma transmissão a título gratuito; o mosteiro faz uma compra e compra importante em local muito distante da sua sede, o que só se justifica pela segurança com que olhava para o futuro e reconhecia as vantagens de melhorar a exploração agrícola dos seus domínios pelas facilidades de irrigação e outras circunstâncias que advinham da situação de Ferreirós em relação às outras terras a jusante da foz do Pavia que há muito lhe pertenciam. Ainda hoje muitos proprietários de Ferreirós possuem e cultivam terras em Nagosela.

É bem digno de nota neste documento o facto de os nomes dos outorgantes, à parte dois arabizados, serem todos romanos e cristãos, como Marco, Antelino, Palma, Justo, Eulália, Maiorina, prova iniludível da persistência, nos meios rurais, durante o domínio árabe e nas lutas da reconquista, de uma numerosa população cristã, fixa às suas terras que nunca abandonou, alheia às lutas de raça e vicissitudes do mando supremo.

A doação de Treixedo em 981 pelo poderoso magnate Gonçalo Moniz, doação que abrangia extensas terras ao sul do concelho de Tondela contíguas às da foz do Pavia e de Ferreirós, já mencionadas, devia ter-se seguido e ser como que uma acção de graças pela tomada de Coimbra levada a efeito nesse ano por D. Bermudo, Gonçalo Mendes e pelo mesmo Gonçalo Moniz. Êste certamente bem precisava de fazer largas doações *pro remedio anima suae*, pois ainda lhe devia pesar na consciência ter envenenado quinze anos antes em Lorvão o seu rei, Sancho, o Gôrdo, de quem êle até então fôra o mais fiel vassalo.

Depois dêste testamento de Treixedo decorrem cento e vinte anos sem encontrarmos documentos referentes à região. Neste lapso de tempo dão-se dois acontecimentos de maior importância — as campanhas de Almançor, que tão avassaladora e empolgantemente submete ao seu jugo a maior parte da Espanha cristã e a reconquista definitiva

até ao Mondego de Fernando Magno, precedida da campanha, parcialmente coroada de êxito, de Afonso v, que, como vimos, foi morto no cêrco de Viseu pelo tiro de um besteiro. Em 1058 Fernando Magno conquistou esta cidade e, seis anos depois, Coimbra. Foi naturalmente neste intervalo que as terras do concelho de Tondela recaíram em poder dos cristãos, mas à falta de prova documental e de outras fontes históricas, só por mera conjectura, se pode dizer donde partiu o impulso da reconquista.

Tomada Coimbra, emprêsa em que Fernando Magno foi grandemente auxiliado pelo notável moçárabe Sisnando, o rei constituiu um novo condado limitado ao norte e ocidente por acidentes naturais, rio Douro e o mar; a leste por uma linha mal definida que, partindo do Douro, ultrapassava as terras de Lamego, Viseu e Seia e ao sul com terras ainda em poder dos mouros, condado cujo govêrno, em recompensa dos serviços prestados, foi confiada a Sisnando.

Êste ordenou aos seus barões que com seus vassallos se apoderassem das vilas vizinhas para as povoar e reedificar e é portanto daí que datam as presúrias mencionadas nos documentos a que me vou referir.

Começarei pelos dois mais importantes, já do tempo do condado português e que são — a doação da igreja de S. Miguel de Molelos, com todos os seus bens móveis e imóveis, feita ao mosteiro de Lorvão pelo presbítero Ermigio em 1 de Junho de 1101 e a sentença sôbre o castelo de Santa Comba pela qual é reconhecida a Mido, alcaide de Besteiros e a um seu sobrinho o direito de cultivar metade daquela vila em quanto vivos fôsem.

O primeiro, de que transcrevo o essencial, é muito interessante por vários títulos. Em primeiro lugar pelas numerosas informações toponímicas que nos fornece — referindo-se à situação da igreja, diz-nos que fica na vila de *Molnellus* sob o monte *Catarazo*, entre os rios *Malo* et *Ignia* (var. *Ignia*). A forma *Molnellus* guia-nos, com precisão, como depois mostrarei, à origem do nome actual Molelos; à serra do Caramulo, noutros documentos coevos — *Alcoba*,

dá o nome de *monte Catarazo* (Cadraço). A referência ao rio *Malo* é que se não compreende, visto que Molelos fica mas é entre o Dinha e o Cris (*Crinis* nesse tempo) de que o rio Mau é um dos numerosos afluentes da margem direita, descendo da serra e portanto muito afastado de Molelos. Quanto à aquisição pelo doador, expressamente alude ao facto de a ter adquirido por presúria no tempo do rei Afonso VI e do alvazir D. Sisnando.

Cumpre salientar por último que, dotando a igreja não só com paramentos móveis e alfaias de culto, mas com terras cultas, de regadio, moinhos, vinhas, pomares e gado, o doador se achava na posse de prédios em plena exploração agrícola, reveladora de um trabalho antigo, longo e persistente de muitas gerações, resultado que certamente não conseguiria o esforço recente de presores, se êles, ao tempo da apreensão, só viessem encontrar terrenos incultos, êrmos e abandonados.

Eis a doação de Molelos:

... ego Dei famulus Ermigius.

... concedo et offero a sancto altario tuo et a tibi prior Eusebius cum collegio vestra omnia que possideo, id est una ecclesia que uocitant Sancti Micahelis Archangeli et Sanctorum Petri et Pauli quod est fundata in uilla que dicitur Molnellus subtus mons Catarazo discurrente inter Ribulo Malo et Igna cum suos passales sicut sententja canonica docet, cum suos testamentos et cum suas aditjones cum terras ruptas uel inruptas petras mobiles et immobiles existus montjum aquis aquarum sessicas molinarum per ubi illa potueritis inuenire uineis pomiferis sautis domis cortes sinum libros calicem uestimentum atque ornamentum ecclesie cupas cupus lectos chatedras bouum atque iumenta. Concedo uobis illud iam supra scriptum ad deseruiendum pro uictis atque uestimentis monacorum et pro luminaribus altariorum uestrorum uel elemo-

sinis pauperum. Et abui ipsa ecclesia cum suas hereditates de apresuria cum genitores meos nominibus Tructesindo Aragunti in temporibus rex Adefonsi et aluazir domno Sisenando imperatore nostro requiescant in pace amen (1).

Ao documento de Santa Comba referem-se vários historiadores a propósito de um ponto mal esclarecido na vida do conde D. Henrique — a sua partida para o Oriente no comêço de 1103; a nós, interessa-nos na parte em que se ocupa do castelo de Besteiros e de Mido, seu alcaide.

A vila de Santa Comba pertencia a Lorvão pelas doações de Oveco Garseani (974) e de seu cunhado Monio Gonçalves (985), os mesmos que doaram a êste mosteiro em 985 e 988 a vizinha vila de Mortágua, de que também eram senhores (2).

Após a reconquista de Coimbra em 1064, ocupou-se o mosteiro em reaver os bens de que tinha sido desfalcado durante a última e violenta fase do domínio sarraceno e em restaurar e povoar as vilas que durante êsse tempo mais tinham sofrido.

Assim, em Outubro de 1102 (3), o mosteiro, sob o govêrno do prior Eusébio, outorgou carta de fôro aos povoadores de Santa Comba e de Treixedo, vilas que, no protocolo final do documento, se dizem sitas no território de Viseu, de que era tenente Munio Veilaz. Entre os subscritores figura o castelão de Besteiros — *Ego Mido Cidiz confirmo simul robor* † *o in hoc foro supra dictum de Santa Columba* —, sem se aludir, porém, no contexto do documento, ao fundamento desta confirmação e robora.

Quando no fim dêsse ano ou no comêço do ano seguinte, o prior Eusébio, com o consentimento do conde D. Henri-

(1) *Documentos medievais portugueses*, Vol. III, pág. 22, Lisboa, MCMXL.

(2) *Dipl. et Chartae*, págs. 72, 92...

(3) *Documentos medievais portugueses*, Vol. III, n.º 84.

que e de Munio Veilaz, começou a reedificar e povoar Santa Comba, *territorio Visense subtus castello Balestarios* surgiu-lhe pela frente, opondo-se ao seu propósito, Mido, governador do dito castelo que, *virtute sue potestatis*, com os seus homens, ocupou e entrou também a cultivar as terras de que o mosteiro se julgava legítimo e exclusivo possuidor. Por que título e em que direito se baseava Mido para assim proceder?

Parece-me que *subtus castello Balestarios* não deve ter aqui um sentido puramente locativo, mas antes significar a dependência da vila quanto ao poder militar e civil que nesta região exercia o castelão de Besteiros.

Se assim não fôsse, como explicar o facto de aparecer o seu nome a confirmar e a corroborar a carta de fôro?

Do ocorrido surgiu um litígio entre Mido e o prior Eusébio, em que intervieram, como juizes, D. Teresa e Soeiro Mendes, que representava D. Henrique, ausente do condado. A decisão foi provisória; quando D. Henrique voltasse, conheceria e resolveria definitivamente o pleito. Mido não se conformou e, apelando para D. Afonso VI, êste na sua cúria e, estando presentes Munio Veilaz, governador de Viseu, e D. Teresa, decidiu que o mosteiro povoasse metade da vila e a outra metade Mido com seu sobrinho João, mas apenas em quanto vivo, pois por sua morte reverteria para Lorvão (1).

(1) In era 1141. Sic cepi ego Eusebius prior Laurbonensis cenobii reedificare atque populando restaurare consensu rectorum patrie sive dominorum Hanricij comitis atque Monionis consulis castrum ucabuo (*sic*) Sancta Columba territorio Visense subtus castello Balestarios discurrente riuulo Huone quod firmitatis scripture testatum a Dei famulis nominatis inueni Monio Gonsaluz et Ouëco Garciani. Contra hanc itaque populandi ceptionem erectus quidam miles aduersans nomine Midus dux supra nominati castelli Balestarios. sciens iam loca per terminos testamentis inuentos me esse signata ante mittens homines suos precepit uirtute sue potestatis sibi prodendas quia hereditans laborare de quo facto peruenimus discordantes contrariantes coram consulibus terre

Ao castelo e castelões de Besteiros nenhuma mais referência encontrei em documentos medievais. O castelo desapareceu sem deixar os menores vestígios, — o que não admira, porque muitos desses castelos eram formados só por uma torre de tósca fábrica, com ligeiras construções anexas, que muito vezes não passavam de cabanas cobertas de giestas ou caniços.

Quantos castelos reais da idade-média só hoje são lembrados nas velhas crónicas ou livros de linhagens!

Mas, quanto à sua situação, inclino-me a crer que êle se ergueria em pleno coração do vale de Besteiros, freguesia de Castelões e isto por vários motivos — por considerações toponímicas, que explanarei na segunda parte dêste estudo; pela tradição local⁽¹⁾ e sobretudo pelo documento

Suario Menendiz atque uxore comitis Henrrici Tharasia prolis Adefonsi imperatoris ad quibus convenienter consilium accepimus et quantum suos homines rumperant habuisset usque ad uenitam comitis de Iherusalem ubi erat et quando uenisset quod ipse mandasset fecissemus... supraditus miles... perexit in Castella ad querelandum se imperatori... inuenimus regem supra nominatum Adefonsum in uilla que dicitur Lili et ibi quoque dux Visensis Veile comitis filius et supra dicta domna prolis regis Tarasia uxorque et comitis Henrricii cum quibus et domine patrie nostre nobiles Bellitus Iusti filius et Dominicus Songemiris atque Gundisaluus Gutierriz tercius ante hos... judicantur populare de parte monasterii illam mediam partem monasterio legitimam et illam alteram mediam ipse Midus cum subrino suo Iohanne uerbo reseruato ut in vita illorum illis deseruiat et post mortem sinceriter supra dicto monasterio relinquat...

(Documentos medievais portugueses, Vol. III, n.º 112).

(1) Sôbre êste ponto, não resistirei à tentação de acrescentar o meu testemunho pessoal. Há cêrca de quarenta anos costumava ir passar muitos domingos ao Paço de Molelos, atraído pelo delicioso convívio de último Visconde, António Vieira. A essas saúdosas reuniões nunca faltavam pessoas amigas e já idosas da vizinha freguesia de Castelões — Miguel Tudela, senhor da quinta da Cruz, o *senhor vigário* e o professor Faria (êste ainda felizmente vivo). Falando-se da Casa do Telhado, da torre dos Quentais, de famílias e coisas antigas daqueles sítios, ouvi-lhes dizer mais de uma vez que, quando no meado do século passado e pela devoção da gente da freguesia,

seguinte, cujo contexto, a meu ver e para todos aquêles que conhecem a região, manifestamente comprova o meu assêrto:

(*L.º Preto*, da Sé de Coimbra, fl. 126 v.º). ... Hec est carta uendicionis quam scribere jussi ego Goda Eitaz de porcione mea que ad me pertinet in uilla que nocatur Fabricas et similiter de porcione fratres mei Eita *in territorio castelli quod dicitur Balistarjus* uobis domno Gun-salvo Colimbriensi episcopo pro precio quod de uobis accepi scilicet XV modios tantum mihi bene complacuit.... Facta carta uendicionis.

... III.º Nonas Octobris Era M. C. X.º VIII (1111, Outubro, 4) (1).

Sob o govêrno de Eusébio, o mosteiro de Lorvão readquiriu a prosperidade e o prestígio dos seus tempos áureos, «mas os tempos tinham mudado, diz o Dr. Ruy de Azevedo (2), e uma revolução em marcha na esfera da Igreja e na política eclesiástica da Península conspirava contra essa propriedade».

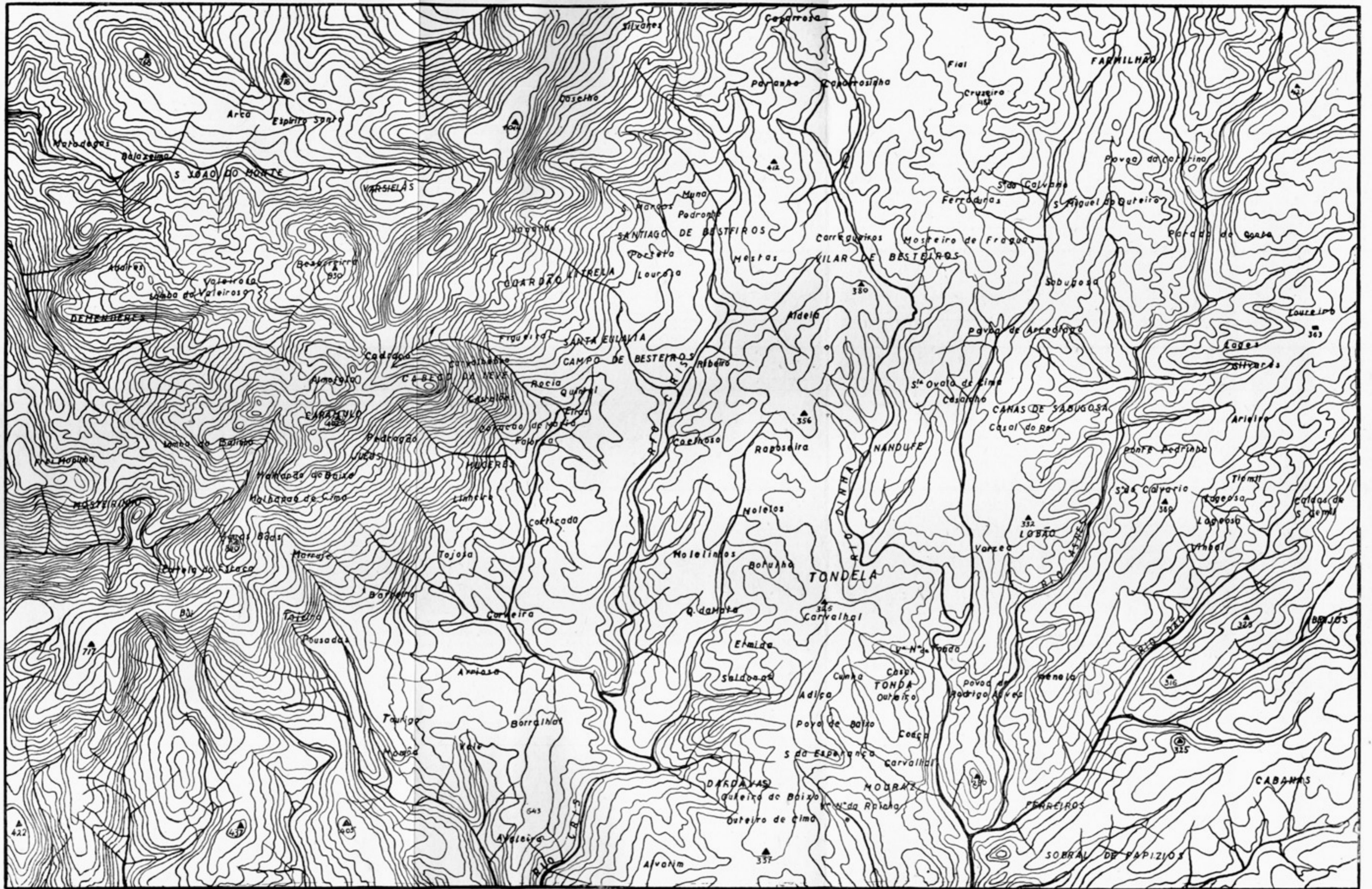
Assim a partir de 1092 desce à categoria de priorado e em 1109 é doado com todos os seus bens à Sé de Coimbra pelo conde D. Henrique.

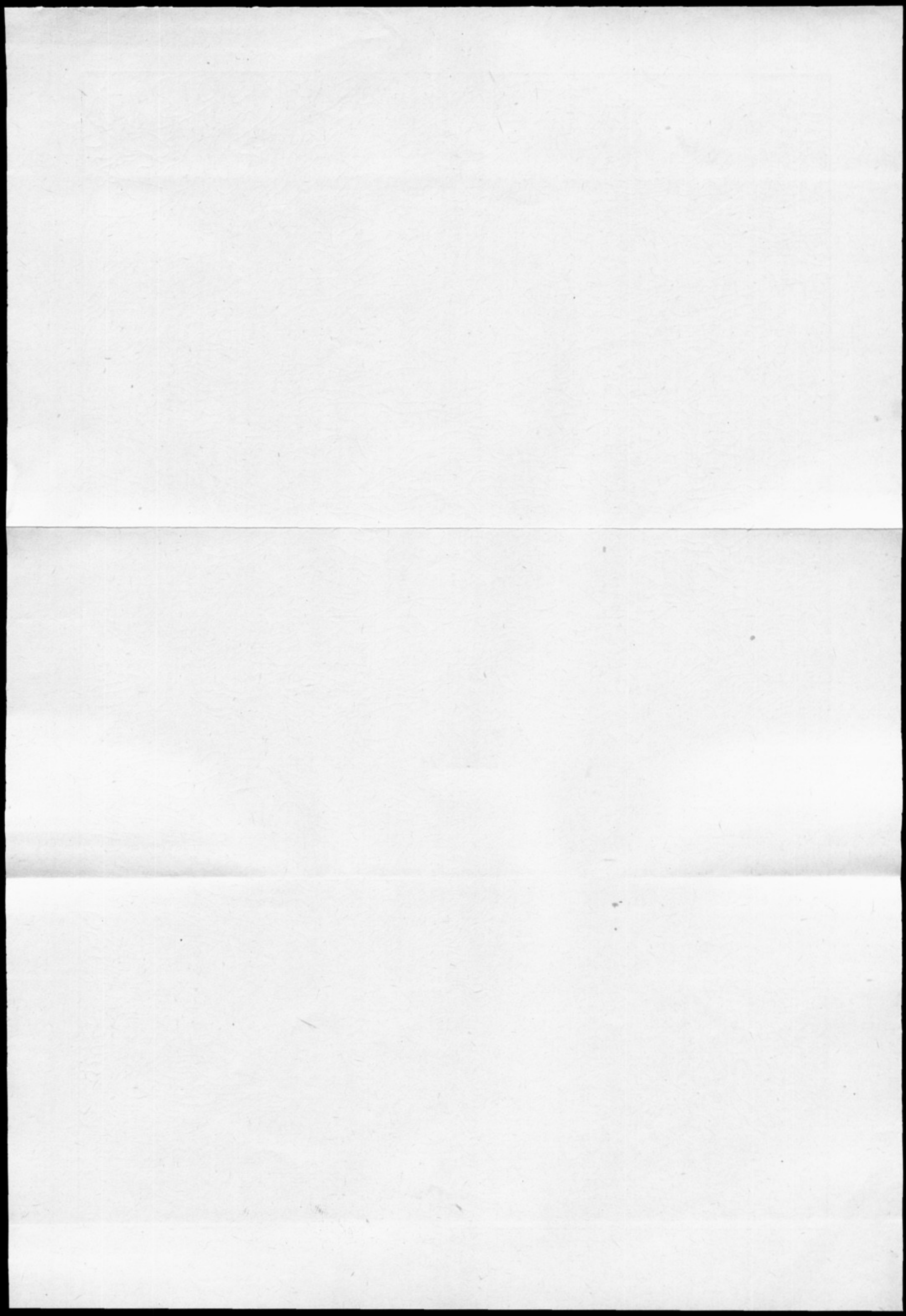
Embora sete anos depois o mosteiro fôsse restaurado e o prior Eusébio reconduzido na sua primitiva categoria de abade, restituindo lhe o bispo D. Gonçalo a maior parte dos seus bens, entre os quais, na zona do território visiense que nos interessa, a vila de Treixedo com Nagosela e a vila

se começou a construir a capela do Coração de Maria numa eminência sobranceira a todos aquêles povos e donde se goza a mais linda vista sôbre o vale de Besteiros, havia a tradição de ali ter existido um castelo do *tempo dos mouros*, castelo que devia ter dado o nome à freguesia.

(1) *Documentos medievais portugueses*, Vol. III, n.º 381.

(2) *Op. cit.*, n.º 34.







S. JOÃO DOMONTE

GVARDÃO

SABUGOSA

BESTEIRO

MOVRAZ

MATA DE EGAS, 1142

VALL SAIMA, 1527

S. JOHANNES DE MONTE DE ALCOBA, 1131

VARZENELA DE MONTE DALKOBA, 1158

CASAEL, 1258

CAPAROSA, 1258

PARAMIOS, 1258
PARAJMA, 1527

FEAL, 1258

CAPAROSIA, 1258

MUNA, 1258

VILA DE PEDRONI, 1258

PAR DE SANCTI JACOBI, 1258

MICHAEL DE OUTEIRO, 1133

ADAIRES, 1527

BEZERRA, 1142

LETERELA, 1527

GARDON, 1258

CARREGUO DE VILAR, 1527

FABRICAS, 1111
MONASTERIUM SANCTI SALVATORIS
DE FRAVEGAS, 1129
FRAVEGAS, 1129

PARADA DE GUNTA, 1133

SABUGOSA, 1116

CATARAZO, 1101
CADARAZO, 1142

SANCTA OVAYA DE BALISTARIIS
ET DE CASTELLANIS, 1258
S. OVAYA DE BALISTARIIS, 1258

RIPARIO DE SUSAA, 1258

ALMOFALA, 1527

VILA DE CASTELLANIS, 1258

SANCTA OVAYA DO SUSAA, 1258

CARAMULO, 1142
CARAMULO DE ALCOBA, 1207

JUDEOS, 1258

MUZARES, 1258

CASAINO, 1258

SANCTA MARIA DE CANAS, 1133

CASALE REGIS, 1258

NANDUFI, 1288

PONTE DE PETRINAM, 1258

MOSTEYRO, 1527

BARRARIO, 1258
BARREYRO, 1258

BESTEIRO

MOLNELLOS, 1101

CORTIZADA, 1258

MOLELIOS, 1258
MOLALINOS, 1258

TONDELA, 1137

LOBON, 1258
VARZEA DE CABALLIS, 1258

TUTMIRO, 1258

SANGIMIR, 1258

CARVALIAL, 1123

ERMIDA, 1123

SALDONAS, 1152
POVOA D'ICA

AUTEYRO, 1258

POVOA DO RIO
D'ASINOS, 1527

R. DE ASINIS
ADDON, 1137

JUERIGO, 1258

COUSO, 1527

DARDAVAS, 1258

HEREDITAS SANCTI PETRI
DO MONTE MOURATLO, 1152
MONTE MAURAZ, 981

FERRAROLO, 976
FEREYROLOS, 1158

CRINIS

PORTELLA DE ALUARIM, 1137

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ

ΕΡΜΟΝΙΑ



de Sabugosa, a comunidade, numa memória sôbre os agravos e usurpações que sofreu dos bispos de Coimbra (1192-1200), queixa-se de, em Besteiros, lhe terem destruído a igreja de Sabugosa, tendo para a Sé edificado outra, e de lhe ter sido tirada também a de Molelos.

Vou por último inserir desta época dois documentos que se encontram no L.^o Preto da Sé de Coimbra e que são interessantes principalmente no ponto de vista toponímico:

— Doação feita à Sé de hũa Ermida e mais propriedades em Best.^{os}

In Christi nomine. Hac est carta testamenti et firmitudinis, quam jussi facere Ego Petrus Presbyter Sedi Sanctae Mariae Collimbriensis de illa Ermida cum suis terriculis et incolis, quas in meo proprio habere comparavi et quas etiam apprehendi et arrupi. Ipsa vero hereditas est in territorio de *Balesteiros* prope villulam qua dicitur Carvalial discurrente rivulo Crines cujus isti sunt termini: in Oriente quomodo dividitur cum Carvalial per ilha archana; in aquilone quomodo venit usque in rivulum quad dicitur Molnelos; deinde per rivulum Crines et inde per illam aquam de Saldonas. Dono et concedo praefatae sedi ipsam hereditate integram, nullo me cogente et mea propria voluntate pro remedio animae meae ut ibi semper serviat pro mea memoria et dum ego vivus fuero habeam et possideam illam, post obitum vero meum, consuprinus meus Petrus Presbyter teneat illum et possideam (*sic*) illum cunctis diebus vitae suae et nullo modo in die aliquam partem alienare ausus sit...

(Cópia do L.^o Preto, P. 2.^a, 331 v.^o, Orig. fl. 167, Arq. Univ. Coimbra).

— Carta de venda de hũa erdade em Frávegas.
... Ego Petro Levegildvs una pariter cum germanas et subrinas Gresomaro et Petrina cum filiis et

filiabus et filios de Tructesindo Vermudo et Petro in Domine Deo aterna salutem Amen... vobis Episcopo Domno Bernaldo carta venditionis de hereditate nostra propria quae fuit de parentibus nostris Lovegildas et Cabosa et habet jacentia in villa quae vocitant Fravegas juxta monasterio Sancti Salvatoris subtus mons Alcoba territorio Collimbria discurrente rivulo inter Inia et Sauugosa... pretium viginti modios.

Sexto Calendas Octubrias era 1167 (A. 1129).

(Cópia do *L.º Preto*, F. 356, Orig. fl. 177, Arquivo da Universidade de Coimbra).

VI

Ao tempo da fundação da monarquia, o território do actual concelho de Tondela oferece o aspecto variado e multiforme de que Herculano nos dá um nítido e vigoroso esboço ao delinear, em traços sóbrios, o que êle chama a topografia social do novo reino.

Assim, imaginando que nos achamos sôbre o viso de uma alta serra, que no nosso caso seria o Caramulo de Alcoba, nas imediações do Catarazo, voltando nos para a vertente ocidental, numa zona fortemente acidentada, veríamos, nitidamente demarcados por padrões, extensos domínios pertencentes aos Crúzios.

Na crista da serra ficava o couto do Guardão, que no primeiro reinado, se desagregara, em prestimónio, da terra de Santa Maria de Besteiros.

Esta dilatava-se para leste, no primeiro plano da vasta extensão de terreno que se prolonga até aos pendores violáceos da serra da Estrêla. Limitavam na por êste lado o Dão e o seu afluente, o Pavia ou o rio de Asnos e, de tôda a região, era a parte mais populosa e fértil, com numerosas quintanas e casais dispersos por campos de cultura e, agrupadas em tórno de modestos campanários, as povoações constituídas por casas ou pardieiros de lavradores remediados entremeados com cabanas, onde residiam cultivadores,

jornaleiros e os artífices dos misteres ligados à vida rústica e simples do restante povo.

Eram na sua maior parte terras de senhorio real, sob a autoridade suprema de um rico homem a quem o Rei tinha confiado a sua *tenência*; mas, bem longe da uniformidade administrativa de hoje, não falando de terras imunes da igreja ou das ordens e daquelas que em volta de uma torre senhorial eram — *de militibus et nullum forum faciunt Regi*, contíguas ou a meio do termo de Besteiros, *cauti per patronos*, viam-se os coutos de Mouraz, de Sabugosa e de Canas, que tinham vida própria e uma organização especial.

Percorramos portanto a região, começando por êsses coutos da terra chã, a oriente do Caramulo.

1. MOURAZ

O documento mais antigo relativo ao senhorio de S. Pedro de Mouraz é a carta de doação de 29 de Setembro de 1152 ⁽¹⁾ de D. Afonso e da rainha D. Mafalda ao Bispo D. Odório e à Sé de Viseu, à qual o Rei dera bispo próprio em 1144. Nesta carta alude-se a uma doação feita anteriormente pelo mesmo D. Afonso aos monges de Claraval, que ficou sem efeito por êstes voltarem para a sua pátria, abandonando e deixando deserto o lugar que lhes havia sido doado — *iidem fratres in propria remeuntes eundem locum desertum et pene destitutum per incuriam dimiserant* ⁽²⁾.

Quarenta anos depois aparecem-nos como senhores de Mouraz o Mosteiro de Lorvão e Aires Ramires e mulher Elvira Pais, os quais conjuntamente dão carta de foral aos povoadores que ali queiram estabelecer-se, construindo suas moradias e cultivando a terra ⁽³⁾.

As obrigações a que êstes ficam sujeitos consistem na sétima parte dos cereais, na oitava do vinho, além das

(1) Reuter, *Chanc. Medievais*, 162.

(2) *Ibid.*, pág. 230.

(3) P. M. H., *Leges et Coneuetudines*, v. 1, pág. 505.

miunças; os moradores pobres que tiverem casa, mas não cultivarem terras, darão apenas um capão, uma galinha e dez ovos; os que matarem porco dão o *corazil* ⁽¹⁾ e tudo isto devem receber Aires Ramires e mulher a meias com o Mosteiro, cabendo exclusivamente a êste multas criminais, o portadigo e tributos sôbre caça de porco, cervo e corço.

Os limites estabelecidos por esta carta são pouco mais ou menos os da actual freguesia, com a circunstância, digna de nota, de que as denominações que assinalam êsses limites ainda actualmente subsistem com pequenas alterações: *Ista villa terminatur et concluditur his terminis: per aqua de amexenal* (Ameixiais, limite de V. N. da Rainha) *et per cabezam de cimalias* (Cimalhas, no mesmo limite) *et quomodo spartit cum dardavas* (freguesia limítrofe com êste nome) *et per montem de mauraz* (hoje — de Nossa Senhora da Esperança) *et per cautum de via de ferreiros* (Couço, lugar da freguesia, atravessado pela actual estrada de Ferreirós) *et per cima das lagenhas* (numerosíssimas as lagens neste ponto, as quais, prolongando-se para leste, dão nome ao lugar da Laja, freguesia de Tonda) *deinde ad arcanam*.

No foral dado por D. Manuel a êste concelho com data de 28 de Junho de 1514 figura novamente como seu senhorio o bispo de Viseu — «pela Inquiriçam particular que no dito concelho mandamos fazer se mostra e prova o dito lugar ser camera do bispado de Viseu a quem pagam estes foros — no lugar do couso lhe paguam de pam e linho de sete hũu e de vinho de nove hũu e mais lhe pagam guarazel quem mata porco... e nos lugares do carvalhall e mouraz pagam de pão de seis hũu e asy de linho e de vinho de sete hum».

Como se vê, variam um pouco os proventos senhoriais em relação ao foral de 1198.

Mais adiante impõe o foral a obrigação do «Gentar ao bõo»: «E paguaram mais todollos moradores do dito con-

(1) Sôbre *corazil* v. adiante — *Sabugosa*.

celho de gentar ao bispo em cada hum anno se hy for em pessoa e descavalgar e doutra nam — *f* — trinta allqs de ceuada e cinco arrovas de vaca e trezentos pães de meyo Reall ao preço que valler e cinco almudes de vinho e oito galinhas e quatro cabritos.»

Os nomes dos lugares dêste concelho mencionados no Cadastro da povoação do Reino ordenado por D. João III em 1527 ⁽¹⁾ são os actuais, apenas com a diferença de não incluir a Póvoa de Adiça, hoje importante por ser atravessada pela estrada nacional, a qual se encontra na informação paroquial de 1758 sob a designação — Póvoa da *dissa*, e a de acrescentar dois lugares que agora na freguesia ninguém identifica — *casal de olyros e louryçal*.

Eis o que se lê no dito Cadastro sôbre êste concelho:

«No dito comcelho de mouraz vivem moradores... 61.
E nele ha os logares e moradores seguintes

Item o carvalhal de mouraz que he a cabeça do comcelho	11
O lugar do couso	30

(1) Dêste Cadastro, o caderno da *Povoação da Beira*, certamente furtado da Torre do Tombo, foi comprado em 1814 numa Livraria particular por Carlos Stuart, o conhecido ministro inglês em Lisboa, a quem se deve a primeira edição impressa do Cancioneiro da Ajuda e que tão preponderante e discutida acção teve nos nossos negócios no primeiro quartel do século passado.

Adquirido no espólio dêste diplomata em 1855, encontra-se desde então na Biblioteca do Museu Britânico em Londres, onde o começou a copiar em 1918 Braamcamp Freire.

Em 1919 o Prof. Magalhães Colaço, então em serviço na Faculdade de Direito em Coimbra, descobriu uma cópia dêsse Caderno entre os manuscritos legados à Universidade por J. P. Ribeiro e resolveu desde logo publicar integralmente a referida cópia acompanhada de um prefácio, o que só foi levado a efeito em 1931, em edição póstuma, sob o título *Cadastro da População do Reino (1527) — Actas dos comarcas Demtre Tejo e Odiana e da Beira*, 1931, Lisboa.

V. mais adiante a reprodução fac-similada de uma página do original.

o lugar de mouraz	9
o lugar de saldonas	6
o outeiro e casal de olyres e louryçal	5

que todos fazem a dita soma.

Êste comcelho he de comprido hua legoa e em larguo mea e comfronta com ho comcelho de besteyros e com o termo da cidade de viseu e com o comcelho de treyxedo.»

2. SABUGOSA

Depois do couto de Mouraz, o couto de maior importância encravado na terra de Besteiros era o de Sabugosa, pertencente a Lorvão.

Aludindo à parte notável que coube a êste mosteiro no repovoamento e na redução à cultura do território de que nos ocupamos logo a partir da sua fundação até à reconquista definitiva, vimos que foi na fase da sua maior prosperidade e de aquisições de domínios territoriais, i. é em 961 que, com outras terras, lhe foi dada Sabugosa. Vimos também a crise por que depois passou Lorvão. Não obstante o bispo de Coimbra lhe ter restituído em 1116 a maior parte dos seus bens, incluindo Sabugosa, ainda se queixa a comunidade, na memória sôbre os agravos recebidos dos bispos de Coimbra, de êstes lhe terem destruído a igreja da dita vila.

Passados anos, porém, em 1133, conseguiram os monges de Lorvão que D. Afonso Henriques, para bem de sua alma e da de seus pais e pelos serviços que lhe fizeram e continuariam a fazer, lhes desse carta de couto pelo preço de cento e vinte morabitinos (1) de ouro, das suas quatro vilas de Esperandeu, Sabugosa e Midões.

(1) Segundo os cálculos do Sr. P. Batalha Reis, o valor intrínseco do *morabitino* de D. Sancho I, ou «*morabitino velho*» dos textos antigos é hoje de Esc. 101\$27. V. *Morabitinos Portugueses em Anais da Academia P. da História*, vol. II, pág. 256.

Pelas importantes indicações topográficas e onomásticas, convém trasladar do diploma a demarcação do couto:

Et cautum de sabugosa in primis incipit per illam arcanam antiquam de illo campo inter sabugosam et sanctum michaellem de outeiro et transit rivulum de sabugosa per illum lombum inter ambas illas valles et per illam stratam et pergit per illum montem ad illam arcanam antiquam quomodo dividit sabugosam in paradam et depronat per illum rivulum de asinis usque in illa ponte et pergit in festum per illum montem ad illam stratam de Santa Marie de Canas et depronat ad rivulum de sabugosa quomodo dividit cum varzeira de fratres et inde per illam aquam de suario ferrarie et per illum montem qui spartit inter fravegas et sabugosa usque unde primitus incepimus (1).

Das arcas antigas não restam vestígios, os nomes *varzeira de fratres* e *suario ferrario* desapareceram, mas os restantes limites indicados por notas tão precisas sobre o relêvo de terreno e cursos de água são os da freguesia de hoje, como deviam ter sido os da *villa de Sabugosa cautata per patronos*, das Inquirições de 1258.

Já na antiga doação de 961 a *villa de sauugosa* era demarcada *per suis locis et terminis antiquis*. O emprêgo constante das expressões — *antigos termos*, *arcas antigas*, ao mesmo tempo que nos revelam a notável persistência destas pequenas unidades territoriais, autorizam-nos a ir buscar a sua remota origem às vilas da colonização romana que, dissolvidas com o andar do tempo em casais, póvoas e aldeias, vieram a dar lugar, após inúmeras vicissitudes, a novos núcleos de vida colectiva à sombra de modestas igrejas. Já observámos facto análogo em relação a Mouraz.

(1) Reuter, *Chanc. Medievais*, pág. 67.

Percorrendo as restantes terras da região, nunca deixarei de chamar a atenção para esta fixidez de limites que perdura invariavelmente nas demarcações a que teremos de referir-nos.

Nas Inquirições de 1258 lê-se relativamente a Sabugosa: — *Nos vero, inquisitores Domini Regis interrogantes de villa de Sabugosa, termino do Visco, invenimus quod Sabugosa est de Lorvano, cautata per patronos, et nullum forum facit Regi, nisi quod dat in collecta tantum...*

Sabugosa era de Lorvão, mas Lorvão, é que já não era dos frades negros.

Quando veio de Leão a Rainha D. Teresa, pareceu a El-Rei seu pai que convinha tirar-se o Mosteiro aos beneditinos e acomodar-se nêle esta princesa com monjas cistercienses.

Assim sucedeu: depois da renúncia do Abade Julião, deu nêle entrada em 1206 a beata princesa e sua irmã a beata D. Sancha. Mudou de regra e de habitantes, mas com a riqueza imobiliária herdada dos frades acrescida de sucessivas e valiosas doações, continuou a ser até à extinção das ordens religiosas um dos mais ricos mosteiros do nosso país.

Sabugosa nunca deixou de lhe pertencer; depois das de 1258, nas Inquirições de D. Dinis de 1288, encontra-se:

«Par.^a Sancte Maria de Canas... ha hy hũu couto que chama Sabugosa e disse q̄. he de lorvahaõ e disse que he couto por padrões e disse q̄. foi coutado p̄ Rey mays nõ sabia».

No novo foral dado ao concelho de Sabugosas (Sabugosa de cima e do fundo) por D. Manuel em 27 de Junho de 1514 determina-se que o fôro anual devido a Lorvão pelos herdutores e sucessores das terras dos ditos lugares, segundo a forma antiga, é de cento e trinta alqueires de pão terçado — trigo, centeio e milho pagos no 1.º de Janeiro

ao mordomo da terra pôsto pelo juiz do cível da abadessa.

Os moradores que matarem porco pagam também o *corazil*, tributo que no foral vem descrito com tôda a minudência na forma que deve observar-se em tôda a comarca:

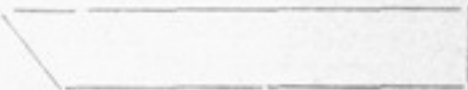
— «Cortado o porco pollo meyo e fendido, tomase dametade daquelle porco hũ pedaço contra orrabo donde tomam hũa medida de couto (o mesmo que covado) e dally correm contra as costas atee chegarem aa segunda costa contando a mendinha e cortam peroaquelle direito da medida grande e pequena a cordel direito e aquelle chamam goarazill a quall marca fica demarcada na parede da Igreja do seu Lugar a que chamam sam mamede e per ella mandamos que todallas da comarca se julguem» (1).

Estabelece a seguir o foral várias restrições aos direitos do mosteiro, nomeadamente aos da colheita a que se referem as Inquisições de 1258 pagos no 1.º de Maio e vinte alqueires de aveia, pagos também em Maio pelos herdeiros da *póvoa do carregueiro de minhotos*.

(1) Viterbo, *Elucidário*, s. v. *Corazil*:

«A marca e figura que no cunhal direito da capela de S. Mamede se acha desde o tempo do foral he a seguinte, a saber:

cinco palmos largos A.



da parte de cima: quatro palmos e tres dedos largos pela parte de baixo; um palmo largo de alto.

Os cinco palmos são da parte da barriga; ficando a parte mais curta da suã. A letra A. denota a linha que deve separar o *corazil* do presunto.»

A capela a que Viterbo se refere ainda existe e ainda nela se celebra culto; a parede da fachada onde estava tal marca foi reconstruída no meado do século XIX e o desenho desapareceu.

No Cadastro de 1527 tinha o concelho 50 moradores assim repartidos:

«o lugar da sabugosa de cima	30
o lugar de sabugosa do fundo	19
hũa quimta que se chama carregueire .	1
e cõ ella se faz a dita soma.»	

«Este comcelho (conclui o Cadastro) tem de termo mea légua em comprido e hũ quarto de legoa em largo; parte e confronta com a cidade de viseu e com o comcelho de besteyros e com o comcelho de canas de sabugosa e com ho comcelho do barreyro».

3. SANTA MARIA DE CANAS

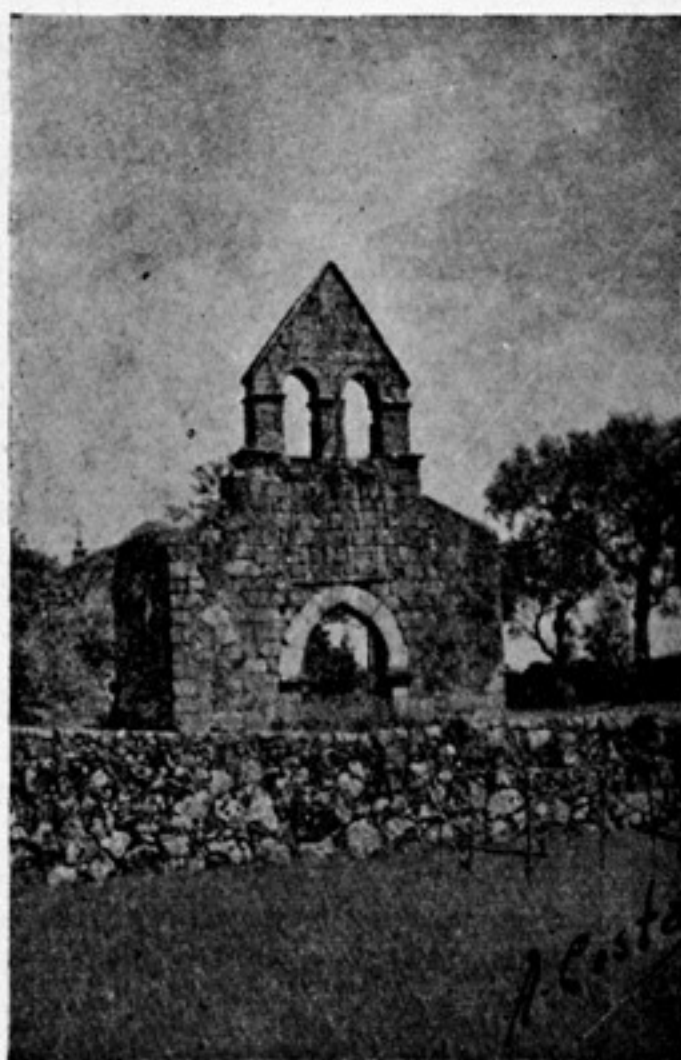
Ao poente do couto de Sabugosa ficava o pequeno couto de Santa Maria de Canas, da Sé de Viseu. Datava êste couto do primeiro reinado e é bem característica dos costumes do tempo a sua origem.

Segundo as Inquirições de 1258, homens do Rei deceparam uma das mãos a um clérigo. A Rainha D. Mafalda, a bem de sua alma e em reparação e desagravo desta malfeitoria, deu à igreja de Canas três casais de reguengo que lá tinha e outra herdade foreira ao Rei de cavalaria, coutou a vila por padrões, ficando os moradores com a sua honra, couto e apresentação. Porém D. Pedro, bispo de Viseu, filhou à fôrça a Igreja e herdades que a gente de Canas recebera por beneplácito, mandado e doação régia e em 1258 as testemunhas da Inquirição, declaravam-nas como facto consumado, pertencentes à câmara e bispo de Viseu.

Nas Inquirições de D. Dinis confirma a testemunha Martí Fernãdis, de Santa Ovaya de Susão que era — Couto de See de Viseu, coutado por padrões e «q̃ nõ dan ende nemigualha al Rey».

É bem patente a exigüidade das suas dimensões no Cadastro de 1527:

«Este comcelho tem de termo quatro tiros de besta em comprido e tres em larguo; parte e comfronta com



Velha igreja matriz de Canas (1)

o comcelho de Sabugosa e com o comcelho de besteyros que o cerca todo.»

Contava apenas 20 moradores.

É digna de menção especial a velha matriz de Canas, hoje em ruínas, que, com a de Guardão, é uma das mais vetustas construções religiosas do concelho.

(1) Monumento nacional.

Apesar do seu estado actual e de um outro anterior nada melhor — como denunciam as fendas (agora tapadas, e com a cor-

4. S. JOÃO DO MONTE

Na zona serrana cercavam o concelho de Besteiros os coutos de S. João do Monte e do Guardão. Ocupemo-nos do primeiro.

Em Agosto de 1131 (*Facta karta xv kalendas augusti Era M.º C.º L.º XVIII*) (1) D. Afonso, *totius portugalensis provincie princeps*, doa a mestre Garino e a seus freires a vila de S. João (do monte de Alcoba) com todos os seus termos *quomodo separatur de paramio (Paranho de Arca) et de cuvello et de macenere et de balesteiro discurrente rivulo agada.*

Nesta vertente do Caramulo, Santa-Cruz ia alargando consideravelmente os seus domínios territoriais. Paranho, obtivera-o por testamento com outras terras próximas; várias herdades na vila contígua de Varzielas, adquiriu-as por compra ao alcaide Cerveira; o senhorio de S. João do Monte passou, com tóda a probabilidade, para os cónegos regrantes por disposição testamentária do referido donatário, mestre Garino.

O que é certo é que as letras pontíficas de confirmação incluem desde 1144 essa herdade e igreja entre os bens do

recção da parte superior dos cunhais) entre os mesmos cunhais e o corpo da fachada — a construção demonstra unidade construtiva.

Como os casos similares de obra popular, as fladas de cantaria, sempre de desigual altura, não conservam os mesmos níveis aos lados da porta, obrigando a uma correcção à altura do fecho do arco. Este — pelo traçado geométrico, dimensões das aduelas e pela molduração, deve pertencer ao século XIV.

O campanário é certamente do mesmo período de construção, como se pode concluir do exame da silharia.

Pelos restos que se notam no último plano, a igreja teve reformas posteriores. Desta igreja foi trasladado para a sacristia da actual matriz um belo sacrário renascença de pedra de Ançã, obra de artistas de Coimbra do século XVI.

(1) T. do Tombo, Col. esp. (Cartório de S. Cruz) *Leitura nova*, I, 20, fl. 1; Reuter, *Chanc. Medievais*, I, 45.

mosteiro e portanto pela carta de couto dos moradores em terras de Santa-Cruz, de Julho de 1146, ficaram os moradores de S. João do Monte gozando as singulares prerrogativas por esta carta conferidas — ninguém ter qualquer poder sobre eles excepto nos casos de homicídio, rouço e furto provados por testemunhas; as causas entre homens de Santa-Cruz e estranhos devem ser julgadas como entre vizinhos; isenção do apelido, salvo no caso de convocação do rei; os parceiros de Santa-Cruz que lavrarem com os bois do mosteiro nas herdades do mesmo não pagarão jugada⁽¹⁾.

Nas Inquirições de 1258, o pároco Martinho Alvares e mais testemunhas confirmam ser S. João do Monte padroado de Santa-Cruz, coutado por padrões, acrescentando existirem no mosteiro as respectivas cartas que os inquisidores não viram; em virtude do exposto, nenhum fôro era pago ao Rei.

As Inquirições de D. Dinis de 1288 igualmente referem haver D. Afonso Henriques coutado S. João do monte de Alcoba por carta de 1131.

Onze anos antes, porém, em 1277⁽²⁾ recebera o bispo de Viseu queixa de que a igreja de S. João estava já há tanto tempo vaga, que a sua colação pertencia de direito a essa catedral. Seguiu-se então litígio entre o mosteiro e a Sé, que terminou pela anexação ao primeiro por provisão pontifícia da referida vila e igreja.

Deve ter sido por êste tempo que os cónegos regrantes, useiros e vezeiros nestas fraudes diplomáticas, não possuindo títulos legítimos da posse de S. João, forjaram a carta de couto de S. João do Monte ao prior D. João e à comunidade do Mosteiro de Santa-Cruz datada de Setembro de 1142.

Para a falsificação, diz-nos o Dr. Ruy de Azevedo, serviram de modelo a doação ao mestre Garino e a referida carta de couto de 1146, cujo formulário e *subscriptiones* o falsário transcreveu integralmente. A letra do falso diploma

(1) Reuter, *Chanc. Med.*, n.º 139, pág. 198.

(2) Ruy de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra*, 1935, pág. 70.

é do tipo monacal dos códices do século XIII, o sinal régio está muito tôscamente desenhado, podendo aduzir-se como outras provas da fraude, além de certas particularidades diplomáticas, a falta do traslado do documento nos cartulários antigos do mosteiro assim como a da confirmação de D. Afonso II.

Não obstante a sua falsidade, êste documento é valioso para o nosso propósito pela minuciosa demarcação do couto, onde figuram nomes de lugar que pouco diferem dos de hoje e nos mostram que os limites do couto correspondem precisamente aos das actuais freguesias de S. João do Monte e do Mosteirinho:

«... Ad quam hereditatem facimus cautum, quibus ipsa hereditas includatur. In primis ad orientem per petram, que stat inter paramum et sanctum iohannem et de ipsa petra uadit ad caput de uall de carris et deinde uadit ad caput de iunqueiro et per ipsam aquam de iunqueiro uadit ad matam de egas et de ipsa mata ipsa aqua de iunqueiro uadit ad aquam de agade et exinde uadit ad arinteiras et exinde ad coovas et deinde ad caput de urguera et exinde ad caput de mauro et exinde ad girum et inde ad petram de boy et exinde ad cambeam et inde ad pedem caramuli, scilicet ad unum padronem qui ibi stat, et exinde ad portelam de cadarazo que dividit inter balistarios et alafões et de hinc ad toial de cima de bezerrera ad unam petram que ibi stat et de inde ad caput de baireiaes et inde ad aquam que venit de azor et in prima iam dicta petra per circuitum his terminis ipso hereditas concluditur.»

É de notar que no Foral dado ao concelho de S. João do Monte por D. Manuel a 6 de Maio de 1514 não se encontra a menor alusão à existência de qualquer título anterior:

«... Por quanto no dito lugar não ha Foral nem outra Escritura por que os direitos Reais se mandassem

nele pagar; portanto os Priores que foram de Santa Cruz se concertaram com os moradores e caseiros da dita terra por seus aforamentos e contractos segundo neles particularmente é declarado, segundo a condição dos quais pagarão os ditos direitos como neles for declarado, sem outra inovação. E os que não tiverem Escrituras nem Titulos pagarão isso mesmo que ora pagam ao dito Mosteiro, sem mais outra cousa, salvo quando ordenamente se lhe fizerem Emprazamentos como aos outros, porque estes pagarão segundo for concertado a prazer das partes.»

È facto, porém, confirmado pelo presente foral que, sob o senhorio de Santa-Cruz, surgiu e se desenvolveu êste concelho com a organização municipal, magistraturas, regime de propriedade e mais circunstâncias análogas às de tôdas as terras pertencentes a corporações eclesiásticas.

Extintas as ordens religiosas, continuou S. João do Monte, já então com outras freguesias anexas, Alcofra, Arca, Varzielas, a ter autonomia administrativa até que, pela sua extinção em 1855, foi incorporado no concelho de Tondela o seu núcleo primitivo, i. é, a freguesia de S. João do Monte e a de Nossa Senhora da Natividade do Mosteirinho.

No Cadastro de 1527 os lugares nêle compreendidos e a sua população constam do quadro seguinte, cujos têrmos reproduzo textualmente, devendo porém notar que pela grafia incorrecta e fantasiosa do original, existente, como se sabe, no Museu Britânico, nem sempre é fácil identificar alguns topónimos:

«No comcelho de São João do Monte ha moradores 90
E nele ha os lugares e quintãs seguintes

Item o lugar de Sam João que he a cabeça do com- celho			10
o vale do lomem (a)	4	na corte	2
nabobeda	4	no mosteyro	4
vallsayma	9	no boy	4

o castelo (b)	3	na fyanega (d)	2
nadayros.	6	em malhapão	2
a povoia da matadegas	1	nalmofalla	3
a mallmeyxosa (c)	1	no teyxo	3
mamçores	2	em dornês	10
no souto e castelo	4	mais by	3
no freymoninho	3	e sam 13	
na do menderes	1	em valynosto (e).	2
		no baraçall	4

que todos fazem a dita soma (1).»

«Este comcelho tem de termo em comprido legoa e meia e outra legoa e meia em larguo — parte e comfronta com o comcelho de lafões e com o comcelho do gardão e com o comcelho de besteyros e com o comcelho de mortagua.»

Primitivamente no concelho havia apenas uma igreja — S. João; veio depois a criar-se uma nova freguesia o Mosteirinho — *Mosteiro* no censo de 1527 — com os seguintes lugares:

Malhapão, Frágua, Boi, Portela, Chão Terreiro, Frei Moninho e Corte.

Como pertença de Santa-Cruz, o regime de propriedade era uniforme — tôdas as terras eram foreiras ao mosteiro. No *Index* dos prazos e escrituras de Santa-Cruz (séc. XVIII) existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, mencionam-se nada menos que 382 prazos em S. João do Monte e seu limite; sites uns nos lugares mencionados no censo joanino outros nos seguintes — Barbeitos, Chandorgeal, Cerejeira, Moinho do Painçal, Malhada dos Pertigais, Orgueira, Vale de Asna, Vale das Vergadas, Valeiroso.

Dos mais antigos documentos concernentes à região,

- (1) a) Vale ão Lobo.
 b) Caselho.
 c) Almejofa (?).
 d) Frágua (?).
 e) Valenestoso.

como da carta da doação a mestre Garino de 1131, aduzida e da carta de doação a Pedro Fernandes e a sua mulher da vila de Varzielas com data de 1158, a que se podem juntar, embora com a pecha de falsidade, a carta do couto de S. João do Monte a Santa-Cruz de 1143 e a carta de couto na Cidi Arias da vila de Alcofra de 1134⁽¹⁾, se depreende que o território denominado nesses documentos — *balasteiro baesteiros, balistarios, balesteiros*, compreendia não só o sopé do Caramulo — vale de Besteiros e parte da zona planáltica entre o Cris e o Dão que depois vieram a formar o concelho de Besteiros, mas também a parte mais alta da serra, onde fica o Guardão e terras que constituíram o seu couto.

Já atrás se transcreveram passagens dos documentos de 1131 e 1142 que atestam êste facto; a carta de Varzielas confirma-o na seguinte demarcação: «*In primis sicut terminatur cum baesteiros per fontem friam deinde quomodo spartit cum alkofra per ipsam lombam...*»⁽²⁾; a doação a Cidi Arias declara: «*In primis lexit se illud cautum quomodo separatur Alcofra per illo peso... et deinde quomodo separatur per illa strada cum balesteiros...*»⁽³⁾.

Era êste também o parecer de Fr. Agostinho de Santa Maria quando afirmava «ser o concelho do Guardão nos tempos antigos mistico com o de Besteiros»⁽⁴⁾.

5. GUARDÃO

Constituindo assim Besteiros, como terra do Rei, uma só unidade territorial, D. Sancho I, em 1207, a requerimento de Egas Niger e outros povoadores, concedeu por cinqüenta

(1) «A carta do couto de Alcofra a D. Cid de 9 de Novembro de 1134 e a doação de S. João do Monte a Santa Cruz em Setembro de 1142 em que figura o chanceler Alberto são falsificações grosseiras pelos anacronismos que contêm». R. de Azevedo, *Revista da Universidade*, Vol. XIV, pág. 40.

(2) Reuter, *op. cit.*, n.º 184, pág. 262.

(3) *Ibid.*, n.º 143, pág. 205.

(4) *Santuário Mariano*, T. v, pág. 376.

morabitinos carta de fôro e de povoação ao Guardão, assinando-lhe por limites, pouco mais ou menos, os da actual freguesia, a saber — da Portela das Várzeas (hoje Portela do Guardão) pelo Padrão da Messe ao Caramulo de Alcoba; daí ao Carvalhinho, onde está o canto entre o Figueiral e Janardo até à Pedra do Bolo, donde por Misarela iria ter novamente ao dito Padrão da Messe.

Entre as garantias, direitos e deveres conferidos por êste diploma, estipula-se que o mordomo do rei ou o que «essa terra tiver de nós» só intervém em três pleitos, furto, rouço e homicídio; o cargo de mordomo ou serviçal não será obrigatório para os moradores da terra; não terão êstes que dar pousada ao rico-homem, senhor da vila; não irão a apellido nem a chamada senão indo el-rei em pessoa; a jurisdição local dos homens bons, visto não haver a menor alusão a um juiz singular, exerce-se nas questões entre o fisco e os habitantes, como nos restantes litígios — «todalas outras coomas e entenções vossas emendade por vos sem malícia»; o concelho é autorizado a decretar as leis e regulamentos locais; pode o habitante alienar a sua herdade ou o seu casal, contanto que pague o fôro o novo pussuïdor e finalmente, perante a obrigatoriedade da residência de colono, considera Herculano (1) digno de menção especial o privilégio de — «o morador da villa que della fugir por fame ou por alguma coyte venha quando pode viir e tome a sua herdade em paz e sem cooma, se a ante nom der ou vender a alguém».

Segundo as Inquirições de 1258, o primeiro rico-homem que, no tempo de D. Sancho I, teve Guardão em prestimónio foi Randufo Pelágio. O seu sucessor D. Afonso II deu-a também em prestimónio ao seu físico, mestre Amberto e mulher D. Ausenda.

Morto porém êste monarca, mestre Amberto declarou que a terra lhe havia sido dado pura e simplesmente e por

(1) *Hist. de Portugal*, L. VIII, P. I, pág. 132.

isso achava muito legítimo vendê-la, como de facto vendeu ao tenente de Besteiros Ferdinandus Jahannis, ao qual já antes a dera de arrendamento «*pro amore de monte et de montariis qui morabantur in Gardone*».

Fora das terras coutadas e demarcadas, F. Johannis povoou, em Senhorio do Rei, o Caselho e os Jueus — *popula de Judeis*.

A existência desta póvoa inteiramente composta de judeus aponta-a A. Herculano (1) como circunstância curiosa, que insinua quanto a raça hebraica se havia introduzido nos séculos XI e XII entre a gente cristã.

Confundem-se hoje absolutamente com os outros seranos, mas ainda é corrente ouvir-se dizer nas abas da serra — «não queremos nada com essa gente; os de Jueus são rabinos».

Já antes dos factos apontados, abusivamente mestre Amberto filhara no termo do Guardão uma herdade foreira do Rei no sítio do Miradoiro e alargara o couto ao cabo das vinhas de Janardo.

No advento da dinastia de Aviz era senhor do couto do Guardão João Fernandes Pacheco, o da batalha de Trancoso, onde tão bravamente se bateu contra os castelhanos com o Alcaide dêsse castelo, Gonçalo Vasques Coutinho e Martim Vasques da Cunha, senhor de Linhares (2). Por êle depois ter seguido a causa de D. Beatriz e se colocar no partido dos castelhanos, foi-lhe tirado êste couto e dado ao

(1) *História de Portugal*, L. VII, pág. 73.

(2) Sôbre a bravura dêstes três fidalgos lê-se na *Chronica do Condestable* que, por ocasião do cerco de Cória, mostrando-se El-Rei pouco contente dalguns que se não chegaram, como êle quisera e vindo a dizer — *gram mingoa nos fizeram hoje este dia o qui os bõs cavaleiros da tavola redonda* — logo Mem Rodrigues de Vasconcelos respondeu: — *Senhor, nom fizeram aqui mingoa os cavaleiros da tavola redonda que aqui está Martim Vasques da Cunha que he tam bom como Dom Galaz. & Gonçalo Vasques Coutinho, que he tam bom como Dom Tristam; & ex aqui Joham Fernandez Pacheco: que he tam bom como Lançarote.*

bisavô de Afonso de Albuquerque, Gonçalo Lourenço de Gomide, que de escrivão da câmara de D. João I passou a seu escrivão de puridade e grande valido, recebendo no exercício do seu cargo muitas e valiosas mercês pela dedicação e bons serviços prestados a seu amo.

A doação do couto do Guardão feita no Pôrto a 6 de Abril de 1398 expressamente alude a êstes serviços e visa recompensá-los como se deduz do seu teor:

«Dom Joham... fazemos saber que nos vëendo e sperando os muitos serviços que nos ha feito e entendemos de receber ao diante de g.^o lço, nosso criado, escrivam da nossa puridade, querendo-lhe fazer graça e mercê... lhe doamos o *couto* do *guardam* que he na comca da Beira apar do julgado de lafões, com todas as suas rendas, direitos, foros e pertenças e com toda a sua jurdiçam e onrras e tomadias e malladias, assi que ho havia Joham Ferñz Pacheco o qual pertence a nos de direito porquanto nos fomos certo que o dito Joham Ferñz Pacheco tratou com El Rey de Castela para nos fazer guerra a nos e a nosso regno e de feito se foi para Castela, terra de nossos ãmigos e anda alli em nosso deserviço e de nossos regnos, o qual couto lhe damos como dito he com todas as suas rendas, direitos, foros e pertenças, com toda a jurdiçam, onrras, tomadias e maladias. Porto, 6 de abril da era de 1436 a (1).

Dez anos depois, em Outubro de 1408, o couto de Guardão reverteu para a coroa pela venda feita a El-rei pelo mesmo donatário:

«...eu Gonç^o Lourenço, scrivam de puridade del Rey e eu Enes Leitoa, sua mulher vendemos a vos

(1) Publicado pelo Dr. A. Baião in *Alguns Ascendentes de Albuquerque e de seu filho*, pág. 21.

D. Joham pera vos e pera todos os vossos herdeiros e sucessores... o nosso couto do guardam que foi de Joham Fernandes Pacheco que he em a comarca da Beira que parte com terra de Besteiros... com sua jurdiçam, com todas as suas entradas e saydas e direitos e pertenças, foros e geiras e padroado da ygreja assi e pela guisa e com aquele direito que nos dictos Gonçalo Lourenço e mulher avemos e ganhamos pela doaçom que vos dicto senhor Rey fezeistes do dicta couto; cujo dicto couto era por preço certo f. seis centos e quinze mil livras em preço de mil quinhentos dobras douro. Do qual preço nos damos por bem pagados e entregues que nenhũa cousa nos ficou por pagar... Carta feita em Lx. 21 doutubro de 1446 annos» (1).

Meses depois de o couto lhe haver sido doado, em 23 de Setembro de 1398, Gonçalo Lourenço obtivera a confirmação pelo Rei dos privilégios conferidos aos moradores do dito couto pelo foral de 1207, privilégios a que acima se fêz a devida referênciã.

«Gonçalo Lourenço... nos disse que os do seu couto do guardam ham privilégio antigo que os moradores do dito couto não vão a chamado nem em oste nem em fossado senom com o corpo delrey. E que outrosy husaram ataa ora de juiz com os que fazem penhores do dito couto. E que nom embargando isto sam ora constrangidos pã hirem. Mandamos aos nossos fronteiros da comarca da Beira... corregedores e outros officiais que não constranjam nem apupem para hirem em oste nem em fossado nem entradas nem frontarias nem chamadas em nenhũa maneira que seja não embargando quaisquer mandados que em contrário vejam» (2).

(1) *Leitura nova*, L. II, dos D.^{tos} Reais, fl. 251.

(2) *Baião, op. cit.*, pág. 24.

Ainda durante o seu senhorio, em 10 de Março de 1399, Fernão Manteigas, homem de Gonçalo Lourenço, deu e outorgou a fôro a Vicente Anes, de Almofala e a Afonso Eanes, de Pedronho e a todos os seus sucessores o «logo que chamam as *laceiras* que he do dito couto assi e per aquela guissa que as trazia pero giraldo... resalvando o quinham que no dito logar ha Afonso de *Molhapam (sic)* Eu Joham Alvares, tabaliam delrey em Besteiros e no dicto couto por o dicto Gonçalo Lourenço» (1).

Foi dado em seguida êste couto ao Infante D. Henrique, que o cedeu por doação e escambo a Pedro Gonçalves Currutelo, escudeiro de sua casa, e sua mulher Branca de Sousa (2), bisavós de D. Ana de Sousa, casada com António Vaz de Castelo-Branco, de Leiria, cujos descendentes, morgados do Guardão, foram daí por diante senhores dêste couto, sem embargo de êle ter sido abrangido na larguíssima doação feita por D. João II a seu primo e cunhado, duque de Beja, em 29 de Maio de 1489 (3).

Na reforma dos forais de D. Manuel, foi dado novo foral a êste concelho em 10 de Fevereiro de 1514. Bastante parecido com os outros forais concedidos pelo rei venturoso, oferece a particularidade de manter o número dos 42 antigos casais para a fixação dos tributos, foros e direitos reais nêle impostos — «posto que na terra muitos mais casaes haja nam se ham de pagar mais foros que os sobreditos os quaaes seram repartidos pellos herdeiros delles ora sejam muitos ora poucos e quanto ao foro de pam, vinho e linho se pagara por todos sem deferença a dita oitava».

Esta oitava era a que se pagava nas terras foreiras a

(1) A. Baião, *op. cit.*, pág. 29.

(2) Diz o contrato inserto no tomo do Guardão a fl. 18 v. o seguinte: «Disse êle Sr. Infante que dava e escambava ao dito Pedro Gonçz e sua mulher Branca de Sousa para si e seus herdeiros e sucessores o seu couto do Guardão que he em terra de Besteyros com toda a sua jurisdição. *Santuário Mariano*, T. V., Tit. LX, pág. 374.

(3) *Chancelaria de D. João II*, L. II dos Místicos, fl. 107.

El-rei de todo o trigo, cevada, centeio, milho, painço e aveia que nela se colhesse. Entre os foros particulares menciona o de certas herdades pagarem cada ano por todo o mês de Dezembro trinta e duas perdizes ou, se lhas não quizerem receber, por cada uma 4 r̄s.

Sôbre êste concelho colhem-se no Cadastro de 1527 as seguintes notas:

«No dito comcelho vivem moradores 66. E nele ha os lugares e moradores seguintes:

O lugar de janardo que he a cabeça do c. ^o	17
O lugar do rabelo 7	a povoa do ceidão 1
do gardão de cima 9	o carvalhinho 2
o caselho. 4	o lugar do cadraço 8
as paredes 8	as laceiras 4
a povoa da longara 1	a povoado pedrogão 1
	os joeus 4

que todos fazem a dita soma.

Este comcelho tem de termo hũa legoa em comprido e mea em larguo e parte e comfronta com o comcelho de besteiros e com o comcelho de sam João do monte e com o comcelho de lafões e com o comcelho de mortagua.»

VII

Descendo à planície, encontramos as freguesias que, entremeadas com as que formavam os coutos de Mouraz, Sabugosa e Santa Maria de Canas, se regiam, no dizer das Inquirições de 1258, *per forum de Balistariis*.

No caminho percorrido pela alçada, é Tonda a primeira dessas freguesias; seguem-se Tondela, o lugar de Casal do Rei, Lobão, Santa Ovaia de Baixo, Molelos, Dardavaz, Castelões com os lugares do Barreiro, Cortiçada, Múceres e Ribeira; Santa Eulália (*Sancta Ovaya*), Santiago, Vilar,

Fráguas, Caparrosa, a vila de Córniás (Boa Aldeia) e Silvares.

Incluídas estas freguesias no que tão repetidas vezes as Inquirições denominam *termino de Ballistariis*, não avulta em tôda a sua extensão castelo, mosteiro, povoação importante, a cuja sombra tôdas elas se acolhessem ou agrupassem, formando um todo mais ou menos homogéneo quanto à administração e à sua dependência em relação ao poder central.

Cada paróquia constitui uma unidade de organização local, dotada de autonomia rudimentar com seu juiz privativo e, conquanto repetidas vezes se aluda ao fôro de Besteiros, como conjunto de direitos e deveres peculiares a um agregado por elas formado e, para a resolução de certos negócios de interêsse colectivo, expressamente se determine *quod vadunt ad concilium ad Molelos*, prova indiscutível de um nexo de ligação entre tôdas elas, não é fácil definir com precisão, no tocante a todo o termo, o que há de peculiar e característico na condição civil e económica dos seus habitantes, nas formas jurídicas de exploração do solo e nas várias relações administrativas e fiscais que têm de manter com o soberano.

Para êsse fim teríamos de seguir passo a passo o que nas Inquirições se diz de cada freguesia, analisar a estrutura íntima de cada uma delas, fazer um estudo comparativo não só de umas com as outras, mas com os agregados limítrofes, o que nos levaria muito longe e transcenderia os moldes dêste ligeiro estudo.

A uniformidade não era a virtude das instituições medievais. Assim, limitar-me-ei a reproduzir, em resumo, o que a alçada apurou nalgumas das mais extensas e populosas freguesias, nomeadamente naquelas em que se alude ao fôro de Besteiros.

Em Tonda, o Juiz Gonçalvo Joanes e as outras testemunhas dizem que, afora os reguengos, manifestos e conhecidos, tinha El-rei sete cavalarias e meia e quatro casais foreiros de jugada. Os jugadeiros pagavam, cada um, sua pensão diferente de trigo mondado e de aveia, além da

sexta de vinho e de linho, um capão, um frangão, dez ovos, voz e calúnia, iam à hoste e anúduva e, como os outros do termo estavam sujeitos à colheita.

Em Tondela, tinha El-rei, segundo declara D. Julião, quatro casais reguengos e três cavalarias e meia, esta meia sujeita a jugada. Paio Martins, confirmando êste depoimento, acrescenta que tem também o Rei outras courelas de reguengo que não são dos casais. Lourenço Soares diz o mesmo e que é êle com outros, jugadeiro da meia cavalaria e pagam a El-rei seis quarteiros de pão, i. é, dois quarteiros de trigo e um moio de aveia.

Na vila de Lobão diz D. Mónio que tinha El rei, além de dez cavalarias, três casais reguengos que pagam voz e calúnia, por fôro de Besteiros e vão à hoste e anúduva.

Pedro Pires declara que na vila de Santa Ovaia de Baixo há onze casais reguengos e um de cavalaria; em Casal do Rei dez casais reguengos.

Em Molelos tinha El-rei três casais reguengos além de outras leiras também reguengueiras, mas aqui a maior parte das terras vieram a ficar amparadas por nobres.

Em Vilar, fora das quatro cavalarias, havia três casais e meio de reguengo, que pagavam voz e calúnia, por fôro de Besteiros, vão à hoste e anúduva e eram, além disso, sujeitos à colheita.

O Barreiro era uma cavalaria, da qual El-rei recebia um maravedi pelo cavalo de Maio, iam à hoste e anúduva, pagavam voz e calúnia e estavam sujeitos à colheita.

Não citarei mais. Nas outras freguesias, à parte as terras privilegiadas da nobreza e do clero, as restantes eram quasi exclusivamente constituídas por herdamentos de cavaleiros vilãos; mas, em tôdas elas, as terras em que a coroa exercia pleno ou directo domínio estavam compreendidas nas duas grandes categorias de reguengueiras e foreiras, sujeitas a tributos em géneros ou pecuniários e a serviços pessoais que variavam de umas para as outras e entre os quais, como se vê, se mencionam de modo expresso, a *jugada*, a *hoste e anúduva*, a *voz e calúnia* e a *colheita*.

As Inquirições só falam de prédios foreiros ao Rei de *jugada* em Tonda, Tondela, Alvarim, Figueiral, Fráguas e poucos mais, mas noutros lugares, como no Outeiro, freguesia de Castelões, no casal de Goesteus e em Vila-de-Rei, terras de cavalaria pagavam uma quota de *jugada* a Santa-Cruz.

A *jugada* que, como se sabe, se baseava no jugo ou



Igreja do Barreiro

(A arcaria de *manuelino* rústico divide esta igreja em duas naves assimétricas, não se tendo chegado a construir a nave colateral esquerda, que lógicamente equilibraria o conjunto por meio de outra arcaria idêntica à da gravura)

junta de bois com que se agricultava um prédio, consistia na prestação de certa quantidade de cereais; nas freguesias mencionadas — trigo e aveia, a que em Tonda, pelo menos, se juntava a sexta de linho e de vinho. A *hoste* e *anúduva* eram serviços de ordem militar, ordinariamente remidos a dinheiro; a *anúduva* um concurso pessoal para a construção ou reparo de castelos; a *hoste* por vezes era um serviço realmente prestado pelos povos — como a *hoste* de Pinelo em que a gente de Fráguas tomou parte: na inquirição

sôbre bens pertencentes a esta igreja, Domingos Pais declara que «*Menendus Salvatoris testavit cidem ecclesie unam hereditatem forariam Regis de caballaria, in loco qui dicitur Ameeyro, quando fuerunt ad Pinellum*». A voz e a calúnia eram réditos de carácter judiciário e a colheita, que por vezes representava um pesado encargo, provinha da obrigação de fornecer mantimentos para a mesa do Rei, quando êste nos primeiros tempos da monarquia era obrigado a discorrer constantemente pelas províncias.

Como atrás notei, o que predominava em Besteiros eram terras de cavalaria.

Antes, porém, de a elas me referir convém aqui fixar duas ordens de factos para os quais chama a nossa atenção a leitura das Inquirições.

A confirmar o que precedentemente já mais de uma vez foi exposto, nota-se que todo o território era densamente povoado e intensa a sua actividade agrícola. Nas diferentes paróquias vêem-se já mencionados todos os núcleos populacionais de certa importância ora existentes e numerosas referências a lugares somenos e, pelo valor e variedade das prestações tributárias pagas em géneros — trigo, centeio, aveia, linho e vinho, infere-se que era geral e cuidadoso o aproveitamento do solo.

Sendo assim no meado do século XIII, não é crível que tôda esta zona fôsse repovoada após a reconquista, antes é lícito supor que, através de tôdas as convulsões anteriores à fundação da nacionalidade, se manteve sempre fixo e arriçado em antigos povoados um forte núcleo populacional preexistente. Tanto mais que nas Inquirições e noutros antigos diplomas relativos à região raro se faz referência a qualquer terra *depopulata* e em tôda ela apenas se encontra uma Vila-Nova na freguesia de Tonda e outra Vila-Nova do antigo concelho de Treixedo, modernamente anexada ao concelho de Tondela.

Em relação às terras imunes da igreja ou dos nobres que se encontram no termo de Besteiros um facto que importa pôr em relêvo é nem mais nem menos a única e

verdadeira causa determinante das Inquirições: os abusos resultantes do favor e da cubiça das classes privilegiadas.

Encontram-se terras que legitimamente pertenciam à Igreja e outras que de juro e herdade eram de nobres e, chegando às quais, a alçada passa adiante; mas a cada passo võem testemunhas declarar que tal terra tinha saído do senhorio real *per forciam*; outras vezes, sem violência, mas abusivamente, a Igreja e nobres vão estendendo o seu domínio a terras foreiras e reguengueiras a que não tinham direito e finalmente é o caso dos colonos se collocarem sob o amparo e deêsa dos poderosos para se eximirem dos encargos a que estavam sujeitos ou pelo menos os aliviarem.

Assim, em Tonda, aparece-nos Sueiro Pais, *miles*, de lá natural, que por ter herdade foreira de cavalaria que tinha sido de D. Maior Biquida, de tal herdade *nullum forum facit Regi*. Do mesmo Sueiro Pais se fala a respeito de certas herdades em Muna, mas essas foreiras de cavalaria.

Em Lobão, D. Mónio diz que, no tempo de D. Sancho II, D. Pedro, do Arrabalde, vendeu a Martim Pires, da Lageosa, uma herdade foreira ao Rei de cavalaria no Rio de Asnos, a jusante da ponte de *Petrinam* e que agora essa herdade é possuída pelos filhos do dito Martim que dela nenhum fôro pagam a El-rei.

Logo a seguir depõem as testemunhas que os filhos e netos de um Gonçalo Pais, *miles*, se apoderaram abusivamente de um reguengo dado em tempo em prestimónio a certo João Quivenit, sito *in ribeiro de Riva de Asinis*.

Em Santa Ovaia de Baixo, D. Mendes declara possuir com seus irmãos três casais que foram de cavalaria e dos quais não pagam nenhum fôro a El-rei *per usum*.

Em Molelos vemos dois *milites*, Estêvão Dias e Gonçalo de Sá—o primeiro cobra, não se sabe a que título, a sexta parte de vinho e de linho de vinhas e linhares de fogueira foreiros ao Rei; ao segundo, certa mulher que tinha uma herdade foreira ao Rei deu-lhe em incensório a dita herdade

afim de que êle a defendesse e amparasse (1). Outros casos análogos se nos deparam nesta freguesia. E não só aqui mas noutras freguesias se encontram numerosas encensórias e doenças. Na freguesia da Lageosa, hoje do concelho de Tondela, mas ao tempo das Inquirições incluída no termo de Viseu (2), a aldeia de *Tuymiro* (Teomil) era pela maior parte de *villanis hedredibus*, os quais não davam fôro a El-rei, salvo as coimas, porque os amparava e defendia um Lourenço Soares *per ferraturas quas dant ipso militi* e porque estavam *in commenda et maladia de ipso milite*.

Quanto a esta freguesia da Lageosa, mostram-nos bem as Inquirições, em confronto com as do termo de Besteiros, o tipo perfeito das terras privilegiadas que patrimonialmente pertenciam à nobreza: «*Vincencius Petri, de Vinal, parrochia de Lageosa et termino de Viseo, juratus et interrogatus, dixit quod Lageosa et Vinal et Curugeyro sunt hereditates de militions et nullum forum faciunt Regi, nisi tantum quod pectant vocem et calupmnam maiordomo Regis de Viseo, et maiordomus Regis debet petere illos ad directum de foris villam*».

As igrejas paroquiais eram em geral apresentadas pelos respectivos fregueses e dispunham quasi tôdas de avultados rendimentos para cômgrua sustentação do culto e de seus ministros. São raras as freguesias a cujo respeito não falem as Inquirições de doações e de testamentos a seu favor. Mas sôbre a posse e legitimidade dêstes bens surgem a cada passo dúvidas e contestações relatadas pelas testemunhas. É o que se vê, por exemplo, com êste caso passado em Tondela: Martinho Soares, pároco das igrejas de Santa Eulália e de Castelões declara ter ouvido dizer a João Dias, de Tonda, seu avô, em tempo juiz de Besteiros, que só metade

(1) Dêste Gonçalo de Sá occupam-se largamente as Inquirições ao referirem os abusos por êle cometidos no Porrinheiro, freguesia de Silgueiros (Viseu).

(2) A êste caso refere-se A. Herculano, *História de Portugal*, vol. VIII, pág. 279.

da vila de Tondela era do Rei e que para o atestar, havia sido pôsto um marco à porta da igreja, por *D. Remondus Pelagii, qui tenebat terram a Domino Rege*, mas, passado tempo, outro tenente do Rei D. Rodrigo Sanches demandou a Igreja de Tondela e a outra metade da vila e para desistir dessa demanda os homens da vila tiveram de lhe dar quinhentos soldos e outros cem o pároco da igreja, Estêvão Fernandes.

Mostra bem o espírito da época a proveniência de certos bens da igreja. Em Lobão, Dom Mónio disse que Gonçalo Lourenço matou um homem e que para celebrar missas por alma dêsse morto, o dito Gonçalo dera à igreja uma herdade foreira ao Rei de cavalaria, da qual ela lhe não paga fôro algum.

Interrogado *D. Pelagii, de Fravegas*, sôbre o padroado da igreja, disse que os paroquianos costumavam apresentá-la, mas que o bispo D. Pedro de Viseu — *filiavit sibi eam per forciam*.

João Pires, chamado Romeu, diz que a Igreja de Vilar tem, *per forciam*, uma herdade foreira ao Rei de cavalaria, junto da igreja, onde morreu um mancebo e interrogado *de tempore de forcia* declara que no tempo de D. Sancho II.

Outros factos se poderiam aduzir reveladores da tendência a que a igreja se não podia furtar, de aumentar o seu rico património por meios menos legítimos, o que as Inquirições tendem a coibir. E o que se diz das igrejas paroquiais igualmente se aplica aos bens das ordens regulares.

Fora dos coutos atrás mencionados possuíam no têrmo de Besteiros os dois mosteiros de Lorvão e de Santa-Cruz numerosas herdades imunes de qualquer tributo; e nalgumas terras cobrava Santa-Cruz foros cuja legitimidade se poderia contestar.

Em Tonda, diz o juiz, que Lorvão comprara no reinado de D. Sancho II um casal foreiro de cavalaria, mas dêsse casal nenhum fôro pagava, a não ser a colheita.

Em Casal do Rei possuía Santa-Cruz um casal não se sabe por que título e nas faldas da serra, na Cortiçada, Santa Eulalia, Vila-de-Rei, Casal de Goesteus e Córniás, de várias cavalaria cobrava o dito mosteiro de jugada seis quarteiros e outras prestações. Interrogadas as testemunhas sôbre o motivo por que Santa-Cruz recebia aquêlo fôro de herdades do Rei, respondiam «*ratione quod Sancta Cruz defenderet eos a foro Regis*».

Além dêstes, outro mosteiro possuía também terras em Besteiros; na Arnosa o mosteiro de *Mazaneyra* (Maceiradão) era senhor de uma herdade que para êle comprara João de Mouta, herdade que fôra foreira ao Rei de cavalaria, mas da qual, ao tempo das Inquirições, o dito mosteiro nada pagava e o mesmo sucedia com outra herdade que êsse mosteiro tinha em Fráguas, também foreira de cavalaria ao tempo em que, reinando D. Sancho II, lha deixaram em testamento um D. Hero e D. Maria.

O mosteiro de Fráguas já existia em 1129, sob a denominação de *monasterium Sancti Salvatoris*, como se depreende da carta de venda de uma herdade em *Fravegas* feita por Pedro Leovigildo e mais pessoas de família a D. Bernardo, bispo de Coimbra, mas era um dêstes numerosos mosteiros medievais não pertencentes a nenhuma das ordens regulares então existentes no nosso país, antes devia incluir-se na categoria das fundações religiosas que Viterbo chama *mosteiro de herdeiros*, i. é, casal junto de uma pequena igreja em que viviam os fundadores com suas famílias e em que sucediam seus herdeiros com a condição de darem certas esmolas aos pobres e peregrinos, e aos monges, sacerdotes ou devotos que lá vivessem.

Ao tempo das Inquirições de 1258 não era terra privilegiada e imune. Segundo o depoimento de numerosas testemunhas, o mordomo de Besteiros podia lá entrar, penhorar e receber portagem; os homens do Mosteiro pagavam voz e calúnia, deviam ir à anúduva e, quando convocados, «*vadunt ad concilium ad Molelos et ad mandatum judicis Regis*».

Porém nas Inquirições de 1288 a sua situação era diferente. Chegando à paróquia de S. Salvador de Fráguas, apura a comissão que *«en todo entra o mordomo d'El-rey salvo no logar q̄ chamã o moesteyro q̄ he herdãto da See de Viseu (1) q̄ son sete casaes em q̄ não entra o mordomo salvo no tempo de Don Dioguo q̄ o fez hi entrar por mal.*

Das ordens militares, era a do Hospital a que no tempo das Inquirições de 1258 possuía de terras de Besteiros maior número de foros, que faziam parte dos bens da Comenda de Ancemil. Esta comenda, uma das mais ricas e importantes dentre as vinte e cinco que a Ordem contava em Portugal, tinha a sua cabeça num lugar hoje denominado simplesmente—*a Comenda*, em terra de Lafões, a meio caminho entre Viseu e S. Pedro do Sul. A quem passa pela estrada nacional que liga estas duas localidades não pode passar despercebida a Casa da Comenda com sua capela e Cruz de Malta.

Da cavalaria de Sameiro recebia o Hospital a oitava de pão, de vinho e de linho *ratione quod defenderet eos (homines) de foro Regis*; na vila de Córniã tinha também a Ordem uma herdade sobre cujas imunidades pairava a incerteza, pois que, se durante algum tempo lá entraram o tenente e mordomo do rei, no tempo das Inquirições, apesar de não ser honrada nem coutada, era a vila amparada e defendida por Martim Joanes, de S. Cosmado, e Mendo Fernandes, *milites* que lá tinham herdades, acrescentando até as Inquirições, pormenor curioso, *quod Menendus Anaya cucurrit ibi cum maiordomo et postea non ausus fuit maiordomus illuc intrare.*

O nome de Córniã desapareceu e veio a ser mudado no de Boa-Aldeia em data que não posso determinar, mas anterior ao século xvi, pois já no Cadastro de 1527, entre

(1) Vimos já que D. Pedro, bispo de Viseu, se apoderara da Igreja de Frávegas *per forciã*. Explica-se o facto pela má vontade que os bispos em geral tinham a estes mosteiros que por vezes não se submetiam à hierarquia eclesiástica por eles representada.

Leterela e Caparrosa vemos a *Boa-Aldeia*, com 44 moradores. Desta mudança de nomes ocupar-me-ei mais adiante quando em especial tratar da toponímia da região, mas desde já posso afirmar que sobre a identificação onomástica de Córniás e da Boa-Aldeia nenhuma dúvida nos deixa o exame das Inquirições.

Como já sucedera a Viterbo *sub v. Cruz*, o autor da Nova Malta, julgando que Paiva e Pavia são o mesmo rio, estabelece certa confusão sobre as terras que o Hospital tinha nesta região e ainda, quanto aos direitos que sobre elas lhe competiam, estranha que os domínios da ordem se limitassem a dispersíssimos casais sem um só padroado ou igreja paroquial.

Em Córniás também os Templários possuíam um casal que no tempo de D. Sancho I, com outros em Abravezes e na Lomba, termo do Sátão, fôra doado ao famoso mestre do Templo, D. Gualdim Pais. Era este casal de Córniás o único domínio dos Templários, no termo de Besteiros. Extintos os Templários e criada a Ordem de Cristo, ficou esta ordem possuindo na região rendosas comendas, como as de Santa Maria de Tondela, S. Julião de Lobão, a do Barreiro, etc.

Porém, muito acima das terras imunes, dos reguengos e doutras terras foreiras, o que avultava em Besteiros eram as *cavalarías*.

Nesta milícia de herdadores vilãos, historicamente, podem considerar-se duas fases.

Na reconquista asturo-leonesa e, depois de fundada a nacionalidade, na longa guerra quasi ininterrupta, que, até à conquista total do Algarve, foi a empresa dominante e absorvente dos nossos primeiros reis, nunca houve um largo ataque frontal por exércitos organizados como os de hoje. Tomava-se um castelo, cercava-se uma cidade, mas neste estado permanente de guerra, tão essenciais e tão proficuas como aquelas operações isoladas, eram as terríveis e impetuosas correrias, realizadas através dos territórios muçulmanos na época mais favorável do ano, em que se talavam os campos inimigos, se faziam prisioneiros, se

pilhavam os rebanhos e as colheitas, ao mesmo tempo que se atraía para as terras reconquistadas a população cristã.

Nestas rápidas expedições que só podiam ser levadas a cabo por troços mais ou menos numerosos de cavalaria, não eram apenas empregados nem para elas bastavam os cavaleiros nobres (*milites*) que tinham a obrigação directa e pessoal do serviço militar — era absolutamente necessário criar para estas emprêsas da *hoste* e de *fossada*, uma milícia saída da classe mais elevada dos vilãos, daqueles que tinham posses para sustentar cavalo e se armar com escudo e lança, milícia não remunerada por *contia*, mas protegida por variados privilégios, entre os quais a isenção da *jugada* denota bem o alto valor dos seus préstimos guerreiros.

Foi esta a fase inicial e a razão de ser da cavalaria vilã. Mas quando o reino se firmou definitivamente nas suas fronteiras e cessou a obrigatoriedade dêste tributo de sangue, o que êle representava como serviço pessoal, como diz A. Herculano ⁽¹⁾, «incorporou-se por assim dizer no solo; eram pròpriamente os casais, as herdades, as quintas, as aldeias dos cavaleiros vilãos que se diziam adstritas à solução daquele serviço. Êstes prédios designaram-se por dois modos diversos, ora pelos vocábulos de *herdade de fossadeira* ou *afosseirada*, ora pela palavra *cavalaria*: a primeira fórmula predominava ao norte do Douro, a segunda ao sul deste rio».

Compreende-se e explica-se esta diversidade pelo facto de a Beira ser durante longo tempo uma região fronteiriça. Ao norte do Douro a cavalaria fidalga conserva os seus territórios de há muito herdados; na Beira, porque a reconquista é mais recente, as cavalarias compostas de famílias pela maior parte moçarabes e de outras que, vindas do norte, se submeteram ao jugo sarraceno depois das conquistas de Almançor, são muito mais numerosas e conservam a sua natureza original. Não é de estranhar por isso

(1) *História de Portugal*, L. VII, pág. 219.

o grande número de cavalarias existentes em Besteiros. Eram nada menos de 66 no minucioso cômputo que delas faz a testemunha Lourenço, de Arrifana, homem que a alçada parece ter em grande aprêço pelo número de vezes que é interrogado.

Destas, 1 era no Barreiro, 2 em Múceres, 1 na Cortiçada; no Casal de Castelões, 1 e meia; no Quintal, meia; na Costa, 1; em Vila de Rei, 3 e meia; em Sameiro, 1; na Arrifana, meia; no Outeiro, 1 e meia; no Casal de Gosteus, 2; em Maças, 1; em Santiago, meia; em Teomando, 1; em Paranho, 1; em Caparrosa, 1; em Molelinhos, freguesia de Tondela, 1; em Molelos, 2 e meia; em Vilar, 4; em Fráguas, 5; em Lobão, 10, menos a oitava; em Santa Ovaia, meia; em Tonda, 11 e meia; em Tondela, 3 e meia; em Alvarim, 3 e meia; em Dardavaz, 3 e meia e uma oitava.

Na época destas Inquirições, meado do século XIII, haviam-se já operado consideráveis modificações na instituição das cavalarias. O tributo pessoal dos cavaleiros vilãos, como atrás se notou, passara para o prédio; a hereditariedade que nalgumas gerações trazia a divisão e subdivisão do solo e o direito de transferir o domínio útil ou pelo menos uma parte dêle explicam o facto de nos aparecerem as cavalarias de Besteiros retalhadas em múltiplas fracções e até algumas delas sujeitas a prestações que vão de encontro às suas mais importantes regalias. Assim, em Tondela, a testemunha D. Julião declara que o Rei tem 3 cavalarias e meia e dessa meia pagam jugada; ora é sabido que a isenção da jugada era um dos mais característicos privilégios dos cavaleiros vilãos. E como êste poderia citar outros factos análogos.

Outras vezes, povoações inteiras são cavalarias, como o Barreiro, a que já atrás me referi, e Molelinhos, que pagava a el-rei pelo cavalo de Maio onze quarteiros e um sesteiro de pão, do qual dez taleigas de trigo limpo, a sexta de vinho e linho e a colheita.

Nestas terras e noutras do têrmo, as cavalarias, com o andar do tempo, vieram a transformar-se num encargo

colectivo, numa prestação certa paga em géneros pelos seus moradores, herdeiros ou representantes daquele ou daqueles que primitivamente eram obrigados a êsse serviço pessoal de carácter militar.

As diferenças que ficam assinaladas em relação às cavalaria, mostram-nos que não era imutável a situação das diferentes terras quanto às condições da sua posse, à sua dependência do senhorio e às prestações tributárias que a êste tinham de satisfazer.

De Parada, que hoje faz parte do concelho de Tondela, mas que em 1258 estava compreendida no termo de Viseu, metade pertencia ao Rei. Essa metade tinha sido de cavalaria, desceu de cavalaria a jugada, de jugada ficou despoçada, descendo à condição de reguengo.

Nas Inquirições depõe como testemunha F. Menendi que trouxe êsse reguengo pela renda de oito moios; depois o juiz de Viseu, Mendo Soares, transformou êsse reguengo em jugada, constituída por dois casais sujeitos a determinadas prestações em géneros, ao *corazil* pelo Natal, além da voz e calúnia, hoste e anúduva e à colheita.

Era assim em jugada que se encontrava o dito lugar ao tempo das Inquirições.

E já agora para completar as referências a freguesias, hoje do concelho de Tondela, mas que nessa época pertenciam a outras circunscrições, direi que Ferreirós, que fazia parte da paróquia de Papisios, era terra imune por pertencer a nobres e a freguesia de S. Miguel de Outeiro, contígua à de Parada, era quási exclusivamente constituída por numerosas vinhas e herdades deixadas à igreja paroquial em testamentos, algumas delas foreiras ao Rei de cavalaria, com excepção das terras de Farminhão, então dessa freguesia, que eram avoengas de ricos-homens.

Embora na sua maior parte directamente dependentes do monarca, as terras de Besteiros formavam núcleos de vida colectiva com interêsses comuns que deviam fortalecer o espírito de autonomia local; mas quanto aos órgãos pelos quais esta autonomia se exercia e sôbre o sistema de rela-

ções administrativas e fiscais que as ligavam ao poder central, estão muito longe de ser completas as indicações que as Inquirições nos fornecem.

Falámos já do *concilium* de Molelos a que obrigatoriamente deviam comparecer, quando devidamente convocados, vizinhos das diferentes freguesias do termo.

Homines de monasterio de Fravegas — dizem as Inquirições — *debent venire ad concilium de terra et ad mandatum judicis Regis et maiordomus debet constringere et vocare eos ad concilium et si non venerint debet levare de eis penam que est posita per judices.*

E mais adiante — *Johannis, de Cornias, homo Sancte Crucis... dixit quod ipse vidit maiordomum Regis de Balistariis intrare in Cornias... et appellare homines de Cornias ad concilium.*

Dos funcionários que intervinham na vida pública constantemente as Inquirições se referem a *judices*, sob três designações diferentes, certamente correspondentes a diferente categoria, competência e forma de provimento — *judices Regis, judices de Balistariis, judices de parochia.*

Não nos fornecem os documentos medievais elementos para se definirem com precisão as atribuições destes magistrados, mas parece que, além de funções de jurisdição contenciosa, intervinham como meio de autenticar convenções particulares, estendia-se a sua acção à esfera fiscal e não lhes eram estranhas as atribuições de índole legislativa, estrita aos limites do respectivo termo (1).

Do juiz do Rei já se viu atrás — *homines de monasterio de Fravegas debent venire ad concilium ad mandatum judicis Regis.*

Do juiz de Balistariis: — *Martinus Suerii... audivit dicere Johanni Didaci, de Tonda, avo suo, quondam judici de Balistariis...*

— *Muzais... hominis de Muzanaria, de Valle et de Tue-*

(1) V. *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. II, pág. 294.

rigo et de Arnosa et de Corvaria debent ire in hostem et anuduvam... et veniunt ad mandatum judicis de Balistariis per maiordomum de terra.

— *Judex de Balistariis dixit quod hominie de Cortizada serviunt caballariam de Cortizada Regi.*

— *Cornias... homines Hospitalis levaverunt denarios de anuduva ad judicem de Balistariis.*

Juízes paroquiais:— *Gunsalvus Johannis, judex de Tonda, dixit... quod parochiani presentaverunt semper et presentant eidem ecclesie.*

— Em Lobão:— *Johannes Pelagii, de mandato judicis de terra de fendidit hereditatem Martino Petri, de Lageosa, caso atrás referido.*

Em Santa Ovaia de Baixo — *Johannes Ooriz declara que vários indivíduos irrumperunt unum montem in testaria de uno regalengo super defensione Juliani Pelagii judicis de terra.*

— *Martinus Johannis, judex de Sancta Maria de Canas, termino de Balistariis dixit quod parochiani solebant presentare eidem ecclesie. Etc.*

Naturalmente os juízes do Rei e de Besteiros tinham a mesma categoria, eram de nomeação régia e a sua jurisdição estendia-se a todo o termo.

Os juízes dos diferentes lugares, análogamente ao declarado em vários forais e outros documentos, eram escolhidos pelos respectivos vizinhos, sendo em regra de um ano a duração do seu mandato e carecendo talvez a sua eleição de confirmação régia.

Além dos juízes, os funcionários mais vezes citados pelas Inquirições são os mordomos que podiam ser mordomos do Rei e mordomos das terras.

Os mordomos do Rei, incumbidos de velar pela boa administração da fazenda real, eram funcionários de competência muito extensa e variada, mas a sua principal missão era superintender na arrecadação dos tributos devidos ao Rei. No desempenho desta função, estavam-lhe subordinados os mordomos das terras, a cujas ordens os *serviçais*

percorriam os casais e as aldeias, fazendo conduzir aos celeiros régios a parte das colheitas consignadas ao fisco.

D. Martini, do Casaíno, falando de um reguengo abusivamente possuído por Donna Tarasia, de Santa Ovaia, diz que *vidit laborare ipsam hereditatem homini Regis et dare inde rationem maiordomo Regis*.

Do mosteiro de Fravegas vimos que *maiordomus de Balistariis debet inde habere portagines et vocem et calumpniam*.

De Cornias — *maiordomus Regis solebat intrare in Cornias*. Etc.

Já se disse que os moradores de certos lugares de Castelões — *veniunt ad mandatum iudicis de Balistariis per maiordomum de terra*.

Nas cavalarias de Goesteus e de Sameiro *maiordomus terre non pignorat homines Regis per S. Crucem et per Hospitalem*, respectivamente.

Mas para os efeitos de administração militar e civil, na época de que nos ocupamos, a autoridade suprema, como mais de uma vez se disse, era representada pelo *tenente do Rei*, rico-homem nomeado pelo monarca, que tinha a seu cargo não só a chefia militar do território mas também a superintendência em negócios de administração e fazenda, incumbindo-lhe nessa qualidade a presidência do *concilium*, assembléia dos homens bons que em Besteiros se reunia em Molelos.

Nas Inquirições encontram-se pelo menos os nomes de três dêsses tenentes — *Remondus Pelagii, Rodericus Sancii e Ferdinandus Johannis*.

Dos dois primeiros já se falou a propósito da demarcação da paróquia de Tondela, e já anteriormente nos havíamos referido a D. F. Johannis que comprou o Guardão a Mestre Amberto e povoou os Jueus. Dêste último pode precisar-se a data em que teve a tenência de Besteiros, pois o seu nome figura entre os confirmantes da doação de Aljustrel à Ordem de Santiago (31 de Março de 1235) e da doação de Arronches ao mosteiro de Santa-Cruz (7 de Janeiro de 1236) — *D. Fern. Johan. t. Balistariis*.

Falando do fidalgo trovador D. Afonso Mendes, de Besteiros, que devia ter vivido na segunda metade do século XIII e que figura nos Cancioneiros como cultor das três costumadas espécies de cantigas, nove de amor, duas de amigo e três de escárneo e mal-dizer, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos alude vagamente à possibilidade de êle ter tido a tenência de Besteiros. Na falta de documentos que nos digam que o poeta governou esta região, devemos supor que nela se achava o solar onde nasceu (1).

(1) Em nota acrescenta a eminente romanista: «O nome um pouco deturpado pelos copistas italianos apresenta-se no *Indice* com as formas seguintes: Affonso Meendez Besteyro (375), Affonso Meendez beesteyros (729). Falta adiante do N.º 1558 — No texto lê-se Affonso Meendez beesteyros (C. V. 330); Affonso Meendez de besteyro (C. B. 321). Sempre formas com *best* ou *beest*. Não se trata portanto de nenhuma infanção da linhagem dos *Briteiros*. Também na prole de D. Mendo não houve nenhum Affonso Mendes». Cf. Biog. v, *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, pág. 560.

Aos leitores menos familiarizados com a poesia trovadoresca reproduzo a única cantiga que nos transmite o *Codex Vaticanus*, em que o poeta apaixonado e triste por não ser correspondido se declara doido de amor — *d'amor sandeu*:

Amigos, nunca mereceu
omen, com'eu mereci, mal,
en meu cuydar, ca non en al,
mais ando-me por en ssandeu,
por quanto mi faz cuydador
d'aver en ben de mha senhor.

Mais leixade mh andar assy;
pero vós ajades poder,
meus amigos, de me valer
sol non vos doades de mi,
por quanto mi faz cuydador
d'aver en ben de mha senhor.

Ca ssey que per nem hûu logar,
amigos, que non averey
d'ela bem, por quanto cuydey,
mais leixade-m'assy andar,
por quanto mi faz cuydador
d'aver en ben de mha senhor.

Ca o ssandeu quanto mais for
d'amor sandeu tant'ê melhor.

Não deve causar estranheza esta suposição. Embora o berço da grande nobreza afonsina tenha sido Entre Douro e Minho e de lá provenham, as cinco grandes famílias que fundaram a nacionalidade portuguesa — Sousas, Braganções, os Maias, os de Baião e os Coelhos de Riba Doiro — havia na Beira e nesta região, como se tem visto, muita nobreza e antes de o nosso destino histórico tomar outro rumo e do grande êxodo para a côrte, viviam ainda fortemente enraizadas nas suas terras as famílias de lavradores e guerreiros que de avoenga as senhoreavam na nossa antiga monarquia agrária.

Tinham fama os *infanções de Besteiros* e conquanto hoje se tenha por menos verdadeira a categoria exclusiva de *netos de Reis e filhos dos Infantes mores, nados depois os Príncipes herdeiros*, a que os elevava a sentença da Suplicação de 3 de Julho de 1486, tão vulgarizada depois no Comentário de Pêgas, não pode deixar de considerar-se valiosa preeminência da região ser tão apetecida pelos cidadãos de Lisboa a concessão das liberdades, honras e privilégios que soíam gozar os Infanções da terra de Santa Maria de Besteiros.

De D. Afonso III em diante deixam de aparecer referências à *tenência* de Besteiros.

O reino começou a ser dividido em comarcas que ficaram sendo as grandes circunscrições administrativas, e à testa dessas comarcas, com carácter de estabilidade e com funções mais definidas que as dos antigos tenentes, são colocados agentes do Rei, aos quais com o andar do tempo veio a dar-se o nome de *corregedores*, com as amplas atribuições de administração e polícia que lhes são assinadas pelo respectivo regimento elaborado no reinado de D. Afonso IV.

Na transição para o século XIV operam-se grandes transformações na administração local. Dentro destas grandes circunscrições surgem e desenvolvem-se muitos concelhos por um processo espontâneo, independente da concessão da *carta de foral* e no meado dêsse século, como diz Gama

Barros (1) o impulso dessa organização pode já dizer-se extensiva a todo o território, impondo-se por si mesma como um facto sancionado pelo uso e pelo costume.

Nas Inquirições de D. Dinis, de 1288, das freguesias de que nos temos ocupado, onze võem já englobadas no *Julgado de baesteyros*, designadas pelo nome dos seus patronos: S. Salvador de Tonda, Santa Maria de Dardavás, S. Miguel de Caparrosa, Santa Maria de Canas, Santiago de Besteiros, S. Julião de Lobão, S. Salvador de Castelões, S. Salvador de Fráguas, S. João de Vilar e Santa Maria de Tondela.

As actas destas Inquirições, muito mais sucintas que as de 1258, limitam-se por via de regra neste julgado a averiguar se em tal ou tal paróquia — «ha casa de cavaleyro ou de dona q̄ sse defenda p. onrra» e se nela entra o mordomo de El-Rei.

As respostas, como é natural, variavam; nas paróquias de Tondela, Vilar, Lobão, Caparrosa — «os jurados disserõ q̄ nõ ha hi onrra nhũa e q̄ entrava o mordomo d'El Rey»; noutras, como já atrás se viu em relação a Canas, Sabugosa e Mosteiro, alude-se a terras imunes: assim, ainda na freguesia de Canas, «Martí Fernãdis de santo ovaya de susão... disse q̄ ha hũa quintã a q̄ chamã Nandufi e disse q̄ foy de mp migueis e de seu irmhão e ora he dessa geração... nõ entra hi mordomo d'El Rey e no logar q̄ chamã Valverde ha quatro casais q̄ son desta quintãa...»; em Santiago «ha hi uma quintãa q̄ chamã barrhoo que sse defende por onrra p. razã q̄ f. doñes filhos dalguo, em lourosa ha 4 casas, hũa duma dona, q̄ tregeo por onrra e os 3 foram pertença desta quintãa e ora son dõmes lavradores, ha uma quintãa q̄ chamã Casal vuasco q̄ he de dona maria anes que onrra 3 casais q̄ hi ha desa quintãa», etc.

Nas restantes freguesias, o questionário é o mesmo e as

(1) *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, pág. 110.

fórmulas de resposta pouco diferem; não há nestas inquirições, como se vê, o minucioso relato que torna as de 1258 a fonte de informações mais preciosa e elucidativa sobre a vida social, política e administrativa da região nesta época da nossa nacionalidade.

Fazem agora parte do concelho de Tondela certas freguesias que no reinado de D. Fernando foram incorporadas no termo de Viseu. A respectiva carta régia de 5 de Setembro de 1370 inclui, além dos coutos de Zurara, de Senhorim e de Coto, os coutos de Rio de Asnos e de Sabugosa com a aldeia de Ferreirós, mandando que daí em diante não pudesse haver nêles outros juizes, vereadores, procurador do concelho, meirinhos, tabeliães ou quaisquer outros officiais senão os de Viseu ou os que ali fôsem postos pelos juizes, vereadores e concelho da cidade (1).

A expressa referência que neste diploma se faz a *juizes, vereadores, procurador do concelho, meirinhos, tabeliães e quaisquer outros officiais*, magistraturas e cargos que análogamente deveriam existir no julgado de Besteiros, mostra-nos de maneira iniludível que no fim do século XIV já os concelhos desta região tinham uma organização perfeita e plenamente desenvolvida.

Deve supor-se que no decurso do tempo se não manteve imutável o regime dos municípios e por certo variaram as atribuições das entidades que nêles exerciam funções judiciais e administrativas, mas ainda, séculos depois, no concelho de Besteiros, e decerto noutros concelhos, verifica-se, de um modo geral, que são os mesmos os órgãos por que a vida colectiva dêste agregado se manifesta e exterioriza.

No *Promptuário das terras de Portugal* referente a 1689, encontra-se: — «O conc.º de Besteyros tem juiz dos Orfãos por S. Mag.^{de} e tem mais dois Juizes Ord.^{es}, vereadores e procurador que servem por carta do Corregedor da Comarca

(1) G. Barros, *História da Administração*, vol. III, pág. 359.

e se aclamam por S. Magestade. A cabeça deste concelho he a Villa de Molelos...» (1)

O mesmo quadro de administração ainda se encontra na *Corografia Portuguesa* do Padre A. Carvalho da Costa, publicada em Lisboa em 1708, apenas com a diferença de mencionar como cabeça do concelho a vila de Tondela.

É na primeira metade d'êste século que se assinala a transformação mais importante por que passa a administração do concelho de Besteiros pelo provimento com carácter de permanência de um juiz de fora, magistratura que só existia em mais quatro concelhos (Azurara, Lafões, Trancoso e Penalva do Castelo) dentre os 30 concelhos e 22 vilas que compreendia neste tempo a correição de Viseu (2).

Ao mesmo tempo que a organização municipal assume uma forma mais perfeita, nos fins do século XIII e no século seguinte, a economia agrária e o direito de propriedade passam, nos seus múltiplos aspectos, por profundas modificações devidas à diferenciação cada vez mais nítida entre o domínio do direito privado e o senhorio político e, ao desenvolvimento da pequena propriedade por doações de limitados tractos de terreno e sobretudo pelo grande número de aforamentos ou emprazamentos de terras do rei ou de outros senhorios que vieram substituir as antigas formas de colonato.

Percorrendo as Chancelarias de D. Afonso III e D. Dinis, a cada passo se nos deparam cartas de doação e aforamentos de numerosas terras de Besteiros.

(1) *Anno de 1689 — Promptuário das terras de Portugal com declaração das comarcas a que toção*. Disposto e ordenado por Vicente Rib.º de Meireles. Of. da Secretaria da Junta dos 3 estados, (Ms. da Torre do Tombo), pág. 443.

(2) Cf. D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica*, t. II, pág. 110. O primeiro Juiz de Fora de Besteiros foi o Dr. João Bernardo Gonzaga. Anos depois, por volta de 1750, succedeu-lhe o Dr. António Barreto de Castilho, da família do Poeta António Feliciano de Castilho (v. *Memórias de Castilho*, Coimbra, 1926, t. I, pág. 200).

Assim, no L. III de Afonso III, fl. 4, vemos a doação — «D. Amberto et uxori vestre domne Ousende de illa mea hereditate q̄ habuimus in termino de Balistariis, que vocatur Carvalial»; do mesmo monarca, no L. I, aforamentos do casal de Balteiro a Simão Esteves, fl. 60 — a Domingos Gonçz, fl. 83, a Domingos Pires, id.: a Miguel Migueis, fl. 49; na Regateira, a Gonçalo Paes, fl. 60; a João Viegas, fl. 67; a Pedro Martim, fl. 216; nas Quintans, vinhas do Figueiredo e do Outeiro a Domingos Egas, de Fail, fl. 61.

Na Chancelaria de D. Dinis, L. II, 67 (1293) «dou e outorgo a foro pera todoo sempre a vos Johã Viegas e a vossa molhr e a todos vossos sucesores o meu casal reguengo q̄ e en termo de besteiros en logo que chamam Tudela» (Tondela?) pelo qual ficarão a pagar cada ano o quarto de pão de vinho de linho»; ainda em Tondela, o aforamento dum casal a Domingos Pires, L. I, 83; a Dom. Esteves, em S.^{ta} Ovaia de Baixo, L. 4.^o, 363; de Arena em Lobão a Gonçalo Tome e m.^{er}, L. 1.^o, 229; dum casal no Alcouce a João Pais, L. 4.^o, 363; na Arrifana a Mart.^o Joannes, L. 1.^o, 250; no Casainho a Diogo Esteves, L. 1.^o, 277; em Cornas, a João Pires, L. 1.^o, 150; no Casal de El-Rei a Estevão Martins, L. 1.^o, 38; id., a Martinho Pires, L. 1.^o, 72; nas Figueiras, a Martinho Martins, L. 1.^o, 245; em Fravegas, a Pedro Gonçz., L. 1.^o, 83 v.; id., a Gonçalo Pires, L. 1.^o, 85; em Lobão, a João Mendes e s. m.^{er} Gortinha, L. 1.^o, 63; no Casal, Lobão a Geraldo Pires, L. 1.^o, 85; no Casal de Maças, a Martinho Gonçz., L. 1.^o, 183; no Casal da Mata a Lourenço M., L. 1.^o, 260; casal e moinho em Formontelos a Martinho Adaês, L. 1.^o, 288; Casal do Paço, a Martinho Martins, L. 1.^o, 226; Casal do Paço de Rei a Estevão Martins, L. 1.^o, 79; id. Casal do Paço a João Pires, L. 1.^o, 219; ib., a Paio Joanes, L. 1.^o, 226; Casal de Pedronhe a Vivas Martins, L. 2.^o, 163; casal na Rua Fria a Domingos Pais, L. 1.^o, 813; em Sameiro a João Domingues, L. 1.^o, 683; em Santa Ovaia a André Joanes, L. 1.^o, 119; ib., a Estevão Migueis, L. 2.^o, 62; ib. a Estevão Pais, L. 2.^o, 62; ib. a Bartolomeu Pires. L. 1.^o, 230; ib. a Dom. Joanes, L. 1.^o, 445.

Mostra-nos a presente enumeração que D. Dinis aforou nada menos que trinta casais por tôda a área de Besteiros juntando a êstes os aforados por D. Afonso III verifica-se o incremento que tomou nos dois reinados esta forma especial de propriedade.

VIII

Considerou-se até aqui a terra de Besteiras sob o domínio directo do rei, que à testa dela tinha os seus tenentes e outros representantes. Começam depois a aparecer os grandes donatários.

D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Seia, tinha vindo muito jovem para Portugal com sua irmã D. Constança Manuel. Por cá ficou e de seu sobrinho D. Fernando recebeu muitas doações, entre as quais a de Besteiros. Por morte de D. Fernando, diz-nos Braamcamp Freire⁽¹⁾, andou tergiversando, a ver quem o comprava por melhor preço. Seguiu primeiro o partido castelhano, pelo que lhe foi confiscada, com outras terras, a de Besteiros, que foi doada por carta de 21 de Maio de 1384⁽²⁾ a Martim Vasques da Cunha, o denodado senhor do castelo de Linhares, comparado pela sua bravura, como vimos, a dom Galaaz, da Távola Redonda. Por essa carta «*o dito senhor mandou q̄. martim vasqe da cunha ouvesse e tevesse vouzella e val de besteyros com terra de lafões, queirã e rio de muinhos, gulfar y terra de çaatã que era danrique manuel com todollos dijtos, fructos, povos e rendas que aas ditas terras pertencerem e onrras e senhorio, em lixboa xxj de maio de 1422 (1384), doação que foi confirmada por nova carta de 23 de Abril de 1424 (1386)⁽³⁾ e pela «Declaração de certas terras q̄. ell rey doou a M. V. da Cunha» datada do Pôrto, de 2 de Maio de 1432 (1394).*

(1) *Brasões de Sintra*, vol. II, pág. 7.

(2) *Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fl. 19 v.º

(3) *Chanc. de D. João I*, L. 1.º, fl. 31 v.º

Não obstante os seus notáveis feitos na guerra contra os castelhanos, como na batalha de Trancoso e no cerco de Vilalobos (1) e apesar da sua grande casa em Portugal, não foi sempre leal vassalo de D. João I, pois como o seu valente companheiro na batalha de Trancoso, João Fernandes Pacheco, o donatário do Guardão, de que já falámos, Martim Vasques da Cunha, seduzido pelos prometimentos de Henrique III e talvez também invejoso do muito acrescentamento de Nuno Álvares Pereira (2), passou-se em 1397 para Castela, onde nesse mesmo ano foi criado conde de Valência de Campos (3). A sua casa foi-lhe confiscada e como se pôs sequestro a tôdas as doações e ficaram sem efeito os contratos que aquêle rico-homem havia feito nas suas vastas terras, logo os interessados acudiram junto de D. João I para que êste monarca lhes confirmasse as doações e revalidasse os contratos. Com Martinho Fernandes, sobrinho do Bispo de Coimbra, tinha êle trocado a quintã que o primeiro possuía em Parada, limite de Sanhoane, por quatro casais em Molelos compreendidos da sua grande doação de Besteiros, casais de valor superior ao da quintã, pelo que o dito Martinho se obrigara a pagar-lhe anualmente dois moios de pão meado.

Como o contrato devia ter sido vantajoso para Martinho Fernandes, deu-se êste pressa em mostrar a El-Rei «hũu stromento pu.^{co} feito e asinado por mão de vascuo Gonçz, t.^{am} no julgado de lafões por que provava... o scambo com Martim Vasques... e pquanto o dicto Martim Vasques fôra pera Castela terra de nossos ãmigos p. temer de nom valioso o dito scambo e lho não quereremos guardar, vendo o que nos pedia e querendo lhe fazer gçã e merce temos por bem e confirmamos-lhe o dito scambo que

(1) F. Lopes, *Chronica de D. João I*, part. II, caps. 76 e 108.

(2) Por Nun'Alvares esteve Martim Vasques para ser morto nas côrtes de Coimbra pela acérrima oposição que, como partidário do Infante D. Pedro, fazia à causa do Mestre de Aviz.

(3) A. Braamcamp Freire, *Brasões de Sintra*, vol. I, pág. 162.

no dito stromento he contheudo o mandamos. q̄ fique firme stavel e valido pã todo o sempre. Coimbra 29 de agosto de 1435» (1397) (1).

Volvidos quarenta e dois anos, no ano seguinte ao da morte de D. Duarte, em 10 de Julho de 1439, o Infante D. Henrique houve em doação, além de Guardão, de que já atrás se deu notícia, o julgado e terras de Besteiros e de Lafões (2), o que tudo foi mais tarde doado por D. João II a seu primo e cunhado o Duque de Beja, como consta da carta dada nessa vila a 29 de Maio de 1489. Além de outras terras insertas na dita carta, nela se declara que — «... damos e outorguamos e lhe fazemos pura e irrevogavel doasam amtre os vivos valledeira deste dia pera todo o sempre ao dito duque meu primo... da terra e julgado de lafões e do julguado e *terra de best.os* com todollos celleiros e terras que nos em o dito julguado e terra avemos... e do couto de *guardam...*, etc. etc.» (3).

Poucos anos depois de ter subido ao trono, destas suas terras, doou D. Manuel a de Besteiros a D. Diogo Pereira, 2.º Conde da Feira, doação que foi seguida de grandes privilégios.

Assim, por carta de 6 de Setembro de 1500 declara D. Manuel que «hemos por bem e nos praz que o almoxarife que elle (Conde) tiver nessa sua terra de besteyros possa conhecer e conhesa daqui em deante dos ditõs rreais e de toda las cousas que a elles pertencem assi tam compridamente como ho faria o nosso almoxarife que da dita terra foi antes de a darmos ao dito conde» (4); e por carta de 3 de Dezembro do mesmo ano determina que na terra de Besteiros «que (o Conde da Feira) tem por nossa doasam nam entre o nosso corregedor da comarqua fazer correiçam nã a

(1) *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 165.

(2) *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 19, fl. 70.

(3) *Chancelaria de D. João II*, L. 11 dos Místicos, fl. 107 e L. 24, fl. 17.

(4) *Chancelaria de D. Manuel*, L. IV dos Místicos, fl. 8 v.º

outra algũa cousa em que por bem do seu officio de corregedor assi deuesse prover e emtender salvo quando nós por nosso especial mandado lho mandarmos» (1).

Com data de 14 de Julho de 1515 foi dada por D. Manuel carta de foral ao concelho de Besteiros. No Arquivo Municipal de Tondela encontrava-se o original bem como os dos extintos concelhos de Mouraz e do Guardão, os quais agora estão depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Não reproduzirei o texto que em geral pouco se afasta dos outros forais manuelinos; transcreverei apenas o que nêle há de particular em relação a Besteiros.

Depois das fórmulas habituais assim reza o foral:

«Posto que no dicto concelho e terra de beesteiros fossem damtigamente decrarados nas Inquirições da nossa torre do tombo por muytas maneiras os tributos e foros que se nella aviam de pagar a nos e aa coroa Real destes Regnos porem despois ouve muitas mudanças em elles de maneira que por fazermos favor e mercee aos moradores da dicta terra nos mandamos particularmente ao dicto comcelho pessoas com nosso poder para noteficarem ao pouvo da maneira de qual pagamento seriã ora mais contentes de pagar. Comvem a saber ou o que era decrarado nas inquirições e tombos antigos ou o que lhe fosse novamente posto per juizo de bõos homões segundo se custuma de fazer em semelhantes casos ou se quereriã ante pagar o que agora pagavam pellos titolos do comde da feira que a dicta terra de nos teve porquanto nos sem embargo de tudo queriamos que podessem escolher a maneira de que mais contentes fossem de cada huma das dictas tres com decraçam que da maneira que em cada huma das tres comdições quisessem lhe ficaria per titollo. E os sobreditos deposeram e decraram livremente ho

(1) *Id., id.*, fl. 19.

modo de paga que cada hum mais quiseram. E asy se fez escrever e assignar um auto publico do qual mandamos poer um trellado nos comtos da nossa cidade de Viseu com as outras cousas do dicto almoxarifado e comarca. E outro estaraa na arca da camara do dicto concelho (1) para per cadahũ delles ambos se poder saber o que cada pessoa do dicto comcelho e foreiros e obriguados nelle sam obriguados e ouverem ao diamte de pagar. E decraramos mais que as pessoas que quiseram estar pellos prazos do comde ou por avaliaçam nova lhe fique em fatiota se quiserem asy como ficam os Reguengueiros que na dicta terra ficam na paga amtiga segundo forma dos tombos antigos.»

Outorgada esta concessão, bem digna de nota pela forma que fica referida, passa o foral a declarar os outros foros e tributos além dos que manda pagar aos reguengueiros do concelho e menciona em primeiro lugar a *jugada* a que estavam sujeitos os lugares de Tonda, Tondela, Alvarim, Morelinhos (*sic*), Vila de Rei, Figueiral, Fráguas e Carregueiro dos Minhotos. Êstes lugares pagariam em conjunto quatrocentos e sessenta e seis alqueires, noventa e seis de trigo e o mais de aveia pela medida de Santarém, por dia de Maio, no celeiro de Santa Ovaia.

Para comodidade dos povos e facilidade de pagamento, os foreiros cada ano elegiam um mordomo que cobrava a pensão a cada foreiro e, juntas, as entregava ao almoxarife, com o poder de penhorar e executar os devedores e com a isenção por aquêle ano de todos os cargos do concelho.

Pagavam mais anualmente os que não eram reguengueiros duzentos e dezóito reais de colheita.

A quintã de João Figueiredo, em Tonda, isenta da *jugada*, pagava à coroa cento e oito reais; de fossadeira cada

(1) Não há notícia dêste tombo; no Arquivo da Câmara de Tondela não consegui encontrá-lo.

ano pagavam trinta e seis reais os lugares de Covelo e Casal de Tonda, os moradores de Alvarim e do Barreiro, o lugar do Casal e de Santiago, o lugar a Caparrosa e a quintã que foi de Álvaro Ribeiro em Tondela, o Alcouce de Lobão pela quintã de Fernam Roís. A fossadeira paga pelas quintas e lugares mencionadas é sucedânea das cavallarias enumeradas nas Inquirições de 1258, as quais pelo que se vê, diminuiram de número; os lugares sujeitos a jugada é que são pouco mais ou menos os mesmos.

Seguem-se no foral os outros títulos que sem grande alteração se encontram em todos os forais da reforma manuelina e por isso me dispense de os transcrever.

Treze anos depois da concessão dêste foral foi ordenado, como se sabe, o arrolamento geral da população do reino. Como fiz, em relação aos outros concelhos, transcrevo integralmente o do concelho de Besteiros não só pelas suas valiosas notas demográficas, como pelas tão interessantes informações onomásticas que nos fornece.

«No dito comcelho vivem moradores 989. E nele ha os lugares e moradores seguintes:

O lugar de molelos que é cabeça do comcelho	35		
o carualhall samdeu	36	muceres	19
o lugar de molarinhos	12	a cortyçada.	6
a povoa do botulho.	6	ẽ corveyra	8
o casall do Rey	17	o borralhall.	4
a povoa da varzea discos	6	o vale	7
o casalynho.	11	em arnosos	6
santa ovaya do fundo.	19	em toryguo.	13
santa ovaya de cima	14	em o barreiro.	16
nos moinhos de fayão.	1	em a povoa da tojosa	3
em nandufee	8	em coelhoso	23
em casal de lobão	20	em o quymtal.	17
em alcouce e scuto.	22	em quymta da costa	1
em Villa Jusam	33	em quymta do Telhado	1
em varzea de cavalos	36	em o casall Rybeiro.	23
no covelo	16	em villade Rey	26
na quintã de João de figue-		na quyntã dos caselhos	2
redo	1	em o pedronhe	8

na povoa do Ryo dasnos.	2	em lourosa	15
na quinta de Jorge de fygue-		em barrô.	18
redo	1	em casall dasco	2
em tomnda	19	na quyntã do pimemtell.	1
Vylla nova de tomnda	19	na quyntã dalvaro carvalho	1
em Fragoas.	15	em samtyago	38
na quinta do rybeiro de fra-		em muna.	16
goas	2	em leterela	3
o lugar de mosteiro de fra-		em a boa aldea	44
goas	25	em caparrosa	16
naldeia de baxo de vilar.	12	em caparrosynha	5
em casall de Riba	17	em parajma.	12
no carreguo de vilar	5	em povoa do souto bom	3
na povoa da lagoa	2	em sylvares	11
na povoa da freyxeda.	3	em a povoa do carvalhal da	
na Ryfana	23	mulher	5
em fermontelos	20	em alvarym	23
em çameiro.	5	em as chamcelas	3
o lugar da Ribeira	11	nos outeyros	15
Falorca	9	em Dardavas	11
		em Varzea do homem	6

que per todos fazem a dita soma.

Este concelho de besteiros he de comprido tres legoas e mea e de larguo duas legoas parte e comfromta da banda do norte com o comcelho de lafões e do noroeste com o comcelho de gardam e do sudoeste com o comcelho de mortagua e do sull com ho comcelho do couto do moesteiro e com ho comcelho de mouras e com ho termo da cidade de Viseu e com ho comcelho de canas de sabugosa.»

Em seguida a Molelos, cabeça do concelho, a que dá 35 moradores, vê-se o *carvalhalall samdeu com 36 moradores.*

Omite Tondela, sede da freguesia a que pertencem o lugar do Carvalhal, que lhe fica distante 800 metros e o lugar da Ermida que também não menciona.

Ou houve lapso por parte do copista nesta omissão de Tondela, suposição a que nos autoriza o verificar-se que a

soma está errada, pois em vez de 989 moradores, a adição cuidadosa das parcelas dá 913, ou então, o que é mais natural, nos 36 moradores do Carvalhal englobou os da sede da freguesia — Tondela — e os da Ermida, tanto mais que o Carvalhal, lugar que ainda hoje conta poucos habitantes, não podia ter mais moradores que a populosa freguesia de Molelos (35 m.), ser equiparado a Várzea de Cavalos (36 m.) e vir logo depois da Boa-Aldeia (44 m.) e de Santiago (38 m.).

A gravura (pág. 99) reproduz em formato um pouco mais reduzido, como se vê pela escala na parte inferior, a página do original do *British Museum* em que começa a enumeração dos lugares de Besteiros; um anotador, pela forma da letra talvez do princípio do século passado ou do século XVIII, que certamente não conhecia região, ao lado *de villa nova da tomada pôs — hoje Tondella*, o que é êrro manifesto.

Nesse tempo e ainda no século seguinte era Molelos a cabeça do concelho, com a sua casa de audiência e pelourinho em frente da igreja matriz e do paço dos senhores de Molelos e Botalho, mas já então Tondela, sede da freguesia, a que o curato de Molelos estava anexo, era a povoação mais importante do concelho.

Esta superioridade e o seu progressivo desenvolvimento, que justificam vir dentro em pouco Tondela a tornar-se cabeça do concelho, não falando da benignidade dos seus ares e da feracidade dos campos que a circundam — «fresca, sãa e regalada» lhe chamava no meado do século XVII o autor do *Agiológio Lusitano* — deve-se sobretudo à vantagem da sua localização topográfica.

Situada na orla do planalto entre o Cris e o Dinha, no ponto mais favorável para o estabelecimento de fáceis comunicações do rico e produtivo Vale de Besteiros com o resto do país, é o tipo perfeito de um núcleo populacional determinado por um cruzamento de caminhos.

Há tóda a probabilidade de nas suas imediações passar a via romana que, dentre as sete que, segundo o Dr. Amorim Girão, de Viseu irradiavam, devia, pelo vale de Besteiros, ligar esta cidade a Conimbriga. Da época medieval

N *Omnes illas*
o dno omnes bno miras *vepply*

200
Molella *de lugan* *omni adno* *roy ab*
to mualgace sandu _____ *veey*
+ elugan *omni* _____ *ey*
+ a poua *de* *colue* _____ *ey*
+ o muel *de* *ky* _____ *ey*
de Non *+ a poua* *de* *barza* *de* *is* _____ *ey*
+ o muel _____ *ey*
+ ganta *olaya* *de* *fume* _____ *ey*
+ ganta *olaya* *de* *lima* _____ *ey*
de Non *+ no* *muel* *de* *fab* _____ *j*
Mandala *+ o* *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
Alouca *+ o* *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
Coveb *+ o* *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
de Non *+ o* *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*
+ o *nan* *de* *far* _____ *ey*

posso citar pelo menos dois documentos em que se faz menção de estradas que passavam por Tondela — um é a carta de couto ao Bispo de Coimbra para a vila de Santa-Comba-Dão (Junho de 1137) «...*intrat par illud carral que venit de tondela...*»; noutro (confirmação de uma doação de D. Teresa e do Conde D. Henrique à Sé de Viseu, 1152) lê-se «...*et inde sicut spartit per illud casal de avoleiro en que ad illam portellam de tondela postea sicut dividitur per illam stratam que vadit sub saldonas...*»

Em 1321, no reinado de D. Dinis, a Igreja de Tondela, lotada em cento e dez libras ⁽¹⁾ era uma das mais ricas do arciprestado de Besteiros, mas dêste facto nada pode concluir-se sobre a importância, como agregado populacional, da respectiva sede.

Ainda no século XVI o grosso dos seus vizinhos devia ser gente modesta — lavradores, tendeiros e almocreves. Dentro da própria vila não havia solares de famílias nobres, como os senhores de Nandufe e Molelos e os Figueiredos do paço de Tonda. Mas graças à laboriosidade dos seus moradores, a povoação ia medrando, ia-se dilatando a sua área e por volta de 1570, no dizer do Fr. Agostinho de Santa Maria ⁽²⁾, foi já necessário construir uma nova matriz a meio da vila pela distância a que ficava a antiga igreja, onde chamam Adro Velho, junto do núcleo primitivo da povoação que era o bairro do Casal.

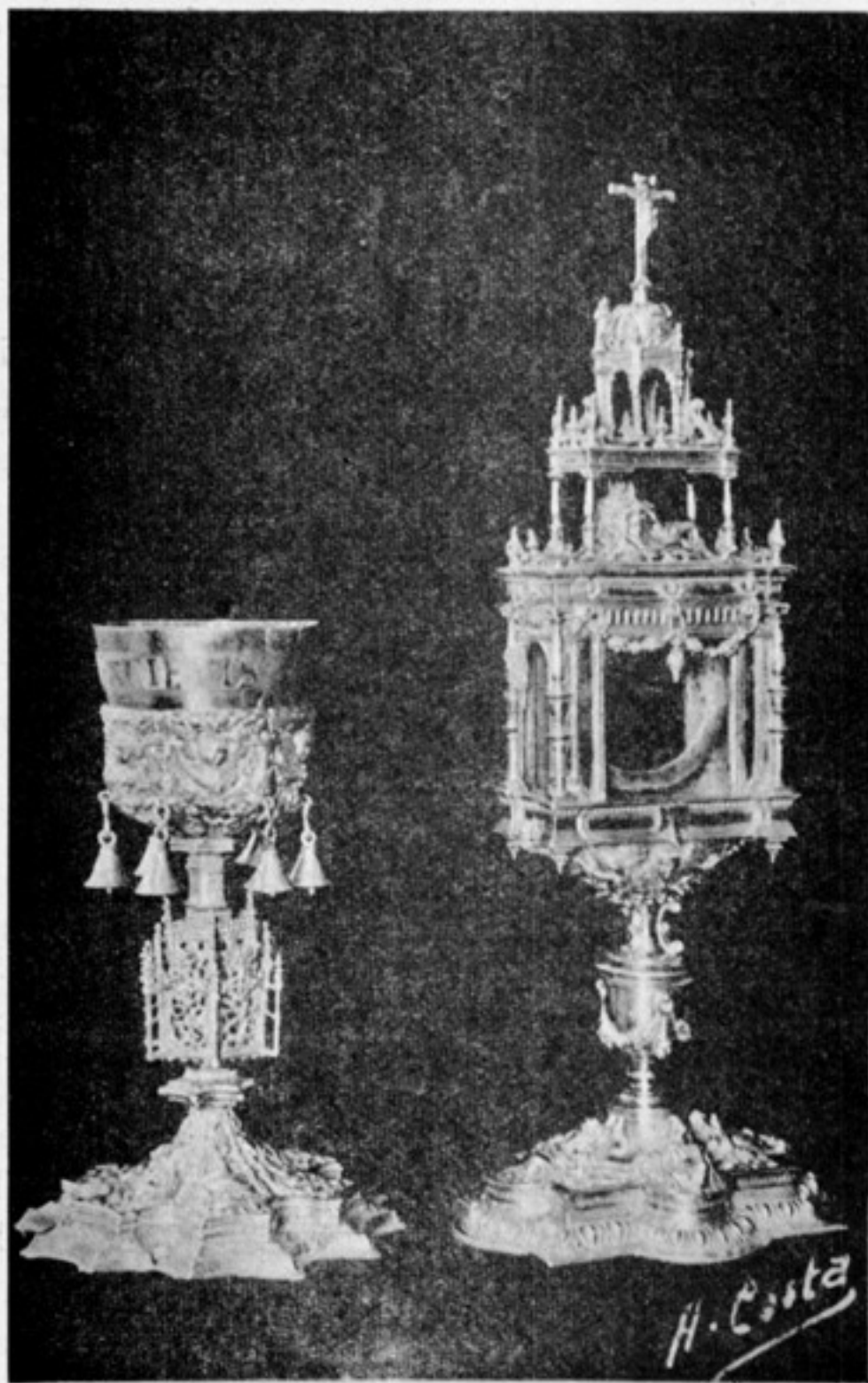
Porém o que mais assinala o seu desenvolvimento, o mais claro indício da prosperidade de Tondela no século XVI, revelador ao mesmo tempo da cultura e fervor religioso dos seus habitantes, são duas alfaias de culto — um cálice e uma custódia de prata dourada com que enriqueceram a sua igreja e que ainda hoje os tondelenses devem conside-

⁽¹⁾ Nesta época a Libra teria em Portugal o poder aquisitivo de 300\$00 de hoje. V. Pedro Batalha Reis, *O Morabitino Português*, Anais da Academia P. de História, Vol. II, pág. 257.

⁽²⁾ *Santuário Mariano*, T. v, tít. LIX, pág. 372.

rar como a coisa mais rica, mais preciosa, de maior valor artístico que os seus antepassados lhes legaram.

O cálice, da Renascença manuelina, tem o nó formado



Cálice e custódia de prata dourada da Igreja matriz de Tondela.

por uma construção fenestrada, de rica architectura gótica. A base, fortemente chanfrada, é coberta de ornatos Renascença e a copa, da qual pendem seis tintinábulo, é circun-

dada por seis cabeças de querubim e ornatos no estilo da base. Na parte superior da copa tem, em caracteres góticos, a seguinte legenda: *IN MEI MEMORIAM FACIETIS*.

Na custódia, puramente Renascença, avulta o hostiário, com as faces rectangulares de cristal lindamente emolduradas. Na sua parte superior, sobrepujada por uma cúpula formando arcada, um delicado édícula, sob a qual se vê a Virgem com o Senhor morto nos braços. Êste grupo, as outras figurinhas cinzeladas e em baixo relêvo, os variados ornatos da base, hostiário e da cúpula formam um conjunto do mais precioso lavor e de uma graça rara e harmoniosa.

* * *

Chegámos neste ligeiro esboço histórico ao século xvi e, considerando todos os pontos em que o conhecimento geográfico e histórico de uma região pode esclarecer os problemas toponímicos, é escusado prosseguir.

Nos documentos e noutras fontes históricas que temos mencionado, encontram-se já, com insignificantes diferenças e ligeiras variantes, os nomes de quási tôdas as povoações do concelho, ora existentes, e numerosas referências a sítios não habitados. Para as restantes e para a maioria dos nomes de sítios não habitados, de que não aparece registo documental, só poderemos explicar a sua origem, evolução e fixação nas formas actuais pelos processos ordinários da investigação lingüística.

Passaremos portanto à segunda parte dêste estudo, exclusivamente consagrada à toponímia da região e dividí-la-emos em duas secções: na primeira trataremos dos nomes de povoações e na segunda dos lugares não habitados, tomando como base as denominações de prédios inscritos na matriz predial da Repartição de Finanças do concelho.

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO

CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE LA χ^2 DE PEARSON

INTRODUCCION

La χ^2 de Pearson es uno de los «estadísticos» (en el sentido dado a esta palabra por Fisher R. A.) de más fecundas aplicaciones prácticas, y el primero (excluida la media aritmética) cuya ley de probabilidad se ha conocido por mérito de Karl Pearson, «Philosophical Magazine», serie 5.^a, julio-diciembre, 1900, pag. 157, que la encontró apoyándose en los tipos de sus curvas interpolatrices, de modo algo complicado y no exento de crítica.

En este trabajo procuramos simplificar la exposición del problema dándole claridad y rigor, abarcando todos sus extremos, y demostraremos un método de calcularla en varios casos muy frecuentes en la práctica.

1 — LEMA

Dada una muestra de azar de N datos de un colectivo normal de constantes m y σ (las cuales tomaremos como origen y unidad respectivamente, para operar en coordenadas normales), se verifica que la variable estocástica

$$\rho^2 = \sum_1^N x_i^2 \quad (1)$$

tiene la ley de probabilidad elemental

$$d\varphi = \frac{1}{\frac{N-2}{2}!} \left(\frac{1}{2} \rho^2\right)^{\frac{N-2}{2}} \exp\left(-\frac{1}{2} \rho^2\right) d\left(\frac{1}{2} \rho^2\right) \quad (2)$$

de que ρ^2 se mantenga en un entorno infinitesimal.

Demostración. Por definición se verifica que

$$x_i = X_i - E(X_i); i = 1, 2, 3 \dots N$$

siendo X_i los datos de la muestra, y estando las x_i medidas en unidades de standard, siendo

$$\sigma^2 = E(X_i - m)^2$$

Por otra parte, $E(x_i) = 0$, y los N valores x_i sacados de la muestra de azar definen un punto P en un espacio de N dimensiones en coordenadas cartesianas rectangulares de ejes coordenados x_i cuyo origen y unidad de medida son respectivamente m y σ . El punto P determina con el origen de coordenadas un vector, OP , y la ecuacion (1) representa una hipersuperficie esférica cuyo radio es ρ .

Además, por ser las X_i , y por ende también las x_i , de colectivo normal e independientes entre si, por ser la muestra de azar, la probabilidad de obtener un valor x_i (supuesta la ordenación $i = 1; 2; 3; 4 \dots N$ de datos sacados de la muestra) en muestras de azar del colectivo normal, es proporcional a $\exp\left(-\frac{1}{2} x_i^2\right)$. Y como las x_i son independientes, la probabilidad de coexistencia de los valores x_i ;

$x_2; \dots; x_N$, es el producto de las probabilidades libres de todas ellas, y por tanto será proporcional a

$$\begin{aligned} \exp\left(-\frac{x_1^2}{2}\right) \exp\left(-\frac{x_2^2}{2}\right) \exp\left(-\frac{x_3^2}{2}\right) \dots \exp\left(-\frac{x_N^2}{2}\right) = \\ = \exp\left(-\frac{\sum_1^N x_i^2}{2}\right) = \exp\left(-\frac{\rho^2}{2}\right) \end{aligned} \quad (3)$$

la cual, conocida la constante, depende únicamente de la distancia del punto P al origen de coordenadas, o sea el radio ρ ; y por tanto todos los puntos de la hipersuperficie esférica (1) tienen la misma probabilidad de ser obtenidos en muestras de azar como la dada.

Ahora bien; de la misma manera que en el espacio de dos dimensiones coordenadas (plano euclídeo), x_1, x_2 , la longitud de la circunferencia de radio $\rho = \sqrt{x_1^2 + x_2^2}$ es proporcional a ρ , en el espacio de tres dimensiones el área (magnitud bidimensional) de la superficie esférica de radio $\rho = \sqrt{x_1^2 + x_2^2 + x_3^2}$ es proporcional a ρ^2 , y la del volumen por ella definido lo es a ρ^3 .

Además, del mismo modo que la medida del área (magnitud bidimensional) de la corona circular de radios $\rho \pm \frac{1}{2} d\rho$, siendo $\rho = \sqrt{x_1^2 + x_2^2}$, es la longitud (medida unidimensional) de la circunferencia multiplicada por $d\rho$ y por tanto proporcional a $\rho d\rho$, la medida del volumen (magnitud tridimensional) de la corona esférica de radios $\rho \pm \frac{1}{2} d\rho$ (siendo $\rho = \sqrt{x_1^2 + x_2^2 + x_3^2}$) es el área (magnitud bidimensional) de la superficie esférica de radio ρ multiplicada por $d\rho$, y por tanto proporcional a $\rho^2 d\rho$; y en general la medida enedimensional de la corona hiperesférica de radios $\rho \pm \frac{1}{2} d\rho$

(siendo $\rho = \sqrt{\sum_1^N \frac{x_i^2}{2}}$) es la medida $n - 1$ dimensional de la

hipersuperficie esférica de radio ρ multiplicada por $d\rho$, y por tanto proporcional a

$$\rho^{N-1} d\rho = \rho^{N-2} d\left(\frac{1}{2}\rho^2\right) \quad (4)$$

Mas como lo que buscamos es la probabilidad elemental de que el punto P dado por la muestra de azar en cuestión caiga en el espacio de dicha corona hiperesférica de grosor infinitesimal $d\rho$, tendremos que será igual a una constante multiplicada por la (3) y por $\rho^{N-1} d\rho$, o sea proporcional a

$$\exp\left(-\frac{\rho^2}{2}\right) \left(\frac{1}{2}\rho^2\right)^{\frac{N-2}{2}} d\left(\frac{1}{2}\rho^2\right)$$

la qual es precisamente la (2) salvo la constante.

La fórmula de la ley elemental de probabilidad buscada es, pues,

$$\left. \begin{aligned} d\varphi &= \text{const.} \exp\left(-\frac{\rho^2}{2}\right) \rho^{N-1} d\rho \\ \text{o tambien} \\ d\varphi &= \text{const.} \exp\left(-\frac{\rho^2}{2}\right) \left(\frac{1}{2}\rho^2\right)^{\frac{N-2}{2}} d\left(\frac{1}{2}\rho^2\right) \end{aligned} \right\} (5)$$

según que convenga poner de relieve $d\rho$ o $d\left(\frac{1}{2}\rho^2\right)$ para cálculos ulteriores.

El cálculo de la const. se hace facilmente integrando entre cero e infinito (campo total de la ρ) la (5), haciendo $\frac{1}{2}\rho^2 = u$; sabiendo que

$$\int_0^\infty d\varphi = 1 = \text{const.} \int_0^\infty u^{\frac{N-2}{2}} e^{-u} du = \text{const.} \frac{N-2}{2}!$$

ya que se trata de una integral euleriana bien conocida, facil de obtener y tabulada.

Para el lector no habituado a la Geometría analítica hiperespacial indicaremos otra demostración, tambien facil, utilizando simplemente la integración eneupla del modo siguiente utilizando el jacobiano.

La probabilidad elemental de que el punto $P(x_1, x_2, \dots, x_N)$ de la muestra de azar caiga dentro del entorno infinitesimal

$$x_1 \pm \frac{1}{2} dx_1; x_2 \pm \frac{1}{2} dx_2 \dots \dots; x_N \pm \frac{1}{2} dx_N$$

viene expresada según la (3), por

$$\begin{aligned} & \text{const. exp.} \left(- \sum_1^N \frac{x_i^2}{2} \right) dx_1 dx_2 \dots \dots dx_N = \\ & = \text{const. exp.} \left(- \frac{1}{2} \rho^2 \right) dx_1 dx_2 \dots \dots dx_N; \end{aligned}$$

y haciendo el cambio de coordenadas cartesianas rectangulares polares $\rho, \theta_1, \theta_2 \dots \theta_{n-1}$, el volumen infinitesimal $dx_1 dx_2 \dots \dots dx_N$ se transforma en

$$\begin{aligned} & J \left(\begin{array}{c} x_1, x_2 \dots x_n \\ \rho, \theta_1, \theta_2 \dots \theta_{n-1} \end{array} \right) d\theta_1 d\theta_2 \dots \dots d\theta_{n-1} d\rho = \rho^{N-1} d\theta_1 \\ & d\theta_2 \dots \dots d\theta_{N-1} d\rho \end{aligned}$$

y haciendo las $N - 1$ integraciones respecto a las θ entre 0 y 2π resultará en definitiva que se altera la constante quedando la función de ρ con $d\rho$, o sea,

$$d\varphi = \text{const. exp.} \left(- \frac{1}{2} \rho^2 \right) \rho^{N-1} d\rho$$

que es la formula (5).

Mostrada la formula (2) e integrandola entre límites convenientes, tendremos

$$\frac{1}{N-2} \int_{\frac{1}{2}\rho^2}^{\infty} u^{\frac{N-2}{2}} e^{-u} du = P \quad (6)$$

substituyendo $\frac{1}{2}\rho^2 = u$; $d\left(\frac{1}{2}\rho^2\right) = du$ y llamando P la probabilidad de obtener con muestras de azar del colectivo en cuestión valores superiores a uno dado

$$\frac{1}{2}\rho^2 = \sum_1^N \frac{x_i^2}{2}$$

Integrando la (6) por partes, haciendo $(n-2): 2 = r$ resulta

$$\begin{aligned} \int_{\frac{1}{2}\rho^2}^{\infty} \frac{1}{r!} u^r e^{-u} du &= \left[-\frac{1}{r!} u^r e^{-u} \right]_{\frac{1}{2}\rho^2}^{\infty} + \int_{\frac{1}{2}\rho^2}^{\infty} \frac{1}{(r-1)!} u^{r-1} e^{-u} du = \\ &= \frac{1}{r!} \left(\frac{1}{2}\rho^2\right)^r \exp\left(-\frac{1}{2}\rho^2\right) + \int_{\frac{1}{2}\rho^2}^{\infty} \frac{1}{(r-1)!} u^{r-1} e^{-u} du = P; \quad (7) \end{aligned}$$

y continuando la integración por partes, según que N sea par o impar, tendremos:

$$\begin{aligned} P = \exp\left(-\frac{1}{2}\rho^2\right) \left\{ 1 + \frac{1}{2}\rho^2 + \frac{1}{2!}\left(\frac{1}{2}\rho^2\right)^2 + \dots + \right. \\ \left. + \frac{1}{r!}\left(\frac{1}{2}\rho^2\right)^{\frac{N-2}{2}} \right\} \quad (8) \end{aligned}$$

para N par;

$$P = \frac{1}{\left(-\frac{1}{2}\right)! \frac{1}{2} \rho^2} \int_0^{\infty} u^{-\frac{1}{2}} e^{-u} du + \exp\left(-\frac{1}{2} \rho^2\right) \left\{ \frac{1}{\frac{1}{2}! \left(\frac{1}{2} \rho^2\right)^{\frac{1}{2}}} + \frac{\Gamma\left(\frac{1}{2} \rho^2\right)^{3/2}}{3/2!} + \frac{1}{\frac{N-2}{2}! \left(\frac{\rho^2}{2}\right)^{\frac{N-2}{2}}} \right\} \quad (9)$$

para N impar; la cual poniendo $\left(-\frac{1}{2}\right)^{\frac{1}{2}} = \sqrt{\pi}$ y recordando que para $N = 1$ la (2) es

$$\sqrt{\frac{2}{\pi}} \exp\left(-\frac{1}{2} x^2\right)$$

y haciendo la transformación $u = \frac{1}{2} x^2$ resulta

$$P = \sqrt{\frac{2}{\pi}} \int_0^{\infty} \exp\left(-\frac{1}{2} x^2\right) dx + \sqrt{\frac{2}{\pi}} \exp\left(-\frac{1}{2} \rho^2\right) \left\{ \rho + \frac{1}{3} \rho^3 + \frac{1}{3 \cdot 5} \rho^5 + \dots + \frac{1}{3 \cdot 5 \dots (N-2)} \rho^{N-2} \right\} \quad (9')$$

para N impar, siendo la integral la probabilidad de tener en la ley normal por azar un valor absoluto mayor que uno dado de ρ .

Como ha observado agudamente Fisher R. A. *Econometrica*, vol. III, n.º 4, pag. 353, para N par, la fórmula (8) (llamando $\frac{1}{2} \rho^2 = \lambda$) da la probabilidad de obtener por azar un valor mayor que uno dado λ y toma la forma

$$e^{-\lambda} \left[1 + \lambda + \frac{1}{2} \lambda^2 + \dots + \frac{1}{\frac{N-2}{2}!} \lambda^{\frac{N-2}{2}} \right]$$

la cual es precisamente la suma de los $N/2$ primeros términos de la conocida ley de probabilidad de Poisson de parámetro λ para los sucesos raros; o lo que es lo mismo, la probabilidad de que una variable estocástica que siga esta ley de Poisson tenga por azar valores menores que $N/2$; lo cual permite escribir la igualdad

$$\int_{\lambda}^{\infty} \frac{1}{r!} u^r e^{-u} du = \sum_{x=0}^r \frac{1}{x!} \lambda^x e^{-\lambda} \quad (10)$$

donde $r = (N-2)/2$ es un número entero positivo o cero, la cual permite calcular fácilmente la integral mediante la ley de Poisson dicha, y una tabla de valores calculados para las ρ^2 puede usarse como tabla de la suma parcial dicha de la serie de Poisson en los sucesos raros, y recíprocamente.

Finalmente, las fórmulas (8) y (9') nos dicen claramente que cuando N tiende a infinito, la ley de probabilidad (2) tiende a la normal.

2 — ESCOLIO

Fijandose en la hipótesis que ha servido de base al lema expuesto, salta a la vista que hemos partido del supuesto de que cada desviación x_i sacada de la muestra de azar sigue la ley normal. En consecuencia, siempre que se haga aplicación correcta de tal lema es necesario que las variables estocásticas que se empleen sigan la ley normal o tiendan a la normal al ser muy grande el número de datos de azar correspondientes, tal como sucede, verbigracia, en la ley binomial.

Por otra parte, la demostración se apoya en el conocimiento del valor teórico $m = E(X_i)$, lo cual no suele ocurrir en la práctica, ya que sólo suele conocerse la media aritmé-

tica \bar{X} de la muestra. En consecuencia, cuando tal ocurre, además de la ecuación

$$\rho^2 = \sum_1^N x_i^2 = \sum_1^N (X_i - \bar{X})^2$$

de la hipersuperficie esférica, tenemos la del hiperplano

$$x_1 + x_2 + \dots + x_N = N\bar{x} \quad (11)$$

y el punto P antedicho cae en la intersección de la hipersuperficie esférica con este hiperplano el cual es perpendicular a la bisectriz de la región positiva del enehedro formado por los ejes coordenados. Tal intersección es también una hipersuperficie esférica pero con una dimensión menos, la cual tiene como centro el punto de coordenadas todas iguales situado en la bisectriz dicha, ya que la (11) puede ponerse en la forma

$$\frac{x_1}{N\bar{x}} + \frac{x_2}{N\bar{x}} + \dots + \frac{x_N}{N\bar{x}} = 1$$

e igualmente disminuye en una unidad la dimensión de corona de hipersuperficie esférica cuyo volumen se necesita. En el caso en que la muestra tenga solamente tres datos, la hipersuperficie en cuestión sería la circunferencia determinada por las ecuaciones

$$\rho^2 = x_1^2 + x_2^2 + x_3^2; \quad x_1 + x_2 + x_3 = 3\bar{x}$$

Resulta pues de todo esto que, cuando no se conoce la esperanza matemática del colectivo sino la media aritmética de los datos de la muestra, se rebaja en una unidad el número de las dimensiones de la región del espacio en que están los puntos P de igual probabilidad; y por tanto se rebaja igualmente el exponente de $\frac{1}{2}\rho^2$ al calcular las integrales para

hallar los valores a tabular con las (8) y (9'), y por ende el número de grados de libertad con el cual se entra en la tabla.

3 — LEY DE PROBABILIDAD DE LA χ^2 DE PEARSON

Sabido es que la χ^2 de Pearson se define por la expresión

$$\chi^2 = \sum_1^k \frac{(n_i - v_i)^2}{v_i} \quad (1)$$

siendo $n_1 + n_2 + \dots + n_k = N$ el número de datos o elementos de una muestra de azar; n_i el de los que corresponden al intervalo i de los k intervalos en que se considera descompuesto el intervalo total del colectivo; v_i es el valor teórico, esperanza matemática correspondiente al número n_i de dicho intervalo, es decir $v_i = E(n_i)$

En consecuencia, considerando la variable estocástica

$$x_i = \frac{n_i - v_i}{\sqrt{v_i}} \quad (2)$$

($i = 1, 2, 3 \dots k$), resulta $E(x_i) = 0$ (3), y que cuando el colectivo general de la muestra total es normal, o simplemente cuando n_i es suficientemente grande, como se trata de ley binomial (es decir de que el dato corresponda o no al intervalo de lugar i), la probabilidad de que x_i tome un valor entre $x_i \pm \frac{1}{2} dx_i$ es en coordenadas normales

$$\frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp. \left(-\frac{1}{2} x_i^2 \right) dx_i$$

($i = 1, 2 \dots k$); y la probabilidad de coexistencia de las $x_1; x_2; \dots x_k$ cada una entre sus valores correspon-

dientes $x_i + \frac{1}{2} dx_i$ será el producto de las probabilidades libres de todas ellas, o sea

$$\begin{aligned} \text{const. exp} \left(- \sum_1^k \frac{1}{2} x_i^2 \right) dx_1 dx_2 \dots dx_k = \\ = \text{const. exp.} \left(- \frac{1}{2} \chi^2 \right) dx_1 dx_2 \dots dx_k \end{aligned} \quad (4)$$

siendo $\chi^2 = x_1^2 + x_2^2 + \dots + x_k^2$.

Aplicando, pues, el lema anterior, resulta que la (4), o sea la ley de probabilidad elemental de la χ^2 de Pearson es

$$d\varphi = \text{const. exp.} \left(- \frac{1}{2} \chi^2 \right) \chi^{k-1} d\chi = \quad (5)$$

$$= \frac{1}{\frac{K-2}{2}!} \text{exp.} \left(- \frac{1}{2} \chi^2 \right) \left(\frac{1}{2} \chi^2 \right)^{\frac{k-2}{2}} d \left(\frac{1}{2} \chi^2 \right)$$

debida a Pearson, como ya hemos indicado al principio.

Como se ve, la (5) es la misma (2) del párrafo anterior, sin otra diferencia que aquí la k , que ha sustituido a la N de allí, significa el número de intervalos o variables independientes.

4 — ESPERANZA MATEMATICA Y DISPERSION DE LA χ^2 DE PEARSON

Como de lo dicho resulta que la ley de probabilidad de la χ^2 de Pearson tiende a la normal cuando el número de grados de libertad tiende a infinito, vamos a calcular los dos momentos que la definen.

En primer lugar tenemos, llamando p_i a la probabilidad de que un dato de la muestra de azar corresponda al

intervalo de orden i , y $q_i = 1 - p_i$ la de que no pertenezca, es claro que $v_i = E(n_i) = N p_i$ y sabemos que por tratarse de ley binomial se verifica

$$E(n_i - v_i)^2 = E(n_i - N p_i)^2 = N p_i q_i \quad (1)$$

En consecuencia

$$\chi^2 = \sum_1^k \frac{(n_i - v_i)^2}{v_i} = \sum_1^k \frac{(n_i - N p_i)^2}{N p_i}$$

y tomando esperanzas matemáticas, teniendo presente que la esperanza de una suma es la suma de las esperanzas matemáticas, resulta

$$\begin{aligned} E(\chi^2) &= E \sum_1^k \frac{(n_i - N p_i)^2}{N p_i} = \sum_1^k \frac{1}{N p_i} E(n_i - N p_i)^2 = \\ &= \sum_1^k \frac{N p_i q_i}{N p_i} = \sum_1^k q_i = \sum_1^k (1 - p_i) = k - 1 \end{aligned} \quad (2)$$

ya que $\sum_1^k p_i = 1$.

La dispersión de la χ^2 será

$$\begin{aligned} \sigma_{\chi^2}^2 &= E[\chi^2 - E(\chi^2)]^2 = E[\chi^2 - (k - 1)]^2 = E(\chi^4) + \\ &- 2(k - 1)E(\chi^2) + (k - 1)^2 = E(\chi^4) - (k - 1)^2 = \\ &= -(k - 1)^2 + E \left[\sum_1^k \lambda_i^2 d_i^2 \right]^2 = -(k - 1)^2 + \sum_1^k \lambda_i^2 E(d_i^4) + \\ &+ 2 \sum_{i \neq j} \lambda_i \lambda_j E(d_i^2 d_j^2) \end{aligned} \quad (3)$$

llamando

$$\lambda_i = \frac{1}{N p_i}; d_i = n_i - N p_i$$

El problema queda, pues, reducido a calcular las esperanzas matemáticas

$$E(d_i^4); E(d_i^2 d_j^2).$$

La primera es fácil, porque se trata del momento de cuarto orden de una sólo variable en la ley binomial, respecto al intervalo i y al no i . Por tanto, como puede verse en cualquier libro de cálculo de probabilidades.

$$E(d_i^4) = 3 N^2 p_i^2 q_i^2 - 6 N p_i^2 q_i^2 + N p_i q_i = 3 N^2 p_i^2 q_i^2 + \\ + N p_i q_i (1 - 6 p_i q_i) \quad (4)$$

Para calcular $(E d_i^2 d_j^2)$ recordemos que, como dice von Mises, «Wahrscheinlichkeitsrechnung» 1931, pág. 311, Leipzig und Wien, Franz Deuticke, se trata de una función de segundo grado en N (al igual que para el momento de cuarto orden de una sólo variable) la cual no tiene término independiente porque para $N=0$ es nula, y por tanto

$$E(d_i^2 d_j^2) = N^2 A_1 + N B_1 = \frac{1}{2} B N (N-1) - A N (N-2) \quad (5)$$

la cual para $N=1$ vale A , y para $N=2$ vale B .

En consecuencia, dando a N los valores 1 y 2 sucesivamente tendremos los de A y B que sustituidos en la (5) nos darán la esperanza buscada.

Para $N=1$, considerando todo el intervalo de la variable estocástica dividido en los intervalos i, j, r — designando

con r todo lo restante a los i, j — pueden ocurrir los tres casos siguientes:

$$\begin{aligned} n_i = 1; n_j = 0; n_r = 0, & \text{ con probabilidad de } p_i \\ n_i = 0; n_j = 1; n_r = 0, & \text{ con probabilidad de } p_j \\ n_i = 0; n_j = 0; n_r = 1, & \text{ con probabilidad de } 1 - p_i - p_j. \end{aligned}$$

En consecuencia,

$$\begin{aligned} A &= (1 - p_i)^2 (0 - p_j)^2 p_i + (0 - p_i)^2 (1 - p_i)^2 p_j + \\ &+ (0 - p_i)^2 (0 - p_j)^2 (1 - p_i - p_j) = p_i q_i^2 p_j^2 + p_j q_j^2 p_i^2 + \\ &+ p_i^2 p_j^2 (1 - p_i - p_j) = p_i p_j (p_i + p_j - 3 p_i p_j) \quad (6) \end{aligned}$$

Para el caso $N = 2$ pueden ocurrir los seis casos

$$\begin{aligned} n_i = 1; n_j = 1; n_r = 0 \\ n_i = 1; n_j = 0; n_r = 1 \\ n_i = 0; n_j = 1; n_r = 1 \\ n_i = 2; n_j = 0; n_r = 0 \\ n_i = 0; n_j = 2; n_r = 0 \\ n_i = 0; n_j = 0; n_r = 2 \end{aligned}$$

Como tanto n_i como n_j tienen como esperanza matemática respectiva $2 p_i$ o $2 p_j$ respectivamente, tendremos

$$d_i^2 d_j^2 = (n_i - 2 p_i)^2 (n_j - 2 p_j)^2$$

cuyo valor es

$$\begin{aligned} & n_i^2 n_j^2 \\ & + 16 p_i^2 p_j^2 \\ & + 16 n_i n_j p_i p_j \\ & - 4 (n_i n_j^2 p_i + n_j n_i^2 p_j) \\ & + 4 p_i^2 (n_j^2 - 4 n_j p_j) \\ & + 4 p_j^2 (n_i^2 - 4 n_i p_i) \end{aligned}$$

cuyas esperanzas matemáticas son respectivamente

$$\begin{aligned}
 & 2 p_i p_j \\
 & + 16 p_i^2 p_j^2 \\
 & + 32 p_i^2 p_j^2 \\
 & - 8 p_i p_j (p_i + p_j) \\
 & + 4 p_i^2 (2 p_j q_j - 4 p_j^2) \\
 & + 4 p_j^2 (2 p_i q_i - 4 p_i^2)
 \end{aligned}$$

Respecto a la primera, o sea $E(n_i^2 n_j^2)$ es claro que la probabilidad de que tenga lugar el dato del primer intervalo es p_i y la de que tenga lugar el del segundo es p_j , no pudiendo ocurrir que se dé uno dos veces y el otro ninguna porque entonces el producto $n_i n_j$ valdría cero, es decir que tal producto tiene que valer 1 al igual que cualquier otro producto combinado de las n_i con n_j ; y teniendo, además, en cuenta el orden de los dos datos, resulta, pues, una probabilidad total de $2 p_i p_j$.

Respecto a la segunda es evidente, porque se trata de la esperanza matemática de una constante.

La tercera es obvia porque $n_i n_j$ no puede valer más que uno o cero, aparte el orden; y por tanto, $E(16 n_i n_j p_i p_j)$ es el valor $16 p_i p_j$ por la probabilidad $p_i p_j$ o por la $p_j p_i$, resultando por tanto $32 p_i^2 p_j^2$.

En relación con la cuarta, también tienen que valer forzosamente la unidad o cero los productos de la n_i y n_j , porque si una valiera 2, la otra valdría cero y el producto sería nulo; de modo que teniendo en cuenta el orden, el resultado será

$$\begin{aligned}
 E[-4(n_i n_j^2 p_i + n_j n_i^2 p_j)] &= -4 p_i E(n_i n_j^2) + \\
 &- 4 p_j E(n_j n_i^2) = -8 p_i p_j (p_i + p_j)
 \end{aligned}$$

Finalmente quedan los dos últimos términos en los cuales, como entra una sola n , puede tomar los valores 1 y 2 correspondientemente a los casos 2º y 4º de los seis arriba

considerados. La cuestión queda, pues, reducida al cálculo de las esperanzas $E(n_j)$ y $E(n_j^2)$.

La primera vale evidentemente $N p_j = 2 p_j$, porque hemos supuesto que $N = 2$. La segunda vale uno de los tres valores siguientes: $1 p_j q_j$; $1 q_j p_j$; $2^2 p_j^2 = 4 p_j^2$.

Y sustituyendo estos valores, tendremos en definitiva el valor de la esperanza buscada, o sea

$$E[4 p_i^2 (n_j^2 - 4 n_j p_j)] = 4 p_i^2 E(n_j^2) - 16 p_i^2 p_j E(n) = \\ = 8 p_i^2 p_j q_j + 16 p_i^2 p_j^2 - 32 p_i^2 p_j^2 = 4 p_i^2 (2 p_j q_j - 4 p_j^2)$$

Análogamente se tiene por simetría la esperanza matemática del último término. Y suprimiendo los términos iguales y de signo contrario, resulta la fórmula, para el caso de $N = 2$

$$E(d_i^2 d_j^2) = B = 2 p_i p_j. \quad (7)$$

Y sustituyendo los valores (6) y (7) en la (5) tendremos la esperanza matemática buscada

$$E(d_i^2 d_j^2) = \frac{1}{2} B N (N - 1) - A N (N - 2) = N (N - 1) p_i p_j + \\ - N (N - 2) p_i p_j (p_i + p_j - 3 p_i p_j). \quad (8)$$

Esto nos permite ya calcular la fórmula (3)

$$\sigma^2_{\chi^2} = -(k - 1)^2 + \sum_1^k \frac{1}{N^2 p_i^2} [3 N^2 p_i^2 q_i^2 + N p_i q_i (1 - 6 p_i q_i)] + \\ + 2 \sum_{i \pm j} \frac{1}{N^2 p_i p_j} [N (N - 1) p_i p_j - N (N - 2) p_i p_j (p_i + p_j + \\ - 3 p_i p_j)] = -(k - 1)^2 + 3 \sum_1^k q_i^2 + 2 \sum_{i \pm j} 1 - 2 \sum_{i \pm j} (p_i + p_j) +$$

$$+ 6 \sum_{i \pm j} p_i p_j + \frac{1}{N} \left\{ \sum_1^k \frac{q_i}{p_i} - 6 \sum_1^k q_i^2 - 2 \sum_{i \pm j} 1 + 4 \sum_{i \pm j} (p_i + p_j) + \right. \\ \left. - 12 \sum_{i \pm j} p_i p_j \right\}$$

Y recordando que

$$\sum_1^k q_i^2 = \sum_1^k (1 - p_i)^2 = k - 2 \sum_1^k p_i + \sum_1^k p_i^2$$

y que

$$\sum_1^k p_i = 1 = \left(\sum_1^k p_i \right)^2 = \sum_1^k p_i^2 + 2 \sum_{i \pm j} p_i p_j$$

tendremos, sustituyendo,

$$\sigma^2_{\chi^2} = - (k - 1)^2 + 3k - 6 + 3 - 6 \sum_{i \pm j} p_i p_j + k(k - 1) + \\ - 2 \sum_{i \pm j} (p_i + p_j) + 6 \sum_{i \pm j} p_i p_j + \frac{1}{N} \left\{ \sum_1^k \frac{1}{p_i} - k - 6k + 12 - 6 + \right. \\ \left. + 12 \sum_{i \pm j} p_i p_j - k(k - 1) + 4 \sum_{i \pm j} (p_i + p_j) - 12 \sum_{i \pm j} p_i p_j \right\} = \\ = 2k - 2 + \frac{1}{N} \left\{ \sum_1^k \frac{1}{p_i} - k^2 - 2k + 2 \right\} = \sigma^2_{\chi^2} \quad (\text{a})$$

porque $\sum_{i \pm j} (p_i + p_j) = k - 1$, ya que al tomar todas las sumas

posibles de cada dos p_i y p_j con subíndices distintos, cada p entra $k - 1$ veces como sumando.

Fisher R. A. en su magnífica obra «Statistical Methods for research workers», al ocuparse de la χ^2 de Pearson indica como dispersion de la ley de probabilidad de la varia-

ble $\sqrt{2\chi^2} - \sqrt{2k-1}$, cuando k es suficientemente grande, la unidad.

La fórmula (a) se simplifica mucho cuando las p_i son iguales entre sí e iguales a $1/k$, y toma la forma $2(k-1)(1-1/N)$ porque

$$\sum_{i=1}^k \frac{1}{p_i} = \sum_{i=1}^k k = k^2$$

Tal sucede, verbigracia, cuando se trata de tiradas de la ruleta, de dados, naipes, etc. porque cada número, dado, carta, etc, tiene la misma probabilidad en tiradas de azar.

Nótese cuando N tiende a infinito, quedando finito k , que la formula (a) nos dice que la dispersion de la χ^2 tiene como limite $2k-2$. Mas observese que como la ley de probabilidad tiende a la normal cuando k tiende a infinito, puede complicarse el límite de la (a), porque tambien los dos primeros términos del factor $1/N$ crecen indefinidamente.

Conviene tener presente — siempre que se manejen las tablas de probabilidad de la χ^2 de Pearson — que, conforme a lo dicho en el Escolio relativo al Lema que ha servido de base para demostrar la ley de probabilidad de la χ^2 , el número k con el cual hay que entrar en las tablas, o sea el que corresponde a la ley de probabilidad, no es el de intervalos en que se considere dividido el campo de la variable, sino el de grados de libertad, o sea el de intervalos o clases libres o independientes, ya que los demás son consecuencia de estos.

5 — METODOS PARA EL CÁLCULO PRACTICO DE LA χ^2

Son muy frecuentes, especialmente en Biología, los casos en que se aplica la χ^2 en el supuesto de que los datos teóricos correspondientes a los experimentales o de observacion son los que daría el azar, si no hubiera factor ninguno de influencia sistemática. El más sencillo se presenta

cuando se trata de la llamada clasificación 2×2 , o sea doblemente dicotómica, en cada uno de los dos caracteres o fenómenos a estudiar, equiparables exactamente a la clasificación de sí y no, pares o nones, etc.

Ejemplo

	Curados	No curados	Total
Tratados . . .	a_1	a_2	$a_1 + a_2$
No tratados .	b_1	b_2	$b_1 + b_2$
Total	$a_1 + b_1$	$a_2 + b_2$	$a_1 + a_2 + b_1 + b_2$

Si los datos del cuadro son los observados o experimentales, y llamamos $\alpha_1, \alpha_2, \beta_1, \beta_2$ a sus correspondientes teóricos en el caso en que el caracter de la curación es independiente del caracter del tratamiento, puesto que se supone ausente toda diferencia sistemática distinta del azar, es claro que el valor teórico es

$$\frac{\alpha_1}{a_1 + b_1} = \frac{a_1 + a_2}{a_1 + a_2 + b_1 + b_2}$$

o sea

$$\alpha_1 = \frac{(a_1 + a_2)(a_1 + b_1)}{a_1 + a_2 + b_1 + b_2}$$

y análogamente

$$\alpha_2 = \frac{(a_1 + a_2)(a_2 + b_2)}{a_1 + a_2 + b_1 + b_2}; \beta_1 = \frac{(a_1 + b_1)(b_1 + b_2)}{a_1 + a_2 + b_1 + b_2};$$

$$\beta_2 = \frac{(a_2 + b_2)(b_1 + b_2)}{a_1 + a_2 + b_1 + b_2}$$

Por consiguiente

$$\begin{aligned}\chi^2 &= \frac{(a_1 - \alpha_1)^2}{\alpha_1} + \frac{(a_2 - \alpha_2)^2}{\alpha_2} + \frac{(b_1 - \beta_1)^2}{\beta_1} + \frac{(b_2 - \beta_2)^2}{\beta_2} = \\ &= \frac{a_1^2}{\alpha_1} + \frac{a_2^2}{\alpha_2} + \frac{b_1^2}{\beta_1} + \frac{b_2^2}{\beta_2} - (a_1 + a_2 + b_1 + b_2)\end{aligned}$$

suponiendo que

$$\frac{a_1 + a_2 + b_1 + b_2}{\alpha_1 + \alpha_2 + \beta_1 + \beta_2} = 1$$

Por tanto tendremos

$$\begin{aligned}\chi^2 &= (a_1 + a_2 + b_1 + b_2) \left[\frac{a_1^2}{(a_1 + a_2)(a_1 + b_1)} + \frac{a_2^2}{(a_1 + a_2)(b_1 + b_2)} + \right. \\ &\quad \left. + \frac{b_1^2}{(a_1 + b_1)(b_1 + b_2)} + \frac{b_2^2}{(a_2 + b_2)(b_1 + b_2)} - 1 \right] = \\ &= \frac{(a_1 b_2 - a_2 b_1)^2 (a_1 + a_2 + b_1 + b_2)}{(a_1 + a_2)(a_1 + b_1)(b_2 + a_2)(b_1 + b_2)} = \chi^2 \quad (b)\end{aligned}$$

Fórmula muy practica de cálculo.

Es de notar que no hay más valor teórico libre que uno entre los cuatro, porque calculado, verbigracia α_1 , los demás se obtienen por diferencia entre él y las sumas $(a_1 + a_2)$ o $(a_1 + b_1)$ dadas, ya que se supone que

$$\frac{a_1 + a_2}{\alpha_1 + \alpha_2} = 1; \quad \frac{a_1 + b_1}{\alpha_1 + \beta_1} = 1$$

Ello indica que el n.º de grados de libertad es 1.

Clasificación 2 X n correspondiente al caso en que la clasificación de un caracter es dicotómica, mientras que la otra tiene n modalidades, clases e intervalos.

Generalizando lo dicho en el caso anterior, tendremos el cuadro

					Total
	a_1	a_2	a_n	$\sum_1^n a_i$
	b_1	b_2	b_n	$\sum_1^n b_i$
total	$a_1 + b_1$	$a_2 + b_2$	$a_n + b_n$	$\sum_1^n (a_i + b_i)$

Procediendo como en el caso anterior, tendremos los valores teóricos

$$\alpha_i = \frac{(a_i + b_i) \sum_1^n a_i}{\sum_1^n (a_i + b_i)}; \beta_i = \frac{(a_i + b_i) \sum_1^n b_i}{\sum_1^n (a_i + b_i)} \quad i = 1, 2, \dots, n$$

en consecuencia

$$\chi^2 = \sum_1^n \frac{(a_i - \alpha_i)^2}{\alpha_i} + \sum_1^n \frac{(b_i - \beta_i)^2}{\beta_i} = \sum_1^n \frac{a_i^2}{\alpha_i} + \sum_1^n \frac{b_i^2}{\beta_i} - \sum_1^n (a_i + b_i) \quad (c)$$

Como calculada una α_i se tiene por diferencia $\beta_i = (a_i + b_i) - \alpha_i$, y cuando se han calculado todas las α_i menos una

se tiene la restante por la diferencia $\sum_1^n a_i$ menos la suma de todas las demás α , tenemos el siguiente resultado práctico dispuesto en la forma siguiente

Cuadrados	a_1^2	a_2^2	a_n^2	b_1^2	b_2^2	b_n^2
Valores teóricos	α_1	α_2	α_n	β_1	β_2	β_n
Cocientes	$\frac{a_1^2}{\alpha_1}$	$\frac{a_2^2}{\alpha_2}$	$\frac{a_n^2}{\alpha_n}$	$\frac{b_1^2}{\beta_1}$	$\frac{b_2^2}{\beta_2}$	$\frac{b_n^2}{\beta_n}$

$$(d) \quad \frac{a_1^2}{\alpha_1} + \frac{a_2^2}{\alpha_2} + \dots + \frac{a_n^2}{\alpha_n} + \frac{b_1^2}{\beta_1} + \frac{b_2^2}{\beta_2} + \dots + \frac{b_n^2}{\beta_n} - \sum_1^n (a_i + b_i) = \chi^2$$

Si la clasificación fuera de $m \times n$, el razonamiento se extiende completamente, y el método práctico también, sin más diferencia que el alargamiento de los cálculos. Al hacer los cálculos de los valores teóricos se ve el número de grados de libertad que es siempre $(m - 1)(n - 1)$, pues todos los demás valores se tienen por las diferencias dichas.

Para finalizar añadiremos que por la definición misma de la χ^2 es aplicable a cuantas cuestiones dispongan de datos de observación o experimentación y se tenga una teoría o hipótesis de trabajo que nos suministre los valores teóricos correspondientes a los de observación o experimentación, ya se trate de ley de azar, ya de ley de homogeneidad, ya de

ley de independencia, ya de cualquiera otra ley o hipótesis de trabajo que queramos analizar en su relación con la práctica. Tal sucede por ejemplo en todas aquellas leyes empíricas correspondientes a otras tantas líneas perecuatrices, verdaderas leyes empírico-científicas de aproximación.

Prof. O. FERNÁNDEZ BAÑOS

Universidad de Madrid

O TERRORISMO POMBALINO

Quando não encontro em livro algum explicação de casos sucedidos no Governo do Marquês de Pombal (1), recorro a um códice manuscrito que possuí e que intitulei com bons fundamentos e razões: *Memórias do Principal Mendonça*.

Já falei d'êlé e já o descrevi no artigo *José de Seabra da Silva, a sua política e o seu desterro*, publicado no volume 85.º de *O Instituto* (2).

O Principal Mendonça, D. José Francisco Miguel António de Mendonça, era Principal da Igreja Patriarcal e em 1779, dois anos depois da morte de D. José, no reinado de D. Maria I, foi Reitor da Universidade de Coimbra, tendo sucedido ao Reitor e Reformador D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

Em 1806, o Principal, tendo saído da Reitoria, foi nomeado Patriarca de Lisboa.

Descreve êlé todos os actos políticos e administrativos do Marquês, com grande cópia de informações sôbre os variados serviços burocráticos. Fala do Rei, traça-lhe o retrato, e sôbre o Marquês desenvolve muitas considerações interessantes e dignas de nota.

— *Estes assuntos são difíceis de escrever e foram sempre muito profundos de penetrar; com tudo como vivo na corte e*

(1) Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Conde de Oeiras e 1.º Marquês de Pombal. Chamo-o assim em todo o decurso d'êste artigo, porque é sob êste título que êlé é mais conhecido.

(2) Êste códice pertence hoje ao Arquivo Geral da Universidade de Coimbra.

tive por genio especular e analisar os casos que succedião, poderia declarar algumas particularidades que a outros se fizerão desconhecidas, diz êle.

Sabe-se que El-Rei D. João v, conhecendo os dotes que concorriam na pessoa do Marquês de Pombal, nomeou-o enviado à Côrte de Londres. Daqui passou para Viena de Áustria onde casou com a Condessa de Daun, D. Leonor Ernestina, austríaca de nascimento e de família. Por morte de D. João v, regressou êle a Lisboa e foi admitido a beijar a mão a Suas Magestades e Altezas. E sempre que podia, a Marquesa de Pombal, conversando com a Rainha viúva D. Mariana, que era também austríaca, queixava-se da pobreza da casa do marido, do modo insólito com que a tratavam os fidalgos da Côrte, e ia sempre dizendo que aos Enviados, quando haviam exercido os seus lugares com correcção, era-lhes dado o lugar de Secretário de Estado ou um lugar no Conselho da Fazenda. Ela estava bem industriada e repetia sempre o mesmo recado. A Rainha viúva, como era compassiva com todos os seus patrícios, promoveu junto do filho, D. José I, a nomeação do Marquês para o lugar de Secretário de Estado da Guerra e dos Estrangeiros, tanto mais que naquele momento o único Secretário de Estado, em exercício, era Pedro da Mota e Silva, sempre achacoso e pouco diligente. El-Rei, com a nomeação do Marquês, fêz outra, que foi a de Diogo de Mendonça Côrte-Real para a Marinha e Ultramar.

As *Memórias* frisam bem que a nomeação do Marquês foi devida sòmente à Rainha viúva e à protecção dispensada à Condessa Daun.

É certo que D. José levou algum tempo para o nomear, lembrando-se talvez do juízo que dêle fazia D. João v, *de que êle tinha pelos no coração*, mas obrigado pela precisão de pôr em ordem a administração pública que, no reinado anterior, estivera entregue aos parentes e amigos de Fr. Gaspar da Encarnação, resolveu-se a fazer a nomeação de um homem tão recomendado pela Rainha-mãe e pelo arcebispo de Évora, D. João Cosme da Cunha (como quer o

Padre Ritter em uma carta ao padre jesuíta José Caeiro), sem que lhe passasse pelo espírito que êle no futuro mostrasse à evidência que tinha *pelos no coração* (1) apesar da meticulosidade com que cumpria os seus deveres religiosos que até na hora da morte causara admiração e respeito (2).

Para consolidar o seu poder, o Marquês firmou-o sôbre quatro colunas: apartar da côrte e do lado do Rei tôdas as pessoas que pela experiência, pelos lugares ou pela grandeza, lhe pudessem fazer sombra ou embaraços aos seus desígnios e nomear os mais obrigados amigos e parentes para assistirem à pessoa do Rei, Rainha e Infante; publicar, de maneira que o público soubesse, a pobreza do tesouro que a magnanimidade de D. João v havia consumido e a calamidade do terramoto havia esgotado, e que êle, Marquês,

(1) Li algures que o padre jesuíta José Moreira, confessor de El-Rei D. José, havia influído no Rei para a nomeação do Marquês mas o Padre José Caeiro afirma que êle é injustamente acusado dessa influência e que o Padre José Ritter, confessor da Rainha viúva, em uma carta para o Padre Caeiro, diz que a sua confessada havia declarado que fôra estranha a tal nomeação e que tudo se devia a D. João Cosme da Cunha, a êsse tempo Arcebispo de Évora.

Como é de crer que tal nomeação tivesse dado lugar a comentários, o que se dizia sôbre ela teria chegado ao conhecimento do Principal Mendonça e êle nada conta de tais comentários e afirma o que acima se disse.

Demais, a carta do Padre Ritter ao padre Caeiro é datada de Viena de Áustria aos 8 de Janeiro de 1761, isto é, 11 anos depois da nomeação do Marquês, e a êsse tempo já a Rainha viúva havia falecido e essa carta era como que um passaporte para ela gozar a bemaventurança eterna, livre do pecado de ter patrocinado a nomeação do Marquês.

(2) O Papa Clemente xiv pelo seu breve de 31 de Agôsto de 1771 (*nihil singulari nostrae*), concedeu ao Marquês indulgência plenária dos pecados que cometesse, sempre que, tendo-se confessado e comungado, rezasse devotamente diante do quadro de S. José Cupertino, pintado por José Bosi, que êle dera ao Comendador Almada e Mendonça e por êste fôra remetido ao Marquês. Esta graça estendia-se aos seus descendentes para todo o sempre.

se empenhava em restaurá-lo remediando também as necessidades de todos, provendo ao bem comum; familiarizar-se com os Ministros togados, mais da confiança real, facilitando-lhe despachos e aumento de lugares, tudo para o acompanharem no espírito e máximas nas Juntas que se fizessem e onde se resolveria o que êle quisesse; colocar o Rei numa desconfiança de todos, de maneira que só êle era um fidelíssimo criado e ministro.

Tendo El-Rey huma clara comprehensão de todos os negocios, hum delicado discernimento, huma rectidão inflexivel, hum juizo prudente, huma liberalidade de soberano, huma conversação erudita e huma piedade grande não usava dela nem das outras excellentes qualidades com que a natureza o dotou, porque entregue a Sebastião José o deixava obrar como entendia, persuadido de que ele dispunha tudo com justiça e com segurança de sua pessoa e estado, diz Mendonça.

E também diz que:

— El-Rei que em Principe foi inclinado a divertimentos, os continuou depois de subir ao trono. Sebastião José lh'os facilitava, porque emquanto se entretinha neles, não ouvia nem pensava em cousas de Estado nem nos successos que aconteciam. Sebastião José durante 26 anos e 6 meses mais pareceu Rey que valido.

Senhor absoluto, ditando a lei em todos os tribunais que applicassem penas ou que só resolvessem os casos sob consulta, não é para admitir que êle não tivesse interferido no processo dos Távoras, no do Bispo de Coimbra, no exílio de José de Seabra e de outros Ministros e na condenação daqueles que iam para os desterros sob a égide da Intendência da Polícia.

O Govêrno a que presidiu era composto de pessoas escolhidas por êle: — D. Luís da Cunha (sempre obediente em 19 anos de exercício); Francisco Xavier de Mendonça (dominado na sua vontade e no seu pensamento); Aires de Sá e Melo (sempre submisso). Com tôdas estas sujeições, era superior a tudo o *quero, posso e mando* do Marquês e nada se resolvia sem o seu *exequatur*.

Diz o Principal Mendonça que o terramoto de 1755, (cinco anos depois de o Marquês ter tomado posse do seu lugar de Secretário de Estado), foi como que um desígnio da Providência, porque lhe despertou a sua energia, veio contribuir para que ela se afirmasse e o transformasse num grande Homem, restaurador de uma sociedade em ruínas.

Pombal montou em um macho e deixando sua mulher e filhos metidos nas ruínas do seu palacio á Rua Formosa, foi por caminhos entulhados de pedregulhos e cadaveres, ver a seus Reais Amos e animando-os muito, ficou a seu lado, dando dahi todas as providencias que o caso requeria.

Êste cuidado e esta dedicação calaram bem no espírito e no coração do Rei, e êste conhecendo o zêlo e a fidelidade com que o Marquês o servia, extinguiu o exercício dos chamados Secretários sem carta que eram uma espécie de encarregados dos negócios que o Rei queria resolver independentemente das atribuições dos Secretários de Estado. Além disso, passados dois meses, falecia Pedro da Mota e Silva Secretário de Estado do Reino e tudo se juntou no Marquês, dando-lhe o Rei carta branca para tudo resolver.

Se o Principal Mendonça exalta a sua inteligência administrativa, frisa também a prepotência com que êle a sustentou daí em diante e, sempre que pode, censura-a e mostra que êle era um Senhor absoluto, duro e cruel — *um homem de pelos no coração.*

Algumas obras, publicadas até hoje, dão-nos conta das perseguições que o Marquês moveu às suas vítimas. O Principal Mendonça completa a lista e veja o leitor se ela não mostra bem o juízo que D. João v fazia do Marquês: — *um homem de pelos no coração.*

Comecemos pelo:

1 — Atentado e execrando insulto cometido contra a Real Pessoa de Sua Magestade El-Rei D. José I na noite de 3 de Setembro de 1758.

Naquela noite, recolhendo-se o Rei para o Paço em uma sege com Pedro Teixeira, seu criado particular, alguém descarregou sôbre ela dois tiros, ficando o Rei bastante ferido

em um braço. Instaurou-se uma devassa e descobriram-se os implicados na conjuração, e que quem tinha atirado fôra José Policarpo de Azevedo e António Álvares Ferreira.

Ao Coronel de Dragões, Henrique Garcez Palha, se ordenou que com um corpo de tropa se achasse na Quinta de Baixo, vulgo dos Bichos, em Belém, para guardar os seguintes presos: Conde de Atouguia, D. Jerónimo; ajudante José Maria de Távora, Marqueses de Távora, D. Luís e D. Francisco de Assis; o Procurador da Fazenda António da Costa Freire; Duque de Aveiro; o seu filho Marquês de Gouveia; Brás José Romeiro; António Álvares Ferreira; João Miguel; José Manuel da Silva Bandeira; Conde de Óbidos e Conde da Ribeira.

No dia 13 de Dezembro, as casas dêstes presos e os 7 conventos dos jesuítas, existentes em Lisboa, estavam cercados por grandes partidas de soldados e as autoridades judiciais revolvendo tudo para prisões e averiguações.

A Marquesa de Távora, D. Leonor, foi conduzida por João Marques Bacalhau ao Convento dos Grilos e depois para a quinta de Belém, onde nunca mudou de camisa nem de lenço ao pescoço. A Duquesa de Aveiro foi para o Convento do Rato, onde morreu, 12 anos depois. Suas duas filhas foram para o Convento de Santo Alberto onde foram obrigadas a professar. A Condessa de Atouguia foi para o Convento de Sacavém e suas duas filhas aí professaram. Seus três filhos foram levados para o Convento de Rilhafoles. A Marquesa de Távora com sua filha D. Joana foi para o Convento de Santos. A Marquesa de Alorna com duas filhas para o Convento de Chelas.

Em Chaves e em Elvas foram presos os Coronéis de Cavalaria João de Távora e Nuno de Távora em rigorosos cárceres.

E o único que se salvou foi José Policarpo de Azevedo, que se sumiu de tal maneira que nem as apertadas vigiâncias nas fronteiras, as indagações em tôdas as comarcas, os prémios aos denunciadores, conseguiram descobrir.

No Tribunal da Inconfidência estabelecido nas casas da Quinta das Vacas, em Belém, os presos sofreram atrozes

torturas e aí se proferiu a sentença de morte para os seguintes: Duque de Aveiro; os dois Marquesses de Távora; Marquesa de Távora, D. Leonor; Conde de Atouguia; José Maria de Távora, Brás José Romeiro; António Álvares Ferreira; Manuel Álvares Ferreira e João Miguel.

Degredado para Angola por tóda a vida, João Manuel Bandeira.

João Inácio Dantas, Corregedor do Crime da Côrte e Casa, foi o encarregado de executar a sentença. Armado o cadafalso no Cais de Belém, conduzidos os réus em cadeirinhas cercadas de soldados, o primeiro a ser executado foi a Marquesa de Távora e o último foi António Álvares Ferreira que morreu queimado vivo e nessa fogueira se consumiram os demais corpos e o mesmo cadafalso.

Mas não parou aqui a insânia do Marquês.

Era preciso não deixar memória alguma que lembrasse a existência das casas ilustres que haviam cometido a torpeza de quererem assassinar o seu Rei, principalmente as casas de Aveiro e de Távora, e assim foi determinado que os seus bens fôsem sequestrados e vendidos em leilão para o Erário, mas dizem as *Memórias* que as melhores carruagens foram para o Duque de Cadaval, os lustres de Saxe e uma armação de panos de raz para o Cardeal da Cunha (1),

(1) Êste Cardeal, por nome João Cosme da Cunha, era da família dos Távoras, mas vendo a desgraça destes e com receio que lhe fizessem o mesmo, sangrou-se em saúde, escrevendo uns capítulos, justificando a sua inocência nos enredos da família e assim se salvou.

O Marquês aceitou a justificação, lembrando-se talvez de que a condenação de um membro do Sacro Colégio por um tribunal secular implicaria um grave conflito com a Cúria Romana.

Demais, ainda mesmo que fôsse julgado em Portugal, êle teria de comparecer perante um Colégio de Cardeais, sob pena de degradação das suas honras e privilégios. E se o Cardeal pudesse escolher o tribunal que o havia de julgar, naturalmente propenderia para o de Roma que lhe dava a certeza de pôr a salvo o corpo e a cabeça por um tempo indeterminado e assim êle fugiria à justiça pombalina.

os grandes tremós e outros móveis para o Morgado de Oliveira. As terrinas e muita prata, para a Casa Real; e o que foi para o Marquês de Pombal só o soube o Desembargador José Alberto Leitão que foi o encarregado do sequestro e seu destino.

José Seabra da Silva foi a casa da Marquesa de Távora, D. Teresa, e apreendeu todos os diamantes, que foram vistos depois na Condessa de Sampaio. Os alamares de ouro batido que ela trouxe da Índia, passaram para a 2.^a Marquesa de Pombal. As peças de damasco verde e amarelo serviram para os quartos de Francisco Xavier de Mendonça e Paulo de Carvalho. Muita coisa rica e de gôsto, sendo vista num dia, desaparecia no outro!

2 — Enquanto duraram as negociações com o Papado sobre o negócio da expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e seus domínios, deram-se dois casos que puseram as negociações em estado melindroso. Um em Roma, porque o Papa Clemente XIII não quis assentir na nomeação de Fr. Manuel de Santa Inês para o Arcebispado da Baía, enquanto êle não tivesse sido declarado *sede vacante* pela renúncia, por êle confirmada, do antiste que o governava. O outro foi em Lisboa, por ocasião do casamento da Princesa D. Maria Benedita com o Infante D. Pedro. Pombal havia ordenado que todos pusessem luminárias, durante 3 noites.

Os Ministros estrangeiros gostosamente o cumpriram, mas o Núncio Acciajuoli fechou portas e janelas sem dar demonstração alguma de regosijo.

O Núncio foi obrigado a sair de Lisboa, e os vassallos do Papa expulsos de Portugal dentro de 3 dias. Os portugueses residentes nos estados da Igreja deviam abandoná-los. Parentes e serventuários do Núncio, expulsos. O seu particular amigo, Monsenhor Aguilar, português, foi mandado sair de Lisboa e desterrado para o Algarve. Pela mesma razão, o capitão de mar e guerra, Luís de Castro, desterrado para Melgaço.

3 — O Dr. Tomé de Castro Sequeira, morador no princípio da Calçada de Santa Ana, reunia em sua casa alguns

amigos: o 1.º Secretário do Tribunal da Mesa Censória, Desembargador José Bernardo da Gama e Ataíde, João Pedro de Mendonça, filho do Secretário de Estado Diogo de Mendonça e afilhado de D. João V que foi pessoalmente parainfá-lo, Padre Manuel Lourenço, escrevente do dono da casa, e António da Silva, criado particular do Infante D. Pedro.

Em uma das reuniões, apareceu um livro que era uma apologia dos jesuítas e crítica ao Marquês. Houve discussão pró e contra. E este, sabendo dos mais miúdos pormenores, ordenou a prisão de todos êles e mandou-os para os presídios de Angola. João Pedro, Tomé de Castro e Manuel Lourenço aí faleceram. José Bernardo e António da Silva saíram da prisão, absolvidos, mas aquêle, doido varrido; e este, cheio de moléstias.

Também presos, por serem amigos do dono da casa, Padre António de Vilas-Boas, Padre Frei José da Madre de Deus, confessor do convento de Santa Ana e o Padre Frei André, capelão do convento. Êstes dois, desterrados para a Índia.

4 — Na Praça de Almeida, fizeram-se fortes prisões onde foram encerrados muitos jesuítas. O seu carcereiro, Visconde de Mesquitela, que era de extraordinário rigorismo, visitava-as a miúdo, com receio que êles as minassem e fugissem para Castela. Em certa ocasião, visitando as latrinas, achou uma carta que o Secretário de Estado do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Côrte-Real havia escrito ao Padre jesuíta António Moreira. O Visconde mandou-a ao Marquês que teria exercido a sua tirania sobre o Côrte-Real, se este não tivesse tido um estupor que o obrigou a ir até às Caldas da Rainha, *com ordem de aqui ficar eternamente*.

5 — No volume 85.º de *O Instituto* inseri um artigo intitulado *José de Seabra da Silva, a sua política, o seu desterro*, e nêle indiquei as causas do seu desastre e a sua condenação em terras africanas. Demitido de todos os seus empregos, foi mandado apresentar-se dentro de 48 horas em Vale de Besteiros, distrito de Viseu, e aí demorar-se 15 dias. Antes

do termo, foi conduzido à fortaleza de S. João da Foz do Douro, escoltado por uma partida de cavalaria, encerrado em estreita prisão, separado completamente do mundo. Nela foi sentenciado a destêrro perpétuo em Pungo Andongó, com passagem pelo Brasil, conforme a carta que se segue:

Honrado Marques do Lavradio, Vice Rey, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquele que preso. Por justissimos motivos do Serviço de Deos, e Meo, e do bem comum dos meos Vassallos, comuttando ao Doutor José de Seabra da Silva, as mais graves penas, em que infallivelmente se julgaria incurso pelos seos enormissimos delictos, se fosse por elles processado: Fui servido que fosse remettido, para essa Cidade do Rio de Janeiro: E vos ordeno que logo que a ella chegar o Navio, que o transporta, o façais delle desembarcar com toda a cautiella, e segurança, e guardar em segura prisão com todo o recato, e com absoluta prohibição de fallar a pessoa alguma na mesma prisão. Fazendo-o della transportar com toda a segurança pelo primeiro Navio seguro à Cidade de S. Paulo da Assumpção no Reino de Angola: E que nella seja entregue com a Carta, que será com esta Ordem de D. Antonio de Lencastre, Governador, e Capitão General do mesmo Reino, ou quem seo Cargo servir, ao Ministro, e Oficial de Guerra, que elle nomear para o receberem: Cobrando o Mestre Capitão do Navio, que o transportar, recibo de o haver entregue na sobredita forma. O que tudo executareis, e fareis executar. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 22 de Agosto de 1774 — Rey. Para o Honrado Marques do Lavradio.

Seu irmão Lucas de Seabra que foi Intendente da Polícia na regência do Príncipe D. João, e o seu amigo íntimo Francisco Feliciano Velho da Costa, aposentados dos seus lugares. O seu amigo Padre José Caetano de Mesquita, prêso no cárcere de Pedrouços; Francisco Raimundo de Moraes, da Casa da Suplicação, riscado de serviço.

(O Sr. Marquês de Rio Maior, no seu livro *O Marquês de Pombal, sua vida e morte cristãs*, quere nos convencer de que o Marquês não teve interferência na condenação de José de

Seabra, porque o filho dêste, Manuel Maria Pereira Coutinho Seabra da Silva, 1.º Visconde da Baía, casou com uma filha do Morgado de Oliveira, Ana Isabel Saldanha de Oliveira e Sousa, neta do Marquês.

É uma razão pueril. O amor não conhece limites e, quando se ama, não se pensa em vinganças. Isso é bom para lendas ou romances de capa e espada.

Tanto mais que o Visconde, antes de casar com Ana Isabel, quis casar com uma filha de D. Alexandre de Sousa Holstein, mas os parentes dela, Conde de Vale de Reis e Marquês de Ponte de Lima, opuseram-se e o casamento do Baía com Ana Isabel foi mais de despeito que de paixão. Vide: José de Ferraz Gramosa, *Sucessos de Portugal*).

6 — Lucas de Seabra da Silva, pai do supradito, tendo sido encarregado, pelo Rei, de proceder a um inquérito sobre a vida e costumes de Francisco Xavier de Mendonça, irmão do Marquês, julgou que êste ficaria muito lisongeado se lhe desse parte da missão de que estava encarregado e pediu-lhe instruções sobre ela. O Marquês censurou-o àasperamente da inconfidência e tamanho susto lhe pregou, que recolhendo-se a casa, teve tal desgosto que morreu de repente.

(A 170 anos de distância, é digna de admiração a ingenuidade dêste desembargador que julgou que o Rei pudesse ter algum interêsse em conhecer da vida e dos costumes do Xavier de Mendonça que era nesse tempo Governador da Baía, sem que o Marquês tivesse interferido no assunto).

7 — A mais pequena cousa que pudesse desagradar ao Marquês influía para que êste ordenasse prisão ou degrêdo a quem a cometesse.

Não dizem as *Memórias* porque motivo foram aposentados à fôrça, com meio ordenado, 5 vogais do Conselho da Fazenda e 6 deputados da Mesa da Consciência e Ordens.

Da Relação do Pôrto foram demitidos 22, do Conselho Ultramarino 2, do Senado da Câmara 6.

(Opiniões, resoluções, acórdãos, julgamentos, declarações de voto, tudo o que o Marquês julgasse contrário à sua política, influía no seu despotismo).

8 — A carta de lei de 25 de Maio de 1773 determinou que todos de sangue impuro, cristãos novos, jesuítas ou mulatos, fôsem considerados hábeis para tôdas as honras, officios ou benefícios.

Por terem protestado contra esta lei, ou não a terem cumprido, foram presos 4 padres, 1 alferes, 3 civis e o capitão-mor e os vereadores da Vila da Feira.

9 — D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Foja, publicou uma Pastoral, proibindo aos seus súbditos a lição de alguns livros, por ser perniciososa à disciplina da Igreja e aos bons costumes.

O Marquês considerou a Pastoral de *sediciosa e infame*. O Bispo, o Secretário, o Provisor e os padres que o serviam foram presos e remetidos para Lisboa. Apreendidos todos os seus papéis. A Pastoral foi lacerada e queimada em acto solene e proibida a sua conservação. Os Padres da Congregação da Missão e da do Oratório que a haviam espalhado, proibidos de confessar, prègar e ensinar.

O Bispo foi encerrado na Quinta de Baixo em Belém e no forte de Pedrouços onde esteve 8 anos, num cárcere estreito. O Vigário Geral, o Secretário, o Escrivão e um outro Padre em Pedrouços, *sem se verem uns aos outros*. 9 carmelitas calçados presos e 2 degradados, 14 cronistas de Santo Agostinho presos em cárceres de diversos conventos. 3 outros e o confessor do Recolhimento de Pereira, presos na quinta de Belém.

(O Sr. Marquês de Rio Maior no seu citado livro publica a carta que o Marquês dirigiu ao filho, o Conde de Oeiras, sôbre a condenação do Bispo de Coimbra, carta também transcrita pelo Dr. Fortunato de Almeida na *História da Igreja em Portugal*.

E porque o Dr. Fortunato de Almeida censura as expressões em que a carta está redigida, frisando que o Marquês rejeita, para as lançar sôbre D. José, as responsabilidades que lhe cabem na perseguição ao Bispo, o Sr. Marquês diz que o seu illustre avô reparte as responsabilidades

com a Mesa Censória, a Mesa do Desembargo do Paço e o Conselho do Estado).

As Memórias do Principal Mendonça dizem que a Pastoral foi publicada no dia 8 de Novembro de 1768 e que no dia 12 do mesmo mês foi lida pelo Marquês que a apresentou ao Rei, capitulando-a de *sediciosa e infame*. Convocou logo juntas de magistrados que notaram, *segundo o espírito do Marquês, que o Bispo devia ser preso, que a Pastoral seria remetida à Mesa Censória para julgar o merecimento e se publicar a revogação*.

A *Mesa Censória e o Desembargador do Paço* nunca resolveram assuntos, impondo penas ou castigos aos delinquentes ou às partes decaídas nas resoluções.

E enquanto ao *Conselho de Estado*: El-Rei D. João V que o fundou, dava-lhe pouca importância, chegando a ter somente dois vogais, os Cardeais Almeida e Cunha, porque os negócios mais importantes eram consultados com os teólogos jesuítas, com assistência dos priores de S. Nicolau e S. Miguel. D. José, até 1760, não nomeou ninguém para o Conselho. Mas neste ano, sobre a guerra que as côrtes de Paris e Madrid queriam declarar à Grã-Bretanha, houve que nomear membros o Cardeal Patriarca Saldanha, o Arcebispo de Évora D. João Cosme da Cunha, o Infante D. João (filho do Infante D. Francisco), o 1.º Marquês de Tancos e o 1.º Marquês de Alvito.

Faziam Conselho algumas vezes em que sempre vencia o parecer de Sebastião José, tanto porque as propostas eram feitas por elle, como porque primeiro as conferia com o Sr. D. João e com o Arcebispo.

O Conselho reunia muito raramente *de anos em anos e só quando El-Rei duvidava condescender com a vontade de Sebastião José*, mas no fim sempre concordava!

E o *Desembargo do Paço*? Depois da morte do seu presidente o Duque de Aveiro, foi nomeado o Conde de Povolide que pouco tempo o exerceu. Depois da sua morte ficou sem presidente por muitos anos.

O Marquês, com receio da autoridade do futuro presidente, diminuiu-lhe a jurisdição e por alvará de 1775 restringiu por completo as suas regalias. De maneira que se conclui que foi êle o único responsável da prisão e martírio do Bispo no Forte de Pedrouços. Apesar das expressões *sincerissimo e bonissimo pastor*, que êle emprega na carta ao filho, quererem adoçar a sua responsabilidade, é uma testemunha coeva, o Principal Mendonça, que vem dizer neste capítulo que:

Todos os crimes teem nas leis declarados os seus castigos. Se o Conde de Oeiras fizesse julgar êstes Reus e se executassem as sentenças não havia que condenar o seu procedimento; e assim deixou liberdade para dizer-se foi injusto, tiranico e filho do seu coração.

10 — Martinho Velho da Rocha Oldemburgue, Manuel António de Carvalho e o jurisconsulto Francisco Xavier Teixeira, maguados porque o Rei não nomeara Secretário de Estado a José Galvão de Lacerda, enviado plenipotenciário em Paris e no qual êles punham tôdas as suas esperanças de intromissão nos negócios do Reino, redigiram capítulos contra o Marquês. E confiados na influência que tinham na Côrte, aturavam farta correspondência com aquêle enviado e com o que então estava em Roma, António Freire de Andrade Encerrabodes.

Despertou desconfiança ao Marquês tanta correspondência e abrindo-a e fazendo êle mesmo as respostas que lhe cabiam, inteirou-se de tôda a intriga.

Oldemburgue e Teixeira desterrados para Angola, e Carvalho para a Índia, onde morreram. Três barbadinhos italianos, em cuja cêrca Oldemburgue fêz grandes barracas onde reünia os amigos descontentes, presos no cárcere do Forte da Marinha e depois para o da Junqueira, onde viveram penosamente até à sua saída.

Diogo de Mendonça Côrte-Real, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, protector de Oldemburgue, foi mandado sair da Côrte dentro de 3 horas, para a distância de 40 léguas. Foi para o Pôrto, depois para Salreu, e por

último para Mazagão, sempre sob custódia. Quando esta praça foi entregue aos marroquinos, transferido para as Berlengas e daqui, por muito favor, para o convento de S. Bernardo, perto de Peniche, onde morreu.

Gonçalo José da Silveira, seu particular amigo, foi deposto de todos os bons lugares e aposentado só no do Conselho da Fazenda, degredado para o Fundão e depois para Vila Nova de Ourém.

Filipe Maciel, deputado da Mesa da Consciência, por igual motivo, aposentado e desterrado para Viana. Os dois Enviados foram demitidos e recolhidos a Lisboa. Encerrabodes apresentou-se ao Marquês que o recebeu *com afabilidade* e mandou-o prender e recolher ao Forte da Junqueira, quando entrava em casa de um sobrinho. José Galvão, munido com uma carta de seguro de Luís xv, de França, entrou em Portugal, foi para a sua quinta do Pocinho, e aí morreu. Dois criados do Encerrabodes, degredados para a África.

Pedro de Mendonça, irmão do Diogo, deputado da Mesa da Consciência, aposentado. João Machado de Eça, irmão de um dos Barbadinhos, promotor do Santo Ofício, aposentado. Uma irmã de Francisco Xavier foi encerrada em um segrêdo do Limoeiro e aí viveu quási nua. A sobrinha do carcereiro, Maria Apolónia, por lhe ter dado papel e tinta para escrever, esteve prêsa no segrêdo durante três anos e foi depois enviada para o Convento de Santa Ana.

11 — O Padre António da Fonseca Claro, beneficiado em Santarém, ilustre genealogista e humanista, estando em Lisboa, em casa de uma família das suas relações e ouvindo o rufo do tambor da guarda do Marquês, disse: *lá vem o urso, lá vem o urso*. Degredado para Aveiro e depois para Vila Franca de Xira.

— Manuel Gomes de Carvalho, ilustre jurisconsulto, por alcunha o *Língua de Prata* pelo seu saber e erudição, raras vezes de acôrdo com o Marquês, exilado para a sua quinta de Loures *donde não sahirá sem minha ordem*.

— O Conde de Óbidos foi advertido por D. José que tivesse cuidado com o Marquês. Êste pediu-lhe que não o malquistasse com o Rei. E o Conde lhe respondeu: — *pois então o menino é chocalheiro? Eu me emendarei*, retorquiu o Marquês. Emenda foi ela que passado pouco tempo o Conde de Óbidos falecia no Forte da Junqueira.

12 — Durante todo o govêrno do Marquês, foram extintas, por sua vontade, diversas repartições públicas, ficando muitos dos seus serventuários e suas famílias reduzidos à miséria.

Dois Depositários da Côrte e Cidade, nove dos Juizes da Índia e Timor, os da Ouvidoria da Alfândega e da sua Conservatória, da Alfândega das Sete-Casas, da Aposentadoria-Mor, o tesoureiro dos defuntos e ausentes — demitidos, sem compensação alguma, visto que não tinham ordenados, mas emolumentos.

Mais funcionários demitidos, com metade do ordenado por compensação:

O juiz executor das contas, 2 executores e escrivães, o contador-mor e seu guarda-mor, o escrivão do despacho, 6 provedores, 12 contadores, 16 escrivães, 4 oficiais de registo, 36 praticantes, o porteiro, o meirinho, 3 serventes, 8 caminheiros.

Na Contadoria Geral de Guerra, 4 provedores, 8 contadores, 12 escrivães, 2 executores, 16 praticantes, o porteiro, 3 contínuos, o meirinho e o escrivão. Nos Contos da Casa de Bragança, 15 empregados. Na Mesa da Fazenda da Universidade de Coimbra, tudo demitido; na Mesa da Consciência e Ordens, 16; no Mestrado das Ordens, foi uma rasoira completa, solicitadores, porteiros, caminheiros e escrivães que tinham pequenos ordenados e bons emolumentos.

No Mestrado, também demitiu todos os mamposteiros grandes e pequenos, escrivães, meirinhos e oficiais.

No Conselho da Fazenda, o contador, o procurador, o solicitador, 3 escrivães e o porteiro.

13 — O alvará de 26 de Outubro de 1765 determinou que tôdas as vinhas existentes desde Sacavém até Vila Nova da Rainha, desde a Estrada Real até ao Tejo, fôsem arrancadas no termo de três meses e reduzidas a terras de pão. Bem assim as do Campo de Valada, Santarém, Golegã, margens do Mondego e Vouga e em tôdas as terras que pudessem dar sementeira. Eram exceptuadas as vinhas muradas, as das terras altas e declives e as das terras de Tôrres Vedras, Alenquer, Oeiras, Carcavelos, Lavradio, Anadia.

Se, por um lado, esta medida era muito útil às populações para seu sustento e economia, por outro, não havendo ainda bôlsas agrícolas, adubos, auxílios pecuniários em abundância, êsse alvará lançou muita gente na miséria, tanto mais que os Corregedores das comarcas ordenaram, a seu arbítrio, a transformação das terras, mostrando logo a experiência que pouco ou nada podiam produzir.

O mesmo alvará regula a venda dos vinhos. Vai até ao ponto de fintar os lavradores pelo vinho que beberem e gastarem em suas casas e determina o seu racionamento nos conventos.

14 — António Manuel de Melo e Castro, capitão de mar e guerra, comandante de uma nau, sofreu naufrágio no Oceano Índico.

Êle e poucos da tripulação salvaram-se. Perdeu tôdas as suas bagagens e trem de sua casa.

O governador da Índia, D. João José de Melo, mandou-o embarcar noutra, e êle se escusou, alegando ter perdido todos os seus haveres. O governador deu conta da desobediência e o Marquês o mandou degredado para Angola.

15 — As religiosas do Convento de Odivelas faziam a procissão do Corpo de Deus no dia seguinte ao da cidade de Lisboa. Nessa ocasião, o Juiz Espadâneo do lugar, (assim chamado por usar espada), prendeu um homem e encontrando-se com o bolieiro de Francisco de Távora e com os volantes, (assim chamados os criados que precediam a grande distância as carruagens dos fidalgos, quando iam desterrados ou a visitar as suas casas na provincia), dos

condes de S. Vicente e de Atouguia, aquêles e êstes e outros fidalgos obrigaram o juiz a largar o prêso. Representou o juiz contra a violência. Resultado: o Conde de S. Vicente, prêso na Tôrre de S. Gião, desterrado para a Ilha Terceira; Conde de Atouguia, da Tôrre de Bugio foi para Bragança; o Conde da Vidigueira, do Castelo de S. Jorge foi para Vila Viçosa; Francisco de Távora, da Tôrre Velha foi para Miranda; D. João Cárcome, da Tôrre de Belém para Castro Marim; Luís José Correia de Lacerda, da cidadela de Cascais para Beja; Fernando da Costa de Ataíde para Tôrre de Moncorvo.

Os bolieiros e os volantes, depois de açoitados, foram para as galés por tôda a vida.

E quando o Marquês assim o resolveu, em última instância, ainda não exercia o poder absoluto.

16 — No sequestro feito aos bens, propriedades e rendimentos das casas da Companhia de Jesus, os ministros e oficiais encarregados encheram-se na proporção do seu apetite e cobiça.

E era tal o desperdício, que o Marquês mandou que tudo fôsse entregue no Juízo da Inconfidência, e onde as propriedades foram distribuídas pelas casas religiosas que mais necessitassem. No entanto, uma parte da cêrca da Casa de S. Roque foi dada de graça ao Marquês de Castelo Melhor; a Casa de Portalegre foi dada à Fábrica de Lanifícios, onde, na Igreja, o bacharel Jerónimo Rogado cumpriu certo ritual e fêz estabelecer os teares; a Casa do Canal (na Figueira-da-Foz) foi para José de Seabra da Silva.

17—A devassa sôbre a conjuração, contra a Real Pessoa, deu como chefes os Padres Gabriel Malagrida, João de Matos e João Alexandre.

(Camilo Castelo Branco, no seu livro *O Marquês de Pombal e a sua época*, dá êstes três jesuítas como chefes da conspiração. Outros escritores negam-o e dão como chefe o Duque de Aveiro. E Vilhena de Moraes, director do *Arquivo Nacional do Rio-de-Janeiro*, diz que o Marquês não conseguiu punir Malagrida como regicida, havendo mistér

meter-lhe na cabeça a carocha com rótulo de heresiarca, para, descarregando sobre ele todo o peso da sua cólera luciferina contra a Companhia, atiral-o ao garrote e às chamas da Inquisição na praça do Rocio, atentado que suscitou a indignação do próprio Voltaire.)

Malagrida, conduzido da Junqueira para o cárcere do Santo Officio, sofreu dois anos de prisão. Tinha 72 anos de idade, e como tivesse vindo das inclemências das missões do Brasil, achava-se achacado, quasi sem vontade própria, mas sempre um visionário pregando verdades amargas e desgraças.

Com baraço e pregão foi levado pelas ruas de Lisboa até ao Rocio e garrotado. Seu corpo seria queimado e reduzido a cinza *para que dêle não haja memória alguma.*

O dominicano inquisidor Fr. Francisco de S. Tomás, que se recusara a votar na condenação, foi mandado bispo para Angola. Castigo que poderia ser considerado um benefício, mas êle era velho e doente, recusou. O Marquês ameaçou-o e êle, que queria morrer na sua cela de S. Domingos, encontrou o seu túmulo em pleno oceano.

18 — No Forte da Junqueira estiveram presos Gonçalo Cristóvão e o seu sobrinho João Bernardo.

Eram ambos parentes e das relações do Duque de Aveiro, mas não foi êste motivo que originou as suas prisões. Dizia-se que por terem favorecido a fuga de José Policarpo, que, parece, desfigurado com vitriolo e bem protegido, ter-se-ia albergado em uma casa que aquêle fidalgo possuía no cume da serra dos Padrões da Teixeira, entre Amarante e a Régua. Dois criados foram torturados para declararem onde estava José Policarpo, e seis irmãs do fidalgo também foram presas e mais tarde sôltas e novamente presas por se cartearem com o irmão, mediante um criado que foi carregado de ferros e não mais se falou dêle. Mais tarde, asmático, gastrálgico, e com uma cistite crónica, Gonçalo saíu da prisão para Teixeira, onde José Policarpo tinha uma estalagem de recoveiros e cavalgadas. O padre loio, parente de Cristóvão, degredado para África.

19 — O juiz de fora de Tórres Vedras, José Vitorino Loureiro de Mesquita, correspondia-se com um jesuíta. Algemado sôbre uma bêsta, foi conduzido, entre escolta, ao Limoeiro. Testemunhas depuseram a favor dêle. Foi sôlto, mas não reintegrado, desgôsto que o levou à sepultura.

— Tomás Luís Osório, coronel do Rio Grande (Brasil), foi denunciado como protector de um jesuíta secularizado. Foi prêso em Minas Gerais e trazido para Lisboa. No Limoeiro foi condenado a morrer na fôrca. E assim aconteceu na Cruz dos Quatro Caminhos (nome vulgar que se dava ao cruzamento das Ruas da Penha de França, dos Sapadores, da Graça e da moderna de Angelina Vidal).

20 — À Trafaria acolheram se muitos homens, na flor da idade, fugidos ao recrutamento obrigatório, para a organização das tropas que haviam de se opor a uma provável invasão de castelhanos. O Marquês sabia-o e não gostou. O Intendente Pina Manique, com 300 soldados, cercou as moradas de tabique e cobertas de colmo. Os soldados deitaram-lhes fôgo e foi um momento de indiscreto pânico, na ânsia do salvamento de velhos, doentes e crianças. Muita gente morreu. Poucos se salvaram.

21 — Suas Majestades e Altezas saíam do seu palácio de Vila Viçosa, acompanhados de camaristas e guarda-roupas de semana, e muitos outros fidalgos e criados, escoltados pela Guarda de Cavalaria. À porta da Sé, encostado ao lado esquerdo do Arco, estava um homem, João de Sousa, que levantando um pau, deu na anca do cavalo em que ia montado o Rei e por um pouco não o atingiu.

O Conde do Prado e Bartolomeu de Aranda sustiveram no ar a outra pancada que o homem queria dar.

Prêso, e às perguntas feitas por D. Luís da Cunha, confessou-se desesperado da sua sorte, porque havia comprado uns machos para se sustentar dos alugueres e lhos tinham embargado.

Declarou-se filho de um Serpes de Viseu. Todos os indivíduos e suas famílias de apelido Serpes desta cidade foram presos e mais tarde soltos. O homem foi classificado

doido e encerrado na prisão da Quinta das Vacas em Belém, no Forte da Junqueira, onde o mataram sem estrondo (diz Camilo Castelo Branco), onde esteve até à deposição do Marquês (diz o Principal Mendonça).

22 — O Convento das Religiosas do Sacramento, da Ordem de S. Domingos, em Alcântara, foi sempre reputado como um Convento de grande respeitabilidade, tanto que os Grandes do Reino o escolhiam para cómodo de suas filhas.

Ele tinha uma grande devoção ao Santíssimo Sacramento e para que essa devoção fôsse geral em todo o Reino, enviou cartas a todos os Prelados seculares e regulares e Párcos, para que promovessem no dia 24 de Março de 1765 uma consagração geral ao Santíssimo Sacramento, por ser o dia da sua instituição, das 8 para as 9 horas da noite. As cartas eram acompanhadas por um livrinho de devoções que fôra traduzido do italiano e estava espalhado em tôdas as línguas da Europa. Todos acolheram a proposta com agrado e aplauso e prometendo realizá-la.

Teve o Marquês conhecimento do intento e persuadiu-se de que esta devoção tinha o fim oculto de que houvesse uma sublevação contra a *Real Pessoa de Sua Majestade* e deu as providências que êle julgou necessárias.

Fêz expedir aviso a todos os Chefes de regimentos, Governadores de Praças e províncias, para que, nos dias 24, 25 e 26 de Março, estivessem de prevenção, todos em armas e com bastantes cartuchos de pólvora e bala, para acudir a qualquer ajuntamento de povo.

Prendeu os dois confessores do convento, o Padre Bartolomeu dos Mártires, confessor do Cardeal Patriarca, dois padres, o procurador do Convento e mais dois religiosos. A maior parte morreu na prisão. Extinguiu o Convento do Montejunto, dos Padres Domínicos, e privou-os das suas regalias.

O andador da Ordem Terceira de S. Domingos que havia entregado as cartas, prêso; e o editor Francisco Luís Ameno que havia publicado o livrinho com tôdas as licenças, desterrado para o Pará.

Todos os prelados locais dos Conventos do Reino que fizeram a devoção foram depostos dos seus lugares e degredados para outros.

E os prelados diocesanos, com menosprêzo da exaltação da Igreja, publicaram Pastorais em que se afirmava a humildade ao soberbo despotismo!...

23 — Ultimadas tôdas as negociações para a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios, a 9 de Setembro de 1773, se publicou o Breve da Extinção. Houve demonstrações de contentamento, repiques de sinos e luminárias nas habitações.

E começou o calvário da Companhia de Jesus.

A *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, escrita pelo Padre José Caeiro e publicada no vol. XI, 1940, do *Ocidente*, refere bem as perseguições à Companhia dentro e fora do Reino.

E as *Memórias* do Principal Mendonça dizem que nos quartéis subterrâneos foram metidos 120 padres. Os quartéis tinham 20 palmos de comprimento e 16 de largo. Aos presos davam meio quartilho de azeite para luz e um auxílio de 300 réis por dia — 240 para sustento, 20 para tabaco e 40 para vestuário. Nas doenças tinham caldos de galinha, mas o cirurgião da Torre receitava-lhes águas quentes, sangria e purga — 37 faleceram: 3 atirados ao mar, os outros sepultados em terra.

Muitos padres, encerrados em prisões seguras em Azeitão, Almeida, Bragança e Elvas. De tôdas as possessões portuguesas vieram presos. E era tal a quantidade que já não cabiam nos cárceres existentes, e assim os juizes, os corregedores e até o Ouvidor da alfândega, morador em uma travessa do Bairro Alto, fizeram-nos nos baixos e nos altos das suas próprias habitações.

José de Lima Pinheiro e Aragão, corregedor do cível, e o Ouvidor Dionísio José Colaço, tratavam os padres com caridade e fartura, mas José António de Oliveira Machado, corregedor do Bairro de Belém, era de uma tirania que revoltava.

— Monsenhor Magalhães, Secretário do Cardeal visitador, por contrariar a vontade do Marquês, expulso do Reino, falecido em Castela.

— Monsenhor Nogueira, por se corresponder com aquêlê, degredado para Angola onde morreu.

— D. Antónia Luísa de Barros e sua filha, por se corresponderem com aquêles dois, prêsas no Forte da Junqueira e exiladas para o Convento de Jesus, de Aveiro.

— D. Luísa Maria Joaquina, por correspondência com um irmão jesuíta, prêsa em Outão.

— Leandro José de Sousa Pereira e sua mãe, vieram presos de Goa, por correspondência com os jesuítas das missões. A mãe faleceu no Limoeiro.

— José Bernardo da Silva e sua mulher, pelo mesmo motivo. A mulher, degredada para Angola.

— Diogo da Costa e Silva, Ouvidor no Maranhão, sentenciou a favor dos jesuítas em diversas causas. Prêso na Fortaleza, veio para o Limoeiro, onde esteve 3 anos.

— O Padre Teotónio Figueira, capelão da Senhora da Saúde, jesuíta, degredado para Bissau.

— O Inácio (que por sobrenome não perca) carcereiro dos jesuítas encarcerados em Azeitão, por ter levado cartas, prêso, açoitado e degredado para Bissau.

(Esta correspondência deu causa a uma rigorosa devassa que condenou a vários degredos 15 habitantes, entre os quais dois padres, da vila de Setúbal).

— Fr. Manuel de Santa Luzia, cronista do Convento da Trindade, denunciado por Fr. Francisco de Sales, de que estando a ler o livro *Apologia dos Jesuítas*, o pusera de lado, dizendo *não leio mais que não sou hereje (?)*, prêso no cárcere do Convento, falecido na prisão da Quinta das Vacas em Belém.

24 — O Conde da Ega, vice-rei da Índia, por intrigas junto do Marquês, veio prêso para Lisboa. Foi para o Castelo de S. Filipe em Setúbal e aí esteve agrilhado. Foi tratado com tanto rigor que dos ombros lhe tiraram o capote, dos dedos os anéis e da algibeira o relógio e o

dinheiro. Sequestraram-lhe as riquezas que trazia e os seus bens particulares. Cegou na cadeia. Recuperando a liberdade vivia, das esmolas dos parentes.

25 — Tirana e crudelíssima morte que se deu a João Baptista Pelle.

Tiveram ordem para marchar para a praia da Junqueira dois regimentos de cavalaria e dois de infantaria; todos os corregedores e ministros criminaes a cavallo e com os officiaes de capa e volta a pé deviam estar naquela praia, na manhã do dia 11 de Setembro de 1775. Concorreu muito povo. As tropas formaram em círculo. Ao centro, aquellas autoridades, e ninguém sabia o que ia acontecer. Previam solene execução, mas não havia cadafalso. Estiveram, nessa expectativa, desde manhã até à uma hora e meia da tarde. Neste momento saiu do Pátio dos Bichos um carro, sôbre o qual vinha um homem algemado a um cêpo. Dois algoses e três religiosos de S. Francisco seguiam o carro e atrás quatro cavalos selados, conduzidos por outros tantos homens. Tudo escoltado por cavalaria e infantaria.

Chegados ao círculo, os homens montaram os cavalos e puseram-se em forma de aspa. Decepadas as mãos ao condenado, foram os seus braços e pernas presos às caudas dos quatro cavalos. Os cavaleiros esporeavam-nos para que o corpo do padecente fôsse desconjuntado, mas êle resistiu a tanta tortura. Os seus gritos pedindo que lhe acabassem com a vida impressionavam tôda a gente. Os padres desistiram do confôrto que haviam de dar e abandonaram-no. Um mais afoito, Fr. Manuel Ribas, rompeu as fileiras e acompanhou-o sempre. Como não havia maneira do corpo ser desmembrado, os algoses meteram-lhe na bôca um lenço e, apertadas as goelas, assim exalou o último suspiro.

E tudo foi queimado, corpo, carro e cêpo e reduzido a cinza!!

E porquê?

Porque João Baptista Pelle foi acusado de ter querido matar o Marquês, introduzindo *fogo artificial* na carruagem que o transportaria à inauguração da estátua eqüestre.

Veio um médico degredado do Brasil, chamado Luís José de Figueiredo, e sabendo que o Marquês premiava os delatores de atentados contra a sua pessoa, denunciou o Pelle.

Foi o Juízo da Inconfidência o encarregado de instaurar o processo que deu em resultado a condenação à morte, mas processo organizado à sucapa, sem fundamento na culpa, sòmente para aterrar futuros conspiradores e justificar tôdas as medidas repressivas e tôda a tirania.

Dizem as *Memórias* que foi geral o protesto contra a condenação, contra a tortura, e contra a sua morte. Os considerandos da sentença, atrabiliários, forjados sem consistência e armados no ar, indignaram tôda a gente.

Pelle, genovês de nação, era um pobre homem, não sabia ler, nem escrever. Como podia êle introduzir a máquina incendiária na carruagem de estado, se ela devia explodir depois de um curto espaço de tempo e a carruagem estava sempre alojada numa casa fechada com chave especial que um criado de confiança guardava com cuidado e só em circunstâncias muito especiais de grande gala ela servia?

26 — Um rapaz católico baptizado na cidade do Pôrto passou à Holanda, onde, esquecido da sua religião, viveu protestante. Quando fêz 20 anos, voltou ao Pôrto onde governava o bispado o Bispo Deão de Vila Viçosa, João da Silva Ferreira, que o mandou prender. O Marquês soube e mandou aviso ao Bispo para o soltar. O Bispo fêz junta de teólogos e discutiu-se a opinião do Marquês de que o rapaz viera buscar a religião católica.

Foi o 2.º aviso de soltura e foi o 3.º para que o Bispo se apresentasse na Côrte. O Bispo fêz bem em morrer antes de aqui chegar.

Fr. Manuel de Penajoia, leitor de teologia em S. Francisco do Pôrto, presidiu a umas Conclusões que trataram do caso. Veio prêso para Lisboa e esteve em uma prisão subterrânea em casa do corregedor de Belém. Daqui fugiu

para Castela. Enganado pelo seu Geral foi prêso no Algarve, e depois em Lisboa, donde fugiu para Roma.

29 — A Intendência Geral da Polícia da Côrte e Reino fundada pelo Marquês de Pombal tinha latos poderes, mas êste era sempre ouvido em todos os assuntos de segurança pública. As *Memórias* falam de prisão por motivos vários, denúncias ou queixas feitas ao próprio Marquês e que êle resolvia, de repente, sem promover devassa nem ouvir os acusados:

— D. Manuel de Sousa, por desavenças com o Marquês quando êste estava em Viena de Áustria, prêso na Torre do Bugio e depois em S. Gião. Dizem que foi sepultado em Oeiras com os grilhões com que o prendiam!

— Sua mulher, a Princesa de Holstein, Mariana Leopoldina de Holstein, filha de Frederico Guilherme, Duque de Holstein, herdeiro da Noruega, e da Duquesa Maria Antónia Josefina de Sanfré, e avó do 1.º Duque de Palmela, prêsa na quinta de Belém.

— Bento de Moura, por ter dito que os Távoras haviam morrido inocentes, prêso no Forte de Belém, onde morreu.

— O Visconde Tomás da Silva Teles, por ter apresentado argumentos contra o tratado de limites assinado em Madrid, degredado para S. João da Foz do Douro e ali morreu.

— O cônego regente D. Paulo da Câmara, amigo do Duque de Aveiro, prêso no Forte de Pedrouços, ali morreu.

— Monsenhor São Payo, cheio de superstições, espalhava boatos de castigos divinos; faleceu no Convento de S. Bento.

— O moço dos guardas dos cárceres da Junqueira e um irmão, por levarem recados aos presos jesuitas, degredados para a África.

— O Conde de S. Lourenço, prêso no Forte da Junqueira. Tomava banho em um casco de vinho, sem tampa, porque lhe haviam recusado uma tina.

— 5 indivíduos, entre os quais o sacristão-mor de S. Domingos e que tinha a alcunha de O *Astrólogo*, por murmurarem contra o Marquês, para Angola,

— O coadjutor de Santa Catarina, pelo mesmo motivo, para Angola.

— Fr. António da Silveira, por indício de correspondência com franceses, prêso no Algarve. Traduziu um livro *Divertimentos militares*. Mandado para o Convento da Louzã. Fugiu para França. A enganar de um criado que o acompanhava, veio à raia do Algarve. Prêso 14 anos na Quinta das Vacas.

— Por frouxos motivos, o Conde da Ribeira, no Forte da Junqueira. Foi-lhe receitado o leite de burra, mas o Governador do Forte modificou a receita para leite de vaca, aguado.

— Um beneficiado e um frade Bernardo, presos na Inquisição.

— Manuel Pereira, moço de libré, conhecido pelo *Projeta de Leiria*, prêso no Limoeiro, no Forte da Junqueira, na Inquisição, doido para o hospital, morreu na cadeia do Castelo. Êle, quando prêso na Junqueira, teve sempre 3 mil réis diários. Êste auxílio era dado somente aos fidalgos presos porque, quem não o fôsse, só recebia 2 mil réis. Mas êle conseguiu aquêle auxílio, o que fazia desesperar o Marquês de Alorna, prêso também na Junqueira.

— Diogo de Sousa Mexia, do Conselho de El-Rei e da Real Fazenda, tinha correspondência *ilícita* com D. Mariana Bernarda de Sousa; desterrado para Tôrre de Moncorvo. Seu filho Bernardo havia livrado do incêndio resultante do terremoto de 1755 a Casa da Moeda onde estava de guarda. Por êsse motivo foi nomeado capitão; e seu pai, de Tôrre de Moncôrvo mandado para Tomar.

Mas, como tivesse ido para aqui o quartel general e nêle estivesse Mylord Tyrol e outros oficiais de grande patente que tiveram muita convivência com o Mexia, foi êste desterrado para outro lugar.

— João Simão Suchi, músico da Real Câmara e bem visto do Rei, namorou-se de uma Aça-fata, D. Maria Sebastiana, e pediu-a em casamento. Expulso do reino e esta para o Convento do Calvário, em Évora.

— A viúva de Domingos Pires Bandeira, não querendo sujeitar-se ao governo de um cunhado, mandada para o Convento de Marvila.

— D. Joaquina Josefa de Sousa Tavares, por incompatibilidades com o marido, para o mesmo Convento.

— Pelo mesmo motivo, para o de Odivelas, D. Maria Felicianã mulher de D. João de La Cueva.

— D. Francisca Forjaz, viúva do Póvoas do Lumiar, por intrigas dos filhos, para o de Santos.

— A mulher de Manuel António Pereira, por gostar de Manuel Inácio Ferreira, para o da Via Longa.

— A mulher de João Mendes da Costa, por ciúmes do marido, para o mesmo.

— A mulher de António José da Fonseca, tesoureiro da alfândega do Pôrto, por lhe ter batido, para o do Rato.

— Matias António de Sousa Lobato fêz conduzir duas enteadas ao de Santa Mónica.

— Manuel António Pinheiro da Câmara apaixonou-se por Maria da Piedade Dod, filha do protestante Teófilo Dod. Vendo que a não conseguia, sem a receber na igreja, falseou a cerimónia. Degredado para Angola.

— D. Dinis de Almada casou, por engano, com a proprietária de um officio de Feitor do Pescado e recebeu por isso a mercê do hábito de Cristo. Querelou do engano. Prêso no Limoeiro, condenado em quatro mil cruzados para a mulher, que foi casar com outro.

— D. Luís de Almada d'Antas da Cunha, alcoviteiro de sua mulher, para Tôrre de Moncôrvo.

— Joaquim José Velasco, tenente de infantaria, era casado com uma formosíssima dama. Certo official de secretaria de estado onde êle tinha uma pretensão, procurava-o muito. O marido desconfiou de tantas visitas e disse-lhe que não o procurasse mais. Poucos dias depois o marido era prêso num segrêdo da cadeia de Belém onde esteve sete meses, e quinze anos em Angola no presídio das Pedras Lavradas.

— Francisco de Paula Leite, para Angola, por querer casar com a filha herdeira de André de Sousa Pinheiro,

— Fernando Pereira Leite de Foyos e seu primo Fernando Leite, degredados para o Alentejo, por adultério.

30 — O Marquês, em Agosto de 1764, foi ao Convento de Telheiras. Teve logo denúncia de que o trombeta Francisco de Lemos havia preparado uma máquina de fogo para fazer voar a sua carruagem, quando se apeasse à porta de João de São Payo. Prêso o trombeta, confessou ser verdade, mas que fôra induzido. 4 anos em segrêdo, depois para o presídio das Pedras Negras.

(Compare-se o castigo dêste homem com o do Pelle. Êste negou sempre, nunca se provou o seu presumido intento e teve aquela afrontosa morte. O trombeta confessou e pouparam-lhe a vida).

— Dois frades do convento da Arrábida, *segredavam em voz alta*; degredados para o Algarve.

— Um frade capucho, estando no convento da Castanheira, recebeu uma carta do seu provincial que sòmente dizia: — *Sebastião José está muito doente e certamente não escapará*. Ambos presos e degredados para Angola.

— Um frade da Ordem de Cristo, tesoureiro da Conceição Velha, disse em um café da Rua dos Capelistas, no dia da morte de Francisco Xavier de Mendonça: — *Já lá vai este, falta o cabeleira*. Prêso e degredado para Aveiro.

— Dois eremitas de S. Paulo, presos na cadeia de Belém, um dêles degredado para Angola, o outro para o Algarve. Que diferença de desterros — porque aquêle escreveu ao outro uma carta, quando morreu Paulo de Carvalho: — *Já lá vai espadilha e manilha, falta o basto*.

— O advogado Francisco Xavier Catela, prêso por alegar contra os interêsses do Marquês, foi *restituído à liberdade*, junto da estátua equestre, na noite da inauguração.

— O advogado Plácido, pelo mesmo motivo, degredado para Angola.

— D. Rodrigo António de Noronha, general de infantaria, por divergência com o Conde de Lippe, suspenso do pôsto, degredado em Ourém, onde morreu.

— O Marechal Alexandre Palhares, governador da Praça de Almeida, quando os castelhanos a invadiram e já tinham aberto uma brecha nas muralhas, capitulou. Com mais de 80 anos, prêso no Limoeiro, onde morreu.

— José da Costa Carvalho, secretário do Govêno da Beira e Belchior Freire de Andrade, oficial subalterno, por se corresponderem com os castelhanos; presos, açoitados pelas ruas de Lisboa e degredados para Angola.

— Luís José Osório, coronel de cavalaria não pôde com 32 homens impedir a passagem dos castelhanos, prêso e enforcado em Lisboa. *Mais tarde foi declarada a sua inocência!*

31 — D. Maria Margarida de Melo e Lorena era marquesa de Abrantes pelo seu casamento com D. Joaquim de Sá Meneses e Almeida, 2.º marquês e 8.º conde de Penaguião.

Enviuvou e foi-lhe concedido o título de Duquesa de Abrantes. Pretendeu casar com um dos senhores de Palhavã. El-Rei D. José não aprovou. Lembrou-se então de D. João de Távora que era o mais gentil fidalgo daquele tempo.

Não obteve o real consentimento e foi-lhe insinuado o infante D. João, filho legitimado do infante D. Francisco, irmão de El-Rei D. João v.

Casada com êle, adoeceu e quis fazer testamento.

Consultado o seu advogado Francisco Xavier de Valadares, foi um criado velho da Casa Cadaval quem o escreveu, sendo aprovado pelo tabelião Agostinho de Sousa Pereira.

Aberto o testamento por sua morte, viu-se que havia instituído herdeiro da maior parte dos bens a um rapaz de poucos anos, filho de uma enteada do cirurgião Florindo António de Sousa, *porque o criou, o trouxe nos braços e por isso lhe teve muito amor.*

Outro legado, e êsse considerável e valioso, ao Convento da Madre de Deus.

Ao marido, nem uma de X.

Foram logo presos: o advogado, o escrevente, o tabelião e o cirurgião. Aquêles dois para Angola, o tabelião para fora de Lisboa, o cirurgião para a distância de 30 léguas e sobre o testamento instaurou-se processo.

(Processo que eu vi no Arquivo dos Feitos Findos, e não sei se devesse mais admirar a eloquência dos juriscultos que nêle intervieram, se a descrição das propriedades, dos objectos de arte, das preciosidades em ouro e prata que constituíam a magnificência da casa da Duquesa de Abrantes.

Seu marido, o Príncipe D. João, não tinha apelido algum de família, porque não era permitido tê-lo aos filhos bastardos de reis ou infantes, embora fôsem legitimados. Era tratado oficialmente por *Senhor D. João*. O povo chamava-lhe o Senhor D. João da Bemposta por habitar êste palácio real.

Foi conselheiro de estado de El-Rei D. José, mordomo-mor da Rainha D. Maria I e capitão-general das armadas reais e galeões).

32 — Por morte do Senhor de Melo ficaram um filho e uma filha. A viúva, D. Juliana, casou com o Senhor de Trofa.

Não cuidou da educação dos filhos, de sorte que o rapaz Estêvão frequentava tabernas e casas de má fama. A filha Teresa namorou-se de Agostinho Jansen Moller. A mãe dêste suplicou licença para o casamento, e não a obteve. Valeu-se de um estratagema: fêz com que a rapariga simulasse uma gravidez, com muitas baetas unidas ao ventre, para renovar o pedido de licença. Averiguados os factos, o Estêvão e o Moller degredados para Angola; a mãe Moller e a rapariga, para o Convento da Torreira e a mãe desta para o do Torrão.

33 — Abro aqui um parêntese na série das arbitrariedades pombalinas. O Marquês dava o exemplo aos seus subordinados na aplicação severa dos castigos e assim não é para admirar que um dêles fôsse um tirano como êle.

José Mascarenhas Pereira Coelho de Melo, desembargador da Casa da Suplicação, passou ao Pôrto como Escrivão de Alçada e aí praticou as maiores tiranias. Passou depois ao Rio-de-Janeiro onde continuou a praticá-las. O Marquês não gostou. Certamente, porque não queria rivais e ordenou que o Melo ficasse prêso na Ilha de Santa Catarina. O governador recebeu a ordem e aguardou que o Melo o procurasse para o prender. Quando se apresentou, disse-lhe o governador que esperava um prêso de importância e que fôsse êle escolher o cárcere para o tal prêso. O Melo escolheu o mais horroroso e então o governador disse-lhe que o prêso era êle e aí ficou para sempre!!

(Camilo Castelo Branco nega o caso de êle ter escolhido a sua prisão na Ilha de Santa Catarina e diz que êle foi prêso por outro motivo que eu não transcrevo por demasiado longo. O Principal Mendonça assegura o facto da prisão e que êle foi encarcerado pelas arbitrariedades cometidas no Pôrto e Rio-de-Janeiro).

34 — António Pedro, de Setúbal, forçou Josefa Teresa a casar com êle. A mulher protestou e como tinha bons protectores demandou o marido. O Marquês soube do caso, do processo e suas conseqüências.

Resultado: o Corregedor, riscado do serviço; o vigário geral, prêso no Aljube; o António Pedro, quatro padres, o prior, o médico, o escrivão, um letrado, o procurador e um outro indivíduo, todos presos no Aljube e no Limoeiro e daí para vários degredos.

— D. Luís de Sousa (Calhariz), degredado para Mértola. Aí morreu.

— A condessa dos Arcos, D. Antónia, vivendo pobremente, pediu uma esmola ao Núncio Conti. Prêsa para o Convento de Almoester, onde morreu.

— D. José Gomes de Meneses vivia pobremente e não regulava bem da cabeça. O Corregedor do Crime prendeu-o e êle teve artes de fugir para Castela. O Corregedor foi suspenso do serviço até completar a diligência de o prender em lugar seguro. Teve manhas de atrair o

Meneses à raia e, prendendo-o, conduziu-o ao hospital dos doidos, onde morreu.

— O conde de Pombeiro, a pedido de sua mulher, esteve prêso na Torre de Belém.

— D. Tomás de Noronha, a pedido do pai, igual destino.

— O Marquês de Fronteira tinha sempre uma gracinha a respeito de qualquer acontecimento. Disse uma, a respeito do Marquês, quando êste se recusou a pegar na vara de um pálio, por motivo de precedências; degredado para Gouveia.

— O 1.º Marquês de Alorna, vice-rei da Índia, chegando a Lisboa em 1751, esteve 4 anos sem ser admitido à presença do Rei. Na ocasião do terramoto teve a honra desejada, que pouco durou, por ser mandado invernar para as suas quintas de Santarém, onde morreu.

— O Conde de S. Miguel, governador dos Goyases; D. Antão de Almada, governador da Madeira, e outro governador Luís António de Sousa Botelho, não foram admitidos a beijar a real mão.

— João Correia Manuel, tanto intrigou, que sua mãe e 6 irmãs foram mandadas para o Convento de Santos, onde viveram pobres, *mas soberbas*.

— Manuel de Almeida de Sousa e Sá, enteado de João Almada, havia prometido casamento a uma mulher de Viséu. Intrigas do padrasto fizeram-no recolher no Aljube, onde morreu.

— Por motivos fúteis, as *Memórias* mencionam 187 pessoas condenadas para Caconda, Benguela, Pedras Negras e outros presídios de Angola.

35 — D. Vicente de Sousa, herdeiro das grandes casas de seu avô Roque Monteiro Paim, teve uma filha. O Marquês propô lo para Embaixador em França e a seu irmão D. Francisco Inocência para governador de Angola. Depois pediu-lhe a filha Isabel para casar com seu filho José Francisco Daun. D. Vicente consentiu, sem ouvir a vontade da menina que amava e se correspondia com D. Augusto de Sousa, filho de D. Manuel de Sousa. No entanto, Isabel,

para obedecer ao pai, casou com José Francisco, mas o casamento não foi consumado, porque ela teve a coragem de repelir o marido em todo o tempo da sua cohabitação.

O Marquês estranhou-lhe o seu modo de proceder, ameaçou-a, mas ela resistiu sempre. Foi encerrada no Convento de Santa Joana, onde a priora e as outras religiosas a desprezavam e a torturavam com *palavras contra a sua dignidade*.

O Marquês ordenou a nulidade do matrimónio e apesar da sentença não castigar a Isabel, foi ela encerrada num convento onde esteve até ao seu casamento com o Sousa.

36 — Aquêlê José Francisco Daun foi obrigado pelo pai a casar com a filha de Nuno de Lorena, D. Francisca de Paula de Populo.

O Nuno estava prêso no Forte da Junqueira. A espôsa, D. Maria da Silveira, consentiu, fiada em que a aliança desse algum alívio ao marido e que a execução que lhe faziam os filhos de seu pai, D. Brás da Silveira, tivesse alguma sanção a seu favor. Nesta parte assim aconteceu, mas seu marido, no próprio dia do casamento, teve a *costumada ração de bacalhau pôdre!*

(Brilhantes casamentos fêz o Marquês aos seus filhos. E noivos e noivas receberam valiosos presentes. E entre êstes, foram notados os de Fr. Manuel de Mendonça, Geral da Ordem de Cister, que não duvidou arrancar pedras preciosas das custódias e das imagens dos seus mosteiros! (Dizem as *Memórias*).

37 — A instituição da Companhia do Grão Pará e Maranhão não foi do agrado da Junta do Bem Comum, composta de homens de negócio da praça de Lisboa. Ela, querendo persuadir aos comerciantes que não fôsem accionistas, lembrou-se de pedir ao Padre Manuel Ballester, jesuíta, que fizesse um sermão sôbre o assunto, na festa do Espírito Santo que a Junta celebrava no dia do Orago.

O Padre disse do alto do púlpito que quem entrasse naquela Companhia *não entrava no céu*. Resultado: Todos

da junta e o padre, degredados para vários lugares do Reino, onde estiveram alguns meses.

38 — Por serem jesuítas, o Marquês ordenou que fôsem excluídos do calendário português Santo Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier e S. Francisco de Borja.

Em Gôa existem documentos que provam ter o Marquês ordenado que tôdas as preciosidades pertencentes a S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias, fôsem sequestradas e remetidas para Portugal em 19 caixas. D. Maria I ordenou que elas fôsem devolvidas à sua origem. (*Le Marquis de Pombal* par *Francisco Luis Gomes*).

39 — Foi criada a Companhia dos vinhos do Alto Douro que teria, pelo decreto, o monopólio de todo o comércio de vinhos, vinagres e aguardentes que se exportassem do Pôrto para o Brasil, e com outras regalias que eram contrárias aos interesses dos vinhateiros do Norte. Mais tarde, a Companhia obteve mais regalias que foram um golpe terrível para êles e que lançaram as províncias nortenhas e a cidade do Pôrto numa forte reacção contra a prepotência da Companhia, o que provocou uma sublevação contra ela.

Logo que o Marquês soube do movimento que havia rebentado na própria cidade do Pôrto, ordenou que o Desembargador João Pedro de Mascarenhas organizasse uma devassa e fizesse processo sumário.

Resultado: 478 indivíduos foram julgados culpados; 21 homens e 5 mulheres condenados à morte, tendo-se salvo uma porque estava grávida; 3 homens e 1 mulher para Angola; 8 homens e 9 mulheres açoitados e degredados; 9 homens para Mazagão; 9 mulheres para Castro Marim; 26 homens e 5 mulheres para a África; 4 homens para a Índia; rapazes condenados a presenciar os açoites infligidos e o resto encerrado em várias prisões. Entre os presos, havia garotos de 5, 9 e 10 anos.

40 — Pedro António Correia Garção, o fundador da Academia Ulissiponense, o mavioso poeta da *Cantata de Dido*, prêso no Limoeiro desde Abril a Novembro de 1772. E porquê? Ninguém soube, nem êle mesmo.

Camilo Castelo Branco dá uma explicação: os amores dêle com uma menina vizinha, filha do general intendente da artilharia Francisco Mc Clean, e uma carta que lhe escreveu, propondo-lhe a fuga, estando ela já em adiantada gravidez. Outro aventa que uns artigos que êle publicou, na *Gazeta de Lisboa*, tivessem desagradado ao Marquês. Outros apresentam outras hipóteses. E fôsse por que fôsse, foi prêso no Limoeiro e ficaria prêso eternamente, se a mulher legítima não tivesse pedido, com muitas lágrimas e repetidas instâncias, a libertação do marido.

Assim aconteceu, mas a ordem de soltura chegou ao cárcere *algumas horas depois de o saberem morto*.

A sua veia poética não esmoreceu entre as grades e daqui dirigiu a António Dinis da Cruz e Silva, o poeta do *Hissope*, êste soneto:

Quinze vezes a aurora tem rompido,
E acendi outras tantas a candeia,
Desde que prêso estou nesta cadeia,
Sofrendo o que nenhum cá tem sofrido.

De todo trago o estômago perdido,
Como frio o jantar, mal quente a ceia,
E êste mísero ornato que me arreia,
De noite é cama, de manhã vestido.

A um canto da bôca arrumo um dedo,
Subo os olhos ao teto, ao chão os mando,
Sem saber o que faço me arremedo,

Comigo mesmo estou filosofando,
Nego os mesmos princípios que concedo,
Vê tu, meu bom Dinis, qual louco eu ando.

41 — Um amigo de Diogo de Mendonça, de apelido Toscano, *por suspeita* de querer atentar contra a vida do Marquês, prêso no Forte da Junqueira, onde o mataram.

42 — O 2.º Marquês de Alorna vivia na sua casa, feliz e contente. Tinha 25 anos e achava-se nomeado embaixador em França. Possivelmente, por ser amigo dos Távoras,

foi prêso e metido no Forte da Junqueira, onde esteve 19 anos.

O seu cárcere era pequeno e perto de um cano onde iam as imundices. Para se deitar, teve de fazer uma cama com duas portas velhas sôbre 3 barrotes. O que sofreu durante aquêles 19 anos, di-lo êle num manuscrito que deixou, escrito com vinagre onde diluiu a tinta dos pés das duas cadeiras que havia no cárcere e que, com o título *As prisões da Junqueira*, foi publicado por José de Sousa Amado.

Conta êle, entre outras inauditas cousas, que o desembargador governador do Forte tinha uma irmã que dizia aos presos que se queixavam do cruel passadio: — *Os presos não estão aqui para se regalarem mas sim para serem mortificados.*

A Marquesa e as filhas foram mandadas para o Convento de Chelas.

43 — Bento de Moura Portugal, sábio matemático, perito na mecânica e na hidráulica. Em 1741, D. João v comissionou-o para estudar no estrangeiro os arsenais húngaros. Em 1761, encerrado no Forte da Junqueira, onde esteve 16 anos, por ter falado na inocência dos Távoras e dos padres da Companhia.

Estando doente, o físico Manuel Terra tratou-o por você, ao que êle redarguiu ter hábito de Cristo e fôro de moço fidalgo.

(Neste capítulo se completa o que se disse no n.º 29 desta Relação).

44 — Belchior da Fonseca Freire tirou uma cópia de um pasquim pregado numa parede de Lisboa.

O pasquim era assim concebido:

Diz o Marquês a El-Rei: Tu estás em cima de mim?

Responde o Rei: Sim.

Responde o Marquês: Pois eu hei-de ser eterno.

Responde o Rei: Pois eu hei-de ir para o inferno. Lá espero por ti.

Denunciado no dia 2 de Julho de 1771, metido no segrêdo de Belém, e bem açoitado, foi por fim degredado.

44 — E para concluir êste sudário de misérias que definem uma época e que mancham a reputação de um homem para o qual não havia nem indulgência, nem misericórdia, nem caridade, que dominassem o seu espírito, fazendo dêle um tirano, um déspota, um homem de pêlos no coração, esta:

O Marquês estava gravemente doente. A família mandou deitar aveia na calçada da Rua Formosa, para amaciar o barulho causado pelas pesadas viaturas daquele tempo e que poderia incomodá-lo.

O Padre Manuel da Arrifana, vergando ao pêso dos seus 85 anos, mas ainda dizendo missa em algumas casas fidalgas onde o benqueriam e favoreciam, querendo passar pela calçada, perguntou a razão de tal aparato de aveia espalhada.

Disseram-lhe que o Marquês adoecera e era para evitar o barulho do trânsito. E êle, descalçou os sapatos e atravessou a rua com todo o cuidado.

O Marquês soube do caso e podendo levá-lo à conta de um traço de fino espírito ou de excesso de discernimento, ordenou o destêrro do padre para Aveiro!!!

Além das obras citadas no decurso dêste artigo, foi consultada a seguinte: *Les prisons du Marquis de Pombal, 1759-1777. Journal du Père Anselme Eckart, publié par A. Carayon. Paris, 1865.*

A citação de E. Vilhena de Moraes refere-se à sua obra *Elenco das publicações e documentos originais ou em reprodução do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 1941;* donde foi tirada a Carta Régia que acompanhou José Seabra da Silva no destêrro.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

A OBRA E O ESPÍRITO DE DANTE

Se Camões, em regra, só é conhecido como poeta glorioso e portentoso, criador dos *Lusíadas*, maior vantagem não logra Dante, visto que apenas está divulgado poeticamente como peregrino e olímpico autor da *Divina Comédia*. Esta noção limitada não basta, na verdade, para o justo e apropriado conhecimento do valor social e mental dessas eminentes figuras da literatura europeia e da influência que a sua obra completa operou na vida intelectual de Portugal e da Itália.

Não basta, efectivamente, pois não só deixaram outras composições literárias, como relevante e fecundo para a expansão e para o realçamento dos respectivos génios nacionais foi o sentido espiritual das mesmas.

Portanto, mui de louvar são sempre quaisquer iniciativas e desvelos tendentes a explicar, a difundir e anotar, já os elementos biográficos dêsses magnos intelectuais, dêsses heróis, relacionados com os dos ambientes em que viveram, já os das obras escritas e os da sua projecção na vida literária e social dos dois povos latinos e na civilização europeia, tanto coeva dos poetas como posterior. Mui de louvar, sim, mercê de constituírem bom serviço de inteligência e de patriotismo.

Já no século XVIII a renovação do culto de Dante foi uma das fontes primaciais e prolíficas do ressurgimento nacional italiano, ao qual fortaleceram as doutrinas político-sociais da revolução francesa de 1789 e o regresso ao convívio das tradições nacionais, determinado pelo abandono da cultura gaulesa, que activamente avassalara e estrangei-

rara a Itália. De 1830 a 70, época vivaz do *Risorgimento* (1), publicaram-se bastas dezenas de edições da *Divina Comédia*. Isso concorreu grandemente para se formar, pelo espírito, uma Itália nacional, antes de ela se organizar como Estado. Foram *Os Lusíadas*, também, um dos maiores incentivos morais da gloriosa restauração da independência de Portugal, o radiante e ardente facho que iluminou a consciência pátria no esforço de repelir o domínio castelhano.

Por muito que valham as fôrças da matéria, sempre às do espírito, da cultura e da inteligência, cumpre guiar e salvar o destino dos povos e dos homens. Quando não, apesar dos fenomenais progressos da mecânica e da ciência, a personalidade humana tenderá a corromper-se e a dissolver-se, como bem afirmou Alexis Carrel (2).

(1) Embora profundamente nacionalistas, como sonho, bem querido, julgaram a unificação italiana o marquês de Azeglio (Maximo Tapparelli, 1796-1866) e Cesar Balbo (1789-1853), ambos notáveis estadistas.

Tem-se dito que Machiavel (1469-1527), apesar de apologista dos governos despóticos e de inimigo das tiranias locais, motejou da possível unidade italiana. Bastará, parece, lembrar este passo de *O Príncipe* (cap. 24), a fim de se demonstrar o êrro de tal assêrto: *Considerato, adunque, tutte le cose di sopra discorse e pensando meco medesimo se in Italia, al presente, correvano tempi da onorare un nuovo principe, e se ci era materia che dessi occasione a uno prudente e virtuoso di introdurvi forma che facessi onore a lui e bene alla università delli uomini di quella, mi pare, corrino tante cose in beneficio d'uno principe nuovo, che io non so qual mai tempo fussi piú atto a questo.*

(2) *Nem a técnica nem a ciência constituem em si cultura* — justa e sã opinião do Dr. João Pôrto, mestre universitário coimbrão.

A estas boas palavras adequam-se as de Albert Mousset, que dêste modo nos ensinam: *A vida moral de um povo depende de factores diferentes do avanço da química e da mecânica; é função das classes superiores e da disciplina das massas.*

O progresso e a civilização não andam a par. O progresso da técnica moderna não tem como digno objectivo o melhorar a raça humana. Um motor de avião não é de per si instrumento de civilização, como provam os bombardeamentos aéreos. O mecanismo mais engenhoso não contém qualquer disposição para tornar o homem mais justo ou mais benévolo.

Dante não foi só o poeta da *Comédia do Inferno*, do *Purgatório* e do *Paraíso*, uma imponente e belíssima trilogia, a que em Portugal corresponde, salvante as devidas proporções, a das *Barcas*, de Gil Vicente, qualificada pelo subtil e nobre espírito de Afonso Lopes Vieira como *Divina Comédia do Ocidente*.

Daquela forma baptizou êle a sua obra primacial, escrita entre as amarguras do exílio. O consenso do público, depois, classificou-a de divina, por efeito da sublimada elevação do poema, repleto de magníficas e belas imagens a par de expressões geniais, trecheio de pensamentos profundos e argutos, de passos grandiloquentes e patéticos; nela, por vezes, manifesta-se alguma especulação metafísica, devida a preocupar-se Dante com a teoria do mundo e a finalidade humana. Unge-a uma eterna beleza, a qual sempre rutila nas obras em que se harmonizam as idéias e a forma expressiva.

Na *Divina Comédia*, livro maravilhoso e original⁽¹⁾, de cunhos alegóricos⁽²⁾ — em que se reflecte a consciência católica medieval —, inclue-se tôda a ciência do tempo, a alma inteira e todo o pensamento da Idade Média⁽³⁾, que

(1) Pode julgar-se como original, a despeito de versar um tema já explorado na *Eneida* (livro VI) por Virgílio e êsse foi o da descida de Eneas aos infernos. É oportuno recordar, ainda, o seguinte facto: Em Florença, no 1.º de Maio de 1304, os habitantes do burgo de San Priano convocaram a juntar-se na ponte de Carraia, sôbre o Arno, os que quisessem obter novas do outro mundo. Ao povo aí reunido um espectáculo horripilante e macabro se ofereceu, o da figuração de todos os suplícios do inferno, applicados por demónios horríficos às almas condenadas e precitas (homens e mulheres nus), cujos brados, uivos e contorsões completavam a ilusão.

(2) A alegoria, na Idade Média, era uma forma literária generalizada. No entanto, na *Divina Comédia* — onde maior amplitude lhe determinaria o íntimo enlêvo da fé cristã de Dante — à metafísica e à teoria dos factos ou criacionista a ligou o autor.

(3) A *Divina Comédia* é um poema de complexo religioso, filosófico, histórico e político, e nêle se entrechocam os vícios e virtudes, gozos e dores, paixões, idéias, crenças e costumes, doutrinas

faciosa e bruta mente foi caluniada e definida como era de trevas, de negrume espiritual, apesar de haver sido, como bem a julgou Montalembert, *l'âge héroïque de la société chrétienne um dos mais luminosos períodos da história*, segundo o voto do Dr. João Barreira, esteta delicado e artista. Tal enciclopedismo — também revelado por Camões nos *Lusiadas* — emanou da vasta capacidade cultural de Dante, versado na história, na matemática e filosofia, na teologia e literatura, na música, nas ciências naturais e na astronomia. Em todos os seus livros — em que à imaginação exuberante e ardente se aliava um juízo metódico, erudito e lúcido — o deixou largamente assinalado. Com efeito, o conhecimento universal dêsse Homero cristão (assim alguém o qualificou em preito à magnitude do seu génio ideativo e expressivo e à sua cultura) já nos versos

e controvérsias — tudo aquilo, enfim, por que se patenteia e define a estrutura individual e social do homem, com os altos da grandeza e os baixos da inferioridade. Nas suas viagens alegóricas e místicas visões reflectem-se os maiores acontecimentos da vida italiana; e se nêle a pátria como realidade não se ostenta, no alvor da esperança a mesma radia e avulta.

Êsse vastíssimo quadro panorâmico — realizado com vigoroso estilo e admirável sentido pictórico (embora algo prejudicados por duas máculas: a das prolongadas discussões teológicas e a da promiscuidade das citações bíblicas e mitológicas, além da invenção anómala da dança dos astros, em manifestação de júbilo) — não emanou de uma inspiração subjectiva, de espontânea e íntima elaboração, mas das idéias e dos factos ambientais da época dantesca. O assunto, na verdade, é de carácter social, ainda que nêle se envolvam os sentimentos políticos, religiosos e morais do homem. Caso análogo foi o de Camões, a quem inspiraram o deslumbramento e a maravilha das navegações e descobertas. Cada época da vida humana tem a sua feição peculiar, e homem de génio é o que sabe e pode representá-las com sublimidade espiritual e excelência plástica. Segundo uma engenhosa e amena interpretação, essa trilogia correspondeu a três fases capitais da vida de Dante: juventude e amor a Beatriz (Céu), participação no govêrno de Florença e lutas partidárias (Purgatório), exílio (Inferno).

da *Vita Nuova*, escritos cêrca dos 25 anos, se manifestava (1). Como tipo de poesia idealista se distinguíam êles, nos quais, em singular dualismo de formas ideais e reais, deixava a singela história do seu puro amor de alma, dos seus infortúnios amorosos com Beatriz (2), *angiola gentilíssima*, constituída em símbolo da teologia.

Nada, porém, havia de anti-patriótico no espírito ecumênico de Dante, bem representado pela confissão de o mundo ser a sua pátria. Assim era como âmbito de curiosidade intelectual e assim foi para os homens da Renascença. Não valia como desarraigamento do solo natal, como renúncia ao agregado étnico. Logo, a simples leitura não basta para cabalmente se perceber a obra dantesca, porque nem todos são eruditos. O mesmo acontece com *Os Lusíadas*, com todos os grandes poemas da civilização europeia e da oriental, a cuja leitura prestam bons benefícios o comentário apropriado, a clara explicação, a exegese límpida e proficiente. Quem se devota a essa árdua tarefa bom amigo da cultura literária se evidencia.

Dante — filho espiritual de S. Francisco, tal como Giotto e S. Tomás —, porém, não foi só o preclaríssimo poeta da *Divina Comédia*, da *Vita Nuova*, do *Banquete* ou *Convívio Amoroso* (onde novamente surge Beatriz, na figura alegórica da divina filosofia), mas, ainda, o criador da língua italiana, um dos maiores e mais ardorosos patriotas da Itália, o precursor de reformas político-sociais e religiosas, homem de celsa dignidade moral e nobreza de alma. Vivia tanto pelas realidades terrenas, pelos sentidos, como anagògicamente; se no trato social consumia veementes e largas actividades, profundamente se absorvia também na contemplação interior. De maneira intensiva e flagrante

(1) O compositor italiano Ermanno Wolf-Ferrari, nascido em 1876, escreveu uma obra coral baseada na *Vita Nuova*.

(2) Beatriz Portinari morreu em 1290. Dante viveu desde 1265 a 1321.

essa dualidade mental se venceu na sua obra poética, na qual muito aproveitou das belas e opulentas imagens e tradições da literatura hebraica.

Inveterado e deplorável costume literário da época era o de se escrever em latim, com menoscabo da harmoniosa língua toscana, da linguagem popular, que os doutos e letrados como bárbara desdenhavam. O acto valia, pois, como demonstração de superioridade intelectual.

Ora Dante usou a língua materna em a maioria dos seus livros (do caos assim a libertando), entre os quais a *Divina Comédia* ⁽¹⁾ a *Vita Nuova*, e dessa maneira plenamente evidenciou elevado e firme espírito de patriota. Essas obras, encomiadas e julgadas como notáveis e seguros primórdios da língua culta da Itália (de precioso valor também são como documentos estéticos e filológicos), concorreram viva e profundamente tanto para a criação da nacionalidade — cujo maior e melhor fundamento é o de uma língua própria — como para a da literatura italiana, visto a eliminação dos dialectos regionais e do latim fecundar a unidade espiritual do povo. Decerto, Jacopone, o admirável poeta dos hinos e laudes em toscano, antecessor de Dante, rasgou-lhe e preparou-lhe a luminosa via de fixação da língua pátria.

Isso, todavia, não influi para minorar o brioso feito do heróico florentino, o qual, demais, no livro *De Vulgari Eloquentia*, em vários capítulos se ocupou da linguagem literária italiana e sôbre ela expendeu algumas idéias, o que lhe concede a prioridade dos tratadistas pedagógicos italianos. Deve lembrar-se, ainda, outra prioridade sua, qual foi a de aplicar na poesia o sentimento exacto e claro da beleza exterior, que tardiamente revelaram outros escritores.

Pujante e radicado sentimento nacionalista, aspirações

(1) Julga-se que em latim, no princípio, tentou escrevê-la. Se tivera cedido ao gosto da moda, o poema seria um *belo cadáver embalsamado*.

galhardas e fervorosas de pátria una e real, nos actos e livros de Dante fulguraram distintamente. Não são legítimas quaisquer dúvidas, movidas pelo facto das suas malavenças como os guelfos negros e pelo de patrocinar o restauro do sacro império romano, que determinaram o seu iníquo e tormentoso banimento de Florença (a dois amores, Beatriz e Florença, consagrou Dante o coração e ambos o repeliram), redimido, após a morte, por exaltada e enlevada glorificação. Pela voz de Byron diria êle: *É da sorte dos espiritos da minha ordem o serem torturados durante a vida, o gastarem o coração, consumirem os dias em lutas sem fim e morrerem sós.* Tal procedimento, na verdade, foi apreciado como anti-patriótico. Muito mal, muito injustamente assim o avaliaram. Não admira, pois que ao desvairo das paixões políticas e religiosas não se opõem barreiras intransponíveis.

Dante — o homem que vem do inferno, como às crianças e mulheres o apontavam, ao passar nas ruas a sua máscara cesariana, relevada pela leonina garra do nariz — não era cidadão de Florença mas da Itália. Assim, lógico e natural seria nutrir afervoradamente o empenho da sua unidade política.

Com a hegemonia pontifícia e a desagregação peninsular, o effectuá-la tornava-se impossível. Estava o remédio no império e êsse quis aproveitar o nobre patriota. Já no livro *De Monarchia* expendera as suas idéias de natureza política e sôbre as relações do império com o papado. Embora collocasse os dois à mesma altura, o primeiro devia estar à frente do segundo; a autoridade real não devia subordinar-se à do papa. Na dita obra não eliminou nem dedignou o poder da tiara; no entanto, ao de Henrique VII cumpria o sobrelevá-lo. Em Roma poderia governar o pontífice desde que César nela imperasse. Volvidos alguns séculos, a Pio VII declarou Napoleão: *Vossa Santidade é o soberano de Roma e eu sou o imperador.*

Cabe, no ensejo, lembrar o facto medular, dominante, na vida gregária do século XIII, formado pela opposição de duas idéias: uma de feição espiritual, estabelecia a priori-

dade da Igreja e do Papa, a outra, só temporal, reclamava a do Estado e do Imperador. Não era nem natural nem justo que a Igreja se envolvesse em lutas políticas afim de adquirir o govêrno secular dos povos e de fruir e reger as temporalidades, confundindo César e Cristo, a Espada e a Tiara. Êste corrompimento das funções religiosas por Dante foi verberado nos seus colóquios espirituais.

No destêrro mais o sentimento nacionalista se lhe aviventou, maiores alentos lhe transmitiu o anelo da renovação da fórmula imperial, que em Florença (1), no rábido antagonismo declarado à volta de 1300 entre os guelfos brancos e os negros (2), duras moléstias lhe causou. Eis o que o moveu a desejar e a pedir a Henrique VII que invadissem a Itália, jardim do império, afim de nela restabelecer a ordem política.

Eis pelo que, ao em Roma entrar o imperador com as suas tropas (1310), uma carta aos reis, príncipes e cidades da Itália dirigiu êsse Orfeu do catolicismo (como alguém o denominou), fecunda e entusiastamente saüdando a nova política e recomendando a obediência ao monarca. Tais cartas julgaram-se como acto abominável de vindicta e falhas de patriotismo, quando, na realidade, eram como o lábaro altivo e magnífico da unidade nacional. Na sua ligação com o César germânico não houve renegamento da fé patriótica, não houve opugnação à autoridade pontifical, embora combatesse pela liberdade religiosa e de consciência.

Potente e perdurável resistência levantou Florença

(1) O foco principal das lutas, em combustão vulcânica.

(2) O partido dos guelfos brancos (Bianchi) era o moderado; inclinava-se para os gibelinos e queria o império. Dante nêle se enquadrava. O dos guelfos negros (Neri) era o violento e preconizava o jugo pontifical. Ambos, afinal, se iludiam. A unidade italiana, digna e perfeita, só poderia efectuar-se por meio do sentimento nacional. Portanto, em criá-lo e propagá-lo todos deviam empenhar-se. Não compreenderam isso e degladiaram-se em dissensões brutais e infecundas.

ao decidido acometimento de Henrique VII. Com a morte dêste, sucedida em 1313, malgrado ficou o empenho de Dante e mui se retardou a hora da unificação italiana.

Nós, portugueses, não devemos olvidar o preito rendido por êsse herói a um dos nossos, o célebre médico e filósofo na história conhecido pelo nome de Petrus Lusitanus, Petrus Hispanus, Petrus Portucalensius, o qual foi o papa João XXI, nos seus versos memorado como um dos maiores doutores da época.

Dois portugueses, realmente, encheram de magno prestígio a vida intelectual e moral do século XII: o dito Pedro Julião e Santo António de Lisboa, falecido em Pádua. Grande influência no mundo medieval exerceu o primeiro com as *Summas Aristotélicas* ou *Summulae Logicales*, que muito esplendor ministraram à metafísica e serviram para o estudo das Artes, até ao século XVI, nas universidades europeias. Referiu-se-lhe, num dos seus cantares, Afonso X de Castela, o Sábio. Da ampla e avassaladora influência do *Lume da Igreja*, de Santo António, o algo mencionar seria uma redundância. Basta lembrar-lhe o nome.

Portanto, nenhuma canceira gasta em divulgar os primores estéticos e os valores do ideário dantesco valem uma superfluidez. Zelos desta índole, afans dêste género, adequados a esclarecer e difundir todos os aspectos do génio dos heróis nacionais — Camões, Dante, Shakespeare, Vitor Hugo, Dostoiewsky, Cervantes —, são muito apreciáveis, louváveis e beneméritos, pelo que servem a vida intelectual e contribuem para a sua expansão.

Que o espírito de Dante seja guia, amparo e incentivo do povo italiano em a rota da civilização europeia, promovida e fecundada pela mais grandiosa, mais gloriosa e mais bela floração do espírito humano: a Latinidade.

CARLOS DE PASSOS

SÍNTESE DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

Poderíamos condensar em quatro postulados a orientação tradicional da diplomacia brasileira: o *uti possidetis*, como título primordial de domínio, na falta de direito convencional; o *arbitramento*, como solução de conflitos; o *pan-americanismo* como directriz política continental, e a *igualdade jurídica das nações* como fundamento da convivência e da paz dos povos.

A êsses princípios deve o Brasil a maior parcela da sua grandeza territorial, a configuração de suas fronteiras, a substituição das guerras pela conciliação diplomática e o respeito dos demais países.

E o que mais impressiona na diplomacia brasileira é a sua continuidade através dos tempos e a sua inalterável coerência. Sempre fiel ao seu idealismo e a si mesma, vem orientando os destinos nacionais nos seus quatro séculos de História. Clara em seus meios, definida em seus fins, sagrada em suas tradições.

O Brasil Colônia foi a era da conquista, da expansão territorial, do heroísmo das bandeiras e da vitória sobre a geografia. Foi a era em que o Brasil, na expressão de um historiador argentino, «espalhou-se como uma mancha de óleo em pergaminho, vagarosa mas seguramente, através as permeabilidades do mapa continental», até ocupar cerca de metade da América do Sul.

A linha de Tordesilhas capitulou ante a energia dos bandeirantes que, atraídos pelas miragens do El-Dorado e pelas riquezas do Potosi, empurraram para os lados do Pacífico as fronteiras do Brasil. O idealismo, a cobiça, o

espírito de aventura davam ao país um novo e vasto contorno geográfico.

Cabia, porém, legalizar estas imensas aquisições territoriais, integrá-las no património nacional, dar-lhes títulos jurídicos. Foi a tarefa de Alexandre de Gusmão. Com habilidade excepcional, o precursor da diplomacia brasileira consagrou, no Tratado de Madrid, de 1750, a concepção admirável do *uti-possidetis*, transplantado do direito civil para o direito internacional. Cada Estado conservaria os territórios cuja posse efectiva mantivesse no momento, com excepção apenas das concessões feitas no texto do Tratado. Recebiam, assim, sanção jurídica as proezas do bandeirismo.

Nesse mesmo tratado, Alexandre de Gusmão sagrou-se um dos mais legítimos precursores da doutrina de Monroe. Fêz constar, em um dos seus artigos: «Em caso de guerra entre as duas Coroas, que se conservem em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a América meridional, vivendo uns e outros como se tal guerra não existisse entre os soberanos, sem entrarem na menor hostilidade, seja por si sós ou juntamente com seus aliados.»

Êsses dois princípios: o *uti-possidetis* e a subtracção do Continente às lutas europeias, seriam, graças ao Brasil, os alicerces da configuração geográfica e política da América.

*

Fim do século XVIII. Em Paris, ruíam sob as picaretas do populacho enfurecido, as oito grandes tórres da Bastilha. E uma assembléa de filósofos ameaçava subverter o mundo gesticulando as suas doutrinas desvairadas. Enquanto se trucidava a dinastia, a Igreja naufragava nos horrendos sacrilégios da missa negra.

Pouco depois, Napoleão desaba sôbre o continente. Era o caos que engendrava o tufão. Nada resiste ao ímpeto de suas cargas e às correrias loucas dos seus granadeiros.

Fronteiras e tronos seculares desaparecem diante das coroadas do aventureiro, que leva de vencida todo um mundo.

E êsses acontecimentos influiriam decisivamente nos destinos do Brasil. Premido pelas ameaças do Corso, D. João VI resolveu mudar Portugal para o Brasil. Empacotou tôdas as peças da máquina administrativa da monarquia, alojou-as no fundo de navios e fêz-se ao mar, rumo à América, com mais de 15.000 acompanhantes.

Não tardaram, dêsse modo, a desembarcar no cais do Rio, em canastras e baús, os arquivos da política exterior de Portugal, os segredos da diplomacia bragantina.

Foi assim que o Brasil, ainda Colônia, teve instalado, em seu território, um Ministério de Estrangeiros.

Sob o sol dos trópicos, o bambo, lerdo e sonolento Bragança torna-se activo, desembaraçado, afoito, imperial. Declara guerra ao tirano da Europa, invade a Guiana, instala Lécór em Montevidéu e põe suas vanguardas à vista de Buenos Aires.

No interior, ninguém o supera em sua faina de administração progressista. Com a sua presença e seu zêlo, transforma a obscura Colônia em uma grande pátria. Logo de início, desafoga o comércio com a providencial abertura dos portos. Em seguida, estabelece o ensino superior: colégios de cirurgia e medicina, no Rio e na Baía; uma academia de cadetes de marinha, outra de guerra, uma de comércio. Depois, a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Museu Nacional, Escola de Belas Artes, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, os tribunais supremos de justiça. Todos os empecilhos à actividade económica da nação, leis e regulamentos, alvarás ou ordenações foram desaparecendo, acutilados pelo ardor construtivo do monarca.

Estava resolvido a não deixar mais o Brasil. Já não podia afastar-se das árvores amigas de S. Cristóvão, da fazenda dos macacos, dos verões em Paquetá, das estradas ensolaradas de Catumbí e da Praínha.

Resolveu-se, por isso, a proclamar a independência do Brasil elevando-o à categoria de reino-unido ao de Portu-

gal e Algarves, em Dezembro de 1815. O Brasil deixava de ser colónia e as potências da Europa, reunidas em Viena, reconheceram-lhe o novo *status*.

A tutela inglesa, porém, incomodava seriamente D. João. Wellington varrera de Portugal os granadeiros de Napoleão e a Inglaterra impunha, como preço de seus serviços, além de tratado de comércio de 1810, uma importuna intromissão nos negócios da monarquia. E D. João imaginou logo uma aliança com a Áustria, o que viria contrabalançar a influência inglesa e restituir-lhe a antiga liberdade de movimentos, tantas vezes peada pelos aliados britânicos, preciosos na guerra porém incómodos na paz.

Movidos os cordéis da sua diplomacia, D. João conseguiu obter a mão de uma das filhas de Francisco I para o seu primogénito, D. Pedro. A Áustria, pensou, era influente e poderosa, era o centro da Santa Aliança dos reis.

Mas Portugal não lhe ficava a dever. Sim, a coroa dos Braganças assentava sobre o império mais rico e opulento da terra. Deslumbraria Viena com o ouro e os diamantes do Brasil, levados por uma Embaixada cujo fausto encheria de pasmo as côrtes do Velho Continente.

De facto, a entrada oficial de Marialva, o seu casamento, na capital austríaca, com a «comitiva de um sultão e a pompa de um pontífice», constituiu um espectáculo digno dos mais sumptuosos contos orientais. Viena inteira se debruçou nas janelas e se acotovelou nas calçadas para assistir à procissão majestosa. Até o Imperador, a Imperatriz e D. Leopoldina se transportaram para a casa do conde do Althan próxima à porta da Carinthia, para não perderem um só detalhe do cortejo monumental.

Abriam caminho dois solenes archeiros a cavalo. Desfilavam, a seguir, as carruagens dos ministros, conselheiros de Estado e camaristas do paço, oito príncipes e nove condes, tôdas elas guardadas por criados a pé, vestidos de aparatosas librés. Vinham, depois, Navarro, o mestre de cerimónias de Marialva e o gentil-homem que acompanhava o conde de Wilschek.

Só então surgia o côche do embaixador, precedido e acompanhado pela sua luzida criadagem, composta de pagens, estribeiros, furriéis, volantes, guarda-roupas e oficiais da sua casa, « todos com fardas esplendentes e montando ginetes revestidos de telizes de ouro carmezim, onde se destacava o desenho das armas dos Meneses Coutinhos ».

Fechavam o préstito os côches dos embaixadores de Espanha, Inglaterra e França e mais duas carruagens de Marialva, primorosamente revestidas de vistosos ouropéis.

E pudera, assim, o orgulhoso marquês informar ao seu rei, com razão: « Ainda não se havia visto em Viena uma tão aparatosa Embaixada »...

*

No dia seguinte, 18 de Fevereiro de 1817, realizou-se o pedido da mão de D. Leopoldina, de acôrdo com os complicados detalhes do cerimonial da côrte.

Sob um rico docel, fardado de feld-marechal-general, Francisco I aguardava o enviado de D. João. Trocadas as saudações de estilo, proferiu o marquês o competente discurso, e escutou, encantado, o assentimento imperial.

De acôrdo com a etiqueta, foi chamada a princesa, para confirmar, de viva voz e por escrito, o consentimento paterno. Conversaram sôbre D. Pedro. Foram eleqüentes as referências às « virtudes morais do augusto noivo ». Marialva, confirmando tudo com seu sorriso fidalgo, certamente se lembrava dos amáveis passatempos do já irrequieto herdeiro, que se iniciava, valentemente, nas doçuras do amor, através de tôdas as modistas francesas da rua do Ouvidor...

*

O Marquês, mais do que ninguém, soube utilizar-se da autorização que lhe chegara do Rio-de-Janeiro, para sacar tôdas as somas necessárias.

Dêsse modo, em presentes e festas, o requintado diplomata conseguiu gastar mais de um milhão de florins, quantia notável para a época, além de cento e seis contos, de sua fortuna pessoal.

Do Rio foram « várias jóias e ricas veneras das Ordens honoríficas por distribuir, avaliadas em 5.800 libras esterlinas, 167 diamantes no valor de 6.873 libras para serem aplicados nas que tivessem de ser feitas na Europa, e mais 17 barras de ouro, valendo 1.100 libras esterlinas, destinadas a algumas pessoas muito mais agradadas dessa dádiva que de outras de mera aplicação ornamental ».

Metternich foi brindado com um medalhão e uma caixa, com o retrato de El-Rei, no valor de 14:400\$000, além da grã-cruz de Cristo, com placa de brilhantes. E seu lugar-tenente, Hedelist, além da comenda da mesma Ordem, teve um presente avaliado em 1.000 ducados.

O sacerdote que celebrou a cerimónia dos esponsais recebeu uma cruz peitoral no valor de 1.200 libras. E não era só. Deu Marialva, em dinheiro ou em jóias, dois mil ducados ao príncipe de Trauttmansdorf, mil ao secretário do imperador, mil ao conde de Edling, mil à Condessa de Kinbourg, mil à Condessa de Lazansky, e presentes a mancheias aos oficiais da Chancelaria, camaristas, damas da côrte, médicos, capelães, cozinheiros, açafatas, retretas, pagens, funcionários de tôdas as categorias. Eram relógios com correntes de ouro, anéis, colares, medalhões, braceletes, que o marquês distribuía com extasiante prodigalidade.

O presente de noivado foi qualquer coisa de surpreendente. Era o retrato de D. Pedro pôsto num medalhão « guarnecido de cercadura de brilhantes, com a coroa superposta e suspenso de rico fio, também de brilhantes ». A camareira e o mordomo-mor da princesa, deslumbrados, disseram que jamais haviam imaginado, sequer, a existência de tal riqueza. O próprio Metternich observou a Marialva que « só nas fabulosas crónicas orientais poder-se-ia encontrar a descrição de algum objecto que lhe fôsse comparado.

*

No dia 13 de Maio de 1817, celebrou-se o casamento, por procuração, sendo o noivo representado pelo arquiduque Carlos. E Marialva, que já havia deslumbrado Viena, a 16 de Abril, com um baile, ao qual compareceram mais de 400 titulares, resolveu festejá-lo com uma pompa e esplendor nunca vistos em qualquer côrte do mundo.

Contratou engenheiros, e arquitetos, sob as ordens de Carlos Moreau, e mandou erguer, na quinta imperial de Angarten, um palácio capaz de acolher mais de 2.000 pessoas.

No dia 1 de Junho, teve lugar a sumptuosa recepção. Nas alamedas do parque, inundadas de luz, numa orgia de lanternas e luminárias, aos acordes suaves das orquestras, «postadas entre sebes floridas e frondes senhoriais», passam nobres e diplomatas. Às nove horas, chega a família imperial. E aos primeiros acordes de uma animada polca, Marialva convida a princesa sereníssima e desliza com ela em elegantes arabescos.

Depois das dansas, a ceia maravilhosa. Por entre finíssimos cristais e ricas porcelanas, foram servidos os convivas, em baixela de prata. Na mesa de honra, com 40 lugares, onde ceou a família imperial, era tudo ouro massiço, talheres e pratos.

*

Se enveredei nesta descrição minuciosa do luxo e da pompa da missão Marialva foi precisamente para focalizar os recursos diplomáticos da época. Os casamentos como trunfos políticos no jôgo das alianças e a ostentação nababesca das embaixadas como processo impressionista. As chancelarias agiam menos pelas idéias do que pelos artificios dos embaixadores, menos por princípios do que por intrigas calculadas e requintes subtís.

Êsses métodos, como veremos a seguir, cederiam lugar à diplomacia objectiva, franca, e realista, a que o Brasil deve as suas maiores conquistas.

*

Em 1822, por um arranjo de família, passamos de Reino a Império. E D. João, no curioso tratado de Agôsto de 1825, em que reconheceu a plena independência do Brasil, assumiu, cumulativamente com D. Pedro, o título de imperador do território que acabava de perder...

Canning classificava de tola, ou mesmo esteril a pretensão do velho Rei. Mas D. João, que enxergava longe, imaginou lograr a todos com essa aparente vaidade. Quando morresse, o seu querido Pedro, seu herdeiro, seria rei de Portugal e dos Algarves e imperador do Brasil, ou seja, exactamente o que êle já era... O século, que era de liberdades extremas, julgar-se-ia vitorioso. Mas em verdade, quando passasse a onda revolucionária, a monarquia surgiria de novo, poderosa e unida, aquém e além mar.

O acôrdo, porém, era um segredo de família, manobra dinástica. Para o resto do mundo, o espectáculo era de uma província rebelada contra o soberano, de um filho contra o pai, a cisão violenta de um reino.

E isso gerava dificuldades imensas para os improvisados diplomatas de Pedro I. Metternich, capitaneando a sagrada *entente* dos reis, não perdoava ao impetuoso príncipe o grito do Ipiranga, perigoso precedente revolucionário, e, mais ainda, a sua teatral adesão ao liberalismo dissolvente, que se levantava das cinzas, ainda quentes, da Revolução francesa.

A campanha pelo reconhecimento do Império teve de ser vencida à custa da dedicação, do tato e da habilidade dos negociadores brasileiros.

José Silvestre Rebêlo, enviado aos Estados-Unidos, conseguiu o nosso reconhecimento pelo presidente Monroe

depois de 59 dias, apenas, de actividade prodigiosa. Mas na Europa, a luta foi mais árdua. A sombra de Metternich, pairando sobre tôdas as côrtes, influenciando todos os gabinetes, entravava a marcha das negociações e levantava novas e maiores dificuldades.

Felisberto Caldeira Brant Pontes, Gameiro, Domingos Borges de Barros, Ponte Ribeiro, Teles da Silva, foram os incansáveis agentes desta laboriosa missão a que sempre souberam dedicar o melhor de seus esforços e de suas inteligências.

Na América, as prevenções existiam por motivos opostos. O Brasil era uma exótica monarquia entre repúblicas. Seu soberano era o genro de sua majestade Apostólica, acusado de mantenedor das tradições imperialistas da política portuguesa. A Cisplatina, de facto, era uma cunha cravada entre Buenos Aires e o paço de S. Cristóvão.

D. Pedro, por sua vez, lançava, de quando em quando, os seus métodos violentos na trama delicada e subtil da diplomacia. Assim, quando Sir Charles Stuart, ministro de S. M. B., pretendendo exercer pressão sobre êle, annunciou-lhe que Bolivar preparava um exército de 12.000 homens para atacá-lo, D. Pedro perdeu a cabeça. Que viesse! Não tinha medo da França, da Inglaterra nem de ninguém, quanto mais de Bolivar! Que viesse! O imperador do Brasil saberia morrer com a espada na mão!

*

Essas explosões de D. Pedro, o seu temperamento vibrátil e exuberante, dariam lugar a não poucos atritos e complicações diplomáticas. Metternich, por exemplo, que o imperador freqüentemente brindava com desairosos epítetos, que não ousou repetir, votava-lhe, em troca, igual rancor. Não podia perdoar-lhe o mal que fizera à Santa Aliança com a sua injusticável mania de distribuir constituições. E resolveu impedir-lhe o segundo casamento

fazendo frustrar tôdas as tentativas e humilhá-lo diante das côrtes da Europa.

A pouca habilidade dos bisonhos agentes facilitou-lhe a solerte intervenção. E foram fracassando, uma a uma, as *démarches* feitas sucessivamente em tôrno de mais de uma dezena de princesas.

Mas os negociadores brasileiros descobriram, afinal, as manhas de Metternich. E passaram a usar métodos e processos mais eficazes. Com presentes e amabilidades sonantes, conquistaram a confiança dos funcionários vienenses, chegando mesmo a insinuar-se junto à própria sogra do chanceler, cuja loquacidade, engenhosamente favorecida, esclareceu situações e denunciou projectos.

E foi num ambiente de dissimulação, no silêncio e na discrição dos ajustes confidenciais, que se realizou, em Agôsto de 1829, em Munich, o casamento do soberano brasileiro com D. Amélia Napoleona de Leuchtenberg.

Que diferença do primeiro enlace, na Viena de Francisco I, com a pompa de Marialva! Num, a ostentação, o brilho, o cortejo opulento em desfile sob o arco da Catintia. Noutro, a intriga, o processo esquivo, a manobra sinuosa, a conquista pelo ouro, a sedução da expansiva sogra de um homem eminente.

*

A Província Cisplatina, conquistada por D. João VI, não tardaria a lançar o Império em uma sangrenta guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. No fundo, era ainda a luta três vezes secular entre Portugal e Espanha.

As armas, porém, mais uma vez se mostraram impotentes para resolver a questão. Depois da batalha do Passo do Rosário, a guerra arrefeceu, exaustos os contendores. Soou, então, a hora da diplomacia. As responsabilidades passaram dos generais para os diplomatas e a paz sem vitória se firmou no Rio-de-Janeiro em Agôsto de 1828. O Brasil abria mão da Cisplatina e o Congresso de Buenos

Aires desistia de incorporá-la nas Províncias Unidas. Erigiu-se assim o Uruguai em Estado livre e independente.

Era a mais sábia solução para o eterno choque de interesses, única base capaz de assegurar uma paz sólida e duradoura.

O Brasil se desfazia de um lastro perigoso. De facto, o avanço à Banda Oriental não fôra um movimento intrínseco da população brasileira. Representava, antes, uma herança, o último legado de D. João VI.

Não obstante, a política do Brasil continuaria fixada nas águas do Estuário. O Brasil evoluiu, consolidou a sua mentalidade, amadureceu as suas directrizes, sempre voltado para o Prata. Tôdas as suas guerras, intervenções militares ou campanhas diplomáticas, gravitariam em tórno à antiga província cuja independência considerava mais do que uma conveniência — um compromisso de honra.

Por isso, o Brasil bateu-se por ela e nada exigiu em troca.

Em 1825, havia dado prova iniludível do seu desinteresse e fidelidade aos elevados princípios da sua política. Foi o caso de Chiquitos. Tendo-se rebelado contra o Govêrno de La Paz, o governador dessa província boliviana propôs ao presidente de Mato Grosso a incorporação da mesma no Brasil. A autoridade brasileira apressou-se em aceder à proposta, que tornou efectiva com o envio de tropas da sua jurisdição.

O acto foi imediatamente desautorado pelo Govêrno imperial, que o declarou nulo, estranhando que o seu funcionário «houvesse avaliado tão mal os sentimentos do seu soberano a ponto de ousar admitir que o imperador pudesse louvar, pela sua simples utilidade prática, aquilo que é contrário aos princípios do direito público, reconhecido por tôdas as nações civilizadas, quando é sabido de todos que o imperador é invariavelmente guiado pelos princípios mais sãos de justiça e política, procurando o bem estar da nação que governa, sem violar jamais os direitos de outrem».

Para completar êste aviso imperial, o Govêrno ordenou, mais tarde, que a propriedade tomada pelas fôrças invasoras fôsse restituída aos seus legítimos donos, «*visto que foi nossa a agressão*».

Admirável coerência! O Brasil devia a sua grandeza ao *uti-possidetis*, à substituição das abstractas linhas geodésicas pelo facto humano da ocupação efectiva do solo. Pugnava por êsse direito havia mais de um século, desde Utrecht aos tratados de Madrid e de Santo Ildefonso. E soube respeitar essa tradição, honrar essa política.

Aceitando a proposta de Chiquitos, aumentaria o seu território mas negaria a solidez do seu direito às próprias fronteiras. Negaria as conquistas dos seus maiores e tornaria vãos os esforços dos seus descendentes para conservá-las.

*

Duas guerras externas toldaram a calma do segundo reinado, à sombra do qual o Brasil completou a sua evolução política. Guerras defensivas, que livrariam o continente de dois surtos de cesarismo: o de Rosas e o de López.

O primeiro sonhava reconstruir, a qualquer preço, o antigo vice-reinado do Prata. E a conquista do Uruguai, cuja independência o Brasil jurara garantir, seria a etapa inicial da campanha.

Para conseguir mais fácilmente êsse objectivo, Rosas passou a fomentar as lutas políticas na região cobiçada, a incitar os «blancos» contra os «colorados», Oribe contra Rivera.

A pacificação do Uruguai, porém preocupava seriamente, não apenas o Brasil, mas também a França e Inglaterra, interessadas no trânsito pacífico dos rios. Em 1841, Rosas repelira a tentativa conciliadora do ministro inglês em Buenos Aires. No ano seguinte, igualmente repudiara as novas gestões, agora franco-inglesas. Essa atitude merecera réplica ameaçadora dos europeus: apelariam para a fôrça.

Em tal emergência, agravada por sucessos de Rivera seu inimigo, no Uruguai, Rosas achou de bom aviso celebrar um tratado defensivo e ofensivo com o Brasil.

Animado dos melhores desejos de paz, o Governo Imperial recebeu, com o maior agrado, essas disposições do governo argentino e com êle firmou o tratado de Março de 1843, logo ratificado pelo Imperador, exigindo, apenas, a garantia da independência do Uruguai.

Nessa ocasião, porém, desanuviou-se o horizonte em Buenos-Aires. As ameaças franco-inglesas tornaram-se mais brandas e não tardaram a chegar detalhes do desastre sofrido pelas fôrças de Rivera em Arroio Grande. E o Caudilho argentino resolveu voltar atrás. Por motivos irrisórios, recusou-se a ratificar o tratado, firmado pelo seu ministro no Rio, Tomás Guido. Era uma desconsideração ao Império, um insulto ao Brasil.

Batido Rivera, seu rival, Oribe, feito general argentino, invade o Uruguai, cujo governo se encastela na capital.

Como observa Pedro Calmon, D. João VI ou D. Pedro I, teriam, talvez, enviado, ao primeiro sinal, um exército expedicionário ao Rio da Prata, normalizar a situação, restabelecer o equilíbrio local, calar as ameaças de Buenos-Aires.

Pedro II, convencido da fatalidade do choque, preferiu esperar a melhor oportunidade e desferir um golpe infalível. Antes, porém, a diplomacia imperial lançou-se à tarefa do sistemático envolvimento do caudilho.

O primeiro passo foi a consolidação do Governo Uruguai, o segundo, a pacificação do Rio Grande. Depois, a aproximação com a Inglaterra, que se apartava cada vez mais do Império em virtude dos constantes atritos decorrentes do difícil problema do tráfico.

Em Setembro de 1843, Sinimbú, enviado a Montevidéu, recusa-se a reconhecer o bloqueio argentino e ordena aos navios brasileiros que continuem a abastecer a praça. Rosas enfurece-se e sobrevém o incidente com Ponte Ribeiro, nosso ministro em Buenos-Aires, que recebe passaportes após uma troca de palavras exaltadas.

Quando a situação de Montevideu tornou-se crítica, os franceses resolveram suspender seus subsídios. Mas o Império, continua Calmon, «responde com o financiamento que lhe outorga por intermédio de Irineu Evangelista de Sousa. Mauá empresta o dinheiro com a garantia do tesouro imperial para que a praça resista o tempo indispensável a uma combinação maravilhosa: é a aliança entre o Brasil, Urquiza e os defensores da cidadela.

Essa aliança é pontualmente selada pela junção dos exércitos: Pôrto Alegre, à frente de uma divisão brasileira, cai sobre o acampamento de Oribe, e a marinha imperial passa Toneleros levando à dianteira os navios de vapor encomendados em 1848 aos estaleiros ingleses».

Rosas apela para a Inglaterra, mas os estadistas britânicos, indiferentes se esquivam a novas responsabilidades.

Em Janeiro de 52, as tropas aliadas invadem a Argentina e a 3 de Fevereiro, a batalha decisiva de Monte Caseros marca o final do extenso consulado de Rosas.

O Brasil renovou o seu propósito de assegurar a independência do Uruguai e a geração generosa e conciliadora de Mitre, Sarmiento e Alberdi, inaugurou, na Argentina, uma era de progresso e de paz.

*

Enquanto Mitre, o grande amigo do Brasil, assumia, em 1862, a presidência da Argentina, Francisco Solano López investia-se na direcção suprema do Paraguai.

Em Buenos Aires, a paz. Em Assunção, a guerra.

Vindo da França de Napoleão III, influenciado pela magnificência das côrtes europeias, López trouxera para o seu país idéias de expansão e de grandeza. O sonho do Paraguai-Maior, formado com as anexações de Corrientes, da Banda Oriental e do sul de Mato Grosso, ganhou vulto em sua imaginação e transformou-se, com o tempo, em obsessão doentia.

Três eram os trunfos da sua política exterior: aliança com Aguirre, ditador do Uruguai e inimigo do Brasil; aliança com Urquiza, dominador de Entre-Rios; e a organização excepcional do exército paraguaio.

Só este terceiro elemento não falhou. Aguirre, que o convidara a atacar, pela retaguarda, as forças brasileiras, achava-se cercado, na capital, pelos «colorados» de Venâncio Flores. Mas o maior dos diplomatas do Império, visconde do Rio Branco, enviado a Montevideu, depois de cinco dias de debates, põe em acôrdo as facções em luta: Aguirre entrega o Govêrno a Flores; concede-se uma anistia geral e fica reconhecida a procedência das reclamações brasileiras.

Esta convenção de paz, de 20 de Fevereiro de 1865, não só neutralizou os partidários de López como colocou o Uruguai ao lado do Brasil.

Quanto a Urquiza, falharia a López como já falhara a Rosas. O Marquês do Herval propusera-lhe um negócio altamente vantajoso: a compra das cavalhadas de Entre-Rios, trinta mil cabeças, por preço sedutor. Urquiza aceitou. Era o desarmamento de provável adversário.

Sem cavalos os entre-rianos deixavam de ser soldados. Não constituíam senão fraquíssima infantaria.

De positivo, portanto, só havia o que o Paraguai criara com suas próprias mãos: o mais poderoso instrumento de guerra jamais forjado por uma nação sul-americana.

Sem a necessária visão política para empreendimento de tal envergadura, López iniciou a guerra com um erro militar que lhe seria fatal: a invasão de Corrientes e de Mato Grosso. A primeira, atirando a Argentina na guerra; e a segunda, contra um alvo meramente geográfico, então sem nenhuma expressão estratégica. Golpe de espada na água, chamou-o Calogeras, que nem sequer deixaria traços na conduta geral da guerra e apenas serviria para demonstrar, pelo valor da resistência brasileira, em Dourados e Coimbra, o heroísmo e a abnegação da nossa gente.

Com Flores à testa do Governo Oriental e Mitre na direcção de Buenos-Aires, fácil foi organizar a Tríplice Aliança, constituída em 1 de Maio de 1865. Diante de Uruguaiana, onde se achavam definitivamente encerrados os 5.000 paraguaios de Estigarribia, Pedro II e os dois chefes republicanos selaram a sua união para a guerra e para a paz.

A guerra foi longa. Cinco anos de encarniçadas batalhas, sem que se soubesse qual fôra o combate mais bravo: se o vencedor, ou o vencido.

Terminada a campanha, nada exigiu o Brasil do Paraguai como nada havia exigido de Rosas. A própria dívida de guerra, jamais cobrada por nós, não constituiu um espólio da vitória. E a integridade territorial do vencido foi plenamente assegurada em solene tratado de limites.

Era a última guerra em que se empenharia o Império. Como as demais, fôra essencialmente defensiva, sem nos valermos compensações ou vantagens de qualquer natureza. O Brasil jamais concebeu a guerra como instrumento de conquista. Marchou, porém, para a luta sempre que sentiu ameaçada a sua soberania ou os seus princípios. Poucos países terão respeitado tanto os interesses dos demais. E poucos terão sido tão ciosos, na defesa dos seus próprios direitos.

*

A República surgiu como um acidente político sem maiores conseqüências para a orientação tradicional da nossa diplomacia. De facto, a política internacional de um país não deve ser privilégio de regimes ou reformas de governo. É uma resultante das suas necessidades, da sua posição geográfica e dos deveres morais e jurídicos para os demais povos. É menos um rumo de governos que de nações. Menos plano político que destino nacional.

O golpe de 15 de Novembro coincidiu com o início dos trabalhos da 1.^a Conferência Pan-americana, reunida em Washington. O Brasil, que a ela compareceu como Impé-

rio, nela continuou como República. Não mudaram os seus delegados, não se alteraram as instruções, não se desviou o seu rumo. O que lá estava era o Brasil.

Rio Branco, homem do Império a serviço da República, retomou, sem solução de continuidade, a tradição da diplomacia imperial.

Em 17 anos de gigantesco trabalho, resolveu pacificamente todos os problemas da linha divisionária, debatidos ininterruptamente desde a bula de Alexandre VI. Aplainou dificuldades históricas e obstáculos acumulados durante quatro séculos. Evitou conflitos, aliviou tensões, aproximou povos, desarmou prevenções.

Colocando as questões diplomáticas no plano rigoroso das soluções morais e jurídicas, convocou as partes interessadas para um debate objectivo diante das cartas geográficas e dos documentos comprovatórios dos respectivos direitos.

Em lugar da malícia ou da subtileza, o desejo sincero de acertar, a obsessão da justiça, o mais escrupuloso esforço de análise e de verificação.

A par desta actividade construtora, desenvolveu Rio Branco, de forma notável, a política de arbitramento, firmando, em três anos, tratados dessa natureza com 29 países.

Sua obra não se limitava ao contôrno geográfico do Brasil, ao regime jurídico dos rios internacionais, à remoção das possíveis causas de conflitos. Todos os problemas, Rio Branco os encarava com a preponderância do ponto de vista continental. Não foi sob outra inspiração que concedeu ao Uruguai o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão ou que lançou, na abertura do III Congresso Científico Latino-Americano, reunido no Rio em 1905, a idéia da defesa colectiva da América contra as forças imperialistas que já então se formavam em outros continentes.

Em 1907 está presente em Haia, na voz de Rui Barbosa. E se bate, com firmeza inabalável, pela igualdade jurídica das nações, essencial à convivência democrática dos povos. O Brasil jamais daria o seu voto ao Tribunal dos

grandes, em prejuízo dos *pequenos*, mesmo que o situassem no primeiro grupo.

O Brasil, exclamou Léon Bourgeois, poderia ter saído da conferência o igual da França, da Inglaterra, ou dos Estados-Unidos. Rui Barbosa empregou o melhor do seu saber para conseguir que dela saísse o Brasil o igual da Nicarágua, o igual de Honduras, o igual do Sião!

O certo, porém, é que nenhum país se engrandecera tanto.

O Brasil acabava de viver uma das mais belas e marcantes páginas da evolução jurídica dos povos.

A consciência americana, que nunca aceitou a categoria de senhor e escravo, disse Oswaldo Aranha, repudia igualmente a hegemonia de uma nação sobre outras, pois tôdas têm um mesmo direito à existência, tôdas têm uma missão a desempenhar na ordem universal. A igualdade entre as soberanias, o não reconhecimento das conquistas feitas pela violência, a não intervenção de um estado nos negócios da esfera interna de outro, são princípios que derivam naturalmente da maneira de considerar a personalidade humana própria dos povos dêste Continente. A fôrça moral da América reside nessa conformidade das nações americanas a um ideal de vida que estão prontos a defender com todos os meios e recursos de que dispõe o Continente.

E foi através de uma série de actos em que preponderou a acção ou a participação do Brasil que o pan-americanismo evoluiu das fórmulas vagas e unilaterais para a maravilhosa unidade espiritual e política que hoje existe no Continente, para essa marcha no sentido de uma organização continental própria e defensiva.

Quanto mais analisamos a tradição diplomática do Brasil em face das suas conquistas actuais, mais nos convencemos de que, na expressão do nosso Chanceler, nada se faz sem a esperança, sem o pêso do passado e pensamento no futuro.

SÉRGIO CORREIA DA COSTA

INVENTÁRIO DAS CAVERNAS CALCÁRIAS DE PORTUGAL (1)

SUMÁRIO:

	Pág.
1. <i>Introdução</i>	198
2. <i>Distribuição das cavernas em Portugal</i>	200
3. <i>Número de cavernas inventariadas</i>	201
4. <i>Designações populares</i>	201
5. <i>Morfologia geral das cavernas</i>	202
6. <i>Dimensões e outros caracteres</i>	204
7. <i>Obstrução e desmoronamentos</i>	205
8. <i>Grutas pré-históricas</i>	206
9. <i>Grutas exploradas biologicamente</i>	207
10. <i>Técnica das explorações</i>	207
11. <i>Organização do inventário das cavernas. Sinais e abreviaturas</i>	207
12. <i>Correcção e ampliação futuras deste inventário</i> .	209
13. <i>Lista corográfica das cavernas</i>	210
14. <i>Bibliografia por assuntos</i>	233
15. <i>Lista bibliográfica geral</i>	234

1. **Introdução:** Há muito já que as cavernas deixaram de ser somente a fonte de superstições e de terrores

(1) Este trabalho corresponde essencialmente a uma comunicação, com o mesmo título, ainda não publicada, que os autores apresentaram ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais (Lisboa, Maio de 1941). Na sua forma actual regista alguns novos elementos, colhidos posteriormente, mas a bibliografia continua limitada às publicações anteriores à data daquele Congresso.

N. B. — Entendemos por «caverna», segundo a definição de N. DELGADO [46, pág. 5]: «Tôda a cavidade subterrânea, de qual-

que a imaginação popular povoa de mistérios e de perigos para serem também um curiosíssimo objecto de estudo que interessa ao cientista de vários ramos da História Natural: ao geólogo, a quem preocupa o problema do seu modo de formação e evolução; ao hidrólogo, para o qual a sua exploração directa ou indirecta é uma parte indispensável do estudo da circulação e regime das águas nos terrenos calcários; ao paleontólogo e ao pré-historiador, que nelas encontram conservados os restos ou vestígios de espécies e raças hoje extintas, de indústrias e artes desaparecidas; ao mineralogista fornecem as cavernas espécimes de curiosos e raros minerais e oferecem o laboratório em que continuam a formar-se; ao meteorologista e ao físico do Globo prestam preciosas observações; o biólogo, e sobretudo o zoólogo, vão lá achar formas especialíssimas pelas suas adaptações ou pelos caracteres arcáicos, verdadeiros fósseis vivos, reveladores de antigas faunas há muito banidas da superfície e contemporâneas de condições climáticas bem diferentes das actuais.

Entre nós, como de resto noutros países, foram os pré-historiadores que primeiro se interessaram pelas cavernas, e são clássicos os trabalhos magistrais de NERY DELGADO sobre as grutas da Cesareda [46] e da Furninha [48]. ESTÁCIO DA VEIGA [147] também se interessou vivamente pelas cavernas e nunca perdoou aos Poderes Públicos o pouco caso que fizeram dos seus pedidos de auxílio para o estudo arqueológico das do Algarve. Só muito mais tarde um geólogo e hidrólogo ilustre, o Prof. E. FLEURY, se ocupou, com não menos competência, das cavernas do maciço de Pôrto-de-Mós, e resumiu as suas observações espeleológicas num interessante artigo intitulado «Portugal Subter-

quer extensão e forma, produzida por causas naturais e penetrando irregularmente nas camadas superficiais da crosta terrestre.» — Os números entre parênteses rectos, [], referem-se à lista bibliográfica. — Os números em itálico, entre parênteses curvos, (), referem-se à lista das cavernas.

râneo» [62]. Os biólogos, depois de uma incidental, mas proveitosa, exploração de Abade BREUIL [17 a], [17 b], nalgumas cavernas do maciço de Pôrto-de-Mós, só muito recentemente começaram a ocupar-se da nossa Fauna e Flora cavernícolas. Faltam, porém, os estudos dos diversos ramos levados a cabo sistemáticamente em todo o território metropolitano. Nós intentámos, com a ajuda, que nunca agradeceremos demais, de alguns colaboradores, o reconhecimento biológico do domínio cavernícola português. A primeira dificuldade com que deparamos ao iniciar essa tarefa, vai já para 4 anos, foi a falta de um catálogo corográfico e bibliográfico das nossas cavernas. Para nosso uso, fomos, pouco a pouco, reunindo todos os dados que pudemos colher sobre o assunto. Mas, pensando nas dificuldades idênticas que encontrariam aquêles que viessem a ocupar-se também das cavernas portuguesas, em qualquer dos capítulos mais ou menos inexplorados do seu estudo, resolvemos dar à publicidade êste inventário, resumo muito condensado do nosso ficheiro, seguido da respectiva lista bibliográfica. Ousamos esperar que êle terá efectivamente alguma utilidade e poderá contribuir para o conhecimento do nosso domínio subterrâneo.

2. **Distribuição das cavernas em Portugal:** Incluímos no nosso inventário apenas as cavernas calcárias, porque são essas, na verdade, as únicas que apresentam interesse biológico. Os caos graníticos, os xistos, os quartzitos, as areias consolidadas, as rochas vulcânicas, etc., podem também apresentar cavidades naturais, mas estas raramente são de grandes dimensões, e, ou têm uma duração relativamente curta, ou são sêcas, o que limita bastante a sua importância. Só os calcários compactos, puros ou dolomitizados, que formam extensos maciços, albergam verdadeiras cavernas, susceptíveis de apresentar os múltiplos interesses acima apontados. Assim, pode dizer-se que a distribuição das cavernas coincide com a dos calcários compactos. Em Portugal, os calcários compactos cenomesozóicos, sem com-



Distribuição das cavernas calcárias em Portugal.

(Cada + não corresponde forçosamente a uma só caverna;
as ++ marcadas do lado do mar correspondem a cavernas
litorais).

paração os mais abundantes, distribuem-se entre o litoral e uma linha que vai de Ovar a Coimbra, Tomar e Aljezur, aproximadamente na direcção N-S, e daí, na direcção E-O, até a foz do Guadiana; do outro lado dessa linha ficam os agnotozóicos e paleozóicos. Os mais importantes, dos primeiros, sob o ponto de vista espeleológico, são os jurássicos, que formam ao N do Tejo extensos afloramentos — abrangendo, nomeadamente, os «karsts» das serras da Sicó, de Alvaiázere, do maciço de Pôrto-de-Mós (serra de Candeeiros, planalto de Santo-António, serra de Aire) e da serra de Montejunto — e compreendem, ao S, a serra da Arrábida e grande parte do Algarve, especialmente o «karst» de Loulé. Os segundos, formam apenas pequenos retalhos com algumas grutas, ao N, na parte oriental do distrito de Bragança, em Santo-Adrião (Silúrico superior), e, ao S, no distrito de Beja, concelho de Moura (Pré-câmbrico), e no distrito de Portalegre, concelho de Marvão (Devónico).

Ver o mapa junto.

3. **Número de cavernas inventariadas:** Distribuídas por tôdas as regiões brevemente assinaladas, temos notícia, através da bibliografia, por informações amáveis de amigos e como produto das nossas excursões, de cerca de 340 cavernas de dimensões muito variadas. Mas êste número está seguramente muito abaixo da realidade. O Prof. FLEURY [62, p. 171] afirma ter visitado mais de 120, só no planalto de Santo-António. Diversos outros testemunhos nos permitem afirmar que existem numerosíssimas cavernas ainda desconhecidas, principalmente, como era de supor, nas serras de Candeeiros, Aire e Montejunto, e na região de Loulé.

4. **Designações populares:** As palavras *gruta* e *caverna* são puramente literárias. O povo distingue as cavernas com designações que variam com a região e com o tipo morfológico da caverna, sobretudo com o tipo da

abertura e da porção inicial, únicas partes que em geral conhece. As denominações mais gerais são a de *lapa* ⁽¹⁾ para a caverna de comêço horizontal, e a de *algar* para a que principia à maneira de poço. Mas a do primeiro tipo recebe também os nomes de: *solapa* (Sintra) [143, pág. 213], *forna* (Cadaval) [143, pág. 214], *cova* (Beira-Litoral, Estremadura, Ribatejo, Alentejo), *buraco* (Santo-Adrião, Pampilhosa, Aljubarrota, Mira-de-Aire), *casa* (Alcobaça, Serra-de-El-Rei), *buraca* (Alcobaça), *loca* (Leiria), *toca* (Almargem-do-Bispo), *grotta* (Penela, Cantanhede), *furna* (Peniche, Algarve, aplicada sobretudo às grutas de erosão marinha), *mina* (Algarve). A do segundo tipo é também chamada *algarve* (serra de Montejunto), *algarão* (Loulé), *alqueirão* e *poço* (Alte, Olhão, Silves). *Sumidouros* são as perdas de águas pluviais (Algarve, Paderne), e *olhos de água* as ressurgências.

5. **Morfologia geral das cavernas:** Morfológicamente, as cavernas dividem-se nos dois tipos principais de *lapa* e *algar*. As lapas são sobretudo abundantes nas vertentes de forte inclinação (vales profundos, bordos levantados de falhas) e entre os degraus rochosos e, ou são o resultado do alargamento das diaclases—Grutas da Senhora-da-Luz (500) e (301), Gruta maior da Furjaca (1) — ou das juntas de sobreposição dos estratos, e, então, a inclinação do seu solo e do seu teto correspondem à daquêles — Lapa da Ovelha (290), Lapa da Chã-de-Cima (212) —; muitas delas representam antigos leitos de cursos de água subterrâneos, hoje fossilizados pelo aprofundamento dos níveis de base hidrográficos — Cova da Ribeira do Sirol (164), Gruta das Alcobertas (296), Furna da Seiceira (39), Gruta do Almonda (320) —, e as suas bôcas têm o significado de antigas ressurgências ou do corte das galerias pela formação de um vale

(¹) Designação pouco freqüente no Algarve, segundo E. DA VEIGA. Nós nunca a ouvimos nesta província.

—Cova da Ribeira do Sirol (164)—; por vezes, apresentam vários andares que balizam o progressivo enterramento do curso de água—Gruta dos Vales da Senhora-da-Luz (301), Furna da Seiceira (39)—; se a sua utilização pelas águas se deu em tempos relativamente recentes, as paredes mostram ainda as concavidades características da corrosão pela água corrente—Lapa da Canada (305), Grota de Legação (26)—; se a fossilização se deu em tempos muito remotos, as paredes estão forradas de abundantes concreções, e as estalactites e estalagmites são freqüentes—Alcobertas (296)—; noutras, não só a dissolução, mas também o descolamento dos estratos desempenhou um grande papel—Cav. dos Alqueves (19), parte inicial da Furna da Seiceira (39)—. Os algares abundam nos campos de «lapiès» dos planaltos (Planalto de Santo-António, serras de Candeeiros, Aire, Montejunto, serros de Loulé); os mais típicos são em forma de poço de variada morfologia: poços de secção circular—Algar ao N do Cabeço das Pombas (203)—, algares em forma de funil—Algar da Aderneira (304)—, algares de grandes fracturas—Algar Alto (201), Algarão do Paulino (71)—; muitos só são algares pela sua entrada vertical, produzida pelo abatimento superficial dos estratos, que pôs em comunicação com o exterior verdadeiras lapas, escavadas por dissolução numa camada interstratificada, que, por sua vez, conduzem ainda a poços—Algar Ladoeiro (206)—; êste tipo, combinação mais ou menos complicada de algares com lapas, é vulgar no maciço de Pôrto-de-Mós—Lapa ou Algar da Ovelha (290), Algar da Cabeça Alta (324)—. A maior parte das cavernas penetráveis está actualmente abandonada pelas águas que outrora nelas circulavam, mas algumas ainda são percorridas por cursos de água temporários—Lapa dos Morcegos, de Alenquer (233)—; ou são invadidas totalmente durante uma parte do ano pelas águas vindas da profundidade na época da subida dos níveis aquíferos, e, dão, então, saída a um copioso caudal (olhos de água de Ancião, de Mira, de Minde, etc.), sendo, contudo, penetráveis durante parte do ano; no caso extremo de jorrarem água todo o ano, são geralmente impe-

netráveis—olhos de água, do Alviela (306)—. Cavernas com lagos interiores, apenas conhecemos uma: a do Almonda (320); cavernas-perdas penetráveis, unicamente o túnel do rio de Amiães-de-Baixo—Lapa da Canada (305)—, que é também ressurgência na sua extremidade de juzante. Um outro tipo de caverna é o de erosão marítima, ou *furna*—Furninha de Peniche (166), grutas do litoral ocidental do Algarve—, originada pela acção violenta das vagas; tem, geralmente, orientação ascendente e termina, às vezes, por uma claraboia (97) («trou-souffleur»; *fojo* ou *pego*, no Algarve, segundo E. DA VEIGA).

6. **Dimensões e outros caracteres:** As cavernas portuguesas conhecidas são geralmente pequenas e muito desmornadas, caracteres que, de resto, andam associados, como veremos. Raras são as que ultrapassam 100 metros. A maior de tôdas é a das Alcobertas (296), que mede cêrca de 250 m.; é também a mais bela, pela abundância e variedade das suas concreções; seguem-se-lhe o Algar Ladoeiro (206) e a Lapa da Chã-de-Cima (212) (cêrca de 130 m.). A mais profunda é, segundo o Prof. FLEURY, o Algar do Chosso-do-Coral (227), com 92 metros; aproxima-se-lhe, ou excede-o, talvez, um algar ao N do Cabeço-das-Pombas (203), de que não foi possível ao Prof. FLEURY explorar mais de 85 metros. Devemos, porém, esperar que outras cavernas de grandes dimensões, sobretudo em profundidade, venham a ser descobertas no maciço de Pôrto-de-Mós. O desnível entre a parte mais elevada do planalto de Santo-António em que se abrem algares e a altitude da ressurgência por onde se escôa a água caída à sua superfície (Olhos de Agua do Alviela) é de cêrca de 400 metros. É, no entanto, pouco provável que possa vir a encontrar-se um caminho subterrâneo ininterrupto entre êstes dois níveis extremos, porque os algares acabam a maior ou menor distância da sua bôca por fendas impenetráveis, ou estão obstruídos, impenetravelmente, por concreções calcárias, blocos desabados, argilas arrastadas do exterior ou provenientes da

dissolução do calcário do interior da própria caverna. Mas a extensão da cavidade pode alongar-se muito por galerias horizontais ou pouco inclinadas. Uma exploração dessas só poderá ser intentada com material apropriado, auxiliares abundantes e... certa dose de coragem.

7. **Obstrução e desmoronamentos:** A frequência com que as cavernas portuguesas estão desmoronadas e obstruídas não se deve à falta de compacidade dos calcários, mas sim, quanto a nós, inspirados em parte nos trabalhos do Prof. FLEURY, a três espécies de factores gerais: *clima*, *desarborização* e *tectónica*. *Clima:* a alternância brusca dos períodos pluviosos com as securas estivais prolongadas, tão acentuada nas regiões calcárias portuguesas, provoca a desarborização, e faz com que o solo, assim escalvado e alterado superficialmente durante as secas, seja brutal e súbitamente erodido pelas chuvas torrenciais (sobretudo do Outono), que, em vez de correrem à superfície, sôbre um solo protegido, se precipitam violentamente, «em grande», nos algares e fendas e se infiltram rapidamente pelas diaclases, causando nos espaços subterrâneos uma incontestável erosão mecânica e uma corrosão química poderosa; a intensidade desta acção química é atestada pela abundância de produtos residuais insolúveis que se encontram nas cavernas [61, pág. 183] e pela quantidade de substâncias dissolvidas que a água das ressurgências transporta [61, pág. 175]. *Desarborização:* causada decerto principalmente pelos factores climáticos indicados e pela inexorável evolução kárstica dos maciços calcários, parece que foi em grande parte devida à acção do Homem, sobretudo a partir do século xv [61, pág. 264]; em certas regiões, como a serra de Montejunto, deve ser recente [112, vol. 2, pág. 567]. *Tectónica:* as regiões kársticas portuguesas são ao mesmo tempo regiões intensamente falhadas, onde os calcários estão demasiado fendidos para poderem suportar abóbadas de grandes dimensões [61, págs. 171, 174, 176], e, facto sem dúvida em relação com o anterior, estão incluídas nas regiões sísmicas ociden-

tal e sul [124]. As transformações sofridas, por exemplo, pelo Poço dos Mouros, no Serro-da-Pena (Loulé), apresentam-se-nos como um caso típico do resultado conjunto da desarborização e dos terremotos, que parecem repercutir-se grandemente na região [147, pág. 77]. Tudo leva a crer, portanto, que as cavernas portuguesas têm uma vida relativamente curta e que a sua evolução destrutiva se precipitou em tempos não muito antigos [61, págs. 174, 175] [64, pág. 184]. Tanto pior para os paleontólogos e pré-historiadores, cujos objectos de estudo uma tão activa erosão subterrânea não terá deixado de destruir em grande escala. Mais felizes os zoólogos, porque os pequenos seres entomológicos vão encontrando sempre, através dos labirintos subterrâneos em constante evolução, novos interstícios favoráveis.

8. **Grutas pré-históricas:** Não são muitas as cavernas portuguesas exploradas sob o ponto de vista pré-histórico. Foram-no, mais ou menos completamente, as de Santo-Adrião (10-15), a dos Alqueves (19), as do Carvalhal de Aljubarrota (102-117) e outras da região de Alcobaça, a da Galinha (287), as da Senhora-da-Luz (300-301), as da Furninha (166) e Cesareda (175-180), algumas da serra de Montejunto (252-253), as das cercanias de Lisboa, algumas dos arredores de Setúbal (331-332), as de Melides (328-329), a da Solestreira, no Algarve (64), e poucas mais, de menor importância. Os Serviços Geológicos e o Museu Etnográfico terão, decerto, explorado outras, mas os resultados não foram publicados. Tôdas as que citámos forneceram restos neolíticos, e muitas delas, também, materiais paleolíticos. As do Algarve, em que E. DA VEIGA fundava tantas esperanças, estão quasi tôdas por explorar. Ainda não foram encontradas pinturas pré-históricas nas cavernas portuguesas mas, segundo o Abade Breuil (comunicação verbal), não se devem perder as esperanças de vir a encontrá-las, pois que as populações que executaram as das cavernas do N da Espanha deixaram inegável rasto da sua passagem pelo nosso litoral, na Gruta da Furninha, e poderiam muito bem

ter deixado noutras grutas vestígios picturais. Sob este aspecto devem ser exploradas em particular as grutas de entrada pequena ou há muito obstruída.

9. **Grutas exploradas biologicamente:** Os autores exploraram, sob este ponto de vista, cerca de 100 cavernas, distribuídas por tôdas as nossas regiões de grutas. Algumas revelaram verdadeiros troglóbios, com todos os caracteres dos seres adaptados exclusivamente à vida cavernícola, de grande interêsse paleogeográfico, restos sem dúvida de uma Fauna turrénica ou egeica, cuja dispersão epigeia data de um período não posterior ao Mioceno; o estudo dos materiais recolhidos, em parte já publicado, [73], [81], [137], está a cargo de um dos autores e de vários especialistas nacionais e estrangeiros.

10. **Técnica das explorações:** Varia, está claro, conforme o estudo que se tem em vista, mas há, no entanto, certas indicações práticas comuns a todos os estudos espeleológicos, como as relativas ao trajo, iluminação, material para as descidas, para os levantamentos topográficos, etc. Na impossibilidade de nos alongarmos neste capítulo, remetemos o leitor interessado às obras especiais (ver *Bibliografia*).

11. **Organização do inventário das cavernas:** As cavernas estão repartidas por distritos, concelhos e freguesias, dispostos alfabeticamente. Dentro de cada freguesia mantém-se a disposição alfabética para os nomes das cavernas, atendendo-se, porém, em primeiro lugar à designação genérica (algar, furna, lapa, etc.), e só em segundo lugar à designação particular de cada caverna, com exclusão das preposições. Assim, por exemplo, Algarão da *Ribeira-de-Alte* virá antes de Sumidouro dos *Lentiscais*. Quando não estamos certos da divisão administrativa (quasi sempre a freguesia) a que uma dada caverna pertence, fazemos preceder o número desta de um ponto de interrogação. A seguir

ao nome de cada caverna, são dadas, em estilo abreviadíssimo e sempre pela mesma ordem, as suas características principais, a saber: situação, idade do terreno; se é gruta pré-histórica; se tem especial interêsse zoológico ou mineralógico; se está tapada ou se são necessárias escadas ou cordas para a visitar; direcção, orientação e comprimento aproximado das cavidades; referênciã à existênciã de materiais desabados, de concreções (estalactites, estalagmites e «gours»), de barro, de obstruções de qualquer origem, de guano de Morcegos, de massas de água parada ou corrente; indicação do grau de umidade; alusão à transformação da caverna em relação às descrições publicadas; referências bibliográficas. O segundo dos pontos do horizonte indicados para definir cada direcção é aquêlê para o qual se dirige o observador que se interna na caverna. O comprimento de uma caverna é, em geral, o comprimento da cadeia mais longa de galerias consecutivas (C_1); só raramente está substituído pela soma dos comprimentos de tôdas as galerias (C_2).

Sinais e abreviaturas usados:

? = <i>dúvida na divisão administrativa</i>	C = <i>são necessárias cordas</i>
! = <i>explorada biològicamente</i>	Cav. = <i>caverna</i>
↓ → ⊥ ∩ ∪ ∩ = <i>conformação geral</i>	C. F. = <i>caminho de ferro</i>
— < = <i>bifurcação</i>	D = <i>desabada</i>
[] = <i>referência bibliográfica</i>	DD = <i>muito desabada</i>
A. = <i>algar</i>	des. = <i>a descer em rampa</i>
As. = <i>algares</i>	dir. = <i>direita</i>
a = <i>aproximadamente</i>	E = <i>é necessária escada rígida</i>
ag = <i>com aproximação grosseira</i>	Ec = <i>estalactites</i>
B = <i>barrenta</i>	Eg = <i>estalagmites</i>
C_1 = <i>comprimento da cadeia mais longa de galerias</i>	entr. = <i>entrada</i>
C_2 = <i>soma dos comprimentos de tôdas as galerias</i>	esq. = <i>esquerda</i>
	estr. = <i>estrada</i>
	Fr. = <i>freguesia</i>
	g = <i>«gours»</i> ⁽¹⁾
	g OH ₂ = <i>«gours» com água</i>

(¹) «Gours» são bacias limitadas por barragens estalagmíticas, que se formam no solo ou nas rampas.

G = guano	Ph = pré-histórica
GG = guano muito abundante	S = seca
Gr. = gruta	S (IV) = seca em Abril
Grs. = grutas	sob. = a subir em rampa
H = úmida	T = tapada, fácil de destapar
HH = muito úmida	TT = tapada, difícil de destapar
H (IV), H (VI) = úmida em Abril, úmida em Junho	t = transformada em relação à descrição publicada.
h. = horizontal	term. = terminando
h.-des. = primeiro horizontal e depois em rampa descendente	tt = muito transformada
h.-sob. = primeiro h, depois sob.	v. = vertical
L. = lapa	v.-des.-v. = primeiro v., depois desc., depois v.
M = interesse mineralógico	v.-h.-v. = primeiro v., depois h., depois v.
O = parcialmente obstruída	Z = interesse zoológico
OO = muito obstruída	ZZ = grande interesse zoológico
OH ₂ = água parada	J ¹ , J ² , C, M ^m , S ² , Z, etc. = abreviaturas usadas nas cartas geológicas de Portugal.
OH ₂ corr. = água corrente	
OH ₂ nasc. = água nascente	
pág., págs. = página, páginas	

12. **Correcção e ampliação futuras dêste inventário:** Os autores sabem perfeitamente que êste primeiro inventário das cavernas de Portugal está cheio de deficiências. Não falando já das omissões, os erros devem ser numerosos, a principiar pelas repetições das mesmas cavernas sob nomes diferentes. Os autores só podem garantir, em geral, a exactidão das suas próprias observações (as cavernas por êles visitadas vão marcadas com o sinal ! a seguir ao nome). Preferem, contudo, apresentar quasi tôdas as indicações que obtiveram sôbre a existência de cavernas, porque sabem, por experiência, quanto êsses informes, mesmo incertos e vagos, podem ser preciosos como pista de investigações futuras. Desejosos de corrigir e ampliar êste catálogo, pedem a todos aquêles que verifiquem nêle inexactidões e omissões, que lhas comuniquem para o Instituto de Zoologia da Universidade do Pôrto. As pessoas que quizerem ter a bondade de nos fornecer informações sôbre cavernas portuguesas, destinamos o seguinte modelo de questionário referente às indicações mais

importantes: 1) nome popular exacto; 2) localidade, o mais exacta possível, incluindo indicação do concelho e freguesia; 3) meios de comunicação; 4) ¿é natural ou artificial?; 5) ¿Fica em terreno calcário?; 6) São necessárias cordas ou escadas?; 7) dimensões e direcção aproximadas; 8) ¿é húmida durante todo o ano? ¿tem charcos, cursos de água ou lagos?; 9) ¿são abundantes os dejectos de Morcegos?; 10) ¿tem pinturas ou gravuras nas paredes ou no teto?; 11) autor das informações; 12) data da informação.

13. Lista corográfica das cavernas

Distrito de AVEIRO

Concelho de Mealhada — Freg. PAMPILHOSA (1) *Buraco* [maior] *da Furjaca* ! no sítio da Furjaca, a $\frac{1}{2}$ h. da estação da estação de C. F. da Pampilhosa, junto de uma pedreira, desc. ag 20 m, B, HH (XI) [73, pág. 94]. (2) *Buraco* [menor] *da Furjaca* ! a poucas dezenas de metros do precedente, em nível superior, ag 7 m, DD, OO, H (XI). (3) *Buraco da Manga* ! no sítio da Manga, a $\frac{3}{4}$ h. da estação de C. F., para E.NE, fenda term. OH₂ (III). ? (4) *Gr. entre a Pampilhosa e Santa-Cristina* J¹, → 5 m, numa pedreira de cal, meio destruída pela exploração [33, pág. 5]. (5) *Gr. entre a Curia e a Anadia*, de onde foram tiradas as estalactites que ornaram as grutas artificiais do Palace Hotel da Curia.

Distrito de BEJA

Concelho de Moura — Freg. SOBRAL DA ADIÇA: (6) [Primeira] *Cova da Adiça* ! 4 km para SO da povoação, na herdade de Palhais, Z, ZZ, ag 50 m; —<: esq. E-O term. OH₂, dir. SE-NO; EcEg, D, B, H (IV) [5, pág. 89] [144, pág. 167]. (7) [Segunda] *Cova da Adiça*, 100-200 m para S da precedente [5, pág. 90]. (8) *Cova da Minã-da-Preguiça*,

na herdade da Preguiça e no interior da Mina-da-Preguiça, Z, M, ag 4 m, EcEg [12] [61, pág. 164] [62, pág. 16]. ? (9) *Cova das Gralhas*, na serra de Ficalho (1), muito pequena.

Distrito de BRAGANÇA

Concelho de **Miranda-do-Douro** — Freg. S. PEDRO-DA-SILVA: *Grs. de Santo-Adrião*, em Santo-Adrião, S² [18] [44] [49] [51] [79, vol. 12, pág. 1. 484] [121]. (10) *Gr. da Abelheira* ou *dos Ananazes*, na margem esq. da Ribeira-da-Quinta, 5 m acima desta, →, Ec [44, pág. 6, fig. 2 (letra D) e fig. 4]. (11) *Gr. de Ferreiros (de Cima ou do Barrigão)* ! na vertente N do Monte de-Ferreiros, Ph., Z., h.-sob. NO-SE 67 m, t, G, H (V) [44, pág. 4, fig. 2 (letra B) e fig. 3]. (12) *Gr. de Geraldes*, →, [44, pág. 4, fig. 2 (letra A)]. (13) *Gr. Grande* ! na vertente N do Monte-de-Ferreiros, em nível um pouco inferior ao da *Gr. de Ferreiros*, Ph, → N-S 50 m, EcEg, S (V), tt, [44, pág. 5, fig. 2 (Letra C e fig. 3) [49]. (14) *G. da Ribeira-de-Ferreiros* ! (2) na margem dir. da Ribeira-de-Ferreiros, alguns metros acima desta, ZZ, → SO-NE, S.SE-N.NO, SO-NE, S.SE-N.NO, NE-SO, 52 m, 2 entr., GG, H (V) [44, pág. 7, fig. 2 (letra E)]. (15) *Gr. 2,5 km a SE do Monte-de-Ferreiros* [44, pág. 7, fig. 2 (letra F)]. Segundo PINHO LEAL [79, vol. 12, pág. 1, 484] também na freg. de Izeda, povoação de Serapicos, e noutros pontos, haveria grutas semelhantes às de Santo-Adrião.

(1) Deve ser errónea a indicação de PINHO LEAL, [79, vol. 1, pág. 26], de uma Cova da Adiça, distante 1.500 m de Ficalho; trata-se provavelmente da gruta n.º 6 deste catálogo.

(2) Não sabemos se é esta a gruta a que NERY DELGADO [49] chama *da Ribeira*, «na vertente meridional do cabeço de Ferreiros, poucas dezenas de metros acima da ribeira da Quinta», e que é estação pré-histórica; nesse caso, N. DELGADO teria chamado Ribeira-da-Quinta à Ribeira-de-Ferreiros.

Distrito de **COIMBRA**

Concelho de **Cantanhede** — Freg. **PORTUNHOS**: (16) *Gr. da Nascente de Vale-Donzel* ! 1 km a S de Portunhos, NO-SE, N-S, a 6 m, muito estreita, no Inverno sai dela OH_2 . (17) *Gr. de Sabadal* (ou de *Sabadela*, ou de *Pená*) ! 1 km para O de Portunhos e uns 100 m à esq. da estr. para Cantanhede, TT, → ag N-S 50 m, EcEg, H (XI) [41]. (18) *Ólho da Grotá*, uns 500 m a S de Portunhos, nascente submersa, às vezes penetrável na estação sêca.

Concelho de **Coimbra** — Freg. **S. MARTINHO-DO-BISPO**: (19) *Cav. dos Alqueves* ! no lugar da Póvoa, J^1 , Ph, Z, des.-h. NE-SO, ag 30 m, D, O, B, H (III) t, [73, págs. 94,97] [81, pág. 4] [116] [122].

Concelho de **Condeixa-a-Nova** — Freg. **CONDEIXA-A-VELHA**: (20) *Gr. de Eira-Pedrinha*, no lugar de Eira-Pedrinha, prox. de Condeixa-a-Velha, h.-desc. a 4 m [79, vol. 2, págs. 369, 372] [125]. (21) *Gr. dos Mouros* ! [artificial ?] junto à Conímbriga, na escarpa da margem esq. do Rio-dos-Mouros, no tufo, → ag 15 m, S (II). ? (22) *Gr. Nova*, E., desc. ag 5 m, EcEg [79, vol. 2, págs. 369, 372] [125]. (23) *Igreja-dos-Mouros*, à esq. da estrada para Lisboa. — Freg. **FURADOURO**: (24) *Buracos do Casmilo*, uns 3 km ao S de Condeixa-a-Nova. — Freg. **SEBAL-GRANDE**: (25) *Gr. da Lapinha*, dentro da povoação de Condeixa-a-Nova, no tufo calcário, → a 10 m, OH_2 nasc. [79, vol. 2, pág. 369, vol. 9, pág. 67] [82, pág. 569] [125] [143, pág. 226].

Concelho de **Penela** — Freg. **RABAÇAL**: (26) *Grotá de Legação* ! (parcialmente artificial), junto à aldeia de Legação, uns 2 km a O de Rabaçal, ZZ, h.-sob.-h. SE-NO a 130 m, g OH_2 , OH_2 corr. — Freg. **SANTA-EUFÉMIA**: (27) *Gr. do Portancho*, perto da povoação de Ferrarias, no sopé do monte de Vez, do lado E, ag 10 m, S. — Freg. **S. MIGUEL**: (28) *Buraco das Moiras*, perto da povoação de Sobral, Ec, S.

Distrito de FARO

Concelho de **Albufeira** — Freg. ALBUFEIRA: (29) *Cova do Xorino*, na rocha litoral do Penéco, OO [95, pág. 224]. (30) *Os Forninhos*, na costa, para E de Albufeira, entre a Praia-dos-Barcos e Vale-Faro [95, pág. 223]. (31) *Furna das Gralheiras*, na praia da baía de Albufeira [106, pág. 13] [147, pág. 69]. (32) *Furna de Nossa-Senhora-da-Orada*, na praia de Albufeira [106, pág. 13] [147, pág. 69]. (33) *Furnas da Praia*, na praia de Albufeira [106, pág. 13] [147, pág. 69]. Freg. PADERNE: ? (34) *Algarão* (ou *Sumidouro*) *da Cabanita*, junto à Ribeira-de-Alte. (35) *Algarão do Escarpão* [106, págs. 13, 138]. (36) *Algarão da Ribeira de-Alte* ! à esq. da estrada de Paderne a Alte, a uns 2 km de Paderne, adiante do Purgatório, J¹, Z, L, D, HH (I) [137, pág. 147] cf. [38]. (37) *Cav. do sítio da Ladeira* [106, págs. 14, 146]. (38) *Sumidouro dos Lentiscais*, à dir. do caminho de Alte para Paderne, passada a Rocha-Amarela; entram por êle as águas pluviais do Cêrro-do-Espargal [16] [106, págs. 140, 142] [147, pág. 70].

Concelho de **Aljezur** — Freg. ALJEZUR: (39) *Furna da Seiceira* (ou *Seinceira*) ! perto do lugar de Rugil, para a esq. e a 1/2 h. de caminho da estr. Odesseixe a Aljezur, M^m, Z, desc.-h, E.SE-O.NO a 60 m, D, B, G, H (XII) [73, págs. 93, 97] [137, pág. 147], cf. [147, pág. 55]. (40) *Grs. das Gralheiras*, 1,5 km a O do castelo mourisco de Aljezur [147, pág. 57] (1).

Concelho de **Lagoa** — Freg. ESTÔMBAR: (41) *Cav. da Serra-de-Arge* [147, pág. 67]. (42) *Cav. da Serra da-Atalaia* [147, pág. 67]. (43) *Furnas dos Mouros* (2) (ou *Gr. do*

(1) Deve tratar-se da *Caverna da Sinceira*, a que se refere ESTÁCIO DA VEIGA [147, pág. 55], mas não tem nem a situação «a norte do castelo e a nor-noroeste da igreja, 4,4 km», nem a conformação que aquêle autor lhe atribui.

(2) Talvez se trate da caverna visitada por ESTÁCIO DA VEIGA, situada «a nordeste a uns 500 metros da Mexilhoeirinha» [147, pág. 65].

Algar) ! na margem esq. da ribeira de Portimão, perto da Mexilhoeirinha, junto a um caminho marginal, na propriedade do Sr. Alberto Ribeiro de Azevedo, → a 20 m, EcEg, OH₂. (44) *Furna da Zorra* ou *do Medronhal*, «na secção marginal compreendida entre a margem direita da ribeira de Odelouca e a esquerda da ribeira da Boina, uns 500 m distante da foz de Odelouca» [147, pág. 66]. (45-57) *Algarres e furnas litorais entre o Cabo Carvoeiro e Armação-de-Pera*: (45) *A. das Bruxas*, (46) *A. das Canas*, (47) *A. Rairoso*, (48) *A. Sêco*, todos in [112, pág. 270]; *Furnas*: (49) *do Barco*, (50) *do Farol*, (51) *dos Fradinhos*, (52) *do Inácio Alves*, (53) *dos Pentes*, (54) *do Pontal*, esta última, perto da Senhora-da-Rocha, tôdas in [112, pág. 263], (55) *da Senhora-da-Rocha*, «entre a ponta do Cabo-Carvoeiro e as ruínas do antigo castelo de Porches-Velho» [147, pág. 68], (56) *de Vale-da-Areia*, (57) *de Vale-de-Côve*, ambas in [112, pág. 270].

Concelho de **Lagos** — Freg. BENSAPRIM: (58) *Cav. da Saborosa* ! no Cêrro-da-Cruz, sítio da Saborosa, DD, OO, H (XII), tt [147, pág. 61].

Concelho de **Loulé** — Freg. ALTE: (59) *algarão*, na Rocha-da-Pena, do lado S, perto do 62, ↓. (60) *os Algarinhos* ! (1) em Benafim, Z. (61) *Igrejinha-de-Soidos* ! na Rocha-de-Soidos, J¹, EcEg, H (I) [16] [73, pág. 98] [81, pág. 44] [103, págs. 138, 170] [112, pág. 221] [147, pág. 74]. (62) *Poço* (ou *Buraco*) *dos Mouros* ! na Rocha-da-Pena (ou Cêrro-da-Pena), 6 km a NO de Salir, J¹, Z, C, desc. NE-SO 30 m, DD, OO, tt, H (I) [16] [112, pág. 221] [147, pág. 74]. — Freg. QUERENÇA: (63) *Solestreira* (ou *Salustreira*) [menor] ! no alto do Cêrro-da-Côrte, acima da Fonte-Menémola (ou Benémola); é a primeira que se encontra ao subir da fonte por um carreiro; → SO-NE a 20 m, EcEg, S (IV); (64) *Solestreira* (ou *Salustreira*) [maior] ! uns 30 m a N da precedente, entr. muito mais estreita, Ph, → SO-NE, SE-NO, NE-SO, a 50 m,

(1) O Dr. F. FALCÃO MACHADO fêz uma proveitosa colheita de animais nesta gruta, mas os autores não a visitaram.

term. por uma antiga segunda entr. agora obstruída, EcEg, GG, S (IV) [16] [103, pág. 155] [112, pág. 230] [147, pág. 79]. — Freg. SALIR: (65) *Buraco do Corvo*, sobranceiro à Ribeira-de-Salir, entre o Moínho da Rocha e o das Romeiras, ao Corte-Neto, 10 m, EcEg, S. — Freg. S. CLEMENTE: (66) *Algarão do Barrocal-do-Esguicho* ! à esq. da estr. Loulé a Querença, por alturas do Penedo-Gordo, Z, →, Eg, G, S (I) [137, pág. 144]. (67) *Algarão do Cêrro-do-Ninho-do-Pombo*, uns 5 km a NE de Loulé, perto de Rossinas. (68) *Algarão* (ou *Algueirão*) *da Goldra*, uns 4 km a SE de Loulé, perto de um ribeiro que passa na Goncinha [103, pág. 86]. (69) *Algarão da Moça* ! no Cêrro-da-Cabeça-Gorda, para a dir. da estr. Loulé a Querença, a $\frac{3}{4}$ h. do Penedo-Gordo, C, L, E-O. EcEg [73, pág. 94]. (70) *Algarão dos Montes-de-Barrocal*, a uns 4 km de Loulé, à esq. e a uns 200 m da estr. para Salir, no cercado de Manuel Pires. (71) *Algarão* [maior] *do Paulino* ! no Cêrro-da-Cabeça-Gorda, por alturas do Penedo-Gordo e perto dêle, ↓ 10 m, S (I). (72) *Algarão* [menor] *do Paulino* ! perto do precedente, ZZ, ↓ a 10 m, O, H (I, IV) [137, pág. 147]. (73) *Peçanco* (ou *Algarão*) *do Concelho*, a NE de Loulé, a uns $\frac{3}{4}$ h. — Freg. S. SEBASTIÃO: (74) *Algarão de Almires*, no Cêrro-de-Picavessa, uns 12 km a NO de Loulé, em frente de Nave-do-Barão, para S, pequeno, cf. [103, pág. 81]. (75) *Algarão da Cabanita*, em Barros, menos de 1 km a NO de Vale-Telheiro, TT. (76) *Algarão da Figueira*, no Cêrro-da-Picavessa, pequeno. (77) *Algarão de Vale-Balanças*, no outeiro de Vale-Balanças [103, pág. 81]. (78) *Cav. do Barrocalinho*, uns 5 km a N.NO de Loulé, no caminho de Vale-Telheiro, à dir., entre Vale-Telheiro e o armazém da Corga, na propriedade do Moreira, T, mas permitindo a entrada, grande [147, pág. 82]. (79) *Cav. da Esparguina-da-Lapa* «ao N de Vale-Judeu, ao poente e a 8 km da tórre de S. Clemente», TT [147, pág. 82]. (80) *Cav. de Matos-da-Nora* ⁽¹⁾, a SE e a 6 km da tórre de S. Cle-

(1) Em Loulé não souberam dar-nos referência destas cavernas no sítio onde as indica ESTÁCIO DA VEIGA, e disseram-nos que

mente, e mais 4 cavernas na mesma orientação, compreendidas numa área de 2 km» [147, pág. 82].

Concelho de **Olhão** — Freg. MONCARAPACHO: (81) *Abismo-Novo* ! na base do Cêrro-da-Cabeça, ZZ, ⊥ a O-E 30 m, EcEg, g OH₂, HH (IV) [147, pág. 83]. (82) *Abismo-Velho* ! muito próximo do anterior, ⊥ a 30 m, EcEg, S (IV) [147, pág. 83]. (83) *Algueirão do Garrafão* ! perto do alto do Cêrro-da-Cabeça, do lado O, ZZ, desc. a 60 m (C₂), EcEg, g OH₂, B, G, H (IV). (84) *Algueirão da Pechinha*, no Cêrro-da-Cabeça, ou perto dêle. (85) *Ladroeira-Grande* ! no Cêrro-da-Cabeça, perto do cimo, num estreito vale da vertente S, → 20 m, term. por uma 2.^a abertura, S (IV) [147, pág. 84]. (86) *Ladroeira-Pequena* ! fronteira à precedente, do lado S do mesmo pequeno vale, ⊥ N-S, O-E, a 25 m, EcEg, O, S (IV) [147, pág. 84]. — Freg. PECHÃO: (87) *Algueirão dos Mouros* ! muito perto da povoação do Pechão, e a uns 6 km de Faro, no sítio da Charneca, ZZ, D, O, 2 entr., desc. E-O 35 m; uns 2,5 m antes do fundo, à dir., abert. estreita e baixa para cavidade irregular h.-sob. a 10 m, H (IV) [104, pág. 25].

Concelho de **Portimão** — Freg. MEXILHOEIRA-GRANDE: (88) *Mina dos Mouros* ! no Cêrro-do-Algarve; uns 4 km a NE da povoação de Mexilhoeira Grande, Z, → NE-SO ag 15 m., EcEg, H (I) [73, pág. 97] [99] [137, págs. 148, 151] [147, pág. 62]. (89) *Cova do Poi*, num cêrro próximo do Cêrro-do-Algarve.

Concelho de **Silves** — Freg. ALGÔS: (90) *Algueirão do Guiné*, no alto do Cêrro-do-Guiné, a uns 3 km da estação de C. F. de Tunes, ⊥, fundo [16, pág. 40] [106, págs. 13, 139, 192] [112, pág. 261] [147, pág. 71]. — Freg. S. BARTOLOMEU-DE-MESSINES: (91) *Algarão*, no Cêrro-da-Cruz, sítio do Monte-Branco [105, págs. 17, 141]. (92) *Algueirão*, na Várzea-do-Algar, Messines-de-Baixo [105, págs. 17, 136]. (93) *Cav. do Barranco*, no sítio do Barranco [105, págs. 17,

talvez sejam antes no Cêrro-da-Nora, para O do Barrocalinho, sendo conhecidas em Vale-Telheiro.

132]. (94) *Cav. da Gralheira*, no sítio da Gralheira [105, págs. 17, 132].

Concelho de **Tavira** — Freg. SANTO-ESTÊVÃO: (95) *Grs. dos Moinhos-da-Rocha*, no sítio dos Moínhos da-Rocha, a 6 km de Tavira, junto a uma queda de água; 3, pelo menos, penetráveis, mas pequenas; EcEg, S [112, pág. 258].

Concelho de **Vila-do-Bispo** — Freg. BUDENS: (96) *Gr.*, perto da povoação. — Freg. SAGRES: (97) *Fojos da Ponta de Sagres*, no extremo da Ponta de Sagres, à esq. do posto semafórico, O [40, pág. 314]. (98) *Furna do Beliche-Velho*, na costa marítima, entre a fortaleza de Beliche e a ponta de Sagres [147, pág. 61]. (99) *Furna de João-Vaz*, «sobre o flanco esq. da enseada defendida pela fortaleza da Balieira e a margem direita da ribeira de Benaçoitão» [147, pág. 61]. ? (100) *Gr. dos Ouriçais*, «junto à praia da Roiçada ou do Telheiro, 1 km a NO da ponta do cabo e outro ao S do Leixão de S. Vicente sobre a costa ocidental» [147, pág. 60]. — Freg. VILA-DO-BISPO: ? (101) *Cav. da Barriga*, a NE e distante da ponta do Cabo de S. Vicente uns 5 km e uns 6 para O.SO de Vila-do-Bispo [112, pág. 319] [147, pág. 58].

Distrito de LEIRIA

Concelho de **Alcobaça** [91] [92] — Freg. ALJUBARROTA: (102-117) *Grutas do Carvalho*, no Vale-do-Carvalho, J³, Ph [1, pág. 82] [37] [17 a] [21, pág. 113] [50] [57, pág. 268] [90 a, pág. 630] [91] [92] [100, pág. 11] [131, págs. 4, 6] [133, págs. 41, 42] [134, págs. 4, 5]. (102) *Casa da Genia*, um pouco ao S do Cabeço-Rastinho [92, pág. 458]. (103) *Gr. alta do Cabeço-das-Calatras*, «no cabeço e encosta nascente de Calatras, na parte mais elevada da vertente», pequena [92, pág. 447]. (104) *Gr. baixa do Cabeço-das-Calatras* [92, pág. 437]. (105) *Gr. média do Cabeço-das-Calatras*, 7 m [92, pág. 449]. (106) *Gr. alta do Cabeço-da-Ministra* ! a nascente da ogiva natural do Cabeço-da-Ministra, no grande banco calcário que coroa tôda a eminência, γ a 50 m, EcEg, S (I) [1, pág. 83] [92, pág. 438]. (107-108) *Grs. baixa e média do*

Cabeço-da-Ministra, pequenas [92, pág. 458]. (109) *Gr. alta do Cabeço-dos-Mosqueiros* (ou *do Santos-Porra*) ! na parte mais alta da vertente oposta e fronteira ao Cabeço-da-Ministra, 2 abert., EcEg, D, O, H (I) [92, pág. 451]. (110) *Gr. baixa do Cabeço-dos Mosqueiros* ! C. \wedge N-S ag 20 m, H (I) [1, pág. 84] [92, pág. 458]. (111) *Grs. do Cabeço-da-Ervideira*, no Cabeço-da-Ervideira, que assenta sôbre a vertente oriental do Vale-do-Carvalhal, muito pequenas [92, pág. 453]. (112) *Gr. do Cabeço-Rastinho*, no Cabeço-Rastinho, que fica no prolongamento do Vale-do-Carvalhal e um pouco a leste desta povoação, junto do Cabeço-das-Corsas, [92, pág. 457]. (113) *Grs. de Cadoiço*, a NE do Carvalhal, 2 grs. [92, págs. 434, 437]. (114) *Grs. da Pena-da-Velha*, num recanto do Carvalhal, passada a ramificação que dá para o Vale-de-Veados, pequenas, EcEg [92, págs. 436, 437]. (115) *Gr. de Vale-Escuro* [91, págs. 6, 11]. (116) *Grs. de Vale-da-Lapa* [92, págs. 434, 437]. (117) *Grs. de Vale-dos-Mortais* [91, pág. 7]. (118) *A. da Lagoa-do-Cão*, num ponto alto que domina o vale do Carvalhal (em I-1938 acabavam uns pedreiros de abrir involuntariamente a entrada para êle), C. (119) *Gr. (ou algar) da Lagoa-do-Cão*, a 5 m [92, pág. 435]. (120) *Cova dos Moiros de Vale-Ribeiro* ! na Lagoa-do-Cão, pequena [81, pág. 31]. (121) *Gr. de Milharada*, entre o Vale-da-Lapa e a Ataija-de-Baixo [92, pág. 434]. (122) *Grs. do Vale-da-Figueira*, no lugar do Carrascal [91, págs. 434, 437]. (123) *Gr. do Zambujinho* (ou *Casa-do-Prego*), na serra de Albardos, no vale do Zambujinho, próximo da Pedreira-dos-Molianos [91, pág. 10] [92, pág. 434]. (124) *Olhos de Água do Alcoa*, nascentes do Alcoa [90 a, pág. 630] cf. [63, pág. 131]. Freg. BENEDITA: (125-127) *As. do Pinheiro* ! no lugar do Pinheiro, perto de Zambujeira, 3, muito perto uns dos outros, respectivamente: \rightarrow 25 m, \rightarrow 12 m, \perp 8 m, S (VIII). — ÉVORA-DE-ALCOBAÇA: (128) *Grs. de Vale-do-Touro*, a E da povoação de Carris [92, pág. 450] cf. [91, pág. 8]. — Freg. PATAIAS: (129) *Buraca de Pataias* ! no talhão n.º 30 da Mata-da-Alva-de-Pataias, J^2 , Z, desc. NE-SO 40 m, Ec, D, areia, B, H (IV), OH_2 . — Freg. TURQUEL: (130) *A. do Estreito*,

numa eminência a SE do Lombo, lugarejo do Carvalhal-de-Turquel, J^3 , Ph [91, pág. 9] [115, pág. 12]. (131) *A. de João-Ramos* (ou *Gr. das Redondas*) ! no Cabeço-das-Redondas, 4,5 km a NE de Turquel, J^3 , Ph, desc., EcEg, O, H (I) [70] [92, pág. 455] [115, pág. 14] [131, págs. 4, 6] [134, págs. 4, 5]. (132) *Buraca do Moniz*, no declive SE das Cabeças-Ralas, J^3 , Ec [115, pág. 17]. (133) *Casa da Moira* (ou *Cova da Moira*) do Cabeço-de-Turquel ! no Cabeço-de-Turquel, a 3 km da povoação de Turquel, para E, J , Z, → E-O a 70 m, EcEg, H (I) [6, pág. 257] [58, pág. 154] [91, pág. 9] [115, pág. 10]. (134) *Cova da Ladra*, no visio do Cabeço-da-Ladra, a NE e a um pouco mais de 1 km da Casa-da-Moira, J^3 , Ph [91, pág. 9] [115, pág. 11]. (135) *Cova da Moira do Cabeço-do-Vento*, no Carvalhal-de-Turquel, J^3 , T, ag 20 m, S. (136) *Gr. dos Currais-da-Cruz*, no Carvalhal-de-Turquel, J^3 . (137) *Gr. da Serra-dos-Molianos*, perto de Turquel, Ph [70]. (137 a) *Grs. de Vale-de-Ventos*, na falda da serra de Albardos [92, págs. 434, 437].

Concelho de **Alvaiázere** — Freg. ALVAIÁZERE: (138) *A. de Água* (ou *A. da Serra*) ! no alto da serra de Alvaiázere, a $\frac{3}{4}$ h. da aldeia da Porta, J^1 , Z, desc. SE-NO 25 m, EcEg, g OH_2 , H (VIII) [79, vol. 1, pág. 171] [108, pág. 350] [112, pág. 507] [127, vol. 8, pág. 25, vol. 11, pág. 237]. (139) *A. do Covão*, ao subir a serra, quem vai da Porta, J^1 , OH_2 [112, pág. 507]. (140) *A. de Oiro*, junto ao A. de Água, J^1 , OO [79, vol. 1, pág. 171] [112, pág. 507]. (141) *L. de Nossa-Senhora-dos-Covões*, atrás da Ermida de Nossa-Senhora-dos-Covões [82, pág. 554] [143, pág. 225] [144, pág. 146]. (142) *Perda e Ressurgência do Ribeiro-da-Porta*, perda no sítio chamado «O Algar», junto de Alvaiázere, e ressurgência no Ôlho-Tordo, sítio das Paradelas, a 5 km da perda [79, vol. 1, pág. 170] [108, pág. 350] [127, vol. 11, pág. 237].

Concelho de **Ancião** — Freg. N.^a S.^a DA-CONCEIÇÃO: (143) *Ôlho de Água de Ancião* ! à esq. e à beira da estr. que conduz a Figueiró-dos-Vinhos, a uns 2,5 km de Ancião, J , desc. SE-NO 20 m, term. OH_2 (VIII), O, B. — Freg. SANTIAGO-DA-GUARDA: (144) *A. da Lapa* ! no lugar da Lapa, J^1 , ZZ,

∇ 15 m, O, H (VII), S (I, VIII). (145) *A. de Vale-Escuro*, em Louriceiras-de-Santo-António. — Freg. TÔRRE-DE-VALE-DE-TODOS: (146) *A. da Várzea*, próximo do lugar da Póvoa, 2 entr., vários andares, grande, G, OH₂. —? (147) *Olhos de Água de Vale-de-Buio*, na serra de Ancião [79, vol. I, pág. 207].

Concelho da **Batalha** — Freg. REGUENGO: (148) *Buraco Rôto*, ao pé do Laranjal-do-Coelho, OH₂. — Freg. S. MAMEDE: (149) *A. do Cabaço*. (150) *A. do Cabeço-da Lomba*. (151) *A. Fundo*. (152) *A. das Gralhas*. (153) *A. da Moeda*. (154) *A. da Simoa*. (155) *L. das Arrebentinas*. (156) *L. da Costa*. (157) *L. da Lagoa-Ruiva*. (158) *L. do Vale-da-Lapa*.

Concelho de **Leiria** — Freg. ARRABAL: (159) *A. da Figueira* ! a uns 2 km da aldeia do Souto-Sico, para o lado da Serra-de-Aire, C, ↓ a 10 m, O. (160) *A. das Gralhas*, perto do anterior, mais fundo, C. (161) *L. da Rocha* ! muito perto do Souto-Sico, numa pedreira, desc. ag 20 m, DD, S (IV). — Freg. CORTES: (162) *Loca dos Vales* ! a 1/4 h. da povoação dos Vales, J³, → N-S 12 m, Ec, O, H (IV). — Freg. MARRAZES: (163) *Loca de Marrazes*. —? (164) [Primeira] *Cova da Moira da Ribeira-do-Sirol* !, muito perto da cidade de Leiria, na margem esq. da Ribeira-do-Sirol, junto da ponte da estr. de Ourém, → 50 m term. OH₂ (IV). —? (165) [Segunda] *Cova da Moira* !, num campo, por cima da anterior, → 16 m. H (IV).

Concelho de **Peniche** — Freg. PENICHE: (166) *Furninha (da Descida do Mar)*, na falésia sôbre que está edificada a aldeia de Peniche-de-Baixo, J¹, Ph, → 30 m [1, pág. 80] [21, pág. 114] [47] [48] [52] [53] [61, pág. 141] [64, págs. 5, 12] [70, pág. 24] [112, págs. 579, 580, 582] [131, págs. 4, 6] [132, pág. 43] [134, págs. 4, 5]. (167) *Gr. dos Frades* [61, pág. 141] [112, estampa seg. à pág. 582]. (168-157) *Grs. da costa meridional de Peniche* (entre o Cabo-Carvoeiro e Peniche-de-Baixo): (168) *Furna do Dominique*, (169) *Furna das Pombas*, (170) *Paços de Dona Leonor* [24] [112, pág. 582], (171) *Furna do Carreiro-de-Joanes*, (172) *Furna do Carreiro-do-Inferno*, (173) *Furna do Carreiro-Fedorento*, (174) *Cova dos*

Estudantes, (175) *Furna da Fortaleza*. — Freg. SERRA-DE-EL-REI: (176) *Casa da Moura* (ou *Lapa dos Rodeiros*) ! no planalto de Cesareda, J^1 , Ph, C, \perp 30 m, EcEg, D, O, G [1, pág. 75] [21, pág. 81] [46, pág. 19] [53] [70, pág. 49] [100, págs. 10, 11] [131, págs. 4, 6] [13, pág. 41, 42] [134, págs. 4, 5]. (177) *Cova-da-Moura*, à beira da anterior, J^1 , \rightarrow 5 m, [46, pág. 19]. (178) *L. do António Neto* (sinónima da seguinte ?), no sítio das Malgastas, a O da L. dos Rodeiros, no mesmo planalto. (179) *L. Furada*, mais de 1 km a SE de Serra-de-El-Rei, no planalto de Cesareda, J^1 , Ph, \perp 12 m, EcEg [1, pág. 80] [21, pág. 103] [46, pág. 19]. (180) *L. dos 3 Moinhos* (sinónima da *Cova da Moura*?), C, \downarrow .

Concelho de **Pombal** — Freg. ABIÚL: (181) *A. Bôcha*, no lugar do Barreiro, T. (182) *A. da Boia* ! a uns 20 minutos da estalagem de Ramalhais, para a dir., da estr. Pombal a Ancião, numa depressão arborizada, \rightarrow 10 m, B. (184) *A. do Cabeço-da-Tinhosa* !, no caminho de Ramalhais para a Serra-da-Sicó, 2 entr., \downarrow 4 m, O, S (I). (185) *A. do Castelo*, no lugar do Castelo. (186) *A. do Cerrado-da-Cabeça*, no limite da Lagoa-das-Ceiras. (187) *As. do Chão-de-Pedreiras* ! no caminho de Ramalhais para a Serra-da Sicó, perto da estr. Pombal a Ancião, e para a sua esq., 5 algares, alguns intercomunicantes, para um deles C. (188) *A. das Corredoiras* ! na base da vertente E da Serra-da-Sicó, vertente chamada das Corredoiras, \downarrow 18 m. EcEg., O, S (I). (189) [Primeiro] *A. das Corujeiras* ! no lugar das Corujeiras, a 1,5 km de Abiúl, J^3 desc. N-S 36 m, Eg, D, G, H (VII). (190) [Segundo] *A. das Corujeiras* ! muito perto do anterior, J^3 , \rightarrow NO-SE 42 m, EcEg, D, H (VII). (191) *A. do Covão-Largo* ! na depressão chamada Covão-Largo, no sopé E da Serra-da Sicó, des.-h., 2 entr., EcEg, S (I). (192) *A. dos Covões* (ou *das Gralhas*), na Serra-da-Sicó. (193) *A. da Hera*, na Serra-da-Sicó. (194) *A. Sapo*, na Serra-da-Sicó (desconhecido em Ramalhais). (195) *A. das Três-Bôças* ! na Serra-da-Sicó, 3 entr., \downarrow 8 m, EcEg, S (I). (196) *A. do Vale-da-Mó* ! a $1/2$ h. da estalagem de Ramalhais, para a dir. da estr. Pombal a Ancião, desc. 18 m, D. (197) *L. da Sicó* (ou *da Guarita*) ! perto do marco

geodésico da Sicó, para NE dêle, ainda na vertente E da Serra, 2 entr., desc.-h 10 m, S (I). -- Freg. REDINHA: ? (198) *Gr. da Serra-do-Poio*, no alto da Serra-do-Poio, a 5 km da Redinha (15 km a NE de Pombal), onde está a capela de N.^a S.^a da Estrêla, OH₂ nasc. [79, vol. 8, pág. 80] [112, vol. 2, pág. 514].

Concelho de **Pôrto-de-Mós** — Freg. ALCARIA: (199) *L. do Mouriscão!*, no Castelo do Zambujal, J³, H (I) [58, pág. 156]. — Freg. ALQUEIDÃO: (200) *A. do Cabeço-do-Sol*. — Freg. ALVADOS: ? (201) *A. Alto*, ao S do Paião [62, pág. 12 e fig. 3]. (202) *A. do Cabeço-Gordo*, ao N de Penedos-Belos, J², desc. 30 m, EcEg [62, pág. 12 e fig. 2] [63, pág. 174, fig. 51]. (203) *A. ao N do Cabeço-das-Pombas*, J², ↓ mais de 85 m [63, pág. 170, fig. 47]. (204) *A. dos Chousinhos*, no sítio do Chão-Mindinho, perto da estrada que vai para Mira, J². (205) *A. Ladeira*, a NO de Telhados-Grandes, a 27 m [62, fig. 5]. (206) *A. Ladoeiro* (ou *L. dos Ladoeiros*)! (1) a NE de Telhados-Grandes, J², desc. a 130 m, term. OH₂, EcEg, D, G [17 b, pág. 387 e fig. 16] [57, pág. 268] [62, pág. 13 e fig. 7] [63, pág. 171, fig. 48]. ? (207) *A. Matalonga*, a SO de Fontainha, ↓ 32 m, O [63, pág. 167, fig. 42]. (208) *A. de Oiro!* a 1/4 h. de Alvados, para o S, J², ↓ 8 m, O., ? (209) *A.* (ou *Lapa*) *das Pombas*, a O do Cabeço-das-Pombas, J², ↓ 25 m [61, pl. VII, fig. 25] [62, pág. 9] [63, pág. 173, fig. 50]. (210) *L. do Anecrial*. (211) *L. da Cabeça-do-Roubo*. (212) *L. da Chã-de-Cima!* a 1/2 h. de Alvados, para o S, J², desc. NO-SE 120 m, EcEg, D, H (IV). (213) *L. do Covão-do-Ninho!* para SE da precedente, J², pequena. (214) *L. da Horta-da-Barreira!* para SE de Alvados, passada a L. da Chã-de-Cima, J², desc. 84 m, D, H (IV). (215) *Ls. do Mindinho*, 4 lapas, perto da planície chamada Mindinho, para O, no alto da Serra [79, vol. 6, pág. 239]. (216) *L. da Pena da-Falsa*, ao N de Alvados, na rocha daquele nome e que de

(1) Explorada biolôgicamente pelo Abade BREUIL, mas não pelos autores.

lá se vê. — Freg. ARRIMAL: (217) *Dolina ressurgente-absorvente de Arrimal*, no bordo O do planalto jurássico de Santo-António, no fundo do poço central da depressão tectónica de Arrimal, J^3 [62, pág. 10] [63, págs. 156, 158, 163, figs. 3, 55, 56]. — Freg. CÊRRO-VENTOSO: (218) *Grs. da Portela-de-Vale-de-Espinho*, no alto da Serra-de-Albardos [92, págs. 434, 437]. — Freg. MENDIGA: ? (219) *A. da-Marinha*, no «planalto de Santo-António» (em Marinha, 2 km ao N de Mendiga?), J^3 , ↓ 26 m [63, pág. 167, fig. 41]. (220) *L. do Covão-do-Lopo*, J^2 , 20 m, Eg [17 b, pág. 389, fig. 18]. (221) *L. do Covão-do-Louro* (será a anterior?), no Vale-das-Lapas. (222) *L. de Valverde*, no Vale-das-Lapas. — Freg. MIRA-DE-AIRE: (223) *Gr. de Mira*, dentro da povoação, descoberta ao abrirem um poço, J^2 , Ph, T. (224) *Ólho de Água-da-Azenha* (penetrável na estação sêca) no bordo E da lagoa («polje») de Mira-Minde, J^2 , ⊥ a 90 m, term. OH_2 , D [62, pág. 7] [63, pág. 160, fig. 40] cf. [61, pág. 169]. (225) *Ólho de Água-de-Mira* (penetrável na estação sêca), perto da povoação, no bordo N da depressão («polje») de Mira-Minde, J^2 , desc. a 100 m, term. OH_2 [63, pág. 160]. (226) *Ventas-do-Diabo* (ou *Buracas-da-Pena*) ! a O de Mira, na encosta da Serra-de-Minde, 2 cav. visíveis de longe, J^2 , D, H (IV). (226) ? *A. do Chosso do-Coral* ⁽¹⁾, no planalto de Santo-António, ↓ 92 m, Ec, g OH_2 , D [62, pág. 11] [63, pág. 167, fig. 43].

Ver também: Distr. de Santarém, concelhos de Alcanena e Santarém (*L. dos Esteiros*, *A. da Aderneira*, *A. ao N de Covão-dos-Porcos*).

Distrito de LISBOA

Concelho de Alenquer — Freg. CABANAS-DE-TÔRRES: (228) *L. do Vale-do-Arrenal*. — Freg. CARNOTA: (229) *Gr. dos Refugidos*, à dir. da estr. nacional do Carregado a Sobral-

(1) Em 1923 [62, pág. 11] FLEURY tinha escrito «*Algar do Chosso do Cural*». Em nenhuma das suas publicações precisa a localização deste algar.

-de-Monte-Agraço, em frente da aldeia de Refugidos, J^3 , Ph, muito pequena, S [4]. — Freg. OTA: (230) *Grs. do Vale-dos-Olhos-de-Água-de-Ota*, vale que vai de Ota a Atouguia-das-Cabras, J^3 , Ph, em geral pequenas e sêcas [62, pág. 4] cf. [11] [70, pág. 52] [93] [94]. — ? (231) *Algarve da Figueira* ! uns 5 km ao N de Alenquer, na Serra-de-Ota, numa propriedade do Sr. Hipólito Cabaço, no meio de um campo lavrado, \perp 10 m, OO, BB, HH (IV). ? (232) *Algarve da Vaca Danada*, também na Serra-de-Ota, perto do precedente, TT. — Freg. TRIANA: ? (233) *L. dos Morcegos* ! junto à vila de Alenquer, na margem dir. do rio, na confluência de um ribeiro que vem da Quinta-do-Barreiro, Ph, \rightarrow O-E, S-N, O-E, ag 100 m, term. OH_2 . — Freg. VILA-VERDE-DOS-FRANCOS: (234) *Algarve do Tlim*.

Concelho do **Cadaval** — Freg. CERCAL: (235) *Algarve do Cabeço-Farinho*. (236) *O Bôco*, na Feiteira, lugar do Salvador. (237) *Cova do Lôbo*, no Salvador. (238) *Buraca* (ou *Cova*) *da Moira* ! na Pena-da-Lapa, lugar do Salvador, à dir. da estr. Cercal a Alenquer, sob. 30 m, S (I) [5 a, pág. 198]. (239) *Buraca da Moira do Picoto-Vieira* (será a precedente?). (240) *Minas do Cabeço-da-Bôca-do-Focho* (talvez sejam os Buracos Mineiros); ver 252. — Freg. LAMAS: (241) *Algar* (ou *Algarve*) *das Gralhas* ! no alto das Fontainhas, perto da quinta do mesmo nome, a uns 3 km de Pragança, 2 entr., Ph, v.-desc.-v. mais de 100 m, EcEg, GG, S (IV) [143, pág. 225]. (242) *Algar* (ou *Algarve*) *da Maria-Pia* (ou *da Maria Piça*), a uns 2 km de Pragança, \downarrow mais de 70 m. (243) *Algarve do Cabeço-do-Macrial* ! a pouco mais de 1 km de Rocha-Forte, para SE, a 6 m. (244) *Algarve do Cabeço-Redondo* ! na encosta do cabeço virada ao nascente, entr. escondida numa densíssima mata de carrasco e carvalho, à dir. do caminho que vem de Pragança pelo Furadouro, Ph, desc. a 15 m, EcEg, D, S (IV). (245) [Primeiro] *Algarve da Senhora-das-Neves* ! abaixo da Ermida da Senhora-das-Neves, uns 40 m para à dir. de quem sobe a calçada do Convento, \perp a 20 m, EcEg, gOH_2 (IV), H (IV). (246) [Segundo] *Algarve da Senhora-das-Neves* ! perto do anterior,

mas muito mais próximo da calçada do Convento, desc. a 7 m, depois T, H (IV). (247) *Algarve da Terra-da-Rólha* ! a 1 km de Rocha-Forte para SE, a uns 200 m para S.SO do n.º 243. (248) *Algarve do Vale-das-Pedras*, perto de Rocha-Forte. (249) *Algarve das Sete-Casas*, perto do n.º 252, a uns 3,5 km de Pragança, no caminho para o Salvador. (250) *Grs. do Castelo-de-Pragança*, no monte dêste nome, sobranceiro a Pragança, pequenas, Ph. (251) *Grs. do Castelo-Velho-de-Rocha-Forte*, no monte do Castelo-Velho, cêrca de 1,6 km para S de Rocha-Forte, na vertente que desce para o Vale-das-Pedras [1 a, págs. 49, 51, 53]. (252) *Gr. das Fontainhas* (ou *Buracos Mineiros*, ou *Algarve dos Montes de-Terra*) ! no alto das Fontainhas, à cêrca de 400 m de alt., à dir. e muito perto da estrada Pragança a Salvador, a uns 4 km de Pragança, J, Ph, 3 entr., 2 em algarve e a outra em lapa, EcEg, S (I, IV) [34] [70, pág. 42] [131, págs. 4, 6] [133, págs. 41, 42] [134, págs. 4, 5] cf. [27] e [112, vol. 2, pág. 567]. (253) *Ls. do Furadouro-de-Trás* ! 7 lapas e abrigos, na escarpa SO do vale do Furadouro-de-Trás, que desce na direcção NO-SE entre o maciço mais elevado da Serra-de-Montejunto e o monte em que está o marco geodésico do Espigão, Ph, Z, → de 1-12 m, Ec, H (IV), S (I), cf. [1, pág. 80] [2] e [34, pág. 152]. (254) *L. do Furadouro-de-Rocha-Forte*, perto de Rocha-Forte, ao pé de uma pedreira. (255) *L. da Penha-do-Meio-Dia* ! a cêrca de 1 km de Pragança, à esq. da estr. que conduz à parte mais alta da Serra-de-Montejunto, → a 20 m, 3 abert., S. (256) *L. das Penhas-do-Relvio* ! na base da Penha-do-Relvio, na parte SO da Serra-de-Montejunto, a 1/2 h. do terminus da estr. que vai de Pragança para a parte mais alta da Serra, desc. a 15 m, D, H (IV). (257) *L. do Vale-Carvalho* ! perto da anterior, a meia altura da encosta que fica à dir. de quem desce o vale daquele nome, desc.-h. a 10 m, OO, S (IV).

Concelho de **Cascais** — Freg. ALCABIDECHE: (258) *Gr. de Pôrto-Côvo*, na propriedade de Pôrto-Côvo e na margem dir. da ribeira do mesmo nome, nos mármore, perto do contacto com os granitos, no caminho que vai para a barragem

do Rio-da-Mula, J, Ph, Ec, H, [21, pág. 112] [39, pág. 206] [101, pág. 82] [143, pág. 215]. — Freg. N.^a S.^{ta} DA-ASSUNÇÃO: (259) *Gr. do Forte-da-Guia*, perto do Forte-da-Guia, à beira mar, mais de 70 m [61, pág. 141] [62, pág. 5]. (260) *Gr. da Falésia-do-Guincho*, à beira-mar. (261) *Grs. do Poço-Velho*, nos arrabaldes da vila de Cascais, Ph, → a 50 m N-S [1, pág. 71] [21, pág. 104] [38] [100, pág. 10] [101, pág. 82] [111, pág. 195] [131, págs. 4, 6] [133, págs. 41, 42] [134, págs. 4, 5] [140, pág. 250] [141] [143, pág. 220].

Concelho da **Lourinhã** — ? (262) *Gr. próximo da Lourinhã* ⁽¹⁾, Ph, T.

Concelho de **Mafra** — Freg. CARVOEIRA: (263) *Furnas* (ou *Furnias*) *do sítio das Amoreiras*, próximas do sítio chamado a Volta-do-Carro, na margem esq. da Ribeira-de-Cheleiros, arredores da Ericeira, Ph, a maior → 5 m [110, pág. 331]. (264) *Furnas próximas da foz de S. Julião*, perto das anteriores, mais perto da foz da ribeira [110, pág. 332]. — Freg. ERICEIRA: (265) *Furnas litorais*, entre a Praia-do-Sul e a da Ribeira.

Concelho de **Oeiras** — Freg. BARCARENA: (266) *Gr. de Liceia* (ou *do Moínho-da-Moura*), em Liceia, na escarpa do Moínho-da-Moura, cêrca de 1 km a O.SO de Barcarena, Ph, muito pequena [1, pág. 86] [100, pág. 11] [114, pág. 12 e est. II, fig. 2] [143, pág. 215]. — Freg. CARNAXIDE: (267) *Gr. da Senhora-de-Carnaxide*, à esq. da estr. Carnaxide a Cruz-Quebrada, junto à igreja da Senhora-da-Rocha-de-Carnaxide, 8 m [79, pág. 112] [112, vol. I, pág. 582] [139] [142] [143, pág. 215]. — Freg. OEIRAS: (268) *Gruta da Ponte-de-Lage* ⁽²⁾, uns 2 km ao N de Oeiras, na margem esq. da ribeira da Lage, Ph, a 15 m, H [123].

Concelho de **Sintra** — Freg. ALMARGEM-DO-BISPO: (269-272) *Grs. de Olelas*, a NE de Olelas, aldeia a 800 m da

⁽¹⁾ Conhecida do P.^o E. JALHAY, que está encarregado de explorá-la.

⁽²⁾ A «Carta Geológica dos Arredores de Lisboa», [123], regista mais 2 grutas, não pré-históricas, a N.NE desta.

estação de C. F. do Sabugo (linha de Oeste), e no vale da Calada, que fica entre o Cabeço-do-Picoto (a S) e o Cabeço-das-Pedras (a N), *J*⁴, Ph [39, pág. 207] [97] [114, pág. 69] [123]. (269) *Cova do Biguino* (ou *do Bequino*), na encosta N. do vale da Calada, com a bôca virada a SO, *J*⁴, Ph, a 12 m [39, pág. 207] [97, pág. 111 e fig. 5, ests. II e V]. (270) *Cova Grande*, na vertente S. do vale da Calada, *J*⁴, Ph, a 5 m [97, pág. 110]. (271) *Cova da Raposa*, na vertente S do vale da Calada, entr. virada ao N, *J*⁴, Ph, a 11 m [39, pág. 207] [97, pág. 109 e ests. II e IV] [123]. (272) *Toca do Arco* [39, pág. 207]. (273) *Grs. do Penedo-Gião*, «para lá dos Almornos, ao N. e sob a Portela» [39, pág. 207]. (274) *Ressurgência da Pedra-Furada*, perto do apeadeiro de Pedra-Furada (linha de Oeste), *C*³ [61, pág. 189]. — Freg. BEIAS: (275) *Cave a E. de Cacém*, no planalto cretácico a leste de Cacém [62, pág. 6]. [276] *Gr. de Aqualva*, Aqualva, próximo de Cacém, Ec, H. (277) *Mina Grandela* ! ⁽¹⁾, na Quinta-do-Malhapão, perto de Monte-Suímo, na parede ocidental da Mina Grande, sob., — < 15 m, S (X) [33, pág. 194 e est.] cf. [7, págs. 178, 188, 190, 194]. — Freg. COLARES: (278) *Casas dos Moiros*, furnas litorais, ao pé da Malhada-do-Tabaco, no Espigão-Torto, a 1/2 légua da Azoia (Cabo-da-Roca) [144, pág. 139]. (279) *Furnas da Praia-da-Adraga*, na Praia-da-Adraga, uns 3 km a SO da Praia-das-Maçãs [112, vol. I, pág. 544]. (280) *Furnas da Praia-Grande*, a SO da Praia-das-Maçãs [112, vol. I, pág. 546]. — Freg. S. JOÃO-DAS-LAMPAS: (281) *Cova-dos-Mouros* ⁽²⁾, 2 furnas perto de S. João-das-Lampas, a 9 km a N de Sintra [138, pág. 140] cf. [1 a, pág. 237]. — Freg. S. PEDRO-DA-SILVA: (282) *Gr. do Vianinha* (ou *de Vale-Flor*), na Quinta de Miramar, do Mar-

(¹) Talvez se trate das minas subterrâneas do Monte-Suímo, a que aludiu, pela primeira vez, o P.^o CARDOSO no seu «Dicionário Geográfico», 1751, t^omo 2, cf. [7, pág. 178].

(²) M. APOLINÁRIO visitou a região no mesmo ano que LEITE DE VASCONCELOS, mas não conseguiu obter quaisquer notícias de tais furnas.

quês de Vale-Flor, na estrada Sintra a Cascais (por Linhó), EcEc, S [112, vol. 1, pág. 549].

Concelho de **Tôrres-Vedras** — Freg. RUNA: (283) *Gr. da Princesa* (natural?), perto de Tôrres-Vedras [112, vol. 2, pág. 559].

Concelho de **Vila-Franca-de-Xira** — Freg. V. FRANCA-DE-XIRA: (284) *Locas do Monte-Gordo*, ao pé da estação de C. F. de Vila-Franca-de-Xira, à dir. de quem vai para Lisboa, muito pequenas.

Distrito de PORTALEGRE

Concelho de **Marvão** — Freg. ARAMENHA (S. SALVADOR): (285) *Caleiras da Escusa*, a 6 km de Castelo-de-Vide, junto à estr. para Marvão, a 1 km da aldeia da Escusa, 10 m, EcEg (em constante transformação pela exploração do calcário) [37] [51, pág. 35]. (286) *Galerias dos Olhos-de-Água*, no sítio dos Olhos-de-Água, uns 3 km das anteriores, para o lado de Marvão, ⊥ a 20 m, EcEg, GG.

Distrito de SANTARÉM

Concelho de **Alcanena** — Freg. ALCANENA: ? (287) *L. da Galinha* ! muito perto de Alcanena, na Quinta-do-Rabaçal, J^2 , Ph, desc.-h., EcEg, H (1) [109, pág. 383] [146, pág. 12 e fig. 1]. — Freg. MINDE: ? (288) *A. das Covitas*, «a SE da Serra de Santo-António, ↓ 15 m, D, O [63, pág. 169, fig. 45]. ? (289) *L. dos Esteiros*, na Serra de Santo-António [144, pág. 119]. (290) *L. (ou Algar) da Ovelha* ! na parte superior da vertente E da Serra-de-Minde, J^1 , ∇ a 55 m, EcEg, D [17 b, p. 388 e fig. 17] [57, pág. 268] [62, pág. 13 e fig. 6] [63, pág. 172, fig. 49] [144, pág. 119]. (291) *Ólho de Minde* ! (penetrável nas estiagens) a NE da povoação de Minde, no bordo E da depressão de Minde-Mira, J^2 , ⊥ ag 25 m, term. OH₂ [62, pág. 7] [63, págs. 160, 165] cf. [61,

pág. 169]. — Freg. MONSANTO: ? (292) *Algar* ⁽¹⁾, «no sítio dos Carrascos ou Covão das Samorras, cercanias da aldeia de Monsanto», Ph [109]. ? (293) *Dolinas ressurgentes e absorventes de Covão do Feto*, no bordo meridional do planalto de Santo-António, na depressão tectónica de Covão-do-Feto, *J*² [63, pág. 163, figs. 54, 56]. — Freg. SERRA-DE SANTO-ANTÓNIO: ? (294) *A. da Cheira*, «a SO da Serra de Santo-António», *J*², ⊥ 35 m, EcEg, GG [62, p. 12, fig. 4]. Ver também: Distrito de Leiria, concelho de Pôrto-de-Mós (*A. Alto, A. Matalonga, A. do Chosso do Coral*).

Concelho de **Ferreira-do-Zézere** — Freg. AREIAS: (295) *L. de Ave-Casta*, junto à capela de S. João-Degolado [40 a, vol. 2, pág. 1056] [79, vol. 1, pág. 258] [144, pág. 142].

Concelho de **Rio-Maior** — Freg. ALCOBERTAS: (296) *Gr. das Alcobertas* ! 15 km ao N de Rio-Maior, na Serra-de-Candeeiros, a $\frac{3}{4}$ h. da povoação das Alcobertas, *J*², Z, M, → a 250 m, EcEg, H (I, VII) [19] [63, pág. 131] [79, vol. 1, pág. 77] [89] [100, pág. 10] [108, vol. 1, pág. 178] [112, vol. 2, pág. 604] [130] [149] [151] [152]. (297) *Olhos de Água das Alcobertas*, em Alcobertas, *J*³ [63, pág. 131 e figs. 3, 5]. — Freg. RIO-MAIOR: ? (298) *As. do Alto-da-Capa-Rôta* [144, pág. 123]. (299) *Cova (ou Buraca) da Moira-das-Bôcas-do-Jogadoiro* ! a uns 3 km de Rio-Maior, à dir. da estr. que vai para as Caldas-da-Rainha, Z, → a 20 m, EcEg, H (I) [144, pág. 122]. (300-301) *Gr. da Senhora-da-Luz e Gr. dos Vales-da-Senhora-da-Luz* ! no sítio da Senhora-da-Luz, a 5 km de Rio-Maior, à dir. da estr. para as Caldas, muito perto uma da outra, Ph, EcEg, H (I) [119] [120]. (302) *Ressurgências de Rio-Maior (Bôcas, etc.)* [61, pág. 171] [112, vol. 2, pág. 605].

Concelho de **Santarém** — Freg. ABRÁA: ? (303) *A. ao N.*

(¹) F. A. PEREIRA [109, pág. 382] refere-se a «Monsanto, aldeia do concelho de Tôrres Novas». Supomos que aludia à freguesia de Monsanto que em 1914 passou para o concelho de Alcanena, então criado. No entanto, existe na freguesia de Paço do concelho de Tôrres-Novas um lugar também chamado *Carrascos*.

de Covão-dos-Porcos [63, pág. 168, fig. 44]. — Freg. ALCANENE: ? (304) *A. da Aderneira*, «a NO de Vale-de-Trave» (1), ↓ 20 m, DD, B [62, pág. 9, fig. 1, e pág. 11] [63, pág. 170, fig. 46]. — Freg. AMIÃES-DE-BAIXO: (305) *L. da Canada* (2), a 1 km para E de Amiães-de-Baixo, à entrada do túnel-perda do rio de Amiães, na margem esq. do curso subterrâneo do rio e acima dêle, *J*², S (I) [17] [63, pág. 134 e fig. 6] [87, pág. 95, fig. 28] [145, pág. 113] cf. [17 b, pág. 390] e [62, págs. 8 e 12]. (306) *Olhos de Água do Alviela*, 2 km ao S de Monsanto, *J*² [61, pág. 171] [62, págs. 7, 8] [63, págs. 130, 134, figs. 2, 3, 8-10, 54-56] [79, vol. I, pág. 178] [112, vol. 2, pág. 372]. (307) *Ressurgência do Poço-Escuro*, à saída do túnel do rio de Amiães e a montante da precedente, *J*² [63, pág. 134]. — Freg. PERNES (308) *Gr. de Pernes*: (3), Ph, [114, pág. 3].

Ver também: Distrito de Leiria, concelho de Pôrto-de-Mós (*A. Alto, A. Matalonga, A. do Chosso do-Coral*).

Concelho de Tomar — Freg. BEZELGA (S. Silvestre): (309) *Gr.*, no sítio de Casal-Novo. — Freg. CARREGUEIROS:

(1) Em 1923 [62, pág. 9, fig. 1] FLEURY tinha escrito: «Oeste de Covão do Feto», lugar pertencente à freg. de Monsanto, conc. Alcanena.

(2) Parece que FLEURY [62, pág. 12] chama «Algar do Chosou» [sic] ao túnel do rio de Amiães, cuja entrada é a *Lapa da Canada*. A pág. 8, coluna da dir., *op. cit.*, tinha-se referido a «um pequeno circo aberto na parte média [do túnel] [que] resulta de um cruzamento de galerias ainda mais elevadas [do que o antigo leito subterrâneo do rio, 3 m acima do actual], uma das quais pode ser seguida num trajecto de quinze metros; termina ainda por cima do túnel...»; não sabemos se é a estas galerias se às da entrada do túnel (*Lapa da Canada*) que BREUIL e FLEURY [17 b, pág. 390] chamam «Galeries des Olhos d'Água». FLEURY, [62, pág. 8] coluna da esq., linha 4, alude ainda a uma «grutasinha» que fica por cima da ressurgência dos Olhos de Água do Alviela.

(3) Em 1878 CARLOS RIBEIRO [114, pág. 3] anunciava futuros estudos pré-históricos, um dos quais se intitularia «Os restos humanos das grutas de Pernes». Não conhecemos mais nenhuma referência a tais grutas.

(310) *Gr.*, no sítio de Arrudos. — Freg. MADALENA: (311) *L. da Quinta da Anunciada*. — Freg. PEDREIRA: ? (311) *Gr. dos Morcegos*, ao pé de Pôrto-de-Cavaleiros [144, pág. 142]. ? (312) *Gr.*, entre Sobreirinho e Pôrto-de-Cavaleiros, ao pé do Rio-Nabão [144, pág. 142]. — Freg. TOMAR: (313) *Gr.*, no sítio de Morteira. — Freg. SABACHEIRA: (314) *Buraca da Moira*, em Vale-Freixo, perto de um forno de cal. (315) *Buraca da Raposa*, em Água-Boa, ag 10 m. (316) *Buraca* (ou *Lapa do Silva* (ou *do Velho* ou *da Velha*) ! no lugar do Agroal, junto ao moinho do Chola, margem dir. do R.-Nabão, a $\frac{3}{4}$ h. de Chão-de-Maçãs, sob. 18 m, EcEg, S (I). ? (317) *Grs. de Chão-de-Maçãs* ⁽¹⁾ [144, pág. 119]. ? (318) *Grs.*, junto de Vale-dos-Ovos, em trincheiras do C. F. [144, pág. 142].

Concelho de **Tôrres-Novas** — Freg. ASSENTIZ: (319) *Grs.*, nos sítios do Castelo, Moreiras-Grandes e Vale-da-Pipa. — Freg. PEDRÓGÃO: (320) *Gr. da Nascente do Almonda* ! na muralha calcária de Casais-de-Martanos, de cuja base brota a nascente do Rio Almonda, junto à Fábrica de Papel, J^2 , Ph, → a 45 m, term. OH_2 (lago) (parece que há galerias para além do lago), B, H (IV) [98]. (321) *Ressurgência do Almonda*, por debaixo da gruta precedente [61, pág. 170] [62, pág. 7] [63, págs. 131, 133, figs. 3, 4]. — Freg. ZIBREIRA: (322) *L. da Bugalheira* ! sítio da Bugalheira, perto da aldeia de Almonda, a $\frac{2}{3}$ da encosta de uma penha, a $\frac{1}{4}$ h. da Fábrica de Papel, J^2 , Ph, → pequena, O, S (IV).

Concelho de **Vila-Nova-de-Ourém** — Freg. FÁTIMA: (323) *A. de Água*, a uns 2 km da Cova-da-Iria, à esq. da estr. que vai para Leiria por Cortes, grande, EcEg, HH. (324) *A. da Cabeça-Alta* ! perto da aldeia de Fátima, numa propriedade do P.^o AGOSTINHO MARQUES FERREIRA, J, Z, v.-h.-v. ag 60 m, EcEg, g, B, HH (IV). (325) *A. do Cacho* (325 a) *A. das Heras*. (326) *A. Trovão*, no Casal-Farto, Serra-de-Aire, ↓, TT. (327) *L. da Salgada* ! a cêrca de 1 km do A. da Cabeça-Alta,

(¹) Chão-de-Maçãs pertence, em parte, à freg. de Ceissa, conc. de Vila-Nova-de-Ourém.

numa propriedade do Sr. JOSÉ DE ALMEIDA, J, ZZ, → a 80 m, EcEg, g OH₂, HH (IV). Ver também [112, vol. 2, pág. 506].

Distrito de SETÚBAL

Concelho de **Grândola** — Freg. MELIDES: (328) *Gr. da Cerca-do-Zambujal*, a 200 m para SO da igreja de Melides, Ph, → a 6 m [96] [131, págs. 4, 6] [132] [133, pág. 41, 42] [134, págs. 4, 5]. (329) *Gr. do Lagar*, junto à povoação de Melides, Ph, a 10 m, mesma bibliografia que a anterior.

Concelho de **Palmela** — ? (330) *Gr. do Casal-Pardo* (natural? calcária?) [134, pág. 4, 5].

Concelho de **Setúbal** — Freg. ANUNCIADA: (331) *Grs. da Pena*, no sítio da Pena, a NO de Setúbal [144, pág. 168]. (332) *Grs. da Rotura*, no sítio da Rotura, arredores de Setúbal, na escarpa entre Valtão e os Bonecos [1, pág. 86] [42, vol. 8, págs. 51, 267, fig. 3, pág. 271; vol. 9, pág. 145, figs. 169, 170] [144, pág. 168]. — Freg. VILA-NOGUEIRA-DE-AZEITÃO: (333) *A. do Formosinho*, junto ao monte do Formosinho, ↓, fundo. (334) *A. do Jôgo-dos-Mouros* ! no Cabeço-de-Olivide. ? (335) *A. de Vale-Bom*, «no caminho que vai para a Senhora-do-Carmo, onde chamam Val-Bom, indo sair ao sítio da Água Branca», na Serra-da-Arrábida [79, vol. 1, pág. 238]. (335 a) *Cova (ou Lapa) do Médico* ! sobranceira ao Portinho-da-Arrábida, na encosta do Convento e abaixo dêste, J², ZZ, desc., EcEg, DD, H (VII) [112, vol. 1, pág. 662] [137, pág. 142]. (336) *L. da Boa-Vista*, defronte da Fonte-Solitária. ? (337) *L. do Crêro*, entre o Portinho-da-Arrábida e Outão. ? (338) *L. do Fôrno-das-Feiticeiras*, perto de Outão. (339) *L. da Nazaré (ou da Ovelha)* ! no sítio da Nazaré, à esq. da estr. que vai de Azeitão para o Portinho, → 10 m, OO. (340) *L. de Santa-Margarida* ! junto ao Portinho, à beira-mar, J, →, EcEg, S (VII, XII) [43, pág. 321 e fig. 6] [112, vol. 1, págs. 658, 659, e mapa entre págs. 652-653].

Concelho de **Sezimbra** — Freg. CASTELO: (341) *Gr. do Fumo*, no lugar do Pinheirinho, a uns 3 km de Santana, no caminho para o Cabo-Espichel, a 15 m. ? (342) *L. da*

Greta, entre o Alpertucho e o Risco, OH₂ [112, vol. 1, pág. 659]. ? (343) *L. dos Morcegos!* na arriba, entre o Alpertucho e Sezimbra, ZZ, → mais de 100 m, OH₂, GG.

14. BIBLIOGRAFIA POR ASSUNTOS

História da Espeleologia: [46] [62, pág. 1] [84] [85] [86] [117] [118] [147, pág. 40] [150]. *Designações populares das cavernas*: [46] [61, pág. 159] [62, pág. 3] [63, pág. 168] [143, pág. 212] [147, pág. 33]. *Calcários e sua distribuição em Portugal*: [13] [14] [18] [20] [28] [30] [31] [44] [49] [61, págs. 163, 178, 248] [121] [126] [127] [129]. *Regiões lapiaras calcárias*: [61, págs. 163, 166, 187, 204, 226] [62]. *Distribuição das cavernas*: [61, pág. 181] [62, pág. 6] [63, pág. 173] [143, pág. 212]. *Morfologia e Geologia das regiões calcárias*: [29] [36] [53] [59] [61] [63] [87] [123]. *Origem e modo de formação das cavernas*: [45] [46] [51] [60] [62, págs. 4, 13] [63, pág. 173] [71] [78] [83] [85] [87] [127, vol. 8, pág. 24] [150]. *Tipos de cavernas*: [61, pág. 181] [62, pág. 4] [63] [71] [78] [150]. *Hidrologia das regiões calcárias*: [32] [60] [61, pág. 189] [62] [63] [78] [83] [87] [88] [128]. *Arqueologia e Etnografia pré-históricas*: [1] [2] [3] [4] [38] [39] [42] [46] [47] [48] [49] [50] [56] [64] [91] [92] [96] [97] [98] [101] [102] [114] [115] [116] [122] [125] [131] [132] [133] [134] [143] [147]. *Fauna quartenária de Vertebrados*: [11] [34] [46] [48] [67] [68] [70] [93] [94]. *Técnica espeleológica geral*: [22] [23] [75] [118] [135] [150]. *Biospeleologia*: [8] [55] [57] [65] [66] [72] [73] [80] [81] [90] [107] [118] [137] [148]. *Técnica biospeleológica*: [10] [25] [26] [54] [74] [113] [118].

15. LISTA BIBLIOGRÁFICA GERAL

(COMPREENDENDO AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES
QUE SE REFEREM A GRUTAS DE PORTUGAL)

[1] **Aberg**, N. (1921) *La civilisation énéolithique dans la péninsule ibérique*. Uppsala: Akademiska Bokhandeln; XIV+204 págs. — [1 a] **Apollinario**, M. (1895). *O Castello-*

- Velho de Rocha-Forte. *O Archeol. Port.* 1:49-54. — [1 b] Idem (1895). Antiquidades do Concelho de Cintra. *O Archeol. Port.* 1:237-239. — [2] Idem (1897). Grutas do Furadouro. *O Archeol. Port.* 3:86-95. — [3] **Athayde, A.** (1931). Sôbre umas ossadas pré-históricas da Gruta do Carvalhal. *XV^e Congrès inter. d'Anthropol. et Archéol. pré-hist.*, págs. 203-206. — [4] Idem. Ossadas pré-históricas da gruta dos Refugidos, in *Homenagem a Martins Sarmiento*: 31-36. Guimarães. — [5] **Azevedo, P. A. de** (1896). Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758». *O Archeol. Port.* 2:89-92. — [5 a] Idem (1897). Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758». *O Archeol. Port.* 3:193-208. — [6] Idem (1903). Extractos archeológicos das «Memorias parochiaes de 1755». *O Archeol. Port.* 8:255-258. — [7] Idem. As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na Historia. *O Archeol. Port.* 23:158-202. — [8] **Bailey, V.** (1933). *Cave Life of Kentucky*. Notre Dame, Indiana: *University Press*; 256 págs. — [9] **Baker, E. A.** (1932). *Caving*. London; XV+252 págs. [citado por PEARSE, 1938]. — [10] **Barber, H. S.** (1931). Traps for cave-inhabiting insects. *J. Elisha Mitchell Sc. Soc.* 46:259-266 [citado por PEARSE, 1938]. — [11] **Barret-Hamilton** (1896). Freshlooking skeletons of the Norway Lemming obtained by Dr. H. GADOW in caves near Athouguia, in Portugal. *Proc. Zool. Soc. London*, 1896, pág. 304 [citado por HARLÉ, 1911, pág. 52]. — [12] **Bensaude, A.** (1920). Note sur la Descloizite de la Mine de Perguiça (Sobral da Adiça). *Bull. Soc. port. Sc. nat.*, vol. 8, fasc. 2:154-156. — [13] **Bleicher, M.** (1898). Contribution à l'étude lithologique et chimique des roches sédimentaires, secondaires et tertiaires du Portugal. *Commun. Dir. Trab. Geol. Port.* 3:251. — [14] **Bleicher et Choffat** (1901). Contribution à l'étude des dragées calcaires des galeries de mines et de captation d'eaux. *Commun. Dir. Trab. Geol. Port.* 4:148-154. — [15] **Boléo, J. de O.** (1938). As Cavernas. Como se formam. Quem as habita. *Naturalia*, vol. 2, n.º 2:70-81. — [16] **Bonnet, C.** (1850). Mémoire sur le royaume de l'Algarve (Province de Portugal). *Mem. Acad.*

R. Sc. Lisboa, 2.^a ser., tomo II, parte II, págs. III-VIII + 1-176 k. — [17] **Botto**, J. M. PEREIRA (1889). *Glossario critico do Museu*. Faro [citado por VASCONCELOS, J. LEITE DE, 1918, pág. 109]. — [17 a] **Breuil**, H. (1929). Cova dos Mouros de Lage. Caves de Carvathal (in JEANNEL, R. et RACOVITZA, G., «*Énumération des grottes visitées, 7^e série*», *Biospeologica* n.º 54, in *Arch. Zool. exp. gén.* 68, pág. [293] 387). — [17 b] **Breuil**, H. et **Fleury**, E. (1929). Lapa dos Ladoeiros. Lapa d'Ovelha. Lapa do Covão do Lopo. Galeries des Olhos d'Água (in *oper. cit.* pág. 387-390). — [18] **Brindley**, W. (1903). *Rapport sur les carrières de Marbre et d'Albâtre oriental de Saint-Adrien, province de Trás-os-Montes, Portugal*. Porto; 12 págs. [tradução do original inglês de 1894, com adenda; citado por CHOFFAT, 1905, *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 6:198] — [19] **Brito**, NOGUEIRA DE (1938). A excursão da Sociedade de Propaganda de Portugal. *Concelho de Rio Maior*, ano 3, n.º 105 (de 30-VII-38), pág. 2 [transcrição, com um intróito anónimo, do artigo do *Diário de Notícias* n.º 26.031 (de 27-VII-38) «A Gruta de Alcobertas e os jazigos de sal gema de Rio Maior»]. — [20] **Cabral**, J. A. C. NEVES (1864). *Relatorio sôbre a Exposição Universal de Londres de 1862. Estudos geológicos. Minerais uteis e suas applicações. Metallurgia e lavra de minas*. Lisboa: Imprensa Nacional; XI + 307 págs. — [21] **Cartailhac**, E. (1886). *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris. — [22] **Casteret**, N. (1936). *Au fond des gouffres*. Paris: Libr. acad. Perrin; XVI + 299 págs. — [23] *Idem*. *Dix ans sous terre*. Paris: Libr. acad. Perrin; XXI + 314 págs. — [24] **Cervantes**, A. M. SOUTO (1890). Os passos de D. Leonor. *Rev. Lusitana* 2:309-311. — [25] **Chappuis**, P. A. (1927). *Die Tierwelt der unterirdischen Gewässer*. Stuttgart: Schweizerbart; 175 págs. [Thienemann's «*Die Binnengewässer*», Bd. III]. — [26] *Idem*. *Methodik der Erforschung der subterranean Fauna* (in ABDERHALDEN, E., *Handbuch der biologischen Arbeitsmethoden*, Abt. IX, Teil 7, Lfg. 346, págs. 161-226, Berlin). — [27] **Choffat**, P. (1891). Passeio geologico de Lisboa a Leiria (Versão do francês por J. C. BERKELEY COTTER. *Rev. de*

educ. e ens. vol. 6, n.º 7:289-340. — [28] Idem (1895). Distribuição do calcareo no solo portuguez. (Resumo de uma conferência de P. CHOFFAT por F. E. A. DE FIGUEIREDO) *A Agricultura Contemporanea* 6:71-75. — [29] Idem (1896). Traits généraux de la géologie des contrées mésozoïques du Portugal. *Rev. Obr. Publ. e Minas* 27:133-161. — [30] Idem (1897). O calcareo no solo portuguez. *Congresso vitícola nacional de 1895* vol. 2:177-184. — [31] Idem (1898). Note sur les dolomies des terrains mésozoïques du Portugal. *Commun. Dir. Trab. Geol. Port.* 3:129-144. — [32] Idem (1899). Les eaux souterraines et les sources. *Bol. R. Ass. centr. Agricult. port.*, 1:111-130 [reprodução do artigo in *Zeitschrift f. Gewässerkunde*, 1900, Heft. 3, págs. 133-152]. [33] Idem (1914). Rapports de Géologie Economique. 4. — Les Mines de grenats du Suimo. *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 10: 186-198. — [34] Idem (1920). Le Bouquetin du Monte Junto. *Bull. Soc. port. Sc. nat.* vol. 8, fasc. 2:151-153. — [35] Idem (1927). *Cartas e Cortes Geológicas feitas debaixo da direcção de Paul Choffat. Distritos de Leiria e Coimbra.* Lisboa: Serviços Geológicos. — [36] Idem (1928). *Carta e Cortes Geológicas dos Arredores de Torres Vedras feitas debaixo da direcção de Paul Choffat.* Lisboa: Serviços Geológicos. — [37] Coelho, LARANJO e Proença, R. (1927). Castelo de Vide, in *Guia de Portugal* [PROENÇA, 1927] vol. 2, págs. 404-416. — [38] Congrès intern. d'Anthropol. et d'Archéol. prehist., C. R. de la 9^e session à Lisbonne, 1880 (1884). *Excursion à Cascaes et Cintra*, pág. 73-78. — [39] Correia, V. (1914). No concelho de Sintra. Excavações e excursões. *O Archeol. Port.* 19:200-216. — [40] Cortesão, J. (1927). Sagres, in *Guia de Portugal* [PROENÇA, 1927] vol. 2, págs. 312-316. — [41] Costa, A. A. DE O. MACHADO E (1936). A Gruta de Sabadela. *Bol. Mus. Miner. Geol. Univ. Lisboa*, n.º 5, 2.^a sér.: 81-94. — [42] Costa, A. I. MARQUES DA (1902-1903). Estações prehistóricas dos arredores de Setubal. *O Archeol. Port.* 7:275-282; 8:47-52, 137-148, 267-274; 9:145-153. — [43] Idem. Estudos sôbre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setubal. *O Archeol. Port.* 26:314-

- 328. — [44] **Costa, MENDES DA** (1936). *Grottes de St.-Adrião, Miranda do Douro — Portugal*. Pôrto. Tipogr. Progreso: 8 págs. [extract de *Spelunca—Bull. du Spéléo-Club de France*. — [45] **Davis, W. M.** (1931). The origin of limestone caverns. *Science* 73:327-331 [citado por PEARSE, 1938]. — [46] **Delgado, J. F. NERY** (1867). *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opusculo: Noticia ácerca das grutas de Cesareda*. Lisboa; 127 págs. [com a versão em francês por M. DALHUNTY]. — [47] **Idem** (1880). Les Grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l'hist. primit. et nat. de l'Homme*. 16^e année, 2^e sér., tome II, pág. 241 [citado por CHOFFAT, *Commun. Com. Serv. Geol. Port.*, tomo 7, pág. XVIII]. — [48] **Idem** (1884). La Grotte de Furninha à Peniche. *Congrès Intern. d'Anthropol. et d'Archéol. préhist., C. R. de la 9^e session à Lisbonne, 1880*; págs. 207-278. — [49] **Idem** (1889). Reconhecimento científico dos jazigos de mármore e alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos. *Commun. Com. Trab. Geol. Port.* 2:45-55 [versão em francês publ. em 1900, Porto: Typog. de Arthur José de Sousa e Irmão; 15 págs.]. — [50] **Idem** (1891). Notice sur les grottes de Carvalhal d'Aljubarrota (Portugal). *Congrès intern. d'Anthropol. et d'Archéol. préhist., C. R. de la X^e session à Paris, 1889*; págs. 564-568 [reproduzido in *Commun. Dir. Trab. Geol. Port.*, 4 (1901): 165-168]. — [51] **Idem** (1891). As cavernas em geral e em especial as de Santo Adrião em Traz-os-Montes. *Rev. de Portugal* 4:31-44. — [52] **Idem** (1905). Deux mots a propos du livre de Mr. GEORGES ENGERRAND «Six leçons de Préhistoire». *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 6:192-196 — [53] **Delgado, J. F. NERY e Choffat, P.** (1899). *Carta Geologica de Portugal* (escala 1:500.000). Lisboa: Dir. Trab. Geol. Port. — [54] **Dudich, E.** (1931). Über die biologische Erforschung der Höhlen. *Allat. Közlem* (Budapest) 28:1-23 [citado por PEARSE, 1938]. — [55] **Idem** (1933). Die Klassifikation der Höhlen auf biologischer Grundlage. *Mitteil. Höhlen- u. Karstforsch.*

(Berlin) 3:35-43 [citado por PEARSE, 1938]. — [56] **Engerand**, G. (1907). A propos de la grotte de Furninha. A propos des silex d'Otta. *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 7:80-84. — [57] **Fage**, L. (1931). Araneae. Cinquième série, précédée d'un essai sur l'évolution souterraine et son déterminisme. *Biospeologica* n.º 55 (in *Arch. Zool. exp. gén.*, tome 71, fasc. 2:99-291). — [58] **Figueiredo**, A. MESQUITA DE (1895). Informações archeologicas colhidas no «Diccionario Geographico» de Cardoso. *O Archeol. Port.* 1:153-158. — [59] **Fleury**, E. (1915). Sur la morphologie du Massif de Porto-de-Moz. *C. R. Acad. Sc. Paris* 161:532-534; e *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 11 (1916): 118-120. — [60] Idem (1915). Sur l'Hydrologie souterraine de l'Alviela. *C. R. Acad. Sc. Paris* 161:700-702; e *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 11 (1916): 121-123. [61] Idem (1917). Notes sur l'érosion au Portugal. II. — Les lapiès des calcaires au Nord du Tage. *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 12:127-274. — [62] Idem (1923). Portugal Subterrâneo (Ensaio de Espeleologia Portuguesa). *Jorn. Scienc. Nat.*, ano 3, n.ºs 1-2-3, págs. 1-17 [e *Colecção Natura*, Lisboa: Ofic. gráf. Bibl. Nac.]. — [62 a] Idem (1929). in JEANNEL, R. e RACOVITZA, E. G. «Enumération des grottes visitées (7º série)». *Biospeologica* n.º 54 (in *Arch. Zool. exp. gén.* 68:293-608). — [63] Idem (1940). Les eaux du groupe de l'Alviela ou des grandes résurgences des calcaires jurassiques des Olhos d'Agua, d'Ota et d'Alenquer, in *Relatório sobre o tratamento das águas de Lisboa*, Anexo IV, págs. 129-189. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações. — [64] **Fontes**, J. (1917). Instruments paléolithiques dans la collection de préhistoire du Service Géologique. *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 12:1-16. — [65] **Frade**, F. (1938). Un *Asellus* (Isopode) nouveau des eaux souterraines du Portugal. *Bull. Soc. port. Sc. nat.*, vol. 13, n.º 5:17-24. — [66] Idem (1940). Da Fauna e da Flora das águas de abastecimento da capital, in *Relatório sobre o tratamento das águas de Lisboa*, anexo IX, págs. 267-292. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações. — [67] **Harlé**, E. (1908). Faune de

la Grotte das Fontainhas (Portugal). *Bull. Soc. Géol. France*, 8:460-466 [citação e resumo de P. CHOFFAT in *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 8 (1911): 194-195]. — [68] Idem (1909 a). Faune de la Grotte à Hyènes rayées de Furninha et d'autres grottes du Portugal. *Bull. Soc. Géol. France*, 4^o sér., tome 9:85-89 [citação e resumo de P. CHOFFAT in *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 8 (1911): 195-196]. — [69] Idem (1909 b). Essai d'une liste des Mammifères et Oiseaux quaternaires connus jusqu'ici dans la péninsule ibérique. *C. R. Soc. Géol. France* (8-XI-1909) págs. 135-136 [citado por P. CHOFFAT in *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 8 (1911) pág. 196]. — [70] Idem (1911). Les Mammifères et Oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 8:22-86. — [71] Henderson, J. (1932-1933). Caverns, ice caves, sinkholes, and natural bridges. *Univ. Colorado Stud.* 19 (1932) págs. 359-405; 20 (1933): 115-158 [citado por PEARSE, 1938]. — [72] Jeannel, R. (1926). *Faune cavernicole de la France*. Paris: P. Lechevalier; 334 págs. — [73] Idem (1941). Premières explorations des grottes du Portugal par M. A. de B. Machado. Coléoptères. *An. Fac. Ciênc. Pôrto* 26:91-101. — [74] Jeannel, R., et Racovitza, E. G. (1918). Enumération des grottes visitées (6^o série) *Biospeologica* n.º 39 (in *Arch. Zool. exp. gén.* 57:203-228). — [75] Joly, R. DE (1937). *Comment on descend sous terre*. Nîmes: Chastanier et Alméras; 80 págs. — [76] Larraz, G. PUIG Y (1896 a). Cavernas y simas de España. *Bol. de la Com. del Mapa Geol. de España* 21:3-392 [citado por PUIG Y LARRAZ, 1896 b, pág. 256]. — [77] Idem (1896 b). Catálogo geográfico y geológico de las cavidades naturales y minas primordiales de España. *An. Soc. esp. Hist. nat.* 25:255-328, 26:5-81 [resumo do artigo precedente]. — [78] Kyrle, G. (1923). *Grundriss der theoretischen Speläologie*. Wien; XVIII + 353 págs. [citado por PEARSE, 1938]. — [79] Leal, A. S. B. (1873-1890). *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livr. ed. Mattos Moreira e C.^a, 12 vols., 2302 + III págs. — [80] Leruth, L. (1939). La Biologie du domaine souterrain et la faune cavernicole de la Belgique. *Mém. Mus. nat. Belgique*

- n.º 87:1-506. — [81] Machado, A. DE B. (1941). Araignées nouvelles pour la faune portugaise. *Mem. e Est. Mus. Zool. Univ. Coimbra*, sér. I, n.º 117, XVI+60 págs. — [82] Maria, FR. AGOSTINHO DE SANTA (1712). *Santuário Mariano*, tomo IV, Lisboa; 731 págs. — [83] Martel, E.-A. (1894). *Les Abîmes, Les eaux souterraines, les cavernes, les sources, la spéléologie*. Paris. — [84] Idem (1897). Bibliographie spéléologique (1895-1897). *Mem. de Spelunca* I [citado por FAURA Y SANS, 1910, pág. 473]. — [85] Idem (1900). *La spéléologie, ou science des cavernes*. Chartres, 1-136 [citado por PEARSE, 1938]. — [86] Idem (1907). La spéléologie au XX^e siècle. *Spelunca*, tome 6, n.ºs 41-46 [citado por FAURA Y SANS, 1910 pág. 473]. — [87] Idem (1908). *L'Évolution souterraine*. Paris: E. Flammarion; 388 págs. — [88] Idem (1921). *Nouveau Traité des Eaux souterraines*. Paris. — [89] Moreira, A. S. (1938). Seis horas debaixo da terra. Uma visita à gruta das Alcobertas. *Concelho de Rio Maior*, ano 3, n.º 108 (de 10-IX-38), pág. 2. — [90] Morton, F. und Gams, H. (1925). *Höhlenpflanzen* [«*Speläologische Monographien*», Bd. V] Wien, 227 págs. [citado por BAILEY, 1933]. — [91] Natividade, M. VIEIRA (1890). *Roteiro Archeologico dos Coutos d'Alcobaça*. Alcobaça: Tipografia A. Coelho da Silva; 19 págs. — [92] Idem (1901). Grutas de Alcobaça. *Portugalia*, tomo I, fasc. 3:433-474 [compreende apenas os capítulos II, III e IV da obra com o mesmo título publicado em 1901, Pôrto: Imprensa Moderna; 69 págs.]. [93] Nehring, A. (1899). Lemmings-Reste aus einer portugiesischen Höhle. *Sitzungsberichte der Ges. naturf. Freunde*, 1899, n.º 3:55-57 [citado por CHOFFAT, *Commun. Dir. Trab. Geol. Port.* 4 (1901) pág. 233]. — [94] Idem (1899). Über *Myodes lemnus crassidens*, var. nov. foss., aus Portugal. *Archiv für Naturgeschichte* (1899), pág. 175 [citado por HARLÉ, *Comun. Com. Serv. Geol. Port.* 8 (1911) pág. 52]. — [95] Neves, H. (1927). Albufeira, in *Guia de Portugal* [PROENÇA, 1927] vol. 2 págs. 221-225. — [96] Nogueira, A. DE M. (1930). Estação neolítica de Melides. *Comun. Serv. Geol. Port.* 16:41-49. — [97] Idem (1931). Estação Pré-histórica de Olelas. *Comun. Serv. Geol. Port.* 17:105-124. —

- [98] **Nogueira, A. DE M., Vaultier, M., e Zbyszewski, G.** (1941). Primeiras pesquisas na gruta do Almonda. *Brotéria*, vol. 32, fasc. 1: 67-68. — [99] **Nunes, J. J.** (1897). Gruta do Sêro do Algarve. *O Archeol. Port.* 3: 95-96. — [100] **Oliveira, F. DE PAULA E** (1899 a). Note sur les ossements humains existants dans le Musée de la Commission des Travaux Géologiques. *Commun. Com. Trab. Geol. Port.* 2: 1-13. — [101] **Idem** (1889 b). Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes. *Commun. Com. Trab. Geol. Port.* 2: 82-118. — [102] **Idem** (1889 c). Caracteres descriptivos dos crâneos da Cesareda. *Commun. Com. Trab. Geol. Port.* 2: 109-118. — [103] **Oliveira, F. X. D'ATHAIDE** (1905). *Monographia do Concelho de Loulé*. Pôrto: Typogr. Universal; 358 págs. — [104] **Idem** (1906). *Monografia do Concelho de Olhão da Restauração*. Pôrto: Typogr. Universal; 367 págs. — [105] **Idem** (1909). *Monographia de S. Bortholomeu de Messines*. Pôrto: Livr. Figueirinhas; 267 págs. — [106] **Idem** (1910). *Monografia de Paderne do Concelho de Albufeira*. Pôrto: Liv. Portuense; 251 págs. — [107] **Pearse, A. S.** (1938). *Fauna of the caves of Yucatan*. Washington: Carnegie Institution; 304 págs. — [108] **Pereira, E. e Rodrigues, G.** (1904-1915). *Portugal. Dictionario Historico, Chrographico* [etc.]. Lisboa: J. Romano Tôrres: 7 vols. — [109] **Pereira, F. ALVES** (1908). Chronica. *O Archeol. Port.* 13: 382-384. — [110] **Idem** (1914). Por caminhos da Ericeira. *O Archeol. Port.* 19: 324-362. — [111] **Idem** (1916). Antiquitus. *O Archeol. Port.* 21: 195-229. — [112] **Proença, R.** (1924, 1927). *Guia de Portugal*; vol. 1.º (1924) LXIV + 673 págs; vol. 2.º (1927) XXXIX + 700 págs. Lisboa: Biblioteca Nacional. — [113] **Racovitza, E.-G.** (1913). *Biospeologica, instructions pour la récolte et la conservation des biotes cavernicoles et pour la rédaction des données bionomiques nécessaires à leur étude*. Ed. dos Arch. Zool. exp. gén., Paris: Impr. Morieu; 24 págs. — [114] **Ribeiro, C.** (1878). Estudos Prehistóricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistóricos. I. Notícia da Estação humana de Licêa. *Mem. Acad. R. Sc. Lisboa*, classe de Sc. Math. Phys. e Nat., nova série,

tomo 5, parte II; 71 págs.—[115] **Ribeiro, J. D.** (1908). *Memórias de Turquel*. Pôrto: Livraria Figueirinhas-Editora; 195 págs. —[116] **Rocha, A. Santos** (1900). A Caverna dos Alqueves. *Portugalia*, tomo I, fasc. 2: 333-338.—[117] **Rosenmüller und Tillerius** (1799-1805). *Beschreibung merkwürdiger Höhlen* [segundo FLEURY, 1923, que a cita a pág. 2, a obra é publicada por RITTER e menciona algumas grutas de Portugal]. — [118] **Sans, M. FAURA Y** (1910). La Espeologia da Cataluña. *Mem. Soc. esp. Hist. nat.* 6: 425-591. — [119] **Santos, L., Casimiro, F., e Alves, F.** (1936). *Rio Maior (1836-1936)*. Rio Maior; ed. *Concelho de Rio Maior* (semanário). — [120] **Sequeira, G. DE MATOS** (1938). Rio Maior. *O Século*, ano 57, n.º 20: 266 (de 18-VIII-1938), pág. 5 [transcrito in *Concelho de Rio Maior*, ano 3, n.º 107 (de 27-VIII-38) pág. 2]. — [121] **Serrão, M. F. DA COSTA** (1891). *Relatório acerca das actuais condições de exploração dos jazigos de mármore e alabastros de Santo-Adrião, próximos de Vimioso*; 43 págs.— [122] **Severo, RICARDO e Cardoso, FONSECA** (1900). Nota sobre os restos humanos da Caverna neolithica dos Alqueves. *Portugalia*, tomo I, fasc. 2: 338-340. — [123] **Serv. Geol. de Portugal** (1935). *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa*, fôlhas de Sintra e Cascais (1 e 3) (Escala 1:50.000). Lisboa. — [124] **Silva, D. ROSAS DA** (1939). A cidade do Pôrto e o terramoto de 1755. *Publ. Mus. Lab. Miner. Geol. Fac. Ciênc. Pôrto*, n.º 12, 15 págs.— [125] **Simões, A. A. DA COSTA** (1854). Grutas de Condeixa. *O Instituto* 2: 43-45. — [126] **Sousa, F. L. PEREIRA DE** (1897-1898). Subsídio para o estudo dos calcários do distrito de Lisboa. *Rev. Eng. Mil.* 2 (1897): 324-347; 3 (1898): 14-41, 114-130, 260-283. — [127] **Idem** (1903-1906). Os calcários do distrito de Leiria. *Rev. Eng. Mil.* 8 (1903): 20-33, 58-78, 163-180, 218-233, 316-327, 485-508; 9 (1904): 140-160, 273-292; 10 (1905): 55-62, 222-238; 11 (1906): 236-252 [resumo de CHOFAT in *Commun. Com. Serv. Geol. Port.* 7 (1909): 204-206]. — [128] **Idem** (1905). As nascentes do Alviela. *Rev. de Obr. Publ. e Minas* 36: 257-262. — [129] **Idem** (1908). Os calcários mais empregados em Portugal. *Rev. de Obr.*

- Publ. e Minas* 39: 311-325. — [130] **Soveral**, B. AREDE, (1872). [Título do artigo?] *Diario Illustrado* de 4-XI-1872 [citado por PROENÇA, R., in *Guia de Portugal*, vol. 2.º, 1927, pág. 604]. — [131] **Sueiro**, M. B. Barbosa (1931 a). Note sur la basalité des sacrum humains préhistoriques. *Comun. Serv. Geol. Port.* 17: 3-7. — [132] Idem (1931 b). Note sur les cas de perforation olécranienne, d'apophyse sus-épitrochléenne et de canal huméral observés à la station néolithique de Melides. *Comun. Serv. Geol. Port.* 17: 9-29. — [133] Idem (1933). La trépanation crânienne chez l'homme néolithique des stations portugaises. *Comun. Serv. Geol. Port.* 19: 41-51. — [134] **Sueiro**, M. B. BARBOSA e **Fernandes**, A. M. VIANNA (1938). O índice cnémico nas tíbias humanas das estações neolíticas portuguesas. *Comun. Serv. Geol. Port.* 20: 4-17. — [135] **Szombathy**, J. (1927). Investigaciones espeleológicas (in KÉILHACK, C., *Tratado de Geologia Práctica*; (trad. espanhola da 4.ª ed. alemã, págs. 278-297). Barcelona: Gustavo Gili; 997 págs.). — [136] **Teles**, SILVA (1927). Excursões no maciço de Pôrto de Mós, in *Guia de Portugal* [PROENÇA, 1927] vol. 2, págs. 636-640. — [137] **Vachon**, M. (1940). Éléments de la Faune Portugaise des Pseudoscorpions (Arachnides) avec description de quatre espèces nouvelles. *An. Fac. Ciênc. Pôrto* 25: 141-164. — [138] **Vasconcelos**, J. LEITE DE (1895 a). Notícias várias. *O Archeol. Port.* 1: 138-142. — [139] Idem (1895 b). Gruta da Senhora de Carnaxide. *O Archeol. Port.* 1: 182-189. — [140] Idem (1895 c). Antigualhas das proximidades de Lisboa. *O Archeol. Port.* 1: 246-250. — [141] Idem (1896 a). As grutas de Cascais. *O Archeol. Port.* 2: 112. — [142] Idem (1896 b). Gruta da Senhora de Carnaxide. *O Archeol. Port.* 2: 241-243. — [143] Idem (1897). *Religiões da Lusitânia*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional; XL+441 págs. — [144] Idem (1917). Coisas Velhas. *O Archeol. Port.* 22: 107-169. — [145] Idem (1918). Pelo Sul de Portugal. *O Archeol. Port.* 23: 104-138. — [146] Idem (1925). *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa; 67 págs. — [147] **Veiga**, S. P. M. ESTÁCIO DA (1886). *Antiquidades Monumentais do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional; XVI + 8 + 305 págs. —

- [148] Wolf, B. (1934-1938). *Animalium Cavernarum Catalogus*. Den Haag: Dr. W. Junk; 3 Bd. (14 Teile), XXIII + 1642 págs.—[149] Anónimo (1938). A gruta das Alcober-tas. Uma visita de exploração. *Concelho de Rio Maior*, ano 3, n.º 105 [de 30-VII-38] pág. 4; n.º 107 [de 27-VIII-39] pág. 4].— [150] Anónimo (1924). Espeleologia, in *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, tomo 22:166-174. Barcelona: Espasa. — [151] Anónimo? (1898). [Título do artigo?] *Revista dos Municipios* de 1898 [citado por SANTOS, CASIMIRO, e ALVES, 1936]. — [152] Anónimo? (1921). [Título do artigo?] *O Rio-maiorense* n.º 338 (de 6-VIII-21) [citação anónima, in *Concelho de Rio Maior*, ano 3, n.º 105 (de 30-VII-38) pág. 4].

ANTÓNIO DE BARROS MACHADO

E

BERNARDINO DE BARROS MACHADO

DOCUMENTOS DO VATICANO

(Continuado do vol. 104)

VII

1641 — Julho — 7

fol. 29 (copia)

Emin.^{ma} e R.^{mo} Sig.^r Prõn. Col.^{mo}

A quattordici di Giugno passato mi fú detto per cosa certa, che il S.^r Girolamo Battaglini Vice Collettore, haueua risoluto di deputar per suo Aud.^{re} il licenziato Emanuele di Spinosa, huomo di buona uita, e costumi, e di sufficiente leteratura, má portoghese, e di humil qualità. Si aurebbe à questo prima notitia, che il S.^r Enrico Enrici quasi nell'istesso punto mi uienne à dire il med.^o con assicurarmi in oltre, che già si era spedita la patente di tal deputat.^{no}. Considerata la naturalezza del S.^r Battaglini, e sua grande inclinat.^{no} uerso il med.^o licenziato, non mi parue bene, che il p.^o ufficio, ch'io determinauo di far seco in contrario, fosse in uoce, má in iscritto per cominciar à insinuargli con maggior soauità l'error graue, che faceua, per renderlo in questo modo piú disposto à riceuer le ragioni della uina uoce. Gli scrissi dunque il biglietto, di che inuio l'aggiunta copia; et il sabbato mattina 15. del sond.^o mese andai dà lui, e gli rappresentai, che questa sua risolut.^o era al Trib.^{le} la piu pregiudiciale, che potesse farsi, e che con essa andaua annessa la total distruttione dell'autorità, e Jurisditt.^o di esso; che uolesse considerar, che una delle piu accese pre-

tensioni de secolari, era che l'Aud.^{re} del med.^o Trib.^{le} fosse portoghese per la certezza, che hanno di hauerlo à far ubidire à loro ord.ⁱ, et andar personalme.^{te} à dar ragion di se al Palazzo; cosa tanto detestata et oppugnata in ogni tempo dà SS.^{ri} Coll.^{ri} di 'ord.^o di Roma, che non potrebbe egli innouar'in contrario cosa alc.^a senza incorrere nell'indignat.^o di Nro. Sr.^{re} e di V. E., che se per alleggerirsi, forse delle materie contentiose gli paresse di assumer' alc.^a persona, che l'aiutasse, poteua seruirse del Dottor Giacomo Bertolani, che per la lunga esperienza della Sec.^{ria} e giudicatura del Trib.^{le}, poteua meglio di ogn'altro aiutarlo, e con sicurezza, che V. E. non l'haurebbe riprouato; e finalm.^{te} che era di parere, che in questo caso egli seguisse l'esempio di Mons.^r Tramallo, il quale essendo restato per Auditor della Nuntiatura di Napoli in assenza del Sig.^r Cardinal Pamphilio, ricorse à N. S.^{re} per hauer chi l'aiutasse, et ottenne la persona di Mons.^r Albizzi. A questo, et altre ragioni rispose il S.^r Battaglini, ch'egli ueram.^{te} non era risoluto di dichiarar alc.^o con nome di Auditore mà solo solo deputar'uno che presidesse nelle audienze pubbliche, e che quando anche hauesse dichiarato per Aud.^{re} un portoghese, haurebbe potuto farlo per gli essemi, che uen'erano. Replicai, che il presider nelle audienze era proprio delli Auditori, nè altri che essi le fecero mai ancorche alle uolte ui assistano e fiscali del Trib.^{le} insieme con l'Aud.^{re}, e forse con non buona ragione; e che quanto à gli essemi io non sapeuo altro che quello del Dottor Marco Texeira, in tempo del Card.^o Alberto il quale per esser legato della Sede Ap.^{ca}, il deputó forse, senza notitia di Roma; e che dato, e non concesse, che ue ne fossero de gli altri, non era bene gouernarsi per essemi se non in casi, che in tutto e per tutto fossero accompagnati dalla med.^e circostanze, le quali né tempi presenti restano diuersificate quanto si uede. Conclusi, che lo supplicauo à receder totalm.^{te} da tal pensiero, oltre al resto, per non si esporre, al pericolo di disgusti, che gli pronosticauo, ma che dasse conto à V. E., e dà essa aspettasse l'ord.^o di ciò che hauesse dà fare; e che

tratanto poteua ualersi dell'opera del S.^r Bertolani, come haueuano fatto Mons.^r Tramallo, e l'istesso Mons.^r Castracani in occ.ⁿⁱ ó di assenza, ó d'infermitá de loro Au.^{ri} Egli mi diede le gr̃e. dell'uffo cortesem.^{te} mà nel resto non mi assicuró di cosa alc.^a Quello ch'è seguito fin hora, é che non si é ueduto nouitá alc.^a, et il licenziato Spinosa há mandato uia un paggio, che non l'aspettatiua dell'Auditorato haueua preso al suo seru.^o Di quello che sia per seguire in auenire, non ardisco di far giud.^o, perche le persone, che il s.^r Battaglini há intorno à se, sono basse, portoghesi, et ignoranti, e possono molto presso di lui come à Mons.^r Castracani é molto ben noto, e per loro abietti fini, atte à farlo precipitar in qualche mala risolut.^e; e se bene la sua buona inclinat.ⁱ puo aiutarlo à contenersi in officio, nondimeno gli inditij di ambitione, ch'egli hà mostrati in uoler che il tutto si spedisca in suo prop.^o nome, senza dipendenza alc.^a dalla subdeleg.^{ne} di Mons.^r Castracani, et intitolarsi Vice Coll.^{re} di S. S.^{ta} con facultá di Nun.^o; puó far dubbitar molto, essendo cosa certiss.^e hauer egli fatta questa risolut.^e à continue persuasioni delle persone sod.^e e partic.^{te} dello spinosa, con presupposito di esser egli Aud.^{re} L'importanza del neg.^o e l'incertezza, che possa à bastanza uenir rimediato il mio semplice off.^o mi há fatto prender ardire di dar conto à V. E. di quanto passa, per conformarmi con il mio debito, et à V. E. humiliss.^{te} m'inchino. Di Lisbona a 7 di Luglio 1641

D. V. Em.^{ze}

Hum.^{mo} deu.^{mo} et oblig.^{mo} ser.^{re}
famiano Andreucci

VIII

1642 — Maio — 30
fol. 30 (orig)

Emin.^{mo} e R.^{mo} Sig.^r Prõn Col.^{mo}

La facilità con che il s.^r Battaglini s'indusse à dar licenza alle cinque Monache di uscir dà loro Monasteri, per andar à bagni, e curarsi in casa de loro parenti, e la dimora, che alcune di esse continuano di far fuori dé Monasteri, non ostante l'ord.^e di costà in contratio, há dato animo à Suor. Giouanna di Meneses professa di questo Monastero di S.^{ta} Monica dell' Ord.^e di S. Agostino di uoler anch'essa una simil licenza, e peró con l'occ.^{ne} di certa enfiagione di gambe, hauute fedì dà Medici, ricorse al s.^r Battaglini per hauer la pretesa licenza: mà negata dà lui, andorno dà Mons.^r Arciu.^o di Lisbona, che uedute le fedì sod.^e, e per certe ragioni, ch'egli allega di poterlo fare, la concedè: Mà non uolendo i superiori regolare del Monastero eseguir la licenza dell'ord.^{rio}, si prese per espediente, che il s.^r Batt.ⁿⁱ ui ponesse il suo exequatur che qui dicono il complase, come ue lo pose; e la monaca, che per quanto dicono, è molto giouane, et ugualm.^{te} uistosa, uscì, e tutta la settimana santa andó in uolta per la Città à diuersi Monasteri, et ultimam.^{te} à bagni. Ella è fidalga principale, mà per tenersi la sua infermità per poco meriteuole di tal'uscita, questa è stata hauuta per capricciosa, piú tosto che necess.^a, anzi per effetto di emulat.^{ne} cagionata dall'uscita delle altre cinque; e perche mi consta, che il S.^r Batt.ⁿⁱ lascia di dar conto à V. E. di molte cose, di che necessariam.^{te} dourebbe darlo, e questa potrebbe forse esser'una di esse, hó preso ardire, per ogni buon'effetto, di darne riuerentem.^{te} questo ragguaglio à V. E. non essendo nel Mondo natione alcuna, che faccia tanto capitale de gli essempli come la Portoghese.

Et à V. E. humillss.^{te} m'inchino. Di Lisbona à 30 di Maggio 1642.

D. V. Em.^{za}

Hum.^{mo} Diu.^{mo} et oblig.^{mo} ser.^{re}

famiano Andreucci

Em.^{mo} S.^r Card.^l Prõne

(Nas costas: «Scriuere due parole in cifra al Battaglino má non nominar l'Autore»).

IX

1642 — Maio — 30

fol. 31 (orig)

Emin.^{mo} e R.^{mo} sig.^r Prõn Col.^{mo}

Alla cognitione della Sacra Congreg.^{ne} dé Reg.^{zi}, e forse anche alla notitia di V. Em.^{za} sarà dedotta una controuersia nata trà l'Abbadessa del Monastero di S.^{ta} Chiara di questa Citta dell'Ord.^o di S. fran.^{co}, e soggetto à regolari dell'istesso ord.^o della Prou.^a di Portogallo, e suor Madalena di Giesú ò di Silua monaca del med.^o Monastero, e per esser'il neg.^o grauiss.^o, e di ugual conseguenza, le parti molto potenti, et in fauor di ciasc.^a di esse essersi diuisa tutta questa Corte, si giudica, che difficilm.^{te} possa darsi costá informat.^{ne} aggiusta al uero dà altri che dà persona neutrale e desinteressata; onde mi sono persuaso, che V. E. sia per degnarsi di non reprobuar, che ad ogni buon fine del seru.^o di Dio io le nedia riuer.^{te} ragguaglio.

Contiguo alla Cappella maggiore della Chiesa di S.^{ta} Chiara dalla banda di fuori, staua un pezzo di terra chiamato il cardaio, dà cardì, ch'in esso si coltiuaauano; il quale il Monastero hebbe 40. anni sono, in pagam.^{to} di un credito; e persone il posso, l'Abbadessa di quel tempo il fece cinger di muro, di maniera che resto aggregato al recinto del med.^o Monast.^o, mà con porta separata, e rimase

sotto la particular, et uso dell'istessa Abb.^a con auttà, e patente dé suoi sup.^{ri}

Morta questa Abb.^a, i superiori del Monastero, con gran contradit.^{ne} della Communitá, diedero l'uso di tal cardaio à due monache partic.^{ri} et in questa maniera si andó continuando con la med.^a contradit.^{ne}, di darsi fino alli 13. di Giugno 1640, nel qual tempo mori suor Catherina della Croce Abbadessa, che all'hora possedeua l'istesso cardaio.

Con l'occ.^{ne} di questa morte, la communitá fece istanza in visita à frà Diego del Salvatore all hora Prouinciale, che non applicasse ad alc.^a Monaca partic.^{re} il cardaio già conuertito in horto di molta utilità má si lasciasse all'Abbadessa, non essendo ragioneuole, diceuano esse, che altra che la prelata potesse auortarsi all'ultimo muro non molto alto, della clausura: mà il Prouinciale indotto dà rispetti, con sua patente lo diede à suor Isabella Battista ó di Meneses, reclamando sempre la Comm.^{ta}; e sebene nella patente era anche nominata suor Angela della Trinitá, questa mai n'hebbe la chiaue.

À capo di undici mesi infermó mortalm.^{te} suor Isabella Battista, et il Prou.^{le}, mono dallo scrupolo, e da quello che gli constó dalle uisite dà lui fatte, dé disordini, e pericoli, che soprastauano alla clausura dal tenersi il cardaio dà Monache partic.^{ri}, douendo andare à uisitar la Prou.^a, lasciò ord.^o con sua patente all'Abbadessa presente, che morendo suor Isabella, ne pigliasse il possesso; et essendo poi morta, il s.^r Battaglini, e frà francesco di Giesú, che gouernaua in assenza del Prouinciale, con loro patenti, ordinorno all'Abbadessa, che pigliasse il d.^o possesso come fece.

Ridotto il Cardaio in poter dell'Abbadessa, suor Madalena di Giesú ó di Silua sopradetta, sorella della morta suor Isabella, pretende di hauerlo, allegando essergli douuto per esser stato di sua sorella, e posseduto dà altre monache partic.^{ri}; et essendo à frà Antonio das Ciagas ó delle Piaghe moderno Prouinciale, parute bastanti le ragioni di suor Madalena, ordinó all'Abb.^a che gli desse la chiaue, e ricusando l'Abb.^a, suor Madalena ricorse al S.^r Battaglini, il quale

commandó alla med.^a Abb.^a che sotto pena di scom.^{ca}, consegnasse la chiaue à suor Madalena; e perche non ubidi, la dichiaró per scomunicata, facendo affiger le cedoloni alla porta della chiesa, et appellando l'Abb.^a ad sanct.^m expresso nomine, non fu ammessa la sua app.^{ne}

Vedendosi l'Abb.^a in questa angustia, ricorze al Ré, al quale reppresentandosi non conuenir che la chiaue del Cardaio, dalla quale dipende la sicurezza della Clausura sia nelle mani di una Monaca partic.^{re}, alla quale danno tilolo di giouane, e di aspetto elegante, se ben dicono sia metà di circa 40. anni mandó a dire al s.^r Battaglini, che l'assoluesse; e perche tardó di farlo S. M.^{ta} il mandó à chiamare, e con qualche rimprouero e sentim.^{to}, gli disse, che l'assoluesse, ne s'ingerisse piú in tal materia, come segui.

Oltre il recinto del Cardaio, il Monast.^o sod.^o há tre altri horti, posseduti uno dá suor Beatrice dell'Annuncita religiosa esemplare, che uenti, e piú anni sono fú Abb.^a, l'altro dá suor Isabella das Ciagas, che fú Abb.^a dodici anni sono, e l'altro dá suor Vincenza della Colonna, má tutte e tre con patenti dé Prouinciali.

Per esser suor Madalena fidalga illustre, e sorella del General Martinó Alfonso di Mello; e per parer la causa dell'Abb.^a giustificata, et honesta, si sono partiti in due fattioni tutti i dicolati fidalghi, e Min.^{ri} della Corte. Per la parte di suor Madalena si sono trá gli altri dichiarati Mons.^r Arciu.^o di Lisbona, il S.^r Marchese di ferrera, et il S.^r Conte Regidore della giustitia del Regno suocero del Geñle Martino Alfonso frèllo. di suor. Mad.^{na}, et altri molti; Per l'Abb.^a si sono dichiarati altri moltiss.^{mi} con poco frutto: mà essendosi il Ré posto dalla parte loro, et uedutosi il modo risentito tenuto dá S. M.^{ta} col s.^r Batt.ⁿⁱ, tutti tacquero, et il negotio resta sospeto;

Li discorsi, che si fanno sopra questa mat.^a da neutrali, e di buon senso, sono che atteso il moderno, e grauissimo scandalo, che si hebbe di quel Monast.^o per la Monaca, che à mal fine uscì diesso, e tornó, non deue la chiaue del cardaio, che há il muro basso, et ancorche l'hauesse altiss.^o,

confidarsi à Monaca alc.^a partic.^{re}, quanto si sia uecchia, esemplare, e riformata; perche se ella sará tale, non lo saranno le sue discepole, e nipote, che possono far far chiaui contrafatte ó rubargliele di notte; e per il med.^o rispetto, né anche all'istessa Abb.^a assolutam.^{te}, má douersi far tante chiaui quante sono le Discrete, di modo che non possa aprirsi la porta se non con piú chiaui; e prouedersi di maniera, che sia impossibile l'accesso dal Monastero al Cardaio per altra parte, che per la porta; e quanto alli altri tre horti posseduti dalle Monache, quando non si uolesse sconsonarle, per esser molto uecchie, e benemerite, lasciarli goder loro in uita, mà secondo che anderanno morendo, riunirli alli horti della communitá, demolendosi i tramezzi, che li separano, per leuar l'occ.^{no} di applicarli di nuouo à monache partic.^{ri}, essendo ragioneuole che quello, che é di tutte, sia goduto da tutte. Et à V. Em.^{za} faccio homm.^a riu.^{za}.
Di Lisbona à 30. di Maggio 1642

D. V. Em.^{za}

Hum.^{mo} Diu.^{mo} et oblig.^{mo} ser.^{re}
famiano Andreucci

E.^{mo} s.^r Card.^l Prõne.

X

1642 — Agosto — 15
fol. 33 (orig.)

Em.^{mo} e R.^{mo} Sig.^r Pron. Col.^{mo}

Si lascia intendere il S.^r Battaglini di hauer perduto piú di cinquecento scudi nel danaro riscosso della fabrica di S. Pietro, e della Camera Ap.^{ca} per cagione dell'alterat.^{no} delle monete, dico si lasci intendere, perche non só s'egli uorrá pretenda, hó stimato esser conforme all'obbligo mio d'informar V. E. con ogni riu.^{za} di quanto qui passa, et à

ciascun di noi altri è passato per le mani in q.^{ta} materia di moneta.

Essendosi promulgato legge che chiunque hauesse di oro, ó d'argento la portasse alla zecca à fine di por uisi un marchio di abbaco, con il quale i testoni, che ualeuano cento reis sono cresciuti a 120. rs. i mezzi testoni, che ualeuano 50. reis à 60. le monete di quattro uinteni che ualeuano 80. reis à 100. reis e le monete di due uinteni, che ualeuano 40. reis à 50. Per questo crescim.^{to} che risulta in circa due milioni di utile alla regia Cam.^a, la zecca há dato à quelli, che ui hanno portato danaro à marchiare due per cento; onde ó il s.^r Battaglini mandó à marchiare il danaro della fabrica, e della Camera ó nó. Sé il mandi, guadagnó li due per cento, e se non lo mandó, lasciό, ó uolle lasciar di guadagnarli. Con questa informat.^{ne} hauendo io sodisfatto al mio debito, V. E. si degnerà di far di essa la rifless.^{ne} che le parerà che meriti.

La R' Camera dà à colletori quaranta scudi il mese, e la tassa della maggior bolla di ciascun mese, che ordinariamente è di 30. 40. e più, e meno scudi per destribuirsi in elemosine. I medesimi Coll.^{ri} haueuano à questo effetto un'elemosiniere sacerdote per età, costumi, et essemplio di uita degno di tal carico; al qale di Tempo in Tempo riuedeuano i conti, e faceuano il saldo; e cosi lo fecero il s.^r Card.^e Pallotto, e Monsig.^r Tramallo: má essendo nell' ult.^o di Mons.^r med.^o morto l'elemosiniere, fece essercitar l'officio ad un suo Capp.^{no}, e succedendogli Mons.^r Castracani, il fece essercitar dá Don Vincenzo Mobili suo sec.^{rio}, il qale continoua anche in tempo del S.^r Battaglini. E cosa certa che Mons.^r Castracani insieme col danaro della Camera destribui anche qualche migliaro di scudi del suo in elemosine; et attesa l'accuratezza, et ord.^e con che egli lo faceua fare, poco ó nulla importa, che egli riueda, i conti del suo tempo: má di questo del S.^r Battaglini non ardisco di promettermi tanto; perche il modo con che si consuma si grossa soma non mostra che Don Vinc.^o pensi à darne conto, nè il S.^r Batt.ⁿⁱ, à riuederglielo; oltre che se ben Don. Vinc.^o é sacer-

dote, l'età nond.º et il rimanente gli fà hoggi quell'eccettione in tal ministerio, che non gli faceua in tempo di Mons.^r Castracani, che sapeua contener' in officio, i, suoi ser.^{ri}

Sogliono i Coll.^{ri} hauer dalla Camera diece scudi il mese per le spese della secreteria delle lre questa Sec.^{ria} cessa hoggi poco men che affatto; perche costá si scriuono le lre. che à V. E. è noto; et à Madrid doue consisteua una grossa spesa in questo genere, l'imaginar di scriuere, é crime di offesa maestá, per il Regno passano settimane, che non si mandano ó riceuono lettere, per l'absenza, prigionia dé Vesc.ⁱ e uacanze dé Vesc.^{ti}

La stessa ragione milita dé porti delle lre. e quali auanti della disunione di qesto Regno dá quello di Castiglia ascendeuano à una buona somma; hora si riduce questa spesa a molto poca cosa; et à Noi altri consta che spendendo il S.^r Batt.ⁿⁱ in impannate, stuore da porre nel pauimento delle sue stanze in tempo d'inuerno, et in altre simili, e men necessarie commodità, ordina à Don Vinc.^º che ponga queste spese sotto il titolo dé porti delle lre; e resultando da queste, e dalle sod.^e spese una somma considerabile, pare degna di riflessione.

Vengono alle uolte chieste dispense matrimoniali nel foro della coscienza; per le quali pareua, che non si douessero far pagare le tasse ord.^{rie}, mà essendosi considerato, che cio sarebbe stato un'insegnare à contadini rozzi, e per il più malitiosi, di contraher matrimoni negando i gradi delle parentele, e la coppulla carnale per non pagar la tassa, e poi impetrar la dispensa ó assolut.^{ne} nel foro della coscienza, uerrebbe la Cam.^a arestar defraudata della sua tassa, e gli stessi contrahenti della salute delle loro anime; e però si prese per espediente di farsi pagar la tassa, e tenersi in deposito il danaro per farne quello che di costá si ordinasse; e trouandosene al pñte depositata certa poca quantítá, il S.^r Batt.ⁿⁱ ultim.^e ne fece pagar otto scudi per una elemosina. Circa tutti i partic.^{ri} accennati non hó lasciato di motiuare, e far motiuare al S.^r Batt.ⁿⁱ i miei dubbi, et aduertenza, ma non con altro frutto, che di

male sodisfatt.ⁿⁱ e tacite minaccie. Onde non hó se non douuto rappresentar, come faccio riu.^{te} à V. E. quanto passa, e nel resto rimetterni alla disposit.^{ne} di suoi command.^{ti} et à V. E. humiliss.^{te} m'inchino. Di Lisbona à 15. di Agosto 1642
D. V. Em.^{za}

Hum.^{mo} Diu.^{mo} et oblig.^{mo} ser.^{re}

famiano Andreucci

Em.^{mo} s.^r Card.^l Prone.

XI

1642 — Agosto — 24
fol. 34 (orig)

Em.^{mo} e Reu.^{mo} Sig.^r mio pron. Col.^{mo}

A 7 di questo il P. Nuno da Cugna mi rese l'honor della l^{ra}. di V. Em.^{za} de 27. febraro dell'anno passato, cõ alcune scritture authentiche spettanti alla Pensione del Sig.^r Abbate Luuarini p mancam.^{to} delle quali non s'è potuto fin'hora dar principio à quanto V. Em.^{za} commanda, ess.^{ria} Ill.^{ma} desidera; e p che ne anco queste uengono in forma, come diffusam.^{te} ne scriuo à SS.^{ria} Ill.^{ma}, si dilatará l'essecut.^{ne} degl'ordini di V. Em.^{za} con mio sentim.^{to} e mortificat.^{ne} fin che di costi mi uenghino come trate le scritture necessarie p. obedir in questa, et in ogn'altra occ.^{ne} V. Em.^{za} con quella puntualità, e dilig.^{za}, che si conuiene all'obligatissima seruitù mia uerso di lei ualendomi anco del fauore, et aggiunto di p^{re} Nuno, et altri, che l'Em.^{za} Vostra mi prescriue, e le faccio p. fine hum.^{ma} riu.^{za} Lisbona 24. Agosto 1642.

D. V. Em.^{za} Reu.^{ma}

Hum.^{mo}. Deuot.^{mo} et Obligat.^{mo} Ser.^{re}

Vicenzo Mobili

Card.^l Proñe, Roma

XII

1642 — Setembro — 28
fol. 35 (Sem assinatura)

Em.^{mo} e R.^{mo} Sig.^r Prõn. Col.^{mo}

Si aprirono i Comitij ó Corti di questo Regno à 18 del cadente, nelle quali Mons.^r Vesc.^o d'Eluas Cappellano mag.^{re} del Rè in nome di S. M.^{ta} fece due richiest, una connessa con l'alora, cioè P.^a che non essendo riusciti di sodisfatt.^{no} à tutti, i, modi fin hora trouati per hauer danari dà mantener la guerra, si trouassero delli altri i quali fossero certi, e constanti. 2^o che ciò era necessario oltre al resto, per formar essercito per entrar in Castiglia à uendicar l'indegnità con la quale il S.^r Don Duarte é stato uenduto; e per complir à Capitoli; eccordaticó Colligati.

Dopó questo li Deputati dé tre Stati si ritironno alli soliti tre Conuenti per digerire i modi dá sodisfare alle proposte sod.^e, e Mons.^r Vesc.^o di Coimbra (presuppongo, che V. E. sia informata della temperatura del med.^o Prelato) peroró, e poi discese à proporre, che incontracambio di quello che il Regno concedeuà al Ré, si supplicasse S. M.^{ta} che concedesse al Regno P.^o che si riformassero le Religioni. 2.^o Che si leuasse il gouerno delle Monache à Regolari. 3.^o Che si riducessero, i medesimi Regolari sotto l'ubidienza delli ordinarij conforme à tempi antichi. I Colleghi ne consentirono il Decreto. Solo il Giudice del Popolo, che é un Argentiere, disse, che il tempo richiedeuà altro che pensare à riforme, che di queste doueuà lasciarsi la cura à chi toccaua. Andato poi il Decreto in forma di Supp.^{ca} al Ré S. M.^{ta} rescrisse che di tali materie era nec.^{rio} tratarne con SS.^{ta}. Il Vescouo andò poi lunedì 22 del pñte dal S.^r Batt.ⁿⁱ, co'l quale si trattenne tutto il dopó pranzo, credesi, per trattar di questa materie.

Giouedi passato 25. li Deputati dello stato ecclico, e della Nobiltà andorno adunirsi con li Deputati del Popolo

ó terzo stato nel Conuento di S. fran.^{co} et iui trattorno della remotione di francesco di Lucena del carico di Sec.^{rio} di Stato, e senza discrepanza di uoti, fú concluso, che si richiedesse al Ré in nome del Regno; e formasone Decretto, Venerdì mattina 26. Mons.^r Arciu.^{co} di Lisbona per il Clero, Don Aluaro d'Abranches, uno de pñli acclamatori del Rè per la Nobiltà, il Deputato del Popolo, et il Dottor Sebastian Cesare come sec.^{rio} di questa Cong.^{ne} andorno dal rè, e presentato gli il Decreto, disse Mons.^r Arciu.^o, che le Corti supplicauano S. M.^{ta} à legger quella scrittura, e risponder subito con la risolut.^{ne} Rispose il Rè, che la uederebbe, e risponderia. Replicò il Cesare (intrinseco amico e commensale del Lucena) V. M.^{ta} sia seruita di leggerla in nostra presenza, et eseguir subito il Decreto delle Corti. Soggiunse l'Arciu.^o Auuerta V. M.^{ta} che francesco di Lucena è un huomo solo, e la dimanda é di tutto il Regno, Risponda V. M.^{ta} subito, acció le Corti sappiano, quello, che hauranno à fare. Il Rè disse che risponderebbe per tutto quel giorno.

La scrittura conteneua in sostanza, che S. M.^{ta} comandasse al Lucena, che se n'andasse ad alcun luogo trenta leghe distante dà Lisbona, e si formasse processo delle sue attioni, e conforme à quello, che ne risultasse, fosse giudicato; Pretendendosi, che oltre alle corruttole, habbia conrispondenza con Castiglia, e che qui corrompa i buoni, e somministri perniciosi consigli con la sua sagacità; e gli errori notabili, che fin hora si sono comessi, cosi nel gouerno ciuile, come militare, lo danno assai ad intendero, mentre egli disponeua del tutto à suo arbitrio. Giusto giuditio di Dio, che il Lucena, che per rispetto del Cesare, e di frá Diego suo fratello, e corrotto dà presenti de pseudo prouinciali há posto la Religione di S. francesco in confusione nel Conuento dell'istesso santo, otto giorni auanti la sua festa sú gli occhi del Prou.^{le}, e cooperante l'istesso Cesare, sia stato condannato con uoti di tutto il Regno. Piaccia à Dio, che il S.^r Battaglini che é reo del medesimo peccato, imparando à spese altrui, receda dalla mala uia in che camina.

Fatto il Decreto sod.^o Don Alvaro d'abanches, et altri fidalgni deputati, nell' uscir dalla Giunta, andorno alla cella del P^rē. fr. francesco di Sosa, che hora si troua con certa poca indispos.^{ne} in letto, à dargli parte della risolut.^{ne} presa nelle Corti.

Et io à V. E. humiliss.^{te} m'inchino. Di Lisbona à 28 di Sett.^{re} 1642.

D. V. Em.^{za}

Hum.^{mo}, Diuot.^{mo} et Oblig.^{mo} ser.^{re}

Em.^{mo} Sr. Card.^l Proñe.

(Nas costas: «1642 — res. Settembre. Lisbona»)

XIII

1644 — Janeiro — 10

fol. 36 (orig.)

Ill.^{mo} e R.^{mo} S.^r pron. mio Col.^{mo}

Circa li X. di Novembro dell'anno passato scrissi amplamente à V. S. Ill.^{mi} che intesasi qui l'elett.^{ne} di nuouo V. Coll.^{re} si commosse la Corte di maniera che propostosi il Consiglio di Stato ne risultorno li noue Capi di resolutioni fondate in altre tante ragioni discorsiue, diche il S.^r Bertolani, et io mandammo copia à V. Il.^{ma} con una breue lettera per l'em.^{mo} Sr. Card.^l Proñe. Hora duco soggiungere che S. M.^{ta} há instituita una Congregatione ó come qui dicono Giunta di circa 45. persone tutte insigni nelle facultá di canoni, e leggi ecclici. et laici per trattar del modo piú suaue e men scandaloso di eseguir le deliberat.ⁿⁱ fatte. Tra gli altriche interuengono in essa sono Mons.^r Vesc.^o di Lamego, Mons.^r Vesc.^o d'Eluas Capp.^{no} maggiore, Mons.^r Vesc.^o di Targa, e l'Inquisitor Pantaleon Rodrigues Paceco. Il Marchese di Gouuea, et il S.^r Mathias di Albuquerque si entrano per riferir quanto si anderá trattando a S. M.^{ta} la quale inuio alla med.^a Cong.^{ne} la dichiarat.^{ne} della

sua intentione con un Decreto del quale se potrà hauer copia sará con questa.

Mons.^r Vescouo d'Eluas scopertam.^{te} fá le parti di cotesta S.^{ta} Sede, má hauerá bisogno di una gran destrezza, e soffrim.^{to} per temperar due corde tanto trà se contraria; se ben egli há dalla sua parte le buona mente del Rè.

A 14 del passato cominciorno le sessioni; e per quelle che si puó penetrar finhora sopra due punti pñli, si gira questa machina; P.^o circa le gran necessitá che il Regno há di Vescoui; il secondo intorno al non uolersi piu consentir qui il Battaglini, né riceuer altro min.^{ro} che uenga senza titolo di Nun.^o; e cio non tanto perche pensino di angustiar in questo l'animo di N. S.^{re} quanto per l'odio uniuersale che hanno uerso il med.^o Battaglini contro del quale si dice che S. M.^{ta} habbia fatto porre in chiaro delitti grauiss.^{mi} di estorsioni, et ultimamente si é saputo di certo che il Prou.^{le} di S. fran.^{co} della Prou.^a di Portogallo per indurlo à consentir la celebrat.^{ne} della Congreg.^{ne} à suo modo gli donasse una fortuna di oro ornata di diamanti, e dodici scatole di cose odorifere di ambra, il che saputo dal P. fr. Diego Cesare Guardiano di S. fran.^{co} di enxobregas della Prou.^a dell'Algarbe, e dal P. fr. fernando da Camera del 3.^o ord.^o di S. fran.^{co} uolendo ancor loro conprar le loro pretensioni, il Cesare donó al Battaglini una pietra di belzoarre di straord.^{ria} grossezza coperta di rete di oro tienportata (?) di diamanti di gran prezzo, con altri costosi doni, et il Camera gli diede un quadretto ornato di rubbini, et altre pietre presiose ascendente a gran prezzo.

Con l'occ.^{ne} di questa Congregatione ogni Dottorello cosi laico come religioso fá circoli per le piazze, e ni Conuenti e discorre in pregiud.^o dell'autoritá della Sede Ap̄ca. et indiscredito della Corte di Roma; et essendo questo Popolo tanto Religioso, et osseruante della cose di essa, già uá perdendo il solito, e natural rispetto et pro benedictione indovit se maledictione.

Le intentioni, che anno partorito questa politica congreg.^{ne} sono diuerse trà se, e tendono à differenti fini.

Quella del Rè é di ueder proueduto il Regno di Vescoui, e rimosso il Battaglini e quella di alcuni ecclici. e parenti loro, o adherenti che entrano nella Cong.^{ne} e particolarm.^{te} di quei, che sono tornati dà Roma, é di esser auantaggiati con Chiese migliori; oltre al sentimento, che hanno che costá non andassero le cose à lor... (?) Questi informano gli altri à loro arbitrio, di maniera che molti ancorche ben' intentionati si lasciano sedurre con informat.^{ne} sinistre; onde ad ogni hora si puó temere di qualche funesto auenimento.

Io non hò cuore di riferir li clamori, le essagerationi e concetti indegni che si proferiscano contro l'ecc.^{ma} Casa Barberina e la particolar persona del S.^r Card.^l Proñe, mà auenno solo questo poco, accio la mia coscienza non possa mai rimordarmi di hauer lasciato di scriuer parte di qualche doueno. V. S. Ill.^{ma} sá che fin dal principio della deputatione del S.^r Battaglini cominciai a pronosticar li disord.ⁱ che tanto da uicino si soprastanno; ad esso dico coram Deo, et hominibus, che se non si dà presto rimedio la fede catholica pericolerá in questo Regno perche gli animi sono in esso tanto alterati, e pieni di si mali concietti contro la Corte di Roma, che non sará difficile di farlo traboccare in qualche scisma e per consenguenza nelle here- tie settentrionali; essendo in alcuni di questi Prelati l'ambitione del Card.^{le} Eboracense, e lo sdegno di Suezia. et à V. Ilm.^a faccio hum.^{ma} riu.^{za} Di Lisbona a X. di Gennaro 1664.

D. V. S. Ill.^{ma} e R.^{ma}

Hum.^{ma} et Oblig.^{ma} ser.^{re}

famiano Andreucci

(Continua).

EDUARDO BRAZÃO

NOTAS

(1) Publicado por Deoclécio Redig de Campos: *Quatro documentos originaes e inéditos tirados do Arquivo Secreto do Vaticano e da Biblioteca Apostólica, para servirem à História da*

Restauração e Independência Portuguesa, em 1640 -- Coimbra, 1940, pág. 23.

(²) Redig de Campos publica no seu cit. trabalho o *Duplicato* deste importantíssimo relatório que se encontra no mesmo código a fls. 13 e segs.

(³) Francisco, que era o verdadeiro nome do diplomata que mandámos a França, encontra-se no *Duplicato* desta carta, a fls. 18 e segs. do mesmo código.

(⁴) Documento também reproduzido por Redig de Campos, *trab. cit.*, págs. 37 e segs.

BIBLIOGRAFIA

SAINT-VINCENT DE PAUL

Le docteur Parturier, professeur à la Faculté de Médecine de l'Université Catholique de Lille vient de publier un curieux ouvrage sur «*La Vocation Médicale de Saint-Vincent de Paul*» (1). Henri Lavedan, Victor Giraud et Antoine Rédier ont déjà écrit, ces dernières années, des livres émouvants sur *Monsieur Vincent* et, par ailleurs, les savantes études du Père Coste, Prêtre de la Mission, restent, bien entendu, les travaux les plus complets sur le grand apôtre de la charité. Le professeur Parturier nous donne, pourtant, dans son livre de nouveaux et intéressants aperçus.

C'est en médecin qu'il étudie S.^t Vincent, en montrant comment cet être exceptionnel fut tout autant un médecin qu'un aumônier, pour les enfants, pour les fous, pour les malades et pour les galériens auxquels il se consacra. Le premier intérêt du livre est dans cet hommage admiratif qu'un savant du xx^e siècle rend, *du point de vue technique*, à ce saint prêtre du xvii^e siècle; il souligne le bien fondé des prescriptions hygiéniques établies par S.^t Vincent: «Les Soeurs prendront garde qu'en hiver les enfants ne se tiennent pas trop longtemps au feu, faisant plutôt exercer les petits à quelque peu d'exercice. Elles empêcheront aussi qu'ils dorment au soleil ou dans quelque endroit malsain.» La valeur scientifique des règles posées par S.^t Vincent pour

(1) Editions Cartier — 13, rue Puits — Gaillot Lyon — 1 vol. 164 p. — 1943.

les aliénés est plus surprenante encore; il se comporte, écrit le docteur Parturier, comme le ferait «le clinicien le plus averti de nos jours»: «traitement de douceur et de psychothérapie loyale, silence et isolement, régime alimentaire», il met tout au point. Il veille aussi avec soin et compétence à la formation «médicale» de ses Dames et de ses Filles de la Charité.

Comment expliquer cette valeur scientifique de l'œuvre charitable de Monsieur Vincent? Tout simplement par le fait qu'il fit des études médicales pratiques et développées. C'est un autre mérite du docteur Parturier que de mettre ce point en relief: Saint-Vincent fit son apprentissage dans les hôpitaux, dans l'Hôpital de la Charité qu'il fréquentait avec assiduité; sa méthode était empirique; il s'inclinait vers la souffrance physique et utilisait «les éléments fondamentaux de la thérapeutique contemporaine: saignée, purge, lavement, médications, drogues». Peu lui importaient les «humeurs peccantes», les considérations théoriques, les controverses sur Hippocrate et Galien. Entre sa formation médicale et celle des médecins de l'époque, la différence est grande; la sienne n'était que pratique; la leur était toute livresque: Un Théophraste Renaudot fut reçu Docteur en Médecine de l'Université de Montpellier après neuf mois seulement de scolarité, ce qui ne l'empêcha pas d'être médecin de la Cour de France; quant au célèbre Guy Patin, il n'avait fait que deux années d'études médicales; de même Hamon, le médecin de Port-Royal; et ces brèves années d'études étaient remplies par des cours théoriques en latin où l'on se perdait en de vaines discussions. Certes quelques savants firent alors des travaux et des découvertes remarquables; mais, dans l'ensemble, le corps médical du xvii^e siècle semble assez bien mériter la mauvaise réputation que lui a faite Molière. Il est évident, en tout cas, que Saint-Vincent se range dans le camp de celui-ci contre les médecins; il lui arriva d'écrire: «Après tout, on pense que les médecins font mourir plus de malades qu'ils n'en guérissent»; mais, comme il était toute obéissance et humi-

lité, il ajouta tout de suite après: «Cependant, étant malade, il faut se soumettre au médecin et lui obéir.» Et un autre jour, il précisa: «A Dieu ne plaise que mes chétives pensées prévalent sur celles des autres.» Toute l'âme de Saint-Vincent apparaît dans ces mots touchants. Comme le souligne Son Excellence Monseigneur Valerio-Valeri, Nonce Apostolique en France, dans la préface qu'il a écrite pour le livre du D.^r Parturier: «Ce qui nous réjouit vivement, c'est de voir de quelle prudence faisait preuve notre Saint, en abordant les sujets qui n'étaient pas directement de sa compétence.» Et pourtant c'est lui qui, souvent, avait raison contre les médecins ses contemporains.

Le captivité de Saint-Vincent en Tunisie explique aussi dans une large mesure sa valeur médicale: il fut pendant de longs mois esclave d'un bar vieux médecin arabe dont il apprit bien des recettes qu'il utilisa ensuite avec succès en France et qu'il enseigna aux Dames et aux Filles de la Charité. Ce Tunisien était «un prodigieux savant», un «médecin spagirique» qui basait sa thérapeutique sur la chimie, au lieu de recourir aux plantes, et Saint-Vincent fut enthousiasmé par cette méthode. Mais on touche ainsi au problème fort controversé de la captivité tunisienne. Cette captivité n'est attestée que par un seul document, dû à la plume même du Saint, mais dont la véracité est niée par certains. Depuis plusieurs années, les savants ont discuté cette question: M. Grandchamp, archiviste de la Résidence Générale de Tunis, a notamment mis en doute le séjour de Saint-Vincent en Tunisie. Les historiens ayant échangé tous les arguments possibles dans l'état actuel de la documentation, le débat était resté pendant. Cette fois, une nouvelle pièce est apportée au procès: le diagnostic du docteur Parturier sur les maladies du Saint. Après avoir longtemps étudié sa santé, le savant professeur de la Faculté libre de Lille en arrive à une conclusion formelle: «La vie pathologique et la mort de Saint-Vincent ont été dominées par le paludisme», et par un paludisme qu'il contracta en Tunisie et non en Bresse, car les premiers sym-

ptômes peuvent en être discernés dans ses crises fébriles et dans ses douleurs des jambes dès 1615; or c'est en 1617 qu'il vécut en Bresse.

Signalons enfin que dans cette passionnante étude physiologique, le docteur Parturier souligne aussi au passage que les blessures des jambes de S.^t Vincent de Paul sont antérieures à 1620; pour cette raison, il rejette la « légende » suivant laquelle le Saint aurait pris la place d'un galérien en 1620 ou 1622. Mais sa démonstration sur ce point est bien moins formelle, bien moins probante que sur la question du paludisme tunisien.

* * *

Le livre du docteur Parturier n'est pas celui d'un homme de lettres qui cherche à émouvoir. Il n'en est que plus poignant. En allant de chapitre en chapitre, par des paragraphes et des alinéas soigneusement numérotés, le lecteur découvre des aspects inconnus de la valeur du Saint, en même temps qu'il trouve de nouvelles preuves de son étonnante supériorité morale. C'est là un beau livre sur une belle figure française et chrétienne. Les historiens se permettront tout de même d'y relever quelques inexactitudes dans les dates; on discute sur la date de la naissance du saint: 1576 ou 1581; le Professeur Parturier détermine toujours l'âge du Saint par rapport à sa naissance en 1581; il le fait pourtant mourir « à 84 ans » en 1660. Par ailleurs, il dit qu'il avait 7 ou 9 ans à l'abjuration d'Henri IV; or cette abjuration est de 1593; et cet âge est inexact, que l'on suppose le Saint né en 1576 ou en 1581. Mais ce ne sont là que de menues inadvertances qui disparaîtront certainement dans les prochaines éditions du livre.

CHARLES EMMANUEL DUFOURCQ

Professeur Agrégé d'Histoire à l'Institut Français de Barcelone
Membre Correspondant de l'Institut de Coimbra

BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

SESSÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1944

Esta sessão realizou-se sob a presidência do Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim, secretariado pelo Governador Civil Dr. Castro Soares e pelo General Victor Franco, comandante da 2.^a Região Militar, tendo sido conferente o Prof. H. Cartledge.

O Presidente apresentou o conferente em termos elogiosos e lembrou que apesar de ser relativamente recente a chegada a Coimbra do Prof. Cartledge, as suas qualidades já grangearam a simpatia da cidade.

O conferente começou por se referir à revolução industrial que fêz da Grã-Bretanha uma nação rica e poderosa, mas que ao mesmo tempo quebrou uma antiga tradição nas artes e ofícios. A máquina substitue o operário individual e os produtos, fôsse qual fôsse a sua natureza, tornaram-se feios e de mau gosto.

Foi iniciada uma reacção nos fins do século XIX, em que certos chefes, tais como John Ruskin, William Morris, tomaram a chefia de um movimento para dar de novo à indústria a beleza e o bom gosto. Sob a sua orientação, artistas vários estudaram não só a utilidade, mas também a graça do desenho e a côr. Êste movimento teve uma influência profunda em tôda a espécie de artigos manufacturados, desde os tecidos e mobiliário, à louça de barro, ao vidro e à tipografia.

Acompanhando os novos progressos na architectura, surgiram novas manifestações na decoração de interiores tendo-se esta arte tornado, definitivamente, uma profissão para os peritos. Ao mesmo tempo as antigas firmas, tais como Wedgwood e Heal, mantendo-se a par dos novos tempos, combinaram a sua longa experiência e progresso dos novos e belos desenhos.

O conferente foi muito aplaudido e o Presidente agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE DEZEMBRO DE 1944

A 22 de Dezembro de 1944 reuniu a Assembléia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O presidente comunicou que esta reunião era destinada à eleição da nova direcção. Procedeu-se seguidamente à eleição e foram eleitos:

Presidente — Francisco Miranda da Costa Lôbo

Vice-Presidente — Anselmo Ferraz de Carvalho

Secretário — Maximino José de Moraes Correia

» — António Gomes da Rocha Madahil

» — Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo

» — José Pinto Loureiro

Tesoureiro — Amadeu Ferraz de Carvalho

PRESIDENTE DA CLASSE DE CIÊNCIAS MORAIS E SOCIAIS

Diogo Pacheco de Amorim

PRESIDENTE DA CLASSE DE CIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS

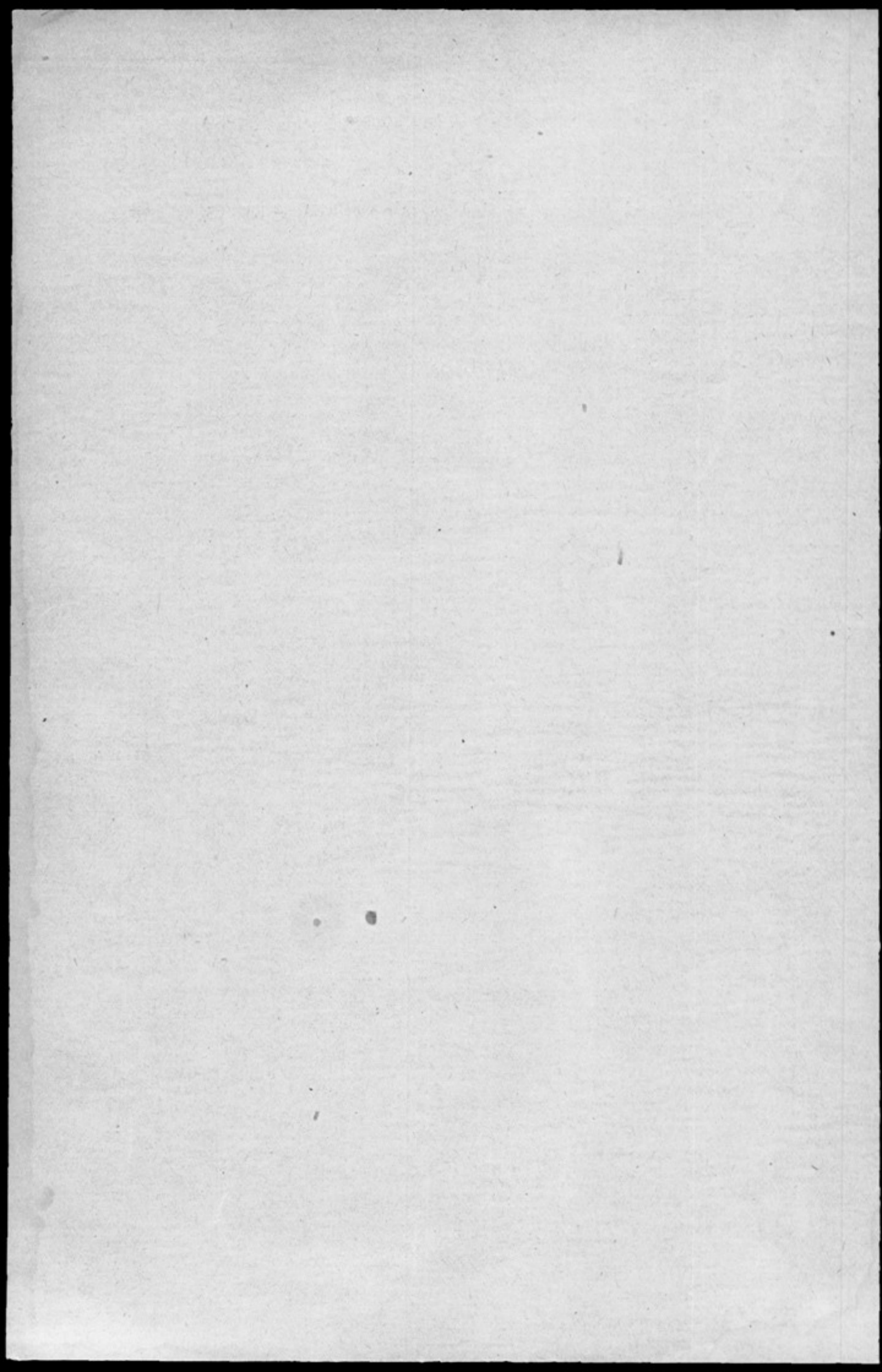
João Pereira da Silva Dias

PRESIDENTE DA CLASSE DE LITERATURA, BELAS LETRAS
E ARTES

Manuel Lopes de Almeida

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu,
Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo, lavrei a presente acta.

Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
BAÑOS (O. Fernández) — <i>Contribución al estudio de la χ^2 de Pearson</i>	110
BRASÃO (Eduardo) — <i>Documentos do Vaticano</i>	246
COSTA LÓBO (Gumersindo Sarmiento da) — <i>Boletim do Instituto</i>	267
CORREIA DA COSTA (Sérgio) — <i>Sintese da história diplomática do Brasil</i>	180
DUFOURCQ (Charles Emmanuel) — <i>Bibliografia — Saint-Vincent de Paul</i>	263
FERRAZ DE CARVALHO (Amadeu) — <i>A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela (Esbôço histórico e toponimico)</i>	39
— (Anselmo) — <i>Doutor F. M. da Costa Lóbo — 1864-1945</i> . .	I
MACHADO (António de Barros) e MACHADO (Bernardino de Barros) — <i>Inventário das cavernas calcárias de Portugal</i>	198
PASSOS (Carlos de) — <i>A obra e o espirito de Dante</i>	171
PIMENTA (Belisário) — <i>A Batalha de Montijo — Notas para comemorar o seu 3.º Centenário</i>	I
VILHENA (João Jardim de) — <i>O terrorismo Pombalino</i>	133

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Batalha (A) de Montijo — Notas para comemorar o seu 3.º Centenário</i> , por BELISÁRIO PIMENTA	I
<i>Bibliografia — Saint-Vincent de Paul</i> , por CHARLES EMMA- NUEL DUFOURCQ	263
<i>Boletim do Instituto</i> , por GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	267
<i>Contribución al estudio de la χ^2 de Pearson</i> , por O. FERNÁNDEZ BAÑOS	110
<i>Documentos do Vaticano</i> , por EDUARDO BRASÃO	246
<i>Doutor F. M. da Costa Lôbo — 1864-1945</i> , por ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO	1
<i>Inventário das cavernas calcárias de Portugal</i> , por ANTÓNIO DE BARROS MACHADO e BERNARDINO DE BARROS MACHADO	198
<i>Obra (A) e o espirito de Dante</i> , por CARLOS DE PASSOS	171
<i>Síntese da história diplomática do Brasil</i> , por SÉRGIO COR- REIA DA COSTA.	180
<i>Terra (A) de Besteiros e o actual concelho de Tondela (Esboço histórico e toponimico)</i> , por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO	39
<i>Terrorismo (O) Pombalino</i> , por JOÃO JARDIM DE VILHENA . .	133

